



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU – MESTRADO PROFISSIONAL EM
PATRIMÔNIO CULTURAL, PAISAGENS E CIDADANIA

ALINE SOARES MARTINS

**CIDADE EM MOVIMENTO: UM ESTUDO SOBRE AS SIGNIFICAÇÕES DA
PAISAGEM DO CENTRO URBANO DE VIÇOSA/MG POR MEIO DE MEMÓRIAS,
REPRESENTAÇÕES E VIVÊNCIAS (1916-2018)**

MAGISTER SCIENTAE

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2018

ALINE SOARES MARTINS

**CIDADE EM MOVIMENTO: UM ESTUDO SOBRE AS SIGNIFICAÇÕES DA
PAISAGEM DO CENTRO URBANO DE VIÇOSA/MG POR MEIO DE MEMÓRIAS,
REPRESENTAÇÕES E VIVÊNCIAS (1916-2018)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de Magister Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2018

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa

T

M386c
2018

Martins, Aline Soares, 1986-
Cidade em movimento : um estudo sobre as significações da paisagem do centro urbano de Viçosa/MG por meio de memórias, representações e vivências (1916-2018) / Aline Soares Martins. - Viçosa, MG, 2018.
x, 248 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Patricia Vargas Lopes de Araujo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 195-201.

1. Paisagens - Viçosa (MG). 2. Patrimônio cultural - Viçosa (MG). 3. Significação (Filosofia). 4. Memória coletiva. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. II. Título.

CDD 22. ed. 918.51

ALINE SOARES MARTINS

**CIDADE EM MOVIMENTO: UM ESTUDO SOBRE AS SIGNIFICAÇÕES DA PAISAGEM
DO CENTRO URBANO DE VIÇOSA/MG POR MEIO DE MEMÓRIAS,
REPRESENTAÇÕES E VIVÊNCIAS (1916-2018)**

Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Viçosa, como parte das exigências
do Mestrado Profissional em Patrimônio
Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção
do título de *Magister Scientiae*.

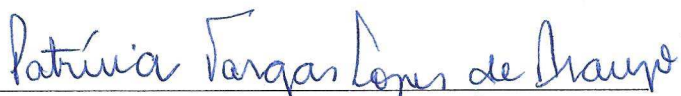
APROVADA: 5 de dezembro de 2018.



Carolina Marotta Capanema



Leonardo Civalle



Patrícia Vargas Lopes de Araújo
(Orientadora)

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas lindas que tive a oportunidade de conhecer, primeiramente a minha orientadora, Patrícia Vargas Araújo que me conduziu de forma tão zelosa, serena, compreensiva nos meus momentos de crise e sempre confiante na minha capacidade.

Aos professores e funcionários do mestrado, aos meus colegas que me acrescentaram em conhecimento, em especial aqueles que contribuíram por meio de palavras confortantes e motivacionais para lidar com o meus transtornos psicológicos, pessoas com as quais estabeleci empatia e carinho gratuitos.

Ao meu psicólogo Cláudio Renato e todos amigos da biodança que me ajudaram a aprender a vivenciar o presente, a desenvolver a fluidez, a conexão empática com o outro e a com natureza, o autoconhecimento e a integração, entre outros mecanismos para lidar com a ansiedade e a procrastinação, sintomas dos tempos atuais que me abateram por tantas vezes.

Aos queridíssimos entrevistados com os quais tive a oportunidade de estabelecer relações de confiança, carinho e amizade e fizeram com que minhas pesquisas se tornassem mais agradáveis e a dissertação tivesse como motivação existencial o amor pelo contato humano, por ouvir as pessoas em seus sentimentos e peculiaridades. A Rita de Cássia pela parceria fundamental nas transcrições das entrevistas.

Em especial a V.P que me recebeu em sua casa e emprestou os livros da sua mãe Maria do Carmo Paniago, a V.M pelo acolhimento em sua casa em tantos dias de visitas, passeios e caldo de cana com pastel, por contar tantas histórias interessantes e casos da sua vida pessoal e doar ao acervo histórico da UFV cópias de uma das inúmeras e belíssimas coleções pessoais de fotografias e postais, aos queridos José Mário Rangel, N.G, A.F, L.M, L.F, J.R, M.F e ao rapper Q.L pela aula de poesia da realidade.

Aos amigos da internet e membros do grupo Museu Virtual de Viçosa que contribuíram com a construção e aplicação do Blog: Cidade em Movimento, por meio de fotografias, narrativas, opiniões e memórias.

Ao meu namorado Ades, meu “pepetinho” que é a coisa mais “godinha”, mais linda e mais amada por todo suporte técnico e emocional, toda parceria e cumplicidade.

A todos que passaram pelo meu caminho e fizeram de cada momento um aprendizado, de cada acaso uma providência e de cada tormento de dúvidas uma calma de possibilidades.

À minha mãe que está em paz no céu fazendo um belíssimo discurso para todos os anjos, contando o quanto eu sou guerreira e vitoriosa e quanto orgulho ela tem de mim e ainda terá.

Ao meu amado pai Jesus Cristo que me permitiu percebê-lo pela graça e intercessão de sua bem aventurada mãe, advogada das causas impossíveis à minha humanidade egocêntrica, mas possíveis quando humildemente submetidas à misericórdia do seu sagrado coração.

Ao Deus da vida.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	vi
LISTA DE FIGURAS	vii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I.....	12
CAPÍTULO 1: CIDADE EM MOVIMENTO	12
1.1 É possível se pensar numa cidade em movimento?	13
1.2 Mudanças e permanências: a ideia de requalificação do centro urbano de Viçosa	22
1.3 Memória, patrimônio e paisagem no contexto atual.....	43
CAPÍTULO 2: PATRIMÔNIO E PAISAGEM ENTRE LEGISLAÇÕES E DEBATES	54
2.1 Legislações gerais e a perspectiva da salvaguarda	55
2.2 Tombamento e gestão do patrimônio em Viçosa.....	60
2.3 Políticas patrimoniais em Viçosa: discussões e alternativas.....	68
CAPÍTULO 3: RESSIGNIFICAÇÕES DA PAISAGEM: ENTRE REPRESENTAÇÕES, MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS	86
3.1 A paisagem em circulação: a cidade representada em cartões-postais	89
3.2 A paisagem em representações fotográficas: acervos públicos e coleções pessoais	102
3.3 A paisagem vivida: percepções pessoais, memórias, significações e vivências.	115
3.3.1 Patrimônio histórico e paisagem	116
3.3.2 Opiniões e atributos simbólicos pessoais	122
3.3.3 Memórias e vivências.....	126
PARTE II.....	140

CAPÍTULO 4: CIDADE EM MOVIMENTOS: OLHARES SOBRE A PAISAGEM URBANA DE VIÇOSA/MG	140
4.1 A paisagem virtual no cenário da modernidade líquida: criação e desenvolvimento do Blog Cidade em Movimento.....	141
4.2 O Museu Virtual de Viçosa: intervenções e interatividade no grupo do Facebook	145
4.3 Os impactos da cibercultura: etnografia virtual e cidadania.....	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
BIBLIOGRAFIA	195
ANEXOS:.....	202

LISTA DE SIGLAS

CENTEV - Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa
CMCPA - Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Ambiental
COMPLAN - Conselho de Planejamento Municipal Instituto de Planejamento
DAU – Departamento de Arquitetura e Urbanismo
ESAV – Escola Superior de Agricultura e Veterinária
FGV – Fundação Getúlio Vargas
ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IPLAM – Instituto de Planejamento Municipal
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Ambiental Nacional
LTDA – Limitada
MC – Mestre de Cerimônia
MG – Minas Gerais
MOM – Movimentando o Movimento
MP – Ministério Público
PDV – Plano Diretor de Viçosa
PMV – Prefeitura Municipal de Viçosa
STJ – Superior Tribunal de Justiça
SPHAN – Serviço do Patrimônio Artístico e Cultural
TPC - Transferência de Potencial Construtivo
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UREMG – Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Antigo Mapa de Viçosa (1927)
Figura 2: Centro urbano de Viçosa escolhido como objeto de estudo
Figura 3 – Primeiras construções da Avenida Marechal Deodoro (1916)
Figura 4 – Avenida Marechal Deodoro (1945)
Figura 5 - Cotidiano e movimento na Praça Marechal Deodoro (1948)
Figura 6– Estação Ferroviária Leopoldina (1956)
Figura 7 - Vivenda número 340
Figura 8 - Maria Fumaça em atividade
Figura 9 - Jardineira e balaustrada
Figura 10 - Fachada do primeiro hospital de Viçosa (Acervo de Aline Soares Martins)
Figura 11 - Balaustrada e estação (Blog de José Mário Rangel)
Figura 12 – Casa antiga em meio a prédios modernos
Figura 13 – Casa antigas pichada
Figura 14 – Edifício Alcântara hoje
Figura 15 – Pessoas e contrastes
Figura 16 – Passantes e cartazes afixados
Figura 17 – Barracas, motos, entulhos e prédios ao fundo
Figura 18 – Fachadas do Ed. Nhanhá Maciel, cartazes, carros e crianças
Figura 19 – Resista artista
Figura 20 – Edifício Cora Bolívar
Figura 21- Vista geral da cidade em 1898 - Acervo de C.R
Figura 22- Cartão postal - 1916 (frente)
Figura 23- Cartão postal 1916 (verso)
Figura 24- 1932
Figura 25- 1935
Figura 26- Praça Marechal Deodoro - 1945 (frente)
Figura 27- verso do cartão postal - Praça Marechal Deodoro
Figura 28- Postal vendido na papelaria Barbosa – 1970
Figura 29- Toninho cine fotos
Figura 30- Vista aérea 1
Figura 31- Vista aérea 2
Figura 32- Vista aérea 3
Figura 33- Vista aérea 4
Figura 34- Vista aérea parcial
Figura 35- Vista aérea, Luiz Dias – 2004
Figura 36- Alcântara e Hotel Rubim - 1945
Figura 37- Quadro de J.R
Figura 38- Antiga rodoviária
Figura 39- Veículos e balaustrada
Figura 40 – Álbum de família
Figura 41- Evento solene na Praça Marechal Deodoro
Figura 42- Evento solene, recebimento de Governador Valadares
Figura 43- Líderes políticos - 1934
Figura 44- Pessoas e balaustrada, 1941
Figura 45- Procissão de Santa Rita d Cássia, s/d
Figura 46 – Gráfico até julho de 2018
Figura 47 - Estação em meados de 1918, chegada de Arthur Bernardes

Figura 48- Banco de Crédito e Grande Hotel - 1921
Figura 49 - Residências em 1921
Figura 50 - Grande Hotel
Figura 51 – Urbanização da Avenida Bueno Brandão e Banco de Crédito Real de Minas Gerais - 1922
Figura 52 – Primeiro Hospital de Viçosa -1922
Figura 53 – Alfaiataria Tesoura Infalível
Figura 54 – Praça Marechal Deodoro e Hotel Virgínia, atual Banco do Brasil
Figura 55 – Pessoas e ônibus na Praça Marechal Deodoro, s/d
Figura 56 – Eventos na Estação NVrap
Figura 57 – Eventos na Estação NVrap
Figura 58– Eventos na Estação NVrap
Figura 59– Eventos na Estação NVrap
Figura 60– Eventos na Estação NVrap
Figura 61– Eventos na Estação NVrap
Figura 62– Eventos na Estação NVrap
Figura 63– Eventos na Estação NVrap
Figura 64– Eventos na Estação NVrap
Figura 65– Eventos na Estação NVrap
Figura 66– Eventos na Estação NVrap

RESUMO

MARTINS, Aline Soares, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2018. **Cidade em movimento: Um estudo sobre as significações da paisagem do centro urbano de Viçosa/MG por meio de memórias, representações e vivências (1916-2018).** Orientadora: Patrícia Vargas Lopes de Araújo.

A problemática central do presente trabalho consistiu em analisar as significações da paisagem do centro urbano da cidade de Viçosa/MG, especialmente aos espaços correspondentes à Avenida Bueno Brandão, Praça Hervé Cordovil e Praça Emílio Jardim até então pouco estudadas. Para tanto, procuramos inicialmente estudar a cidade por meio de narrativas memorialísticas e de discursos oficiais, buscando perceber as possibilidades de se pensar uma cidade em movimento com base nas novas abordagens sobre cidade na perspectiva da requalificação. Após, apresentamos algumas compreensões atuais sobre o conceito de paisagem, relacionadas aos conceitos de memória e patrimônio, realizamos discussões acerca de patrimônio e paisagem sob a perspectiva da legislação a fim de perceber quais são os discursos predominantes das instituições de gestão municipais e as principais críticas relativas às suas atuações. Após o levantamento desses dados, fizemos uma análise de outros documentos obtidos para a pesquisa, entre eles fotografias e cartões postais antigos de acervos públicos e pessoais, bem como entrevistas. Por meio do método etnográfico de pesquisa de campo, da história oral, estudamos algumas percepções recorrentes, contrastantes, complementares, ou mesmo imprevisíveis, acerca de elementos da paisagem do centro urbano estudado, conforme atribuições simbólicas pessoais, vivências variadas, memórias, opiniões, valores sentimentais, entre outros atributos. O produto apresentado consiste na criação de um Blog, intitulado “Cidade em Movimento” com vistas a análise das vivências e das significações da paisagem do centro dessa cidade em constante movimento, por meio de diversos olhares, incluindo, também, os do ciberespaço. E, então, a partir dessas interações e trocas de saberes via internet, ressaltar utilização do mundo virtual como espaço complementar e eficaz intermediador do conhecimento para o exercício de cidadania de modo informal, leve e fluido, em conformidade com cenário multifacetado dos tempos atuais.

ABSTRACT

MARTINS, Aline Soares, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, December 2018. **City in movement: A study on the meanings of the landscape of the urban center of Viçosa/ MG through memories, representations and living (1916-2018)**. Adviser: Patrícia Vargas Lopes de Araújo.

The central problem of this research consisted of analyzing the meanings of the urban landscape of the city of Vicosa-MG, especially the areas corresponding to the Bueno Brandao Avenue, Herve Cordovil Square, and Emilio Jardim Square, which have been scantily studied. Therefore, we initially sought to study the city through memorial narratives and official speeches, seeking to perceive the possibilities of depicting a city in movement based on new approaches about the concept of city in the perspective of requalification were highlighted. Subsequently, it was presented some current understandings about the concept of landscape related to the concepts of memory and patrimony along with discussion sessions about patrimony and landscape under the legislation's perspective, with the intent to understand which discourses of municipal management institutions are predominant, as well as the main criticisms related to their performances. After these data were collected, interviews and other documents obtained for this research, such as pictures and old postcards from public and personal collections were analyzed. Through the ethnographic method of field research and oral history, a study of some recurrent, contrasting, complementary, or even unpredictable perceptions about elements of the studied urban center's landscape was performed according to personal symbolic attributions, varied experiences, memories, opinions, and sentimental values among other attributes. The presented product consists of the creation of a blog titled "City in Movement", which contains views to the analysis of the experiences and the meanings of the landscape of the downtown of that constantly moving city through several outlooks, including those of the cyberspace. Then, from these interactions and knowledge exchanges via the internet, to highlight the use of the virtual world as a complementary space and an effective intermediary of knowledge for the exercise of citizenship in an informal, light, and fluid way in accordance with the multifaceted scenario of present times.

INTRODUÇÃO

A motivação para a realização desse trabalho decorreu do interesse em analisar os contrastes estéticos e sociais que envolvem a paisagem urbana do centro do município de Viçosa, localizado na Zona da Mata de Minas Gerais. Esse interesse partiu de uma inquietude sobre os objetivos das políticas patrimoniais utilizadas pelo município de Viçosa para a valorização e/ou proteção de alguns imóveis sob a forma de tombamento em meio a um crescente número de construções de prédios modernos.

O tema começou a ser desenvolvido na monografia de finalização do curso de Direito com o título Os Tombamentos Municipais de Fachada em Viçosa-MG e a compatibilidade do procedimento com a proteção do patrimônio histórico cultural, sob a orientação da professora de Direito Ambiental e Direito Privado, Débora Fernandes Pessoa Madeira, no ano de 2014.

Após o ingresso no Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, a temática se ampliou, não se limitando à perspectiva jurídica do tombamento, mas incluindo considerações no campo do direito urbanístico, além de estabelecer um diálogo com abordagens no âmbito da história, da geografia, da arquitetura e da antropologia.

Nesse sentido, ampliamos o estudo sobre patrimônio cultural relacionando-o aos principais conceitos norteadores desse trabalho, quais sejam: cidade, movimento, memória, identidade, paisagem urbana e significações.

Partimos de um estudo sobre a cidade de Viçosa, com base nos seus principais memorialistas, pretendendo analisar, inicialmente, como os discursos sobre patrimônio cultural floresceram nos meios intelectuais do município.

A pesquisa, no entanto, foi além dessa proposta de analisar apenas os discursos de memorialistas e intelectuais e buscou, especialmente, perceber como esses discursos dialogam com os predominantes entre moradores, passantes, entre outras pessoas não ligadas diretamente às políticas patrimoniais.

Além disso, o campo de estudo passou a abarcar não apenas os patrimônios tombados, mas toda a ambiência urbana, ou seja, um conjunto de elementos que formam a paisagem urbana do centro de Viçosa correspondente à Avenida Bueno Brandão e às Praças Hervé Cordovil e Emílio Jardim.

A escolha dessas paisagens deveu-se, fundamentalmente, ao fato de serem locais da cidade onde são evidentes os contrastes visuais, já que existem alguns casarões antigos de

Viçosa que foram alvos de políticas de tombamento em meio a prédios modernos que vão sendo construídos, a cada dia, em maior número.

Deveu-se também à constatação de diversidades não apenas arquitetônicas, mas também humanas que sobrevivem naqueles espaços, numa dinâmica constante, já que é um local de intenso movimento de pessoas de diversas características e diferentes grupos sociais e que fazem diferentes usos daqueles locais.

Assim, o objetivo principal do presente trabalho foi apresentar uma nova forma de abordagem da paisagem urbana de Viçosa, a partir dessa paisagem humana, das fotografias e das vivências, utilizando, para tanto, o método da entrevista, da análise de memórias pessoais dessas pessoas e de um estudo sobre imagens fotográficas físicas e virtuais e de cartões postais, visando ampliar as formas de olhar para esta cidade dinâmica.

Ressalte-se que todos os elementos da paisagem colocados em evidência foram utilizados à medida que a pesquisa os apresentava seja por envio dos próprios entrevistados, seja encontrado pela própria autora seguindo método da bola de neve. Conforme detalha Juliana Vinuto no artigo A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto:

A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador¹

Assim, antecipamos que a escolha dos entrevistados para essa pesquisa qualitativa, bem como a pesquisa em acervos públicos e pessoais seguiu por esse caminho aberto, sem qualquer preocupação com estatísticas e probabilidades, já que trabalhou com as percepções existenciais em um nível subjetivo e individual.

O recorte cronológico abarca o período de 1916 até os dias atuais, pois uma das nossas principais fontes foi uma fotografia de um cartão postal pertencente ao acervo de V.M na qual percebemos uma imagem de Viçosa nos seus anos iniciais. Esta coleção de postais foi produzida pela Tonymello Produções Fotográficas, divulgada no ano 2000 e conta com fotografias de Viçosa do passado intituladas “Série A” e do século XX intituladas “Série B”.

¹ VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Temáticas, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014. P. 203.

Ressaltamos, entretanto, o contexto e a circunstância das pessoas que concederam entrevistas para este trabalho, por isso a amplitude do recorte.

De início, é válido destacar que o conceito de cidade passou por várias interpretações. Maria Stella Bresciani, em seu texto “As sete portas da cidade”, indica sete “portas” ou percursos conceituais para compreensão e interpretação da cidade. A historiadora chama atenção nesse texto para o fato de que uma primeira abordagem da cidade teve como fundamento o que ela chamou de questão técnica, ou seja, as pesquisas se preocuparam com questões como “higiene, embelezamento, habitação e a criação de leis e de políticas públicas que foram elaboradas a partir do século XIX para ordenar e disciplinar os espaços da cidade”.²

Dentre outros percursos, destacamos a última abordagem ou “porta”. Para Bresciani, essa abordagem volta-se à compreensão das cidades levando-se em conta “a relação subjetiva das pessoas com a cidade e com tudo que ela contém – coisas, pessoas, memórias...”³.

Levando em conta tais considerações, nossa análise buscou abordar essa dimensão subjetiva a partir da problematização acerca das ideias de estética e requalificação da paisagem urbana, já que a paisagem, por diversas vezes, foi analisada pelas pessoas que concederam entrevistas para esse trabalho nessa perspectiva do embelezamento, da natureza e do planejamento dos espaços.

Não buscamos, no entanto, fixar a discussão na concepção de uma cidade estática, planejada, analisada apenas sob a perspectiva técnica, política ou econômica, mas de uma cidade em processo de transformação e em constante movimento, analisada sob uma perspectiva subjetiva, social e cultural.

Assim, consideramos interessante a analogia proposta por Jane Jacobs, pela qual a autora interpreta as multiplicidades de funções de uma cidade como uma dança, ou um balé cheio de improvisações. Ao mencionar a vivência e o movimento nas cidades, Jacobs afirma que:

essa movimentação desperta o interesse por não ser uma coreografia previamente ensaiada e planejada em detalhes, uma “dança mecânica, com os figurantes erguendo a perna ao mesmo tempo, rodopiando em sincronia, curvando-se juntos”, mas um conjunto de trajetórias e representações de papéis que nunca se repetem da mesma forma, que estão “sempre repletos de novas improvisações”⁴.

Tal ideia de dinâmica e de movimento das cidades parece se aproximar da ideia de liquidez proposta por Zygmunt Bauman. Embora esses autores tenham escrito em momentos

² BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. Espaço & Debates n. 34, 1991a, p. 11.

³ Ibidem. p. 10.

⁴ Ibidem.p.52

distintos e perspectivas diferenciadas, percebemos que, no primeiro capítulo do seu livro *Modernidade líquida*, esse autor traz o conceito de “emancipação social, que é tornar-se livre daquilo que nos impede o movimento e a mudança de forma”⁵.

A solidez é interpretada como a necessidade de se adequar a uma forma. Bauman exemplifica este conceito com as políticas autoritárias, como o “fordismo”⁶ e o trabalho a longo prazo. A modernidade líquida, por sua vez, caracteriza os tempos atuais e requer das pessoas flexibilidade, adaptabilidade, liberdades individuais, afirmação das diferenças das possibilidades de mudanças. Nas palavras de Bauman:

Os fluidos se movem facilmente. Eles “fluem”, “escorrem”, “esvaem-se”, “respingam”, “transbordam”, “vazam”, “inundam”, “borrifam”, “pingam”, são “filtrados”, “destilados”, diferentemente dos sólidos, não são facilmente contidos — contornam certos obstáculos, dissolvem outros e invadem ou inundam seu caminho. Do encontro com sólidos emergem intactos, enquanto os sólidos que encontraram, se permanecem sólidos, são alterados — ficam molhados ou encharcados. A extraordinária mobilidade dos fluidos é o que os associa à ideia de “leveza”⁷.

Essas concepções são relevantes, pois fundamentam a ideia de cidade deste trabalho, qual seja, um espaço dinâmico e fluido e, portanto, possível de ser percebida e interpretada de diversas formas.

Assim, buscamos compreender a cidade de Viçosa na perspectiva da requalificação, pela qual deveria ser organizada, embelezada e planejada, mas, também, como um espaço no qual pode haver interesses políticos e econômicos, ou mesmo identidades conflitantes, como um local no qual há elementos que podem evocar sentimentos saudosistas de salvaguarda e permanência e, sobretudo, como um reflexo do olhar de quem a vivencia. Conforme explicita Kevin Lynch:

a legibilidade na estrutura citadina, a estrutura de símbolos reconhecíveis permite que a cidade se constitua como objeto da percepção de seus habitantes, possibilitando, assim, sua satisfação diária, com papel social, aberta, capaz de um desenvolvimento posterior contínuo.⁸

A partir dessa ideia de Kevin Lynch, analisamos, portanto, algumas formas pelas quais a população de Viçosa lê a cidade, ou seja, como percebe e se percebe na cidade, quais

⁵ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 5.

⁶ Segundo David Harvey, simbolicamente, é ao ano de 1914 que nos remetemos quando do intuito de sinalizar o início do sistema fordista de produção em massa. Sob vários aspectos, entretanto, as inovações tecnológicas e organizacionais implementadas por Henry Ford representam um reflexo de tendências já muito bem estabelecidas, tais como a forma corporativa de organizações de negócios, a racionalização de antigas tecnologias, a divisão detalhada do trabalho preexistente, a separação entre gerência, concepção, controle e execução. HARVEY, David. *Introdução. O fordismo. Do fordismo à acumulação flexível. Teorizando a Transição. Acumulação Flexível – transformação sólida ou reparo temporário?*, p. 117-184.

⁷ Op. Cit. BAUMAN, Zygmunt. 2001, p. 5-6.

⁸ LYNCH, Kevin. *A imagem da Cidade*. São Paul: Martins Fontes, 1997, p. 11.

olhares se inter cruzam, contrastam, sobrepõem ou mesmo demonstram suas singularidades. Sobre esse aspecto, Raquel Rolnik analisa que:

a cidade guarda marcas de vários tempos e processos sociais no espaço urbano construído, materializando sua própria história como uma espécie de escrita no espaço. A cidade é uma realidade plural e polifônica, trama, rede de relações sociais, econômicas, políticas, culturais e simbólicas. Os diferentes sujeitos e grupos sociais se apropriam desse espaço, o experienciam e produzem representações (memórias e um imaginário) sobre ele, que visam explicar a dinâmica própria desses grupos sociais se constituírem na cidade. Os grupos tanto constroem a cidade enquanto um tecido de relações sociais e representações, quanto são constituídos por ela.⁹

Partindo dessa compreensão sobre cidade, passamos a estudar o patrimônio e a paisagem voltando a análise para a forma com que todos esses elementos, objetos e símbolos foram captados pelas pessoas escolhidas para contribuir com esse trabalho, por meio das entrevistas.

No tocante especificamente à questão do patrimônio, é importante ressaltar que, conforme aborda José Reginaldo Gonçalves em um capítulo publicado no livro organizado por Lucia Lippi Oliveira intitulado Cidade: História e desafios, os chamados

“discursos do patrimônio cultural”, presentes em todas as sociedades nacionais modernas, florescem nos meios intelectuais e são produzidos e disseminados por empreendimentos políticos e ideológicos de construção de “identidades” e “memórias”, sejam de sociedades nacionais, sejam de grupos étnicos ou de outras coletividades.¹⁰

Essa ideia de patrimônio sob a perspectiva do discurso e da representação social é importante, pois permite analisar as principais narrativas elaboradas nos meios intelectuais e instituições de Viçosa. Na definição de Roger Chartier, as representações sociais são consideradas “como uma prática de significação; nesta prática, a linguagem opera como um sistema representacional, um meio através do qual pensamentos, ideias e sentimentos são comunicados”¹¹.

Colocamos, no entanto, em destaque a análise de Maria Ângela Faggin Leite ao utilizar a expressão “desconstrução do patrimônio”, pois essa autora introduz uma diferenciação entre as palavras desconstrução e destruição, analisando que a primeira, ao contrário da segunda, está relacionada à reorganização e à desconstrução das narrativas sobre patrimônio”¹².

⁹ ROLNIK, Raquel. O que é cidade? São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 9.

¹⁰ OLIVEIRA, Lucia Lippi de. (Org.). Cidade: história e desafios. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 110.

¹¹ CHARTIER, Roger. História cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1988, p. 17.

¹² LEITE. Maria Ângela Faggin. Destruição ou desconstrução? São Paulo: Hucitec. 1994, p. 94.

Assim, nosso objetivo foi verificar a construção e desconstrução desses discursos sobre patrimônio em Viçosa, com o intuito de observar os grupos sociais que os produziram e quais os seus interesses e valores pessoais.

Partimos da ideia de que patrimônio e paisagem não estão dissociados, mas seus estudos se complementam, assim, a discussão sobre paisagem se iniciou de modo complementar ao de patrimônio, buscando identificar como esses conceitos se comunicam no contexto de Viçosa.

As noções de paisagem, por sua vez, foram aprofundadas nesse trabalho tomando por base o entendimento do geógrafo Denis Cosgrove:

As paisagens tomadas como verdadeiras de nossas vidas cotidianas estão cheias de significado. Grande parte da Geografia mais interessante está em decodificá-las. [...] Porque a geografia está em toda parte, reproduzida diariamente por cada um de nós. A recuperação do significado em nossas paisagens comuns nos diz muito sobre nós mesmos. Uma geografia efetivamente humana crítica e relevante, que pode contribuir para o próprio núcleo de uma educação humanista: melhor conhecimento e compreensão de nós mesmos, dos outros e do mundo que compartilhamos.¹³

Assim, buscamos compreender a paisagem como produto da ação humana, mas, sobretudo, do olhar de quem lhe atribuiu suas significações.

Utilizamos, também, as metodologias aplicadas ao estudo da paisagem adaptadas às novas formas de percepção da realidade sob a ótica do ciberespaço. Conforme destaca Schier¹⁴, hoje a ideia de paisagem é construída numa perspectiva cultural, é um produto cultural resultante do meio ambiente sob a ação humana, mas principalmente da forma como as pessoas a percebem.

O desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação gerou mudanças em nossas atividades cotidianas, em nossa relação com o trabalho, a arte, o conhecimento e o entretenimento. Trata-se do que Zigmund Bauman chama de espaço de fluxos, ou seja, espaços fluidos que permitem a interconectividade de lugares em uma rede fluida de intercâmbios¹⁵.

Assim, importante ressaltar que a paisagem também foi analisada no âmbito virtual, tendo em vista que a tecnologia e a internet já são realidades que fazem parte da vida e do cotidiano da maior parte das pessoas. O meio virtual passou a ser, portanto, o principal instrumento dos nossos estudos, pois várias informações foram retiradas de artigos, teses e livros baixados na internet.

¹³COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROZENDAHN, Z. (Orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998, p. 236.

¹⁴SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. *Revista RA'EGA*, Curitiba, nº 7.

¹⁵BAUMAN, Zigmunt (2001). *Modernidade Líquida*, Rio de Janeiro, Zahar, p. 137.

Para analisar os aspectos simbólicos da cidade, utilizamos do método das entrevistas pautado nos procedimentos básicos da etnografia e da pesquisa de campo, que se desenvolveu durante o mês de maio, junho e julho de 2018, em diferentes horários e dias da semana. A etnografia, como explica Clifford Geertz:

... se trata de uma descrição densa, pois o etnógrafo enfrenta uma multiplicidade emaranhada de estruturas complexas. Fazer uma etnografia é um exercício que vai além de estudar teoricamente o método, mas seu aprimoramento está em seu denso trabalho de campo¹⁶.

O trabalho de campo se desenvolveu seguindo a perspectiva do flâneur, que caminha cuidadosamente e olha atentamente pontos que outros cidadãos normalmente desprezam, conforme destaca Walter Benjamin:

a rua se torna moradia para o flâneur, que, entre as fachadas dos prédios, sente-se em casa tanto quanto o burguês entre suas quatro paredes. Para ele, os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede tão bom ou melhor que a pintura a óleo no salão do burguês; muros são a escrivaninha onde apoia o bloco de apontamentos; bancas de jornais são suas bibliotecas, e os terraços dos cafés, as sacadas de onde, após o trabalho, observa o ambiente¹⁷.

As entrevistas foram realizadas com fundamento no método da história oral, pois, segundo a análise de Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, o testemunho oral possibilita esclarecer:

trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não têm como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas [...]"¹⁸

Complementando os métodos mencionados, as imagens, entre postais e fotografias, foram estudadas com base no método da montagem, conforme explica Sandra Pesavento:

é preciso recolher traços e registros do passado, mas realizar com eles um trabalho de construção, verdadeiro quebra-cabeças, capaz de produzir sentido. Assim, as peças se articulam em composição ou justaposição, cruzando-se em todas as combinações possíveis, de modo a revelar analogias e relações de significado, ou então se combinam por contraste, a expor oposições ou discrepâncias. Nas múltiplas combinações que se estabelecem, argumenta Benjamin, algo será revelado, conexões serão desnudadas, explicações se oferecem para a leitura do passado¹⁹.

¹⁶ GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

¹⁷ BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. Trad. José Martins Barbosa e Hemerson Alves Batista. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 35.

¹⁸ AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). Usos & abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 14.

¹⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. 2ª edição, 1ª reimpressão, Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 20.

No entanto, considerando que as perguntas de pesquisa podem estar relacionadas a questões problemáticas para os entrevistados optamos por resguardar os seus nomes, utilizando apenas as suas iniciais e utilizamos o método da bola de neve pelo qual, segundo Biernacki e Waldorf, a amostragem em bola de neve pode ser utilizada quando os entrevistados podem desejar não se vincular às questões abordadas:

O método é adequado para uma série de fins de pesquisa e é particularmente aplicável quando o foco do estudo é uma questão sensível, possivelmente sobre algo relativamente privado, e, portanto, requer o conhecimento das pessoas pertencentes ao grupo ou reconhecidos por estas para localizar pessoas para estudo.²⁰

Importante ressaltar também, que buscamos dados, informações, interatividade e intervenções no âmbito virtual, mais especificamente no grupo “Museu Virtual de Viçosa”. Neste grupo do Facebook, foram encontradas pessoas interessadas na história de Viçosa, no passado, lembranças e memórias, como será analisado melhor ao final do trabalho, onde será detalhado o produto e elaboradas as considerações finais. Necessário, portanto, ressaltar a possibilidade de uma nova abordagem da etnografia no campo virtual, segundo Christine Hine:

uma etnografia da Internet pode olhar em detalhes para as maneiras pelas quais a tecnologia é experienciada na prática. Na sua forma básica, a etnografia virtual também consiste em um pesquisador usando um período de tempo estendido imerso num “campo de ação”, percebendo as relações, atividades e compreensões daqueles que estão nesse ambiente e participam do processo²¹.

*** **

O trabalho foi dividido em 4 capítulos. No primeiro, tentamos compreender o município de Viçosa como uma cidade em movimento. Num segundo momento, analisamos algumas formas de se conceber a paisagem urbana da Avenida Bueno Brandão e das Praças Hervé Cordovil e Emílio Jardim dentro desta cidade com base nas ideias de estética e requalificação. E por fim, realizamos algumas reflexões teóricas sobre os conceitos de patrimônio e paisagem associados a algumas discussões importantes sobre memória e identidade.

Levando em conta que as formas de abordagem de patrimônio cultural adquiriram no século XX um discurso voltado para a necessidade de proteção, o segundo capítulo buscou compreender o patrimônio cultural de Viçosa relacionado à paisagem do centro urbano escolhido para este estudo.

²⁰ BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling-problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods and Research* v. 10, n. 2, 1981, p. 141.

²¹ HINE, Christine. *Virtual Ethnography*. Londres: SAGE Publications, 2000, p. 4.

Assim, analisamos sob a perspectiva legislativa as leis e jurisprudências acerca dos processos de tombamento nos âmbitos federal, estadual e municipal. Após, fizemos um estudo de leis, documentos, dossiês de tombamento e análise de atas do Conselho Municipal de Patrimônio de Viçosa, análise jurisprudencial buscando identificar os discursos predominantes e as principais críticas e propostas de alternativas para uma maior eficácia dessas políticas no caminho da cidadania.²²

Ressalte-se que foram verificados, também, os entendimentos que as pessoas escolhidas para serem entrevistadas produziram acerca dessa manutenção de alguns prédios antigos no centro da cidade e qual a importância dada por eles ao tombamento desses prédios, ou mesmo apenas de parte da sua volumetria, na condição de patrimônios histórico-culturais.

Identificamos, por fim, as formas como o patrimônio é concebido na cidade de Viçosa tentando perceber a compatibilidade entre os procedimentos utilizados pelos gestores culturais de Viçosa e os significados produzidos nestes processos e a compatibilidade com a produção de conhecimentos sobre patrimônio pelas pessoas que o vivenciam no seu cotidiano.

Por sua vez, no terceiro capítulo voltamos para a aplicação da metodologia da análise de imagens fotográficas e postais, juntamente com uma pesquisa etnográfica relacionada a conceitos de significação com o objetivo de perceber se os entrevistados se identificam com os patrimônios tombados de Viçosa, se constroem alguma relação de significado com os elementos escolhidos como representativos da memória de Viçosa ou com outros locais não necessariamente eleitos e como se dá essa relação simbólica.

Num primeiro momento, analisamos as imagens fotográficas e postais doados para reprodução neste trabalho, visando apresentar as diferentes formas pelas quais a paisagem de Viçosa é percebida nessas imagens pelos entrevistados. Posteriormente, ressaltamos as interações e percepções das imagens da paisagem de Viçosa no âmbito virtual, colocando-o como intermediador, instrumento e objeto de estudo fundamental deste trabalho.

Por fim, analisamos as preferências estéticas das pessoas, quais os significados simbólicos atribuídos aos patrimônios e alguns elementos da paisagem urbana da Avenida Bueno Brandão e das Praças Hervé Cordovil e Emílio Jardim escolhidos e visualizadas por elas, além de opiniões sobre os contrastes estéticos existentes nessa região, mais especificamente nos locais onde foram realizados ou se pretende realizar novos tombamentos.

²² Ressalte-se que esse tema também foi abordado por essa aluna na sua monografia de finalização do curso de Direito com o título Os Tombamentos Municipais de Fachada em Viçosa - MG e a compatibilidade do procedimento com a proteção do patrimônio histórico cultural, sob a orientação da professora de Direito Ambiental e Direito Privado, Débora Fernandes Pessoa Madeira, no ano de 2014.

Ressaltamos, todavia, sobretudo as relações das pessoas com a paisagem, bem como a forma como ela foi percebida, interpretada e como os marcos e significados foram construídos nela. Não apenas como alvo da ação humana, mas, principalmente, como alvo do pensar humano.

Os entrevistados, em sua maioria foram pessoas com idade acima dos cinquenta anos que, de algum modo, vivenciaram as transformações no centro da cidade no período analisado. Alguns pertencem ou pertenceram aos conselhos entre outros setores administrativos do patrimônio. Dois deles são mais jovens, sendo um professor de geografia e o outro um rapper.

Os passantes, por sua vez, são pessoas que transitam naquele local em seu cotidiano, trabalhadores ou ambulantes da região. Destes últimos, pelo fato de terem sido entrevistados em meio à correria e dinâmica do centro da cidade, não foi possível obter maiores informações.

No entanto, não pretendemos fixar lugares de fala únicos e imutáveis, pois as formas de pensamento também são dinâmicas e ressignificam circunstancialmente. Buscamos, portanto, apresentar alguns desses olhares com o intuito de iniciar uma análise qualitativa que se caracteriza, justamente, pelo fato de ser líquida, dinâmica e aberta.

A segunda parte do presente trabalho foi dedicada à aplicação do produto. No quarto capítulo, fez-se uma análise sobre as respostas obtidas com as entrevistas, os atributos simbólicos, preferências e relações das pessoas com o patrimônio e a paisagem urbana, fundamentada com teorias sobre significação e imaginabilidade.

Inicialmente descrevemos todas as etapas de criação e utilização do Blog Cidade em Movimento: Olhares sobre a paisagem urbana de Viçosa²³. Após, analisamos o número de visualizações e a interatividade com o Blog, seja diretamente, seja através do grupo do Facebook “Museu Virtual de Viçosa”²⁴.

Observamos, também, como as informações sobre memória, patrimônio e paisagem repercutem nos meios virtuais, mais especificamente no grupo “Museu Virtual de Viçosa”. Assim, após uma discussão sobre modernidade líquida e o universo digital aplicado cada vez mais ao patrimônio e paisagem, fez-se uma reflexão sobre como esses novos meios de comunicação podem democratizar o acesso, divulgação e construção democrática de conhecimentos relativos ao patrimônio e à paisagem.

²³ Disponível em: <https://cidadeemmovimento.blogspot.com/>. Acesso em abril de 2018.

²⁴ Disponível em: <https://www.Facebook.com/groups/museuvirtualvicosa/>, acesso em abril, maio, junho e julho de 2018.

A participação popular e as colaborações com o Blog se deram de diversas formas. Por meio do grupo Museu Virtual de Viçosa, vários moradores e ex-moradores contribuíram com comentários saudosistas, opiniões, críticas, envio de fotografias, depoimentos, memórias pessoais de lugares específicos, envio de e-mails com fotos e narrativas históricas, respostas às entrevistas semiestruturadas, telefonemas, encontros e visitas para conversas informais e entrevistas agendadas, passeios pelos locais estudados e autorização para digitalização de coleções pessoais.

Entre os elementos que compuseram aquela paisagem, destacamos, além dos imóveis, a sua própria população retratada em fotografias e memórias narradas: participações em eventos cívicos, chegada de políticos, passeios de trem, festas religiosas e populares, ações da polícia no período da ditadura, lembranças da infância, protestos, idosos, as ações dos jovens e as pichações.

Pretendemos, portanto, que esse Blog permaneça em movimento, juntamente com a cidade em destaque, e seja exposto em redes sociais com tags#, em sites oficiais, como o da Prefeitura, e outros grupos do Facebook, de modo que um número cada vez maior de pessoas contribua com imagens e narrativas, com a finalidade de que se sintam construtores das múltiplas paisagens da Avenida Bueno Brandão e das Praças Hervé Cordovil e Emílio Jardim.

A partir da ideia de modernidade líquida, procuramos observar, ainda, como as pessoas percebem a paisagem, com quais atributos simbólicos elas se identificam e como essas percepções se relacionam numa dinâmica constante desta cidade em movimento, ou seja, como essas pessoas constroem a paisagem neste tecido de relações sociais e representações e como são constituídas por ela.

Por fim, descrevemos como ocorreu a receptividade da população à proposta do Blog: quantas e quais tipos de pessoas ajudaram, se despertou a curiosidade e interesse sobre patrimônio e paisagem, para, por fim, perceber a possibilidade de utilizar o mundo virtual como intermediador do conhecimento, visando à troca de saberes e participação informal das pessoas na criação das suas múltiplas identidades refletidas nas paisagens ressignificadas.

PARTE I

CAPÍTULO 1: CIDADE EM MOVIMENTO

e a cidade ia tomando a forma que o olhar revelava
Clarice Lispector

Um estudo sobre as características que envolvem a paisagem urbana de um determinado local requer, preliminarmente, uma análise sobre a cidade na qual ela está localizada de um modo amplo. Entendemos que essa abordagem ampla é necessária, pois o objeto de estudo do presente trabalho, qual seja, a Avenida Bueno Brandão, a Praça Marechal Deodoro, atual Hervé Cordovil, e a Praça Emílio Jardim estão fisicamente localizadas em um espaço maior, que é o da cidade de Viçosa.

Assim, à discussão inicial acerca do patrimônio e da paisagem de Viçosa, entendemos ser preciso uma análise sobre algumas narrativas memorialistas sobre a cidade, sejam as elaboradas em teses e livros, sejam as expressas num contexto de entrevista, pelas quais buscamos analisar as memórias pessoais dos entrevistados²⁵.

Partimos de uma reflexão sobre estas narrativas sobre a cidade de Viçosa e a possibilidade de utilização do conceito de movimento associado a esta cidade. Posteriormente, passamos a destacar a paisagem urbana escolhida como objeto de estudo desse trabalho analisando algumas concepções voltadas para estética, embelezamento, planejamento e requalificação da paisagem urbana.

Por fim, fez-se necessária uma análise interdisciplinar acerca dos conceitos de patrimônio e paisagem relacionados a outros caros à historiografia, como os de memória e identidade.

Tendo em vista a necessidade de acompanhar a velocidade das informações e das transformações estéticas, sociais, do uso da imagem e da narrativa na sociedade, levamos em conta, sobretudo, a complexidade das discussões acerca destes temas.

²⁵ As entrevistas foram realizadas na forma de semiestruturadas e diálogos livres, com fundamento na história oral e no método etnográfico. As transcrições completas estão anexas ao final deste trabalho.

1.1 É possível se pensar numa cidade em movimento?

As antigas concepções sobre a percepção de uma cidade fixa e planejada se tornaram obsoletas, na medida em que novos conceitos foram sendo desenvolvidos, uma vez que são incapazes de explicar a complexidade da cidade contemporânea. Conforme destaca Zygmunt Bauman, “a sociedade moderna líquida não se fixa a um espaço ou tempo, mas está sempre disposta a mudanças e livre para experimentar algo novo. Manter uma forma fixa não é tão fácil como simplesmente tomar nova forma”.

Assim, não pensamos a cidade como um a priori, válida universalmente, mas como uma realidade complexa e multifacetada no tempo, de modo que leva em conta aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e, sobretudo, simbólicos e cuja definição se adequa à problemática, às fontes, aos documentos encontrados e aos objetivos da pesquisa.

Jane Jacobs, ao destacar as vivências humanas na cidade, afirma que, “como há uma combinação de moradias com estabelecimentos comerciais de vários tipos e tamanhos, a rua é capaz de atrair públicos distintos que passam também a entrar em cena”²⁶. Ana Fani Carlos, por sua vez, afirma que “a paisagem urbana também revela um movimento não acabado, mas em construção ininterrupta”²⁷.

Nessa perspectiva, um estudo sobre cidade não deve ser pautado em uma visão única, pois, segundo Raquel Rolnik, a cidade é “um espaço de confluência de dinâmicas econômicas, políticas, sociais, demográficas, culturais e simbólicas”²⁸.

Antes, porém, de adentrar nesse debate sobre a ideia de movimento associado à cidade, é necessário analisar algumas informações gerais e dados oficiais que apontam para as características da cidade de Viçosa, bem como algumas narrativas de memorialistas e estudiosos do tema que analisaram a construção e as transformações da cidade.

*** **

A cidade de Viçosa, antes chamada de Santa Rita do Turvo, segundo informações retiradas do site da Prefeitura Municipal²⁹, localiza-se na região da Zona da Mata, Estado de

²⁶ JACOBS, J. (2009). Morte e vida das grandes cidades. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes. p. 53.

²⁷ CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.p. 34.

²⁸ ROLNIK, Raquel. .Op, cit., p. 9.

²⁹Prefeitura Municipal de Viçosa. Disponível em: <http://www.vicosa.mg.gov.br/a-cidade/localizacao>. Acesso em agosto de 2017.

Minas Gerais e faz divisa com os seguintes municípios: Teixeira e Guaraciaba ao norte, Paula Cândido e Coimbra ao sul, Cajuri e São Miguel do Anta a Leste e Porto Firme a oeste.

O mapa abaixo mostra os antigos distritos viçosenses: São Sebastião do Herval, Coimbra, Santo Antônio dos Teixeiras, São Miguel do Anta, São Sebastião da Pedra do Anta, São Miguel do Araponga e São Vicente do Grama. À exceção deste último, hoje pertencente ao município de Jequeri, todos estão emancipados, com encargos de progressistas cidades.

Nota-se na figura meramente ilustrativa abaixo que Viçosa (antiga Santa Rita do Turvo), confrontava-se com Santa Luzia do Carangola, Piranga, Abre Campo, Ponte Nova, São Paulo do Muriaé e Visconde do Rio Branco.

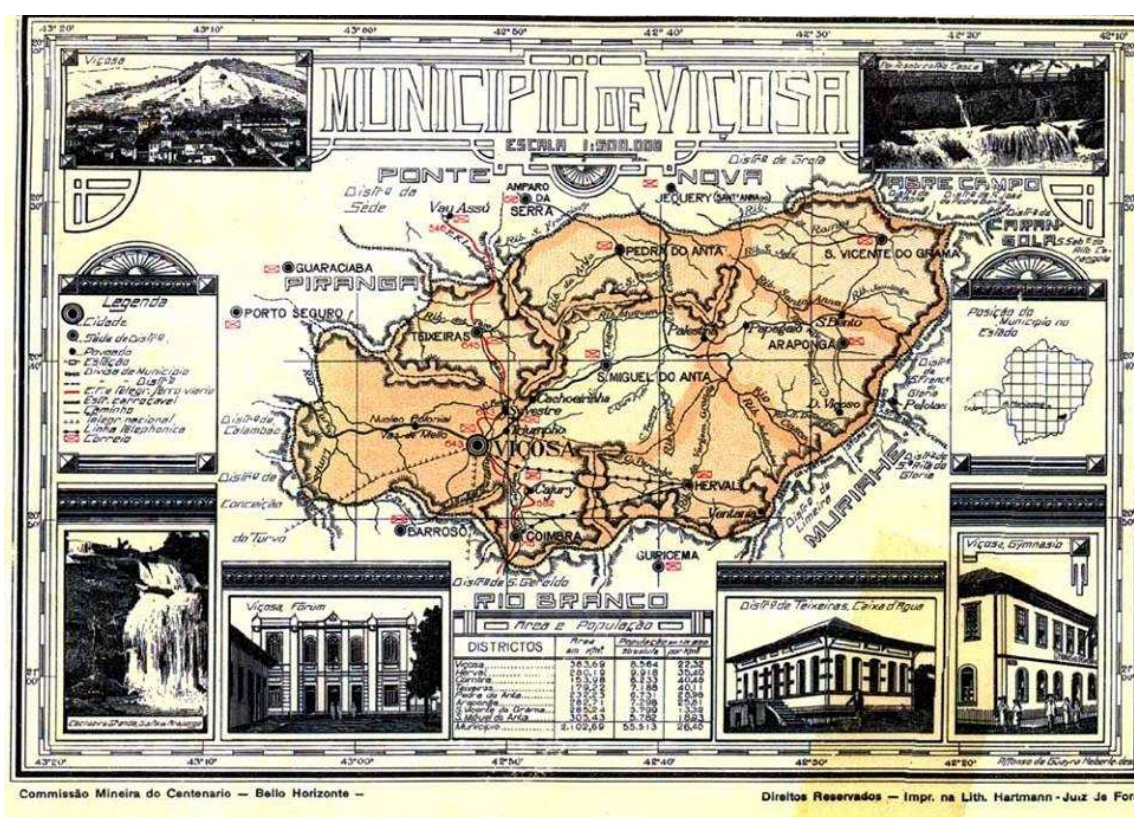


Figura 1 – Antigo mapa de Viçosa (1927)³⁰

Segundo Maria do Carmo Tafuri Paniago, a região da Zona da Mata, na qual se localiza a cidade de Viçosa, exercia o papel de abastecimento e fornecimento de alimentos para as regiões mineradoras no final do século XVII e início do século XVIII.

A partir de 1830, conforme destaca Paniago, a mineração começou a entrar em queda e intensificou-se a atividade cafeeira nesta região, acarretando, assim, uma redistribuição

³⁰ Imagem retirada do site: <http://www.albumchorographico1927.com.br/indice-1927/vicosa>. Acesso em maio de 2018.

demográfica na Zona da Mata e um aumento da população nas zonas do café. Diz a autora: “Na região de Viçosa, a sua expansão parece coincidir com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina, principal via férrea da Zona da Mata e grande fator de integração de seus municípios.”³¹

Sobre este aspecto, Alexandre Mendes Cunha e Marcelo Magalhães Godoy no artigo, O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX, ao aprofundarem a análise sobre o processo de diferenciação e regionalização espacial em Minas Gerais, levam em conta a necessidade de se tomar a realidade econômica de Minas a partir de uma sólida análise regionalizada. Para eles, esta diferenciação deve ser:

baseada não em compartimentações aleatórias ou anacrônicas do território; mas também, e especialmente, vislumbrando esse caráter dinâmico e propriamente histórico do processo de diferenciação espacial entre o século XVIII e o XIX, quebrando assim o dado estático de um mapa de regiões.³²

Ao analisar a região da Mata, observam que ela caracterizava-se pela presença de matas fechadas e expressiva população indígena e sua delimitação territorial era definida pela Serra da Mantiqueira e outras cadeias de montanhas, que separavam as Bacias dos Rios Grande e Doce da Bacia do Rio Paraíba. Segundo os autores:

A transposição da Serra, pelos viajantes, sempre esteve acompanhada do registro da transposição da exuberante e extasiante vegetação de florestas, para os campos da Região Sul e porção meridional da Região Mineradora Central. Esta transposição vinha acompanhada da percepção de mudanças na exploração econômica. Os campos e a criação de gado e extração aurífera, as matas e a baixa utilização das potencialidades naturais e dispersão de agricultura voltada para autoconsumo ou abastecimento de mercados intra-regionais.³³

Os autores, todavia, analisam que o café, poucos anos depois da passagem dos viajantes da primeira metade do século, transformaria completamente a paisagem da região da Mata:

as florestas seriam consumidas na avassaladora expansão da fronteira agrícola, os índios seriam exterminados ou progressivamente empurrados para o último refúgio que era a Região do Sertão do Rio Doce, o êxito na cultura da rubiácea elevaria a região a condição de principal polo econômico da província. Nenhuma região passou por processo semelhante de transformação. A Região da Mata perdeu algumas daquelas características que lhes conferiam identidade, substituídas por novo e singular traço: o café.³⁴

³¹ PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. Viçosa – mudanças socioculturais; evolução histórica e tendências. Viçosa: UFV, Imprensa Universitária, 1990, p.

³² CUNHA, Alexandre Mendes e GODOY, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/texto3.pdfP.1>. Acesso em novembro de 2017, p. 1.

³³ Ibidem, p. 22.

³⁴ Ibidem, p. 22.

Segundo Geraldo Browne Ribeiro Filho, em: A formação do espaço construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG³⁵, as primeiras edificações de Viçosa foram construídas próximas de uma pequena capela na atual Rua dos Passos e foi com a construção de uma nova capela, onde hoje está situada a Praça Silviano Brandão, que se foi constituindo um povoado nos seus arredores.

Ribeiro Filho, no entanto, concorda com Paniago quando afirma que foi com o advento da cultura cafeeira na Zona da Mata Mineira, incluindo Viçosa, que foram proporcionadas transformações significativas nos meios de transportes, mediante a construção de ferrovias interligando municípios produtores e em 1884 e a instalação da estrada de ferro denominada “The Leopoldina Railway”, tendo como um dos objetivos principais o de transportar o café.

Do mesmo modo, o arquiteto e urbanista Ítalo Stephan observa que, ao longo desta ferrovia, foram construídas “a estação ferroviária, o Colégio Patronato Agrícola Arthur Bernardes e, posteriormente a Universidade, sendo que sua ocupação se deu principalmente pela elite cafeeira, pelos representantes do capital comercial e por profissionais liberais”³⁶.

Karine de Almeida Paula, na sua monografia de conclusão de curso intitulada Urbanização, atividade imobiliária e adensamento urbano nos bairros Centro e João Braz em Viçosa (MG), cita Ribeiro Filho ao destacar a existência de três nucleamentos urbanos de Viçosa, que ele chama de três cidades de Viçosa. Estas “cidades”, segundo o autor, desde a sua constituição até a década de 1970, foram se superpondo ao longo dos anos, mediante três obras, que contribuíram, de forma significativa, para as transformações engendradas na cidade:

A primeira cidade se refere à cidade patrimônio, devido ao traçado urbano planejado pela Igreja, materializado em um conjunto de terras doadas a Igreja por um ou mais fazendeiros. A segunda seria a cidade ferrovia, dado a construção do ramal da ferrovia, possibilitando um acréscimo nas trocas comerciais, exportação agrícola, expansão do capital e intercâmbio cultural, assim como integrando novas áreas ao processo produtivo, tanto rurais como urbanas. A última se refere à cidade universitária, mediante a construção da ESAV.³⁷

³⁵ RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. A formação do espaço construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG. 1997, 205p. Dissertação de mestrado (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

³⁶ STEPHAN, Ítalo. Viçosa, MG: Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Plano Diretor como Instrumentos Aliados na Preservação. Disponível em: http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/77. Acesso em agosto de 2017.

³⁷ PAULA, Karine de Almeida. Urbanização, atividade imobiliária e adensamento urbano nos bairros Centro e João Braz em Viçosa (MG). Monografia de conclusão de curso. Departamento de Geografia/UFV. Orientador: Prof. Ulysses da Cunha Baggio. 2011, p. 37.

Assim, ressalta a influência da ESAV no processo de urbanização e organização socioespacial de Viçosa. Posteriormente, em 1948, o Governo do Estado transformou a ESAV em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG, e finalmente, em 1969, a instituição foi federalizada, passando a se chamar Universidade Federal de Viçosa – UFV.

A quarta cidade explicitada por Ribeiro Filho, conforme aborda Karine de Almeida Paula, se caracterizaria pelo advento da verticalização na área central e a expansão horizontal nas periferias da cidade³⁸.

Destas análises, depreende-se que toda a expansão urbana fez com que vários casarões e conjuntos urbanos fossem modificados, já que não havia naquela época uma discussão a respeito da salvaguarda do patrimônio ou mesmo uma preocupação com a preservação de imóveis mais antigos.

Essa preocupação, segundo Ítalo Stephan, só se fez presente a partir da década de 1990, quando o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa começou a trabalhar em conjunto com a Prefeitura Municipal de Viçosa e sua Secretaria de Cultura³⁹.

Conforme aborda Ítalo Stephan, há três importantes momentos do crescimento urbano de Viçosa, quais sejam:

A criação, em 1922, da Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV -, iniciando-se a construção de edifícios de estilo eclético, como o Edifício Arthur Bernardes, do alojamento estudantil e da Reitoria. Um pouco mais tarde, na década de 1960, construiu-se a Vila Giannetti, com 56 residências em estilo moderno, destinadas aos professores. Na década de 70, com a federalização, o aporte de recursos financeiros e a criação de vários novos cursos, a Universidade Federal de Viçosa contribuiu de forma decisiva para o acelerado processo de urbanização que se seguiu ...⁴⁰

Ressalta que a criação de vários cursos de graduação teve como consequência a migração de um elevado contingente populacional para este município, pressionando, assim, a expansão do espaço urbano com a construção de novas edificações cada vez mais constante. Segundo Ribeiro Filho:

O expressivo contingente populacional que migrou para Viçosa, a partir da década de 70, pressionou a expansão do espaço urbano não só horizontalmente, com a incorporação de novos loteamentos, mas também verticalmente, com a construção

³⁸ Op. cit., p. 38.

³⁹ STEPHAN, Ítalo. Viçosa, MG: Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Plano Diretor como Instrumentos Aliados na Preservação. Disponível em: http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/77. Acesso em agosto de 2017.

⁴⁰ STEPHAN, Ítalo. Viçosa, MG: Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Plano Diretor como Instrumentos aliados na preservação. Disponível em: http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/77. Acesso em agosto de 2017.

de novas edificações. Neste sentido, a área central da cidade foi a primeira a ser verticalizada, por ser a mais bem provida de infra-estruturas, equipamentos e serviços urbanos e a mais valorizada. Esta verticalização aconteceu com a perda de alguns casarões [...] e com eles, parte de sua história.⁴¹

Ao ressaltar, especificamente, a ação dos empresários e da construção civil em Viçosa, Ribeiro Filho chamou a atenção para o que ele denominou “mutilação do Código de Obras” de Viçosa. Segundo o autor:

Em 03 de maio de 1983, através da Lei nº 391/83, foram suspensos e alterados todos os dispositivos que comumente estavam sendo descumpridos. Permaneceram no Código de Obras apenas as disposições que não feriam os interesses dos empresários da construção civil.⁴²

Nota-se, portanto, que os autores em discussão avaliam de forma negativa as transformações pelas quais Viçosa passou ao longo dos anos, destacando a falta de políticas eficazes de planejamento urbano e de proteção do patrimônio histórico e a influência da construção civil e do mercado imobiliário nestas políticas.

Do mesmo modo, Rosilene Bernardes, na monografia intitulada *Ampulheta Urbana: uma análise da construção da UFV e de sua influência na des(construção) da cidade de Viçosa – MG* através das transformações no tempo e no espaço, afirma que a construção da ESAV teria provocado a (des)construção da cidade de Viçosa, pois haveria a intenção de romper com a estrutura rural antiga, predominante na cidade, e transformar seus costumes.

Segundo essa autora, entre os impactos fundamentais, “está o fato de o campus ter sido pensado sem nenhuma conexão com o restante da cidade e a falta de planejamento urbano que possibilitasse um desenvolvimento que o município tivesse condições de acompanhar”⁴³.

Esse processo de desconstrução pode ser considerado como destruição na perspectiva da salvaguarda e dos valores de permanência, mas também no sentido de reorganização, ou mesmo de requalificação, quando compreendida na perspectiva das mudanças na estética dos seus prédios.

Necessário, portanto, ressaltar a perspectiva de análise do presente trabalho pela qual a expressão “desconstrução” também é utilizada, buscando-se, no entanto, ampliar o conceito elaborado por Bernardes ao relacioná-la à paisagem urbana, pois fundamenta-se na concepção

⁴¹ Op. Cit. p.141.

⁴² RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. A formação do espaço construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG. 1997. 205p, apud PAULA, Karine de Almeida. Urbanização, atividade imobiliária e adensamento urbano nos bairros Centro e João Braz em Viçosa (MG). Dissertação de mestrado (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 1997, p. 158.

⁴³ BERNARDES, Rosilene. *Ampulheta Urbana: uma análise da construção da UFV e de sua influência na des(construção) da cidade de Viçosa – MG* através das transformações no tempo e no espaço”. Monografia de conclusão do Bacharelado em Geografia, UFV. Orientador: Professor Leonardo Civalle. Viçosa – UFV, 04/04/2013, 183f, p. 20-25.

de Maria Ângela Faggin Pereira Leite pela qual “a paisagem de cada um dos muitos lugares que compõem uma região é o resultado da integração entre todos os processos de organização do território, que se exercem sobre esses lugares ao longo do tempo”⁴⁴.

Percebe-se dessas análises uma tendência a considerar que os processos de reorganização do centro de Viçosa representam alguns grupos sociais que produziram narrativas predominantes conforme os seus interesses.

Importante compreender, no entanto, que todas essas teses também são representações, pois Schier, ao destacar o elemento humano fundamental para interpretar a geografia e a paisagem, afirma que “sua significação é resultante do estudo do pesquisador, que, por sua vez, é um agente cultural pertencente a uma circunstância”⁴⁵.

Neste sentido, escolhemos como objeto de estudo do presente trabalho a paisagem urbana da Avenida Bueno Brandão, da Praça Hervé Cordovil e da Praça Emílio Jardim, devido ao fato de fazerem parte de uma região do município de Viçosa que está nesse movimento constante, tanto no plano físico quanto no das ideias.

De modo ilustrativo o mapa abaixo busca demonstrar que esses locais pertencem a uma área urbanizada, na qual dá para identificar algumas construções antigas, como o Hotel Rubim, a Estação Ferroviária Leopoldina e o Balaústre, mas também prédios novos, como os Edifícios Nanhá Maciel e Cora Bolivar.

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. *Revista RA'EGA*, Curitiba, nº 7, p. 82.



Figura 2 – Centro urbano de Viçosa escolhido como objeto de estudo⁴⁶

Assim, as paisagens da Avenida Bueno Brandão e das Praças Hervé Cordovil e Emílio Jardim se destacam enquanto objeto deste estudo não apenas por serem representativas de uma elite cafeeira que morou nos casarões que estão sendo derrubados, conforme as constatações realizadas por alguns memorialistas citados.

Ao analisarmos as críticas abordadas pelos autores mencionados e percorrermos as localidades estudadas, percebemos que atualmente há uma grande diversidade estética e cultural nestes locais, sendo seus casarões antigos constantemente alvos de discussão sobre patrimonialização e/ou planejamento urbano, além de conflitos de interesses entre grupos, como os defensores das casas que constituem patrimônio cultural de Viçosa e os donos das imobiliárias que buscam a localidade para construir novos prédios.

Assim sua importância está no fato de ser um espaço público usufruído pelos mais diversos grupos socioculturais da população. Zygmunt Bauman, em *Confiança e Medo na Cidade*, se atenta para os conflitos decorrentes de interesses políticos, econômicos ou mesmo identitários na cidade como orientadores da sua dinâmica na modernidade líquida.

⁴⁶ Imagem retirada do Google Earth

as cidades contemporâneas são os campos de batalha nos quais os poderes globais e os sentidos e identidades tenazmente locais se encontram, se confrontam e lutam, tentando chegar a uma solução satisfatória ou pelo menos aceitável para esse conflito: um modo de convivência que - espera-se - possa equivaler a uma paz duradoura, mas que em geral se revela antes um armistício, uma trégua útil para reparar as defesas abatidas e reorganizar as unidades de combate. É esse confronto geral, e não algum fator particular, que aciona e orienta a dinâmica da cidade na modernidade líquida - de todas as cidades, sem sombra de dúvida, embora não de todas elas no mesmo grau.⁴⁷

Num outro momento, ao alertar para o crescente avanço tecnológico do século XXI, bem como a mobilidade e o desenvolvimento das telecomunicações, Bauman se atenta para uma desvalorização do espaço que pode ter como consequência o fim das cidades.

No universo do software, da viagem à velocidade da luz, o espaço pode ser atravessado em tempo nenhum. A quase instantaneidade do tempo anuncia a desvalorização do espaço. Agora é o menor, o mais leve e mais portátil que representam melhoria e progresso⁴⁸.

Não chegamos, no entanto, a esse extremo de interpretação. Concordamos com Manuel Castells ao afirmar que o universo do software proposto por Bauman não tende a decretar o fim das cidades, pois, embora elas tenham mudado sua configuração e estejam submetidas a interesses e vontades divergentes, a intensidade do intercâmbio e a maior mobilidade têm forçado a singularidade dos espaços fixos:

pois locais de trabalho, escolas, complexos médicos, postos de atendimento ao consumidor, áreas recreativas, ruas comerciais, shopping centers, estádios de esportes e parques ainda existem e continuarão existindo. E as pessoas deslocar-se-ão entre todos esses lugares com mobilidade crescente, exatamente devido à flexibilidade recém-conquistada pelos sistemas de trabalho e integração social em redes: como o tempo fica mais flexível, os lugares tornam-se mais singulares à medida que as pessoas circulam entre eles em um padrão cada vez mais móvel⁴⁹.

Por sua vez, Jane Jacobs destaca que “as cidades monótonas, inertes, contêm, na verdade, as sementes de sua própria destruição e um pouco mais. Mas as cidades vivas, diversificadas e intensas, contêm as sementes de sua própria regeneração”⁵⁰.

Assim, o conceito de movimento está relacionado diretamente às pessoas, ou seja, à paisagem urbana viva do centro de Viçosa, pois ela não é apenas local de transformações nos seus prédios, mas também palco de diversidades sociais, de vivências dinâmicas de pessoas que passam, trabalham ou usufruem do comércio local, embora haja também a presença de

⁴⁷ BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009, p. 13.

⁴⁸ BAUMAN, Zygmunt (2001). *Modernidade Líquida*, Rio de Janeiro, Zahar, p. 137.

⁴⁹ CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 487.

⁵⁰ JACOBS, J. (2009). *Morte e vida das grandes cidades*. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, p. 499.

alguns moradores mais antigos que ainda guardam recordações nostálgicas de calma, estabilidade, segurança e permanência.

Seguindo essa linha de pensamento, compreendemos que a utilização do conceito movimento é pertinente, pois se atenta, sobretudo, para a movimentação dos olhares das pessoas que fazem parte dessa paisagem, das intencionalidades que percorrem o campo do comportamento e do imaginário, além das atribuições simbólicas de pessoas que não apenas constroem as paisagens, mas são construídas por elas.

1.2 Mudanças e permanências: a ideia de requalificação do centro urbano de Viçosa

As formas tradicionais de se conceber a cidade utilizavam-se de antigas interpretações modernistas como a de boa cidade. Conforme analisa Patrícia Vargas de Araújo no artigo “Intervenções urbanas e aspirações de modernização - Campanha/MG (1890-1930)”⁵¹,

As reformas urbanístico-sanitárias empreendidas por Georges Eugène Haussmann, responsável por levar a cabo uma intensa reforma urbana na cidade de Paris, entre 1853-1869, construindo largas avenidas, praças monumentais e edifícios grandiosos, demolindo os antigos quarteirões, as ruas estreitas e tortuosas, os becos sem saída, operando uma cirurgia urbanística que se tornaria paradigma para as intervenções realizadas em diversas cidades em diferentes pontos do mundo. Com apoio do imperador Luís Napoleão e se orientando pelos ideais de higienização, embelezamento e racionalização do espaço urbano, Haussmann empreenderia uma profunda transformação nas estruturas ainda medievais da cidade de Paris.⁵²

Essas interpretações foram trazidas para o Brasil e ainda predominam na mentalidade de alguns moradores de Viçosa, conforme será analisado posteriormente, já que há uma preocupação com embelezamento, racionalização e higienização do centro da cidade.

Importante mencionar que as principais correntes do Urbanismo dos séculos XIX e XX, segundo Edward Relph, são as “Humanista, Naturalista e Progressista, as duas primeiras eram basicamente anti-industrialistas, que prezavam pelo bem-estar do indivíduo e previam arborização e jardins”⁵³.

⁵¹ ARAUJO, Patrícia Vargas Lopes de. Intervenções urbanas e aspirações de modernização - Campanha/MG (1890-1930). XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. 27 a 21 de julho de 2015. Florianópolis/SC.

⁵² Ibidem. p.1.

⁵³ RELPH, Edward. A invenção do planeamento urbano moderno: 1890-1940. In: A paisagem urbana moderna. Lisboa: Edições 70, 1985, p. 54.

Conforme analisa Relph, a Progressista era voltada para a modernidade e “fazia uso de vidro, concretos e armações”⁵⁴. Esta vertente sempre sofreu críticas, pois favoreceu o crescimento da cidade “sem atenção à beleza e ao conforto, destruiu patrimônios arquitetônicos e fez-se perder até a estrutura antiga das cidades, como vielas e ruas”⁵⁵.

A maior parte das narrativas atuais sobre a história de Viçosa, mais especificamente sobre os locais estudados, se atenta para as transformações ocorridas ao longo do tempo nas suas ruas e prédios, no entanto possuem uma visão protecionista e saudosista.

As ideias de revitalização ou requalificação da paisagem estudada surgem após um olhar crítico da paisagem e passam por opiniões contrastantes, tendo em vista que há pessoas que defendem a permanência das características antigas e a restauração como uma forma de valorização e embelezamento da cidade, enquanto outros já preferem que tudo seja modificado para que o centro se torne um local mais útil e proporcionador de maior mobilidade de locomoção. Ressaltamos, entretanto, também, a existência de visões de requalificação associadas à cidadania, à democratização dos espaços, bem como às relações com as periferias.

Importante mencionar que os documentos que serão analisados neste tópico definiram o recorte temporal pensado para este estudo, pois a maior parte dos dados obtidos durante a pesquisa foi a partir de memórias narradas e de fotografias que remetiam a períodos antigos da história de Viçosa e de fotografias, entrevistas e narrativas que remetem aos dias atuais.

Assim, passamos a analisar algumas dessas fotografias iniciando com alguns grupos de imagens antigas correspondentes a alguns cartões postais produzidos pela Tonymello Produções Fotográficas e, posteriormente, com as declarações de José Mário Rangel referentes ao passado de Viçosa.

A fotografia abaixo faz parte de uma coleção de cartões postais da Tonymello Produções Fotográficas. Data do ano de 1916, segundo informação no verso do cartão postal, e foi escolhida por mostrar, ao fundo, as primeiras construções da Avenida Marechal Deodoro, atualmente denominada Hervé Cordovil.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ Ibidem.

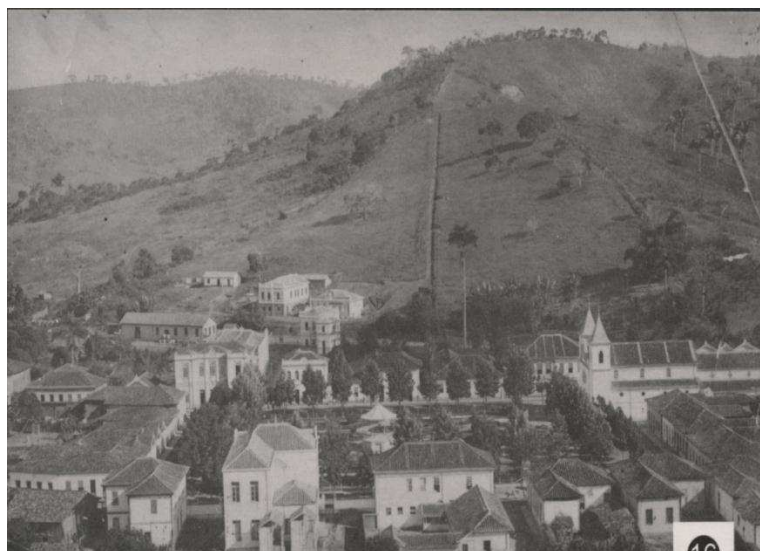


Figura 3 – Primeiras construções da Avenida Marechal Deodoro (1916)⁵⁶

Nota-se nessa imagem a presença da estação e do atual edifício Alcântara, do Grande Hotel, onde é o Hotel Rubim, entre outras construções. Outros postais da Tonymello Produções Fotográficas merecem destaque, pois ilustram as características arquitetônicas da paisagem estudada, facilitando, assim, a compreensão de algumas memórias e a comparação com algumas das imagens dos dias atuais.

A **Figura 4**, abaixo, já foi bastante utilizada em jornais locais, e foram concedidas a esta autora reproduções dessa imagem por dois dos entrevistados: J.L. e V.M. Sua importância se dá por mostrar a Avenida Marechal Deodoro no ano de 1945 e dois dos seus principais prédios no período: o Edifício Alcântara, que na época era o Banco de Crédito Rural, e o Hotel Rubim, ambos existentes até hoje.

⁵⁶ Acervo pessoal de V.M de cartões postais vendidos no ano 2000 pela Tonymello produções fotográficas.



Figura 4 - Avenida Marechal Deodoro (1945)⁵⁷

A **Figura 5** mostra um pouco do movimento e do cotidiano na paisagem urbana escolhida para esse trabalho. Nota-se a presença de homens, mulheres, crianças, caminhões de carregamento e data de 1948, ou seja, um local já marcado por um dinamismo e circulação de pessoas.



Figura 5 - Cotidiano e movimento na Praça Marechal Deodoro (1948)⁵⁸

Já a **Figura 6**, por sua vez, destaca a Estação Ferroviária Leopoldina no ano de 1956, juntamente com os atuais Edifício Alcântara e o Hotel Rubim. É um dos prédios mais antigos da região e justifica a intensa movimentação nesse local, já que era o principal meio de locomoção da época.

⁵⁷ Acervo pessoal de V.M de cartões postais vendidos no ano 2000 pela Tonymello produções fotográficas.

⁵⁸ Acervo pessoal de V.M de cartões postais vendidos no ano 2000 pela Tonymello produções fotográficas.



Figura 6 - Estação Ferroviária Leopoldina (1956)⁵⁹

Complementando as informações visuais contidas nessas imagens, importante destacar as declarações de José Mário Rangel, funcionário da Prefeitura Municipal de Viçosa na Secretaria de Patrimônio e uma das pessoas mais citadas como sabedor da história de Viçosa durante as pesquisas e entrevistas:

Aquela região ali o entorno da Estação Cultural é o centro gravitacional da cidade, a estaçãozinha, porque veio a estrada de ferro em 1914 pro centro. Antes a estrada de ferro passava pela estação velha da Violeira por motivação política. Havia uma briga aqui do Cesário Alvim, que era chefe político em Ubá, e o deputado e senador Vaz de Melo, sogro do presidente Arthur Bernardes, que era chefe político e chegou a ser presidente do Congresso Nacional, morava aqui em Viçosa. Então havia uma rivalidade de Viçosa com Ubá, e pela maldade de Cesário Alvim, de acordo com as rivalidades da época, a estação passou por fora, isso atrasou muito o progresso da cidade. Então, a estação tem um significado extraordinário pro progresso da cidade, a partir de 1914 quando ela foi inaugurada, hoje é um galpão que foi tombado, agora é um auditório, Estação Cultural.⁶⁰

Importante perceber que José Mário da Silva Rangel possui um olhar saudosista e voltado para uma história contada sob a perspectiva política dos grandes feitos, ressaltando nomes de importantes administradores dos primeiros anos da cidade de Viçosa.

Rangel trata a história de Viçosa sob um olhar político, mas que defende a permanência e restauração dos prédios antigos como forma de embelezamento e valorização da história do município. É, também, o criador de um dos Blogs mais acessados pelos interessados sobre a história de Viçosa: “O passado compassado de Viçosa”⁶¹.

Este Blog consta com uma só publicação, no entanto possui aproximadamente 300 mil visualizações em 11 anos de existência, conforme afirma o próprio José Mário. No Blog, ele

⁵⁹ Acervo pessoal de V.M de cartões postais vendidos no ano 2000 pela Tonymello produções fotográficas.

⁶⁰ Trechos de entrevista de José Mário Rangel, concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

⁶¹ O passado compassado de Viçosa. Disponível em: <http://opassadocompassadodevicosas.blogspot.com.br/>. Acesso em agosto de 2017.

se preocupa em escrever sobre a história de Viçosa com algumas narrativas e fatos do passado, fundamentadas em alguns documentos, fotografias e referências bibliográficas.

O interesse do autor pelo passado de Viçosa é evidente, conforme ele mesmo aponta:

...na casa que eu fui criado tinha uma biblioteca muito bacana, um acervo um amor muito grande por Viçosa, que ensinou a gente a amar Viçosa ... desde pequeno sempre gostei muito de pesquisar ... não eu não fiz história ... mas eu tenho alguns manuais lá de escrever história ...⁶²

Sua atuação como historiador de Viçosa é lembrada por algumas pessoas que concederam entrevista, como é perceptível nas falas:

... Zé Mário ele sabe tudo, tem um arquivo muito grande, aí tudo de interessante eu passo pra ele. Ele já tem aquela paciência de documentar, de acrescentar, de pesquisar, outro que tinha bastante coisa é o Toninho Melo.⁶³

... o Museu Virtual eu contribuí bastante, o Zé Mário e eu colecionava as fotos e eu passei tudo pra ele, passava tudo e sabia que uma pessoa tinha arquivo de foto em casa eu ia lá e pedia emprestado, postava no Museu Virtual, bastante coisa.⁶⁴

Com relação a alguns pontos pertencentes à área estudada nessa dissertação, consta no Blog de José Mário que a Estação Leopoldina, localizada na antiga Praça Marechal Deodoro, atual Hervé Cordovil, foi inaugurada a 29 de março de 1914. Ao ressaltar o entusiasmo da população com a chegada da estrada de ferro ao novo centro de Viçosa, transcreve:

Não é difícil imaginar que foi uma enorme felicidade assistir a realização dessa distensão ferroviária, o alongamento de uma estrada já existente, e que colaborou, estimulando o empreendimento não só agrícola, mas ainda o industrial e o comercial. A estrada de ferro, a cuja inauguração os filhos de Viçosa assistiram na administração de Dr. Arthur, com perspectivas de futuro oferecidas a seu amado torrão, foi digna, portanto, da mais sincera e unânime acolhida e do louvor de entusiasmo popular. O instante da chegada do trem de ferro à cidade foi um motivo demasiado significativo e impossível foi alguém silenciar, deixando de manifestar os parabéns ao principal propulsor de tão faustosa obra pública.⁶⁵

Já a abertura da Avenida Bueno Brandão se deu na mesma época da chegada da nova estrada de ferro de Viçosa. Conforme destaca José Mário, no art. 3º da Resolução nº 345, de 17/1/1914, o Dr. Horta determinou o seguinte:

É o presidente da Câmara auctorisado a promover a abertura, nesta Cidade, de uma avenida, que se denominará “Bueno Brandão”, ao longo da via férrea em construção, entre a praça Emílio Jardim e a rua de Santa Rita, celebrando para este fim os acordos necessários e determinando o respectivo alinhamento. **Os prédios que se construïrem na referida avenida deverão ter as fachadas encimadas por platibandas, não podendo ter menos de dezoito palmos de pé direito**, nos termos da resolução nº 319, de 4 de junho de 1912." As obras de abertura da avenida Bueno Brandão tiveram início na gestão de seu sucessor, Dr. Antônio Gomes Barbosa⁶⁶.

⁶² Trechos de entrevista de José Mário Rangel, concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

⁶³ Trechos de entrevista de L.M., concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ O passado compassado de Viçosa. Disponível em: <http://opassadocompassadodevicosa.blogspot.com.br/>. Acesso em agosto de 2017

⁶⁶ Ibidem. Grifo nosso.

Algumas fotografias também foram publicadas por José Mário em seu Blog em uma parte intitulada “Iconografia”. Importante ressaltar as que fazem referência aos locais estudados neste trabalho, que são: a antiga casa que pertenceu a Dr. Antônio Gomes Barbosa (**Figura 7**), depois à família Ramos. Percebem-se também os trajes requintados e os veículos daquele tempo. A Maria Fumaça em plena atividade (**Figura 8**), bem como pessoas observando sua travessia, alguns trabalhadores, a balaustrada (**Figura 9**) e um meio de transporte existente na época em destaque chamado de jardineira.



Figura 7 - Vivenda número 340⁶⁷

Conforme explicita José Mário Rangel no seu Blog O passado compassado de Viçosa, a imagem acima é da vivenda de número 340 da Avenida Bueno Brandão, no centro de Viçosa.

antiga morada do Dr. Antônio Gomes Barbosa e depois da família Ramos. Não pudemos confirmar documentalmente a quem pertencera o primeiro carro na cidade. Se o libanês Nacif Nazar ou Luiz Lopes Gomes (Lulinha). A foto é certamente da década de 1920, reproduzida por este Blogger e extraída do jornal O PROGRESSO DO BRASIL.⁶⁸

Válido destacar, também, a imagem abaixo.

⁶⁷ Disponível em <http://opassadocompassadodevicosa.blogspot.com.br>. Acesso em setembro de 2017.

⁶⁸ Disponível em <http://opassadocompassadodevicosa.blogspot.com.br>. Acesso em setembro de 2017.



Figura 8 - Maria Fumaça em atividade⁶⁹

Sobre essa imagem, José Mário da Silva Rangel destaca que:

o tráfego regular até a estação central da Estrada-de-Ferro The Leopoldina Railway, inaugurada a 29 de março de 1914, iniciou-se a 31 de agosto do mesmo ano. A antiga estação distava seis quilômetros do atual centro do município, ali construída por conta de divergências entre fazendeiros, ainda no regime imperial, na zona rural próxima da atual Viroleira, aqui chegando a 21 de dezembro de 1885.⁷⁰

A próxima figura, por sua vez, destaca a balaustrada e a jardineira.



Figura 9 - Jardineira e balaustrada⁷¹

Conforme o autor:

Havia, naquele tempo, as peruas, também chamadas "jardineiras", com bancos de madeira, para os distritos de Araponga, Canaã (esta mostrada aqui, na foto acima, provavelmente da década de 1940), de Estêvão de Araújo, Pedra do Anta, Porto Firme e São Miguel do Anta. Em segundo plano, vemos aqui nesta foto, a

⁶⁹ Disponível em <http://opassadocompassadodevica.blogspot.com.br>. Acesso em setembro de 2017.

⁷⁰ Disponível em <http://opassadocompassadodevica.blogspot.com.br/>. Acesso em setembro de 2017.

⁷¹ Disponível em <http://opassadocompassadodevica.blogspot.com.br>. Acesso em setembro de 2017.

balaustrada. À esquerda, a ainda existente residência do ex-deputado Emílio Jardim e de Dona Caia, depois da família Bolívar de Araújo Moreira Ferreira da Silva (Dr. Sebastião e Dona Cora) e à direita a residência da família de Francisco Sant'Anna, onde hoje é um edifício. No alto, entre ambas as moradias, vislumbam-se as residências das famílias de Almiro de Paula Andrade (Sô Milote) e de Almiro Mollica.⁷²

As fotos foram escolhidas por revelarem um pouco da paisagem urbana da Avenida Bueno Brandão nos seus primeiros anos, evidenciando as intensas transformações que ocorreram até os dias atuais.

As afirmações de José Mário da Silva Rangel, por sua vez, além de ressaltarem a história de Viçosa de um modo político, de valorização de grandes homens, possui uma perspectiva positiva de apreciação estética sobre os imóveis antigos presentes no centro urbano estudado e de valorização e defesa do patrimônio histórico da cidade.

Necessário analisar que ainda há traços do passado que permanecem nesta paisagem, assim como nas Praças Hervé Cordovil e Emílio Jardim e perduram com o esforço de algumas entidades e grupos específicos, através da prática do tombamento, como, por exemplo, o realizado na fachada principal do Edifício Nhandá Maciel⁷³.

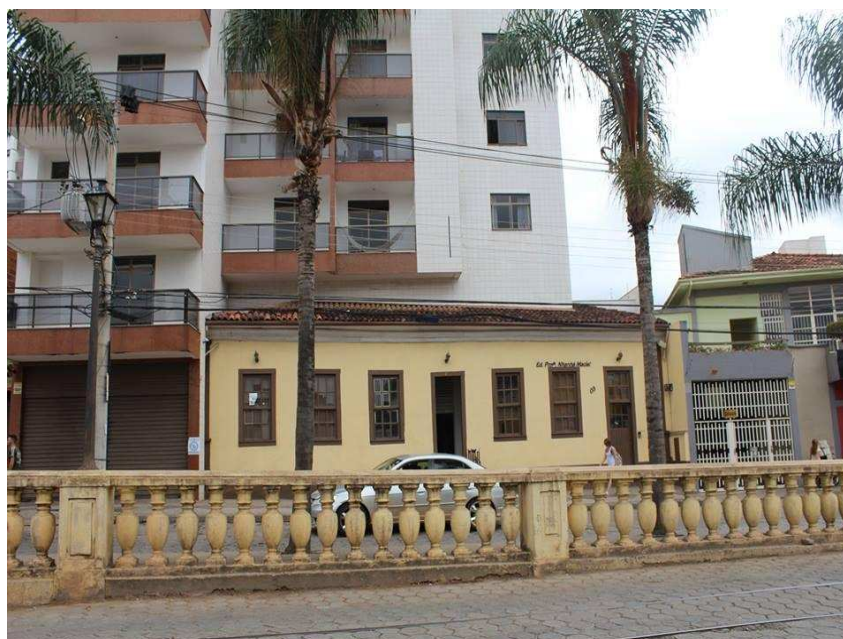


Figura 10 - Fachada do primeiro hospital de Viçosa⁷⁴

José Mário da Silva Rangel também se atenta no seu Blog para a presença de outros elementos da paisagem urbana estudada que permanecem nos dias atuais e possuem funções

⁷² Ibidem.

⁷³ Localização: Praça Emílio Jardim 03, Centro Tombamento: Decreto N° 3818/2004 – 19/04/2004.

⁷⁴ Acervo pessoal de Aline Soares Martins.

diversas no mesmo espaço, como, por exemplo, o balaústre, a estação, os bancos, o estacionamento e os carros. Conforme descrição e foto abaixo:

Em primeiro plano vemos, aqui, a balaustrada, construída sob a supervisão do engenheiro viçosense Dr. Mário das Neves Machado, na primeira metade da década de 1920, no governo do Dr. Antônio Gomes Barbosa. No canto superior direito vislumbra-se o imóvel de número 47, que sediou a Prefeitura, e ao fundo a torre principal do Santuário. À esquerda, de janelas azuis, o velho sobrado que foi agência do Banco do Crédito Real de Minas Gerais; e o Edifício da Caixa Econômica Federal (ao fundo, no alto, à extrema direita) e em primeiro plano o Banco Itaú, antigo Bemge. Na extrema esquerda o Edifício Panorama, na antiga Rua do Comércio, 56, atual Rua Benjamim Araújo, antiga Getúlio Vargas. Foto de autoria deste Blogger.⁷⁵



Figura 11 - Balaustrada e estação ⁷⁶⁷⁷

Importante compreender que Rangel contextualiza as imagens com o objetivo de ilustrar uma narrativa oficial construída por ele sobre a história antiga de Viçosa. O estudioso aprendeu a escrever história segundo um manual, como ele mesmo afirma na entrevista:

Eu tenho os manuais lá de escrever história, Amílcar Martins que foi deputado, foi secretário de cultura de Minas Gerais, era muito amigo dele, fazia campanha política pra ele aqui, andava com ele por aí, candidato a deputado e ele me deu um manual de como escrever a história da sua cidade, aí eu peguei aquelas técnicas e fiz amadoristicamente o Blog, tá servindo pra muita gente.⁷⁸

Essa preocupação com uma história voltada para a perspectiva da política e dos líderes e datas importantes de Viçosa ficam evidentes, também, em trechos da entrevista concedida:

⁷⁵ Ibidem.

⁷⁶ Localização da estação: Praça Hervé Cordovil s/nº, Centro Tombamento: Decreto Nº 3435/99 – 30/04/99.

Localização da balaustrada: Av. Bueno Brandão, Centro Tombamento: Decreto Nº 3436/99 – 30/04/1999.

⁷⁷ Disponível em <http://opassadocompassadodevicosablogspot.com.br>. Acesso em setembro de 2017.

⁷⁸ Trechos de entrevista de José Mário da Silva Rangel, concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

Anos 1980, na administração do José Américo, o prefeito José Américo Garcia, justamente para alargar e facilitar pra carro. Antigamente eram poucos carros, a cidade não imaginava que fosse crescer tanto assim, com tantos carros, né?.

Pois é, aquela casa é da mesma época da casa do presidente Bernardes na Praça Silviano Brandão. O primeiro proprietário foi Doutor Emílio Jardim que foi deputado também, era colegiado com Arthur Bernardes.

O Doutor Belo Lisboa que era engenheiro da universidade que construiu, é o tipo das casas da época, né? Neoclássico, estilo eclético e foi do Doutor Emílio Jardim, depois venderam pro Doutor Sebastião Ferreira da Silva que era médico, conheci pessoalmente, amigo do meu avô e Dona Cora que era poetisa e estudou com Carlos Drumond de Andrade na Faculdade de Farmácia de Ouro Preto, era amiga do Drumond, família muito importante em Viçosa, família Bolívar, né? Doutor Arduíno Bolívar que foi fundador do Arquivo Público Mineiro, nasceu aqui em Viçosa, foi pra Academia Mineira de Letras, foi a família de maior importância aqui, ilustríssima, eles moraram ali até o falecimento.⁷⁹

Nota-se, portanto, que a leitura que o autor faz das imagens da paisagem antiga de Viçosa não devem ser tomadas como verdades absolutas, pois é apenas um nível de percepção subjetiva e individual, ou seja, é uma forma de utilização da narrativa ilustrada pela fotografia e sua informação correspondente.

Assim, necessário se faz iniciarmos a análise sobre algumas falas das pessoas que foram entrevistadas nesse trabalho. Contamos com um total de 10 pessoas entrevistadas, além de comentários de alguns passantes e trabalhadores das ruas do centro da cidade que fundamentaram grande parte do trabalho.

As pessoas mencionadas abaixo narraram suas lembranças pessoais de modo saudosista e preservacionista, ainda que não preocupadas, necessariamente, com a política da cidade. Entre elas destaca-se a de J.R.:

Eu nasci nessa casa, eu e mais alguns irmãos nasceram aqui. As minhas irmãs, mais de idade, nascera na casa onde meu pai morava, em cima da loja. Aí depois ele comprou essa casa de terceiros e essa casa eu acho que ele foi construída por algum engenheiro no tempo da fundação da UFV, mas ela já existia em 1924, porque tem um jornal, um amigo do meu pai colecionava jornal e ele deu esse jornal pra papai que trouxe a casa nossa no tempo dos Fordinhos, aqueles Fordinhos que tinha antigo, tem foto do Ford aqui na frente da nossa rua aqui, em frente à casa... Mesmo quando o trem tava finalizando, quando tava encerrando as atividades, meus sobrinhos vinham passear aqui e juntava com meu cunhado e a gente ia passear de trem. Ia pra Coimbra, ia pra Teixeiras... Faziam seresta, passava em cada casa dos amigos, meu pai e minha mãe tinham essa amizade com esse pessoal, eles não deixavam de vim aqui e quando eles passavam mais ou menos de madrugada, a gente abria a janela, mamãe abria e mamãe gostava, ela era muito assim gostava de atender as pessoas bem, comunicar com as pessoas, sem sair de casa ela sabia tudo que se passava. Por quê? Tinha pessoas que vinham aqui visitá-la que trazia as coisas novas que tava acontecendo e minha mãe sabia que a orquestra vinha, ela preparava quitutes pra orquestra, café, chá, essas coisas quentes, porque fazia muito frio na época. Então biscoito, mamãe fazia broa, essa coisa toda, que na hora que eles chegavam ali minha mãe e meu pai mandavam subir e sentava todo mundo aqui nessa sala. Era muito legal, isso aí é uma coisa que me marcou também.⁸⁰

⁷⁹ Trechos de entrevista de José Mário Rangel, concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

⁸⁰ A foto do Fordinho mencionado é a publicada por José Mário no seu blog (vide página 22). Trechos de entrevista de J.R., concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

Por sua vez, interessante ressaltar as memórias pessoais de A.F., artista viçosense que participou de vários eventos e relatou suas lembranças sobre o local onde morou, os passeios de trem e as festas no centro da cidade:

Olha, eu morava no prédio onde é hoje o Gaiola de Ouro... Morava lá antes uma família bem tradicional, a família Santana, que tinha a primeira loja de eletrodomésticos na cidade, então morava nessa casa e uma casa com características da época, parecendo aquelas construções no estilo do Hotel Rubim, uma casa muito interessante, o aspecto arquitetônico dela... Quando às vezes apitava a noite incomodava, o barulho do vagão, mas é muito interessante, era muito usual, aquelas famílias ainda usavam muito. Viagens, não só de cargas, mas de pessoas também, eu cheguei a pegar isso. As pessoas chegando, as famílias de viagem, ia todo mundo receber os familiares quando chegavam de Ponte Nova, por exemplo, era muito interessante...eu já cheguei a Belo Horizonte. O trem gastava dois dias, você tinha que sair, dormir em Ponte Nova, porque a Leopoldina só ia até lá e pra chegar a Belo Horizonte era a Central do Brasil se não me engano, então a gente tinha que dormir no Hotel Glória que era em frente, hoje o hotel está em decadência, mas era lindo também... Mas é o seguinte, nós descemos ali pela rua do Bradesco, também em forma de desfile, né? E cantando, nós tínhamos uma série de músicas e tal, que eu nem sei se poderia ser cantada no meio da rua... É, queima do Judas e descemos, fomos para a Praça Silviano e passamos ali naquelas paradas, tivemos uns momentos por ali também, sabe? E cada lugar era com uma via sacra, a gente parava e fazia discurso, até ficar mesmo na praça que fizemos a queima do Judas... É, na década de 1970, então ainda tinha aquilo, num era pra isso, mas era inevitável que acontecesse. E, aí o Judas tinha um nome, eu não lembro o nome qual que é, geralmente o Judas era o nome de um político, né? Um presidente, qualquer coisa dessa ordem, então alguns anos depois dessa fase que a gente teve de escola de samba e tudo, foi uma fase muito boa, sabe?⁸¹

Percebe-se que esses entrevistados, pelo fato de serem antigos moradores de Viçosa, possuem memórias saudosistas que relembram positivamente do passado no qual vivenciaram a paisagem urbana de Viçosa de diversas formas. Nota-se que ambos se referem aos locais onde moraram ou ainda moram, aos passeios de trem e vivências interessantes, como as serestas mencionadas por J.R. e as festas, como as da queima do Judas e os desfiles do bloco de carnaval Americana, lembradas por A.F.

Parte dos entrevistados, todavia, possui uma visão mais crítica acerca desse centro. Essas críticas fazem menção a um mau estado de conservação do patrimônio histórico, pichações, lixo e falta de segurança no centro urbano de Viçosa. Algumas imagens atuais fotografadas sob a ótica dessa autora ilustram algumas dessas críticas e demonstram um pouco dos contrastes entre o antigo e o novo na paisagem:

⁸¹ Trechos de entrevista de A.F., concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

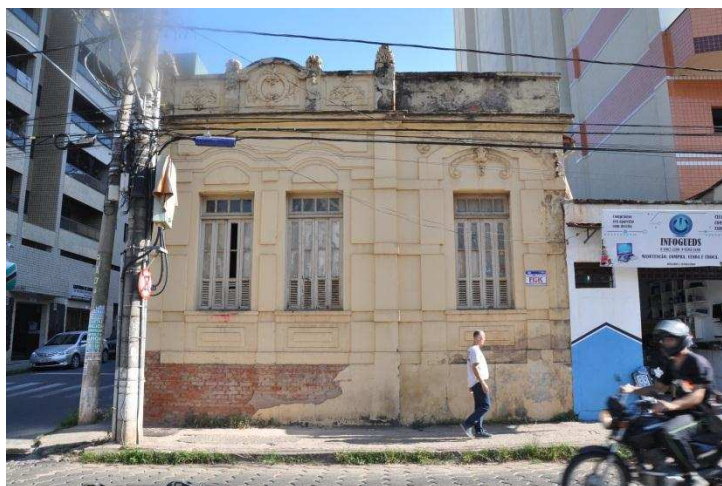


Figura 12 - Casa antiga em meio a prédios modernos⁸²



Figura 13 - Casa antiga pichada⁸³



Figura 14 - Edifício Alcântara hoje⁸⁴

⁸² Acervo pessoal de Aline Soares Martins.

⁸³ Acervo pessoal de Aline Soares Martins.

⁸⁴ Acervo pessoal de Aline Soares Martins.



Figura 15 - Pessoas e contrastes⁸⁵

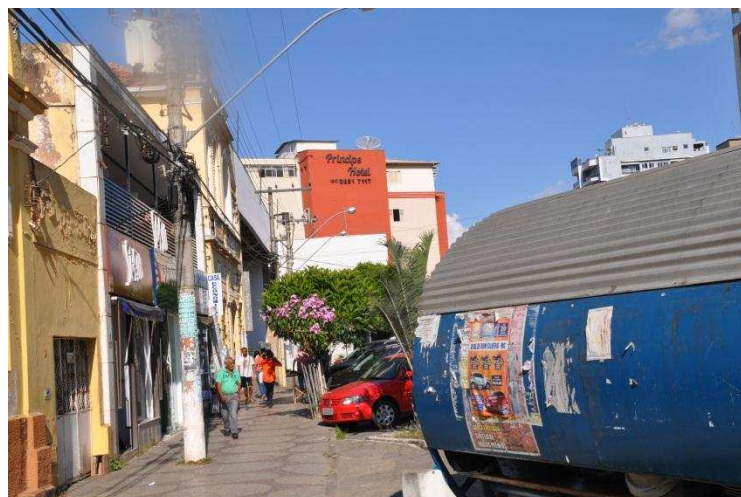


Figura 16 - Passantes e cartazes afixados⁸⁶



Figura 17 - Barracas, motos, entulhos e prédios ao fundo⁸⁷

⁸⁵ Acervo pessoal de Aline Soares Martins.

⁸⁶ Acervo pessoal de Aline Soares Martins.



Figura 18 - Fachadas do Ed. Nhanhá Maciel, cartazes, carros e crianças⁸⁸



Figura 19 - Resista artista⁸⁹

Todas essas fotografias foram feitas com base nas declarações dos entrevistados que tiveram a percepção sobre alguns aspectos negativos e críticos que acharam importante mencionar. L.M. fez crítica sobre a presença de barracas no centro da cidade atrapalhando a paisagem:

É, ocupação indevida. Que na época quando começaram, tinha um projeto que dava pra fazer alguma coisa assim, a Estação e uma ciclovia, alguma coisa assim, lá onde eles construíram esse anexo que eu te falei tinha um projeto de uma pracinha, um lugar pra aposentado, sentar com alguma coisa mais interessante, mas foram construindo assim. Atrapalharam tudo e com ordem, autorização de Ponte Nova que era a regional da Leopoldina, a Prefeitura não pôde intervir, porque não era da

⁸⁷ Acervo pessoal de Aline Soares Martins.

⁸⁸ Acervo pessoal de Aline Soares Martins.

⁸⁹ Acervo pessoal de Aline Soares Martins.

Prefeitura e fizeram isso que fizeram, que eu acho muito feio. Você vai andando no Calçadinho, chega pra ver o Balaústre e aquele monte de coisas, de lojinhas que não têm nada a ver, isso que eu enxergo. Eu acho linda a região, mas essas construções atrapalharam bastante... Eu acho que é falta de punição mesmo, porque se você vigiar, eu por exemplo, se eu tiver passando e ver uma pessoa pichando o muro, eu ligo pra Polícia, porque isso aí é um absurdo, depois a pessoa tem que pintar de novo, se for bem público é nosso dinheiro, tem que pintar e torna a pichar. Então tem que ter alguém ali, porque na hora que mexe no bolso, dá uma multa bem pesada, não é pra levar pra Cadeia, não, mas dá uma multa bem pesada, pega de flagrante, eu acho que eles não vão fazer isso mais.⁹⁰

Já J.R. criticou a falta de cuidado por parte dos estudantes que vêm de fora e o lixo da cidade:

Viçosa é uma coisa que me chama a atenção aqui é o povo, eu não sei se é porque tem o pessoal que vem de fora, fica aqui por pouco tempo, então aproveita a vida, curte bastante aqui. E eu não sei, parece que eles não sentem que a cidade precisa de mais cuidado, embelezar mais a cidade, restaurar o visual igual você tá falando, a questão do lixo da cidade, a falta de cultura do povo. Tem uma Universidade que educa as pessoas, mas parece que saem de casa, acha que estão na casa deles e podem fazer o que quer. Então fica assim, acabou de limpar a rua daqui a pouquinho joga uma coisa na rua.⁹¹

Com base nas opiniões apresentadas e nas fotografias observadas, nota-se que as concepções sobre a paisagem e o centro urbano de Viçosa são bastante distintas e revelam sobre a pessoa que fala em sua relação própria com o patrimônio e a paisagem.

Numa perspectiva cidadã e voltada para a democratização dos espaços, obtivemos as seguintes críticas:

acredito que os monumentos históricos eles tem que ter esse resguardo porque faz parte da história, principalmente para quem é nativo né que é meu caso, então eu já conhecia aquele prédio antes de ser um prédio, mesmo quando era casa ... então acredito sim que tem ser tombado, mas não da maneira que eles fizeram ... de uma maneira mais cuidadosa e não porque não mantiveram as características, mas, porque foi um tombamento meio, forçado sabe, sem que tenha uma estrutura para que esse tombamento mantivesse por mais tempo. Tanto é que hoje ele já se encontra num estado, que essa nova reforma que o prédio vai passar, provavelmente, vai modificar as características desse prédio antigo ... como eles fizeram um prédio atrás, um prédio muito grande, os azulejos começaram a quebrar, então começou a depredar ali mesmo... começou a cair... sim tem caído pastilhas na cabeça das pessoas, e até mesmo está batendo na fachada, tá arrebatando a fachada inteira, a própria loja... também já deu uma descaracterizada... O próprio fluxo de carros, o fluxo de caminhão que é na frente, por ser uma área que ela, claro que é um pouco mais frágil, dá para ver a quantidade já de rachaduras, de trinca que está na parede, a própria questão de ter mantido aquela loja de máquina de costura ali embaixo é interessante, mas parece que o cara sobrevive de amor... é uma paisagem cultural totalmente modificada e que acompanha os novos movimentos, essa parede é um reflexo da sociedade onde tem as pichações, mas é um grito urbano, você tem ali desde palavras de baixo calão até luta por algumas ideologias, ou, simplesmente um ato de liberdade de expressão, misturada nessa cidade onde a estrutura urbana é um caos... me identifico inclusive com elas... e um lugar que chama Praça Emílio Jardim, que não é nada é nada caracterizado como praça, você tem uma árvore, que

⁹⁰ Trechos de entrevista de L.M., concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

⁹¹ Trechos de entrevista de J.R., concedida a esta autora no mês de maio de 2018.

é onde fica o táxi, realmente uma... o nome praça remete a gente a talvez um banco, talvez árvores, crianças... até o nome Praça Emílio Jardim é muito estranho...⁹²

A crítica de L.F. diz respeito às descaracterizações do patrimônio, no entanto compreende as pichações como grito urbano consequente de uma cidade já desorganizada, demonstrando que se identifica também com esse aspecto da paisagem. Por sua vez, Q.L. apresentou uma visão peculiar sobre vários aspectos da paisagem urbana, pela qual fez a seguinte crítica:

Na realidade, todos os shows que a gente fez na Estação, a gente foi contratado pra fazer. Algum evento específico acontecendo ou solidário, que o Geraldão fez uma vez e contratou a gente para fazer o show, a própria Nicolopes que terminava lá, banda que vinha de fora, eles contratavam o NVRap para abrir o show da banda que vinha ou a gente era atração principal, que já aconteceu. Ou o próprio Bulldog, que é da Secretaria de Cultura que fazia um evento lá e contratava a gente pra tocar lá, teve uma vez que ele fez um evento só de hip-hop, foi o dia inteiro só de hip-hop, tudo que é cultura urbana, skate, capoeira, tava lá no mesmo evento... Aí começava a brincar de fazer batalha de rima, e essas batalhas de MC's que surgiram no calçadão chegou uma certa hora que não sei se era por um incômodo que estava causando no calçadão, que a gente fazia de MC's e de B Boy's também, fazia batalha de break na galeria ali, já tomamos muito balde de água na cabeça ali já, e depois disso o Geraldão virou vereador e virou secretário de Cultura e ele chamou a gente para conversar, sentou com a gente na mesa e falou "a gente tem esse espaço da Estação Cultural, que você podem fazer o evento semanal... Abriu espaço pra gente, liberou som de qualidade. Tinha o mesário, que era o Tônico, que ficava lá o evento inteiro, gostava demais daquilo lá, ele falava que o que ele fazia que ele mais gostava era o nosso. Entendeu? Batalha de MC, toda semana era artista diferente cara, a gente tinha um Pocket Show diferente e batalha de MC's de graça, pra noventa pessoas lá dentro e enchia, toda quarta-feira a gente enchia a Estação, o auditório da Estação. Só que começou a causar problema com a vizinhança, eles falam que é vizinhança, mas acho que é questão política mesmo, acho que alguém que não gostava do Geraldão e que de repente... Enfim, aí começou a associar isso a drogas e tal e chegou uma denúncia através do Folha da Mata pra gente da Cabulosa, porque a gente que organizava, que tinham fotos de gente cheirando e fumando maconha na Estação, isso não acontecia, a gente tava lá e sabia que não acontecia, só que o cara falou que tinha fotos. Eu falei "Pô, eu estou aqui dentro não tenho controle do que tá lá fora, então vamos pará". Aí para não aliar isso ao hip-hop a gente foi e parou, tem uma imagem do hip-hop pra você lidar quando se trata de hip-hop de rua, a imagem do hip-hop de rua sempre foi de protesto, de intervenção cultural, a gente nunca foi aquela coisa feita pra ganhar dinheiro, pra público, pra nada. A gente fazia, porque todo mundo tinha vontade de expressar sua arte, então era isso que a gente fazia. Não tinha premiações, os MC's iam todo dia, toda feira eles estavam lá, tinha dia que a gente tinha problema, porque tinha mais de oito MC's, a gente não tinha como fazer a batalha, porque o máximo era de oito MC's por noite, senão ultrapassava o horário que a Estação dava pra gente. Se fizesse com dezesseis pra fazer o chaveamento ali. É meu sonho até hoje fazer um disco de vinil, eu não vou morrer enquanto eu não tiver um disco de vinil do NVRap ou meu, é meu sonho mesmo, e a menina tem com nove anos cara, e se você olhar nas faixas do disco, eu falo porque tenho esse disco lá em casa, eu sou colecionador de disco também, é um disquinho assim e tal, com duas músicas frente e verso, aí você olha embaixo tá que um dos produtores do disco foi Tom Jobim, eu vou falar o que do cara? O cara era assim com Tom Jobim, vou falar o que com o cara? Então o Hervé Cordovil, acho muito pouco essa coisa de só ter Estação Cultural no nome dele. Viçosa tinha que ter um

⁹² Trechos de entrevista de L.F., concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

evento “Hervé Cordovil”, tipo uma Virada Cultural com o nome do cara, grande e forte pra todo mundo saber quem era o cara e divulgar o que é do cara, as obras do cara.⁹³

Nota-se que Q.L. analisou de que forma as pessoas da periferia se sentiam inseridas na paisagem do centro urbano de Viçosa. Ressaltou a importância dos eventos organizados por sua banda ao trazer pessoas diversas para o centro da cidade e faz ainda um elogio ao artista que deu nome à Praça Hervé Cordovil, demonstrando conhecimento sobre suas obras e ressaltando a importância deste nome para a música e a história de Viçosa.

Menciona o ex-vereador Geraldão, nome pelo qual ficou conhecido na cidade, que permitiu que esses encontros acontecessem, e explicou alguns problemas relacionados a essa paisagem humana vivida durante os shows de hip hop da sua banda. Assim, concluiu que a banda deixou de organizar o evento em virtude de denúncias acusando o uso de drogas ilícitas no local. Observa, contudo, que, se havia esses usos, eles não sabiam, pois não tinham ideia e responsabilidade sobre o que acontecia fora dos palcos.

Sobre esse aspecto, destaca Maria Stella Bresciani: “Considerar as cidades contemporâneas inóspitas, violentas, quando não degradadas, ao compará-las à situação de um período anterior, por vezes não muito distante, tornou-se um lugar-comum.”⁹⁴

Assim, fez-se necessário realizar uma reflexão sobre as críticas realizadas à paisagem na perspectiva da democratização dos espaços, dando relevância para a paisagem humana e ênfase aos discursos sobre inclusão social e cidadania.

Todas essas críticas são relevantes e necessárias, pois mostra a importância de uma requalificação que permita uma maior democratização na utilização nos espaços do centro da cidade. Os entrevistados, de modo geral, defenderam a preservação dos prédios antigos e realizaram críticas sobre o lixo, a desorganização, a falta de segurança, a má conservação dos prédios, ou seja, abordam a necessidade de uma requalificação na perspectiva técnica, do planejamento urbano, do embelezamento e do utilitarismo dessa paisagem.

Necessário, todavia, destacar nesse momento as compreensões sobre o conceito de paisagem reveladas nas entrevistas:

Paisagem urbana o que me vem, eu imagino que seja as construções, o planejamento traçado, como flui o trânsito da cidade, acho que tudo é um conjunto que chega nisso aí, paisagem urbana. Embelezamento das casas, cidade limpa, bem cuidada. A questão também da água, se a água tá poluída faz parte também, né?⁹⁵

⁹³ Trechos de entrevista do rapper Q.L. concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

⁹⁴ BRESCIANI, Maria Stella. Cidades e urbanismo: Uma possível análise historiográfica. Politeia: História e Sociedade Vitória da Conquista v. 9 n. 1, p. 21-50, 2009.

⁹⁵ Trechos de entrevista de J.R., concedida a esta autora no mês de maio de 2018.

Eu acho que o balaústre, que é até um bem tombado, divide a parte baixa com a parte alta e a antiga estrada de ferro, a estação que é cultural, e a Avenida Bueno Brandão tem os coqueiros que tá num porte bom agora, dá um efeito bom na paisagem... É bem difícil falar sobre isso, porque o progresso engole um pouco da paisagem mesmo. Porque Viçosa foi construída dentro de um vale, nós estamos dentro das montanhas e as principais ruas, as ruas do centro, que seriam essa da Avenida Bueno Brandão, tem a Praça Silviano Brandão, que tá horrorosa, né? Eu vejo da minha janela... Desde criança a gente mora do lado de lá do Balaústre. Então acostumei com esse canto aqui, acho muito legal morar aqui, acho muito bom e é central, né? Uma parte bonita da cidade que ainda tem alguma coisa preservada.⁹⁶

... sim, sim porque as minhas memórias estão naquela região lá, o meu avô, a minha avó e o meu pai, eles não foram criados exatamente ali, mas foram criados na rua do leão... então as histórias que eu sempre escutei, as pessoas que não são meus parentes de sangue, mas que eu chamo de tio, de tia, moram na rua... por mais que eu não tenha vivido aquilo ali, meu pai me conta que jogava bola ali, na época os caminhões ficavam parados naquela região que até hoje continua para poder fazer o frete... e eles ficavam lá para ficarem pendurados no caminhão... então me remete sim, bem minhoca da terra mesmo ...⁹⁷

... acho indiferente, não tenho interesse, não sou a favor de conservar nada, me sinto parte da cidade, mas não da paisagem daqui, sou cidadão viçosense de coração... não gosto de coisas velhas, única coisa antiga que eu valorizo são as amizades...⁹⁸
Tenho memória da cidade mais calma, limpa, segura, a gente podia deixar até a casa aberta.⁹⁹

Percebe-se das respostas obtidas que a ideia que essas pessoas fazem da paisagem ainda está bastante relacionada às concepções antigas, ou como paisagem natural, e a requalificação/revitalização, por sua vez, é entendida enquanto modernização, planejamento ou embelezamento do ponto de vista arquitetônico.

Assim voltamos a discutir alguns aspectos sobre mudanças e permanência dentro da discussão sobre requalificação. Vaz e Silveira apontam cinco características básicas que devem estar presentes nas intervenções de revitalização de centros urbanos:

a) Humanização dos espaços coletivos produzidos; b) Valorização dos marcos simbólicos e históricos existentes; c) Incremento dos usos de lazer; d) Incentivo à instalação de habitações de interesse social; e) Preocupação com aspectos ecológicos; e e) Participação da comunidade na concepção e implantação.¹⁰⁰

Assim, quando se fala de requalificação, não se refere exclusivamente a uma ideia de restauração de Patrimônios Históricos Culturais, mas de um conjunto de ações, a fim de permitir a um determinado espaço nova eficiência, novo sentido em seu uso, visando a uma melhoria do espaço e do seu entorno.

⁹⁶ Trechos de entrevista de L.M., concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

⁹⁷ Trechos de entrevista de L.F., concedida a esta autora no mês de maio de 2018.

⁹⁸ Trechos de entrevista de J.L., concedida a esta autora no mês de maio de 2018.

⁹⁹ Trechos de entrevista concedida por J.M. – Taxista na Praça Hervé Cordovil desde 1986, morador do bairro de Fátima - a esta autora nos meses de abril/maio de 2018.

¹⁰⁰ VAZ, Lilian Fessler; SILVEIRA, Carmen Beatriz. Áreas centrais, projetos urbanísticos e vazios urbanos. Revista Território. Rio de Janeiro, ano IV, nº 7., p. 51-66. jul/dez, 1999, p. 57.

Segundo Paulo Peixoto, no capítulo intitulado “Requalificação Urbana”, do livro organizado por Carlos Fortuna e Rogério Proença Leite e denominado Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas:

Os termos reabilitação urbana e requalificação urbana correspondem a uma fórmula que se difundiu de forma ampla, sobretudo com a multiplicação das intervenções nos chamados centros históricos ou nas zonas desprezadas ou maltratadas pelo processo de urbanização e que, extravasando esse contexto, acabou por ser convencionada e partilhada por aqueles que desenvolvem a sua actividade neste domínio.¹⁰¹

Conforme, no entanto, analisa Ana Fani Carlos, a ideia de requalificação da cidade:

aponta um modo de pensar praticamente a cidade, isto é, a cidade enquanto prática sócio-espacial, o que coloca desafios. Em primeiro lugar, a intervenção nos “lugares da metrópole”, através de processos de revitalização/requalificação, aponta uma relação complexa entre o Estado e o espaço, na medida em que, não se pode esquecer, o poder político tem possibilidade de intervir, permitir ou coordenar a intervenção no espaço, como é o que ocorre no caso das revitalizações. Como já foi visto, esta também trata-se de uma ação que se realiza produzindo contradições.¹⁰²

Há, porém, também autores, como Arantes, Maricato e Vainer, que avaliam esses processos de revitalização urbana como uma produção cultural das cidades visando a lucro, retorno financeiro, “pois o mercado imobiliário junto com o poder público passa a aplicar, na região desejada, técnicas de planejamento estratégico e de mercado associando-o também ao marketing urbano”¹⁰³.

Tais iniciativas, sejam elas grandes investimentos em equipamentos ou culturais de preservação e restauração de algo, é alcançado pelo status do patrimônio, constituindo, pois uma dimensão associada à primeira, na condição de isca ou imagem publicitária. [...] A medida que a cultura passa a ser o principal negócio das cidades, fica mais evidente para os envolvidos que a cultura passa a ser o principal negócio das cidades.¹⁰⁴

Sobre esse aspecto importante analisar a imagem abaixo:

¹⁰¹ FORTUNA, Carlos e LEITE, Rogério Proença (Org). Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas. PEIXOTO, Paulo. Requalificação Urbana. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009, p. 42.

¹⁰² CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007, p. 87.

¹⁰³ ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos B. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 66

¹⁰⁴ ARANTES, Otilia. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 47.



Figura 20 - Edifício Cora Bolívar¹⁰⁵

A **Figura 20** foi retirada de um site de amplo acesso chamado Enfoque: Empreendimentos imobiliários, contando com a seguinte propaganda:

O Residencial Cora Bolívar foi projetado pela arquiteta viçosense Denise Bittencourt Moura, é um empreendimento singular, que se destaca pelo seu conceito arrojado que une o presente e o passado de forma harmoniosa, com toques de classe e sofisticação. A casa, patrimônio da arquitetura de Viçosa, foi construída em 1917 e está inserida no projeto, sendo preservada e restaurada pelas construtoras. Foi moradia da ilustre poetisa Cora Bolívar e de seu marido, o conceituado médico Dr. Sebastião Ferreira da Silva.¹⁰⁶

Assim, nota-se que a empresa destaca a união entre o antigo e o novo como algo positivo atribuindo adjetivos como toque de classe e sofisticação. Há, porém, várias críticas realizadas sobre esses empreendimentos, entre elas, a de Ítalo Stephan, arquiteto já citado neste trabalho, que afirmou em um artigo para o Vitruvius em dezembro de 2010:

A construção civil, setor muito aquecido em Viçosa, substitui rapidamente casarões ecléticos por prédios medíocres de doze a quinze pavimentos, com afastamentos mínimos (alterados pela Câmara Municipal), baixa qualidade, espaços ínfimos, garagens insuficientes e lucros astronômicos.¹⁰⁷

Com base em todas essas concepções, observamos a dificuldade em aplicar o conceito de requalificação à paisagem, visto que não é possível admitir apenas um conceito ou teoria sobre requalificação urbana, pois há várias necessidades e possibilidades e uma pluralidade de pontos de vista e críticas, como os apresentados até então.

¹⁰⁵ Imagem disponível em: <http://www.a3empreendimentos.com.br/imoveis/edificio-residencial-cora-bolivar-id20>. Acesso em maio de 2018.

¹⁰⁶ Ibidem

¹⁰⁷ Viçosa, MG: a difícil permanência do patrimônio histórico.

Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.125/3686>. Acesso em setembro de 2017.

Neste sentido, o segundo capítulo abordará as discussões sobre políticas de proteção, legislação e as respectivas críticas, enquanto o terceiro capítulo da dissertação se aprofundará, justamente, na análise sobre as perspectivas de observação das imagens por pessoas diversas e as impressões acerca das suas vivências únicas e pessoais na região estudada, além de observar quais pontos de vista predominam e qual o grau de interesse das pessoas sobre a questão do patrimônio e da paisagem, para que esses dados possam contribuir para a informação, participação e estudos futuros acerca desse tema.

1.3 Memória, patrimônio e paisagem no contexto atual

Nos tópicos anteriores, percebemos a necessidade de se conceber a cidade de Viçosa dentro das discussões sobre movimento e fluidez, além de apresentar a paisagem urbana do centro escolhido como objeto desse estudo por meio de fotografias, relatos e uma discussão sobre paisagem e requalificação.

Faz-se necessário, no entanto, nesse momento, problematizar as noções atuais sobre paisagem associadas às ideias de memória e de patrimônio, com a finalidade de analisar como esses conceitos se complementam.

Assim, partimos da análise de Maria Coeli Simões acerca da cidade sob a perspectiva do Direito Urbanístico atual:

Ora, sendo objeto do Direito Urbanístico a cidade multifacetada, tem-se que a esse ramo incumbe papel superlativo: desde a interferência na configuração do espaço pela definição de índices, escalas, coeficientes, volumetrias, gabaritos, altimetrias, entre outros, passando pela aplicação de mecanismos de intervenção voltados para a conformação de usos, a distribuição de mobiliários urbanos e a garantia de infraestrutura, tudo referenciado à cidade dinâmica, e pelo enfrentamento da relação de exclusão e inclusão de cidadania, com a potencialidade de conformação da geografia social da cidade, até a regulação das formas de proteção dos elementos urbanos que sustentam a memória e projetam a cidade simbólica. A cidade simbólica é exatamente a que inspira o esforço do Direito Urbanístico como núcleo da regulação da preservação do patrimônio urbano de valor cultural – a cidade como expressão poética de suas formas; a supracidade edificada na memória de seus viventes; a cidade intuída ou revelada por seus marcos referenciais e pela interpretação de sua linguagem; a cidade das utopias representadas por múltiplos ícones.¹⁰⁸

¹⁰⁸ Disponível em:

<http://www.mariacoeli.com.br/direito-urbanistico-meio-ambiente-e-patrimo%CC%82nio-cultural/>. Acesso em 25/04/2018.

Nota-se que essa autora menciona uma cidade multifacetada e dinâmica, mas que se preocupa com os seus elementos simbólicos e a preservação do patrimônio urbano de valor cultural.

O vocábulo “patrimônio” na língua portuguesa possui um sentido jurídico-contábil, que se refere aos bens, direitos e obrigações de uma empresa ou pessoa, mas também pode remeter às imagens de casarões antigos, igrejas e ruas. Segundo Françoise Choay, o sentido do patrimônio foi criado relacionado à ideia de herança, enquanto algo que se pretende deixar para a posteridade¹⁰⁹.

Ao compreender patrimônio sob essa abordagem, fica evidente a preponderância da “pedra e cal”, ou seja, o patrimônio material dos casarões históricos e grandes monumentos¹¹⁰ que privilegiam ícones do passado para a construção de um imaginário coletivo e que, consequentemente, influenciam a formação da identidade de uma sociedade.

Do mesmo modo, conforme determinação da UNESCO, patrimônio é o “legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações”¹¹¹. Nota-se que as formas de abordagem de patrimônio cultural adquiriram no século XX um discurso voltado para a necessidade de proteção.

Por essa razão, há também uma preocupação em se criarem “lugares de memória”¹¹², para que não se percam na memória coletiva as referências escolhidas para designar uma identidade local.

Reginaldo Santos chama de “retórica da perda” a ideia de que algo está sendo destruído e se perdendo em meio a tantas transformações e, consequentemente, há uma criação de relíquias a serem preservadas. Segundo o autor:

Este discurso, que se opõe vigorosamente àquele processo de destruição, é o mesmo que, paradoxalmente, o produz. Os objetos que vêm a integrar as coleções ou os patrimônios culturais, retirados do contexto histórico, social, cultural e ecológico em que existem originalmente, são recodificados com o propósito de servirem como sinais diacríticos das categorias e grupos sociais que venham a representar. Esses discursos operam concomitantemente em um plano de fragmentação e em outro de integração, cada um deles alimentado pelo outro, através de um processo similar ao que Bateson chamou de “cismogênese” (1972). Num os objetos que mesmo

¹⁰⁹ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2001, p. 138.

¹¹⁰ Françoise Choay analisa que o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos, desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento.

¹¹¹ UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *O Patrimônio: legado do passado ao futuro*. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>, Acesso em setembro de 2017.

¹¹² NORA, Pierre. Entre memória e História. A problemática dos lugares. In: *Projeto História*, nº 10, p. 7-28. São Paulo: PUC/SP, dez. 1993.

movimento produzem-se, transformados em coleções e patrimônios culturais, estão sendo destruídos e dispersados¹¹³.

No tocante especificamente à situação de Viçosa, Ítalo Stephan, em seu artigo intitulado Viçosa, MG: Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Plano Diretor como Instrumentos aliados na preservação, afirma que a criação do primeiro Conselho de Proteção ao Patrimônio cultural ocorreu na década de 1990, período no qual a Universidade Federal de Viçosa se expandiu, criando novos cursos de graduação e houve, conseqüentemente, uma intensificação da dinâmica imobiliária no município, bem como o interesse sobre os seus imóveis de valor histórico¹¹⁴.

A primeira ação de proteção foi realizada pelo IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais) em 1989, referente à Casa Arthur Bernardes. Já o CMCPA (Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Ambiental) foi criado em 1996, juntamente com a Política de Proteção Cultural pelas Leis Municipais nºs 1.146 e 1.147, de 1996, conforme analisa:

A política e o conselho foram concebidos com a iniciativa de alguns membros da Secretaria Municipal de Cultura e professores do DAU/UFV. Dois motivos levaram à sua criação: a preocupação com a ausência de ações municipais no sentido de preservar importantes marcos representativos da história do município; e reconhecendo a Lei nº 12.040/1995 (Lei Robin Hood) como uma importante alternativa para o aporte de recursos financeiros visando à preservação. A criação do Conselho constituía, na verdade, uma condição para a apresentação de processos de tombamento visando à aplicação dos recursos previstos na Lei. No entanto, devido a questões políticas, o CMCPA foi instalado apenas em 1998¹¹⁵.

Ítalo Stephan avalia que a cada ano a Administração Municipal, através do CMCPA, presta contas ao IEPHA/MG e elabora laudos técnicos com o intuito de controle e cobrança de melhorias, ressaltando que os processos de tombamento são assessorados pelos estagiários do curso de Arquitetura e Urbanismo.

Segundo informações retiradas no site da Prefeitura Municipal de Viçosa, os patrimônios oficialmente tombados localizados nas regiões estudadas por esse trabalho são: a Balaustrada, a Estação Ferroviária de Viçosa, a Fachada da Casa Cora Bolivar e a Fachada da Casa-Sede do Primeiro Hospital de Viçosa, os dois primeiros realizados no ano de 1999 e os dois últimos mais recentes, nos anos de 2004 e 2006, respectivamente.

¹¹³ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996, p. 23.

¹¹⁴ STEPHAN, Ítalo. Viçosa, MG: Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Plano Diretor como Instrumentos Aliados na Preservação. Disponível em: http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/77. Acesso em agosto de 2017.

¹¹⁵ Ibidem, p. 18, 2008.

Importante, portanto, analisar os discursos oficiais realizados sobre esses prédios. Sobre a balaustrada, por exemplo, consta no site da Prefeitura que sua importância se deve à beleza que proporciona ao centro da cidade e valor histórico, por ter sido construído na fase de expansão da cidade e estar localizado próximo de casas onde moraram ilustres representantes da política de Viçosa:

O bem imóvel tombado faz parte da **paisagem urbana da cidade**, sendo referência **paisagística** e conferindo beleza ao centro da cidade. Seu valor histórico-artístico remonta à formação da cidade, quando a mesma passou por um período de desenvolvimento e expansão, com a chegada da linha férrea e a implantação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária. O casario eclético implantado no logradouro foi habitação de importantes figuras para a história político-social de Viçosa¹¹⁶.

Com relação à Estação de Ferro de Viçosa, afirma o site sobre sua importância:

A implantação da estação mudou todo o desenho urbano da área central. Novas vias foram abertas e a região de entorno foi amplamente valorizada, principalmente com a construção da Av. Bueno Brandão, paralela à linha férrea. Nas proximidades se instalaram hotéis para servir aos visitantes. A área de entorno era um local nobre, para passeio dos habitantes que iam observar o embarque e desembarque de passageiros... A instalação de uma estação no centro possibilitou a chegada de materiais para o comércio local e para a construção de novas casas, vindos diretamente do Rio de Janeiro. Pela estação é que também chegavam e saíam os primeiros estudantes que vieram estudar na Escola Superior de Agricultura e Veterinária. Mais tarde a região foi escolhida para a implantação de diversas agências bancárias e o comércio próximo se diversificou¹¹⁷.

Já sobre o edifício Cora Bolívar afirma:

O imóvel foi tombado pelo seu valor histórico e artístico, sendo referência arquitetônica da época de sua construção e por pertencer a um conjunto urbano-cultural significativo à comunidade local. Além disso, é **referência na paisagem** e ícone por ter pertencido a figuras destacadas da sociedade viçosense¹¹⁸.

Por fim, a importância da fachada da sede do primeiro Hospital de Viçosa:

No início do século XX, passou a funcionar ali o primeiro hospital da cidade. Ali se prestava todo tipo de atendimento, até que em 1908 se funda a Associação Casa de Caridade de Viçosa, que viria a ser o atual Hospital São Sebastião. Após construção de nova sede para o hospital, por volta de 1940, o casarão passou a servir de alojamento para os estudantes do então Colégio de Viçosa. Na década de 1950, o imóvel passou para a família Maciel. Nas últimas décadas, o imóvel abrigou consultório dentário e república de estudantes. Nos anos 2000, foi erguido um edifício no terreno posterior, ocupando inclusive área antes ocupada pela própria edificação. A fachada da antiga edificação foi tombada como remanescente histórico do que foi o primeiro hospital da cidade. Parte da mesma foi descaracterizada para atender ao novo imóvel erguido no local. Ainda preserva as esquadrias e parte do acabamento em madeira original da época da construção do mesmo¹¹⁹.

¹¹⁶ Prefeitura Municipal de Viçosa. Disponível em: <http://www.vicosa.mg.gov.br/a-cidade/bens-tombados>. Acesso em setembro de 2017. Grifos nossos.

¹¹⁷ Ibidem.

¹¹⁸ Ibidem. Grifo nosso.

¹¹⁹ Ibidem

Nota-se, entretanto, que esses procedimentos de tombamento foram realizados de modos diversos. Os dois últimos mencionados geraram discussões no Conselho e ainda são alvos de questionamentos, haja vista o fato de apenas as fachadas terem sido preservadas, enquanto o restante foi derrubado para que fosse construído um prédio atrás.

Ao analisar o dossiê realizado pelo município para o tombamento deste prédio, foi possível observar que o pedido de tombamento do corpo principal e da área direita, relativa à entrada da Casa Cora Bolivar, foi realizado pela própria construtora do prédio, Construtora Andrada & Rodrigues Engenharia Ltda. E, após ser enviado ao Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental, houve a aprovação do tombamento municipal em reunião datada de 12 de junho de 2006, não sendo oferecida impugnação a esta decisão.

Observa-se, no entanto, neste dossiê, que foi pedido também o tombamento de anexação da área esquerda do lote da casa, o que não foi aprovado, com a justificativa de que naquela área haveria intervenção referente à construção do acesso para o edifício que seria erguido atrás da casa¹²⁰.

Assim, percebe-se que o município aprovou e parabenizou a iniciativa da construtora do prédio que seria construído atrás da fachada para a qual foi requerido o tombamento. Ao analisar-se, no entanto, o dossiê, verifica-se que ele foi elaborado em poucas páginas e de forma bastante sucinta, constando apenas alguns documentos como ofícios e notificações.

Importante mencionar, sobre a fachada do primeiro Hospital de Viçosa, que, embora o site da Prefeitura Municipal de Viçosa tenha ressaltado esse bem como importante para a história do município, seu dossiê de tombamento, até então, não foi encontrado.

Ao trazer uma interpretação da ideia de memória, Michael Pollak observa que o processo de formalização da memória socialmente hegemônica, ou da memória oficial, é resultado de um processo de disputa social e cultural sobre os significados do passado.

São verdadeiras “batalhas pela memória”, travadas entre dominantes e marginalizados em uma luta simbólica pela instituição de sua versão do passado, que estabelecem na arena pública quais discursos de memória terão visibilidade e quais discursos serão relegados ao esquecimento ou ao silenciamento¹²¹.

Entendendo-se memória como uma “reconstrução subjetiva, composta tanto de lembranças quanto de esquecimentos acerca de acontecimentos do passado”¹²², o procedimento de tombamento deveria ser, portanto, uma forma de reconstrução da memória com objetivos de proteção do patrimônio histórico e preservar resquícios do passado.

¹²⁰ Dossiê completo anexo.

¹²¹ POLLAK Michael, “Memória, esquecimento, silêncio”, in Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3.

¹²² RICOEUR, Paul. A memória, a História, o Esquecimento. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007 [2000] (Col. “Espaços da Memória”).

Nesta perspectiva, merece destaque a crítica que Walquíria Maria de Freitas Martins faz na sua dissertação de Mestrado intitulada *A pena e o compasso: políticas públicas patrimoniais e a produção da paisagem urbana de Viçosa – MG, entre 1980 e 2010*, ao estabelecer relações entre paisagem, memória e identidade. Em sua análise, as políticas públicas de Viçosa referentes ao patrimônio e paisagem não alcançam a memória e a identidade da maior parte do cidadão viçosense, pois, segundo ela:

Percebe-se, claramente, que à medida que uma determinada memória se torna um discurso dominante e é difundida como algo estanque, que aos outros cabe acolher, a cidade vai sendo marcada por elementos simbólicos associados a ela. Isso significa, na prática, o estabelecimento de referências de determinados grupos em espaços públicos, o que por si só pode representar um problema para a convivência dos diferentes grupos sociais de uma mesma cidade¹²³.

Nota-se que Martins levanta a ideia de que o patrimônio e, conseqüentemente, a paisagem estão submetidos a discursos que são construídos por um grupo dominante e impostos aos demais, sem a preocupação com a opinião de outros grupos sociais do município, o que acaba por gerar uma crise de representatividade na cidade.

A análise que Maria Cecília Londres Fonseca faz em um dos capítulos da obra *Memória e Patrimônio*, de Regina de Abreu e Mário Chagas, é pertinente, pois ressalta as associações que a noção de patrimônio cultural pode estabelecer:

É necessário pensar na produção de patrimônios culturais não apenas como a seleção de edificações, sítios e obras de arte que passam a ter proteção especial do Estado, mas, conforme propõe o autor citado, como “narrativa”, ou, como sugere Mariza Veloso Motta Santos (1992), tomando de empréstimo a formulação de Michel Foucault, como uma “formação discursiva”, que permite “mapear conteúdos simbólicos visando descrever a “formação da nação” e constituir uma “identidade cultural brasileira”¹²⁴.

Assim, a preocupação com a proteção do patrimônio histórico, bem como o processo de tombamento, possui fundamental importância na preservação da memória, não apenas para a cidade, local onde se estabelecem as relações sociais, mas principalmente para o cidadão compreendido na sua individualidade e emoções pessoais.

Faz necessário, no entanto, compreender-se a relação entre memória e identidade, pois para Michel Pollak:

as identidades se constroem a partir de visões do passado, que funcionam como pontos de referência para determinados grupos e fornecem coerência, no tempo, a seus quadros de representação simbólica. Desse modo, a memória é um processo de

¹²³ MARTINS, Walkiria Maria de Freitas. *A pena e o compasso: Políticas Públicas Patrimoniais e a Produção da Paisagem Urbana de Viçosa – MG, entre 1980 e 2010*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa, 2016, p. 173.

¹²⁴ ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Para além da pedra e do cal, por uma concepção ampla de patrimônio cultural. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, UNIRIO, 2003, p. 66.

ordenamento, de produção de sentido, que pressupõe enquadramentos, esquecimentos e silêncios. Acontecimentos e aspectos do passado são lembrados e sublinhados a partir de sua relevância para os indivíduos, que recordam por sua contribuição na construção da identidade e das relações pessoais. Assim sendo, a memória contribui para coesão social, definindo seu lugar, suas conexões, bem como seus conflitos¹²⁵.

Stuart Hall, por sua vez, faz menção ao que denomina “crise de identidades”¹²⁶. Tal crise ocorreu a partir de quando as identidades modernas foram “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas, não mais encontrando referências sólidas para sua afirmação. Apresenta três concepções de identidade: a do sujeito do Iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno.

A primeira se embasa no indivíduo totalmente centrado, unificado, detentor de uma razão. A segunda é aquela em que o sujeito reflete e interage com seu entorno, acredita no núcleo central do “eu interior”, mas necessita de uma retroalimentação cultural com o mundo “exterior”; e o sujeito pós-moderno, fragmentado, composto por várias identidades e assumindo a que lhe convém conforme o momento¹²⁷.

Hall chega a enfatizar que “dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identidades estão sendo continuamente deslocadas”¹²⁸.

Com base em todas essas associações realizadas e tendo em vista a dificuldade em se estudar a paisagem urbana e o patrimônio, devido às constantes transformações e ao dinamismo ao qual esse espaço é normalmente submetido¹²⁹, necessário se faz compreender que as identidades também se submetem a esses dinamismos.

Desse modo, é relevante perceber quais são os discursos proferidos pelos responsáveis pelas políticas de patrimônio de Viçosa e as críticas referentes a essas políticas, mas é fundamental compreender como que a sociedade e a população viçosense, entre outros usuários do centro recortado para este estudo, se identifica ou se expressa com relação a estas questões, ainda que as vozes sejam destoantes e não possam criar um discurso genérico acerca da memória e da paisagem de Viçosa.

Isso não desqualifica a ideia de história, patrimônio, memória ou identidade, mas amplifica, pois busca ressaltar as diversidades identitárias, as multiplicidades de ideias e os

¹²⁵ POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1992.

¹²⁶ Ibidem, p. 13

¹²⁷ HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.

¹²⁸ Ibidem, p. 50

¹²⁹ FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. O patrimônio e as paisagens: novos conceitos para velhas concepções? Paisagem e Ambiente: Ensaio, nº 32, São Paulo, p. 107/108.

pontos de vistas que caracterizam a sociedade viçosense, não com o objetivo de contrapor, mas de complementar esse cenário dinâmico. Segundo Hall:

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela se tornou politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença¹³⁰.

Essa noção é rechaçada pela ideia de modernidade líquida proposta por Bauman, pela qual “a busca pela emancipação do homem faz com que ele quebre os laços com o meio para obter sua autoafirmação e se diferenciar destes, pois o que os difere é o que importa”¹³¹.

Ademais, faz-se necessário, antes de analisar algumas das principais discussões referentes aos patrimônios, entre outros prédios alvos de debates, analisar as diversidades das paisagens da Avenida Bueno Brandão e das Praças Hervé Cordovil e Emílio Jardim e as possibilidades de aplicação do conceito de paisagem no estudo desses locais.

Sobre o conceito de paisagem, é importante mencionar, inicialmente, que a Prefeitura Municipal de Viçosa através da sua página oficial na internet o utiliza para caracterizar o município nos seguintes termos:

O município está inserido no Planalto de Viçosa, no Domínio Morfoclimático do Mar de Morros e compreende uma área deprimida entre o Planalto do Alto Rio Grande, na Serra da Mantiqueira, e prolongamentos da Serra de Caparaó. No seu embasamento rochoso, predominam rochas gnáissicas do Período Pré-Cambriano. A área do município é de 300,15km². A cidade é de relevo acidentado com 85% montanhoso, 12% ondulado e 3% plano¹³².

Nota-se que o conceito de paisagem se refere, exclusivamente, às características físicas naturais do município, estando relacionado diretamente com a ideia de natureza. Os estudos atuais sobre paisagem, no entanto, se modificaram e passaram a abranger outras perspectivas de análise.

Precursor da Geografia Cultural, Carl Ortwin Sauer, em 1925, possibilitou a associação da categoria paisagem com este ramo da geografia em seu clássico *A Morfologia da Paisagem*. Nesta obra, Sauer delinea a intrínseca relação existente entre a paisagem natural e Paisagem Cultural: “A Paisagem Cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a Paisagem Cultural, o resultado.”¹³³

¹³⁰ HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 21.

¹³¹ BAUMAN, Zigmunt (2001). *Modernidade Líquida*, Rio de Janeiro, Zahar, p. 137.

¹³² Prefeitura Municipal de Viçosa. Disponível em: <http://www.vicosamg.gov.br/a-cidade/territorio>. Acesso em setembro de 2017.

¹³³ SAUER, Carl. *A Morfologia da Paisagem*. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENTHAL, Zeny.

O glossário apresentado no primeiro artigo da Convenção Europeia da Paisagem de 2000, que teve como objetivo promover a proteção, gestão e ordenamento das paisagens, define:

- a) “**Paisagem**” designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da inter-acção de factores naturais e/ou humanos;
- b) “**Política da paisagem**” designa a formulação pelas autoridades públicas competentes de princípios gerais, estratégias e linhas orientadoras que permitam a adopção de medidas específicas tendo em vista a protecção, gestão e ordenamento da paisagem;
- c) “**Objectivo de qualidade paisagística**” designa a formulação pelas autoridades públicas competentes, para uma paisagem específica, das aspirações das populações relativamente às características paisagísticas do seu quadro de vida;
- d) “**Protecção da paisagem**” designa as acções de conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e/ou da intervenção humana;
- e) “**Gestão da paisagem**” designa a acção visando assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, económicos e ambientais;
- f) “**Ordenamento da paisagem**” designa as acções com forte carácter prospectivo visando a valorização, a recuperação ou a criação de paisagens.¹³⁴

Raul Alfredo Schier, por sua vez, afirma que as abordagens sobre paisagem “dependem da história econômica, cultural e ideológica de cada sociedade e, se compreendidas como portadoras de funções sociais, não são produtos, mas processos de conferir ao espaço significados ideológicos ou finalidades sociais com base nos padrões econômicos, políticos e culturais vigentes”¹³⁵.

Num outro viés, todavia, a paisagem pode ser também considerada um conjunto de memórias, signos, significados, sentidos e sentimentos presentes tanto no imaginário coletivo, quanto no olhar do sujeito. Toma-se por base a análise de Paul Claval, que diz:

A paisagem deve ser entendida na sua relação com os dinamismos culturais, não apenas focando unicamente na interação do homem com a natureza, mas, também, na forma como a paisagem foi percebida, interpretada e como os marcos e significados foram construídos nela¹³⁶.

Diferentemente de Sauer e da ideia construída pela Convenção Europeia da Paisagem, Denis Cosgrove, por sua vez, não considera a paisagem apenas no sentido natural ou na perspectiva da morfologia, mas enfatiza a experiência que se pode ter da paisagem, possibilitando a criação de significados. Para este autor, a paisagem “não é apenas

Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 59.

¹³⁴ CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM. Conselho da Europa. Disponível em www.coe.int. Acesso em setembro de 2017.

¹³⁵ SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. Revista RA’EGA, Curitiba, nº 7, p. 82.

¹³⁶ CLAVAL, Paul. A geografia cultural. Florianópolis: UFSC, 1999.

morfologia, mas insere-se também no mundo dos significados, estando impregnada de simbolismo, ou seja, é um “modo de ver”¹³⁷.

Concordamos com Cosgrove, tendo em vista que a paisagem urbana do centro de Viçosa, na qual estão inseridos os imóveis ressaltados, produz significados variados, quer para os estudos acadêmicos, quer para os gestores da paisagem e do patrimônio, quer para a população que a vivencia no seu cotidiano.

A paisagem pode ser lida de acordo com diferentes olhares e, quando possui um sentido político, consiste num poderoso meio através do qual sentimentos, ideias e valores são expressos e simultaneamente modelam esses mesmos sentimentos, essas ideias e esses valores¹³⁸.

Neste sentido, relevante a interpretação de Berque, pela qual a paisagem é marca e matriz, assim, a paisagem enquanto **marca** é objetiva e material, a paisagem **matriz** diz respeito a um nível de percepção subjetiva, sendo individual e coletiva. Para o autor, a paisagem é plurimodal (passiva – ativa – potencial), como é plurimodal o sujeito para o qual a paisagem existe; (...) a paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário, que se autoproduz e se auto-reproduz”¹³⁹.

Essa noção de paisagem vinculada a uma maneira de ver e conceber o mundo e compô-lo em uma cena foi abordada por Michel Collot e hoje é definida como “uma porção do espaço apreendida com o olhar”¹⁴⁰.

Assim, esse processo perceptivo não se limita a receber passivamente os dados sensoriais, mas, também, os organizar para lhes atribuir sentido(s). Para Maurice Ronai, “Não existe um olhar virgem, espontâneo, inocente. O olhar não é somente o exercício de um sentido (a visão), ele é também a produção de sentido (significação). Portanto, a paisagem percebida e também construída.”¹⁴¹

Em outras palavras, afirma-se que a paisagem é definida pelas fronteiras do olhar e a ação de ver, além de apreender, organiza e interpreta os dados sensoriais. Para Collot, essa semantização e essa seleção evita que o indivíduo se depare com uma massa de informações

¹³⁷ COSGROVE, Denis. Prospect, perspective and the evolution of landscape idea. Transactions of the Institute of British Geographers, 10 (1) NS, 1985.

¹³⁸ COSGROVE, D. The palladian landscape. Geographical change and its cultural representations in sixteenth century Italy. University Park, Pennsylvania State University Press, 1993, p. 8.

¹³⁹ BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 86.

¹⁴⁰ COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre a percepção das paisagens. Boletim de Geografia Teoflítica, Rio Claro, v. 20, n. 39, e. 21-32, 1990.

¹⁴¹ RONAI, Maurice. Paysages. Heródote, n. 1, p. 125-159, 1976.

com a qual ele não saberá o que fazer. Os horizontes são, assim, um limite ao “caos sensorial”¹⁴².

O ver amplia-se para um poder: o caminho é visto como a percorrer, o sino como audível, a fruta como comível... o corpo toma-se o eixo de uma verdadeira organização semântica do espaço, que tem por base oposições como: alto-baixo, direita-esquerda, frente-atrás, próximo-distante etc. Construídas a partir do corpo, essas duplas antitéticas são portadoras de significações que repercutem em todos os registros da experiência humana e que fazem da paisagem um espelho da afetividade do sujeito¹⁴³.

Nesse espectro subjetivo de vivência e percepção da paisagem, relevante mencionar que os novos estudos da Escola dos Annales ressaltaram essa ideia de história escrita a partir do presente. Segundo Lucien Febvre, “O homem não se lembra do passado, ele o reconstrói sempre. Ele parte do presente – e é por intermédio dele, sempre, que ele conhece, que ele interpreta o passado.”¹⁴⁴

Assim, as interpretações sobre a paisagem urbana da cidade de Viçosa utilizam como fontes desde narrações de fatos do passado, como se fossem verdades e imagens datadas do início do século XX, a teses atuais que tentam compreender as transformações da sua paisagem relacionadas às atuações políticas voltadas para o patrimônio e à circunstância pessoal de quem observa. Assim, relevante a afirmação de François Dosse, quando sintetiza que:

Os historiadores se desfizeram, assim, de suas ilusões realistas sem cair no relativismo. Como afirma o psicanalista Jacques Lacan, “o real é o impossível”. Isso é verdade para o historiador que nunca será capaz de obter êxito com uma plena ressurreição do passado, ao contrário do sonho nutrido pelo historiador romântico Jules Michelet no século XIX. Certamente o contrato de verdade continua fundamental para a disciplina histórica e constitui uma boa parte de sua identidade e de sua função social, mas essa intenção de veracidade não é tudo na escrita histórica. Esta intenção se situa, segundo Paul Ricoeur, em sua fase documental e a este nível.¹⁴⁵

Ao colocarmos as discussões do tempo presente no cerne das fundamentações teóricas e das investigações, podemos dar a devida relevância a todos os elementos e dados encontrados no decorrer da pesquisa, ainda que cronologicamente distantes. A multiplicidade de olhares e representações da paisagem a partir de então são exploradas sem qualquer construção conceitual histórica pré-estabelecida ou estruturas interpretativas feitas a priori.

¹⁴² Op. cit. COLLOT, Michel. 1990.

¹⁴³ Ibidem.

¹⁴⁴ FEBVRE, Lucien. “Leçon inaugurale au Collège de France”, 1933. *Combats pour l’histoire*. Paris: Armand Colin, 1953.

¹⁴⁵ DOSSE, François História do Tempo Presente e Historiografia. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012, p. 12. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3381/338130378002/>. Acesso em junho de 2018.

CAPÍTULO 2: PATRIMÔNIO E PAISAGEM ENTRE LEGISLAÇÕES E DEBATES

À medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, devendo se tornar a prova em não se sabe que tribunal da história. (NORA, Pierre).

O estudo sobre patrimônio cultural, assim como sobre cidades e paisagem, pode ser realizado sob diversas perspectivas, já que esse tema é amplamente discutido nas áreas de geografia, história, arquitetura e urbanismo. Assim, se faz necessário ressaltar a importância de tratar esse tema de modo interdisciplinar e complementar, já que uma forma de análise não exclui a outra.

O capítulo inicial buscou contextualizar a cidade de Viçosa de acordo com algumas informações retiradas de sites oficiais, Blogs de opinião e teses que tentaram compreender o município de Viçosa sob a perspectiva do movimento conforme as definições de Jane Jacobs, Ana Fani, Raquel Rolnik, conforme as concepções de modernidade líquida de Zygmunt Bauman.

Analizou também a possibilidade de aplicação da ideia de requalificação à paisagem urbana de Viçosa, para, por fim, ressaltar a importância e tratar de modo complementar a paisagem e o patrimônio, relacionados aos conceitos de memória e identidade.

Procurou, no entanto, iniciar os pontos cruciais que serão debatidos mais profundamente adiante, relacionando a crítica dos principais autores que discutem os temas abordados de forma historiográfica e científica, já que, segundo Walter Benjamin, o trabalho principal do historiador consiste em desmontar os discursos ou “escovar a história a contrapelo”¹⁴⁶.

Assim, necessário especificar, nos próximos capítulos, portanto, de qual forma a ideia de patrimônio é utilizada nos discursos de âmbito jurídico e como o procedimento de tombamento é realizado como forma de proteção ao patrimônio, além de analisar, minuciosamente, quais as ações e discursos praticados pelas autoridades culturais e patrimoniais com relação aos prédios tombados de Viçosa, as principais críticas e as propostas de alternativas.

¹⁴⁶ BENJAMIN, Walter. “Sobre o Conceito de História”. In: O anjo da História. Organização e tradução de João Barrento. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 13-14.

Importante investigar, assim, como se deu o desenvolvimento dos temas sobre patrimônio e cidade dentro do direito urbanístico, além de analisar como as políticas patrimoniais se desenvolveram no município de Viçosa pelo seu Conselho Municipal.

Posteriormente, buscamos perceber como as representações do patrimônio foram construídas com os seus símbolos e significados oficiais, dando ênfase às questões que produzem maiores divergências discursivas entre os Conselheiros, o mercado imobiliário, os proprietários dos imóveis, entre outros setores da comunidade viçosense.

2.1 Legislações gerais e a perspectiva da salvaguarda

As formas de representação do patrimônio sob uma ótica jurídica, bem como a sua salvaguarda, são realizadas por meio de leis. Assim, a discussão sobre patrimônio histórico cultural no âmbito jurídico perpassa por vários campos, como, por exemplo, o direito ambiental e o direito urbanístico.

A ideia de tutela jurídica sobre o patrimônio cultural iniciou-se, de fato, com a Constituição Republicana de 1934. Houve um avanço na legislação ambiental, proporcionado pela promulgação do Decreto nº 23.793, de 10 de julho de 1934, conforme explicita Ann Helen Wainer:

O artigo 10 estabelecia a competência concorrente da União e dos Estados para a proteção das belezas naturais e os monumentos de valor histórico, além de impedir a evasão de obras de arte. Entretanto ocorreu uma séria omissão constitucional em relação aos Municípios que ficaram sem previsão expressa do poder de polícia para proteção de suas riquezas naturais, ao contrário da competência atribuída pela atual Constituição. Adiante, o artigo 5, inciso XIX, atribuiu, exclusivamente à União, competência legislativa sobre bens de domínio federal, riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, água, energia hidrelétrica, florestas e sobre a caça e pesca.”¹⁴⁷

Assim, para um estudo efetivo sobre a proteção jurídica de um patrimônio histórico-cultural é necessário, inicialmente, ressaltar que a ideia de patrimônio está ligada a diversos âmbitos do direito público e privado. No viés deste último, patrimônio é considerado o conjunto de bens, seja de pessoa física ou jurídica, sobre o qual incidem as relações jurídicas econômicas, abrangendo os direitos reais e obrigacionais.

A concepção de patrimônio cultural também possui uma perspectiva de direito público. A Constituição Federal de 1988 previu que, além do poder público, compete à

¹⁴⁷ WAINER, Ann Helen. Legislação Ambiental Brasileira, 2ª ed., Rio de Janeiro: Revista Forense, 1999. p. 59.

comunidade a promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, designando, assim, sua natureza jurídica. De acordo com Marcos Paulo de Souza Miranda:

a proteção do patrimônio cultural insere-se, sem dúvida, no conceito de direito fundamental de terceira geração, sendo incontestado que a tutela desse direito satisfaz a humanidade como um todo (direito difuso), na medida em que preserva a sua memória e seus valores, assegurando a sua transmissão às gerações futuras.¹⁴⁸

Nessa mesma perspectiva, ao relacionar o patrimônio cultural ao meio ambiente e ao direito ambiental, Édís Milaré afirma que:

Essa visão faz-nos incluir no conceito de ambiente – além dos ecossistemas naturais – as sucessivas criações do espírito humano que se traduzem nas suas múltiplas obras. Por isso, as modernas políticas ambientais consideram relevante ocupar-se do patrimônio cultural, expresso em realizações significativas que caracterizam, de maneira particular, os assentamentos humanos e as paisagens do seu entorno.¹⁴⁹

O ordenamento jurídico vigente, por sua vez, conceitua o meio ambiente, na Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, no seu art. 3º, inciso I, que meio ambiente é “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”¹⁵⁰.

Ao se atentar para a natureza difusa do meio ambiente, Paulo de Bessa Antunes argumenta:

Não se olvide, contudo, que o conceito de uso comum de todos rompe com o tradicional enfoque de que os bens de uso comum só podem ser bens públicos. Não, a Constituição Federal estabeleceu que, mesmo no domínio privado, podem ser fixadas obrigações para que os proprietários assegurem a fruição, por todos, dos aspectos ambientais de bens de sua propriedade. A fruição, contudo, é mediata, e não imediata.¹⁵¹

Com base nesse ensinamento, o autor busca esclarecer que a Constituição Federal de 1988 elevou o meio ambiente à condição de bem de uso comum, criando, assim, a obrigação de zelo, ainda que sua fruição ocorra no domínio privado.

O Direito Urbanístico, por sua vez, dialoga com as noções de meio ambiente e política cultural e segue, atualmente, uma perspectiva difusa, pois tornou-se um campo de regulação da função social da cidade. Assim, a propriedade urbana e a política da cidade, seguindo os preceitos constitucionais, preocupam-se com a ocupação democrática do espaço urbano. Sobre esse aspecto, José Afonso da Silva afirma que:

A Constituição de 1988, superando o paradigma da Constituição de 1934, no tocante à propriedade, além de acatar no espectro desta muito mais que o objeto material, prescreve tratamento diferenciado para as diversas espécies e opera mudança conceptual profunda, cujo ponto nuclear é a integração da função social à esfera

¹⁴⁸ MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Tutela do patrimônio cultural brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 16.

¹⁴⁹ MILARÉ, Édís. Direito do Ambiente. 8ª ed., São Paulo: RT, 2013, p. 110-111.

¹⁵⁰ Lei nº 6.938/81, artigo 3º, inciso I. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

¹⁵¹ ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 16ª Edição, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014, p. 69.

interna da propriedade como componente qualificador dessa, mais ou menos determinante de sua configuração, conforme seja o seu objeto¹⁵².

Maria Coeli Simões Pires, no seu artigo *Direito Urbanístico, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural*, refere-se às múltiplas dimensões da cidade:

- a física – como expressão de sua ordenação territorial, envolvendo o seu traçado, os arruamentos, a ocupação, a sua configuração – retratada pelo desenho de sua relação direta com a terra e com a natureza sob o prisma da horizontalidade, e, pois, pelos registros de seus cheios e vazios, e da verticalidade, que recorta o céu;
- a dinâmica – como trama urbana na sua lógica de mobilidade funcional, estimulada pela cadeia de bens, serviços e rendas, isto é, essencialmente como palco de produção econômica;
- a sociológica – como espaço de representação da conformação ou estratificação social, de expressão das relações sociais de produção e dos correspondentes graus de cidadania;
- a simbólica – como dado de cultura e valor transcendente da materialidade, como base para fruição de valores diversos por meio do espírito e dos sentidos, que captam e interpretam os símbolos, e como elemento de construção da memória: a cidade como espaço de evocação “que integra culturalmente, dá identidade coletiva a seus habitantes e tem um valor de marca e de dinâmica com relação ao exterior”, na expressão de Borja e Castells (1977)¹⁵³.

A cidade simbólica é importante ser destacada neste momento, pois se apresenta como um dado cultural a ser interpretado. Antes, contudo, de estudar o patrimônio histórico-cultural e a paisagem como parte desta cidade, fazem-se necessárias algumas análises acerca dessa noção de ambiente cultural.

O ambiente cultural resulta das intervenções humanas que possuem especial valor no tocante à memória e à formação da identidade nacional, regional ou local, abrangendo não apenas os bens materiais, mas também os imateriais, conforme se depreende da Constituição Federal de 1988, no seu artigo 216¹⁵⁴.

Para compreender o sentido atribuído pelo legislador à ideia de patrimônio cultural, deve-se analisar algumas acepções da palavra cultura. Francisco Humberto Cunha Filho traz uma ideia de cultura no âmbito jurídico, e para ele “cultura é a produção humana juridicamente protegida, relacionada às artes, à memória coletiva e ao repasse de saberes e

¹⁵² SILVA, José Afonso da. *Direito urbanístico brasileiro*. São Paulo: RT. 1995.

¹⁵³ Disponível em:

<http://www.mariacoeli.com.br/direito-urbanistico-meio-ambiente-e-patrimo%CC%82nio-cultural/>. Acesso em 25/04/2018.

¹⁵⁴ Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

vinculada ao ideal de aprimoramento, visando à dignidade da espécie como um todo e de cada um dos indivíduos”¹⁵⁵.

Neste mesmo sentido, segundo Jorge Miranda, a cultura tem uma carga axiológica para a coletividade, ao envolver “tudo quanto tem significado espiritual e, simultaneamente, adquire relevância colectiva; tudo que se reporta a bens não económicos; - tudo que tem que ver com obras de criação ou de valoração humana, contrapostas às puras expressões da natureza”¹⁵⁶.

A ideia de patrimônio histórico cultural também percorreu um longo caminho até chegar às concepções que se têm hoje no âmbito jurídico, tendo em vista o fato de as pessoas sempre terem assimilado a ideia de Patrimônio Cultural a um amontoado de velharias que devem ser preservadas apenas pelo fato de serem bonitas ou excêntricas.

Segundo o jurista Helly Lopes Meirelles:

O conceito de patrimônio histórico e artístico nacional abrange todos os bens, móveis e imóveis existentes no País, cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da História pátria, ou por seu excepcional valor artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou ambiental¹⁵⁷.

Para além da tutela do Estado, é possível observar várias compreensões sobre o significado desse patrimônio e o que ele representa para a vida das pessoas em suas relações pessoais. Neste sentido decidiu o relator da Apelação Cível, nº 151.028-1, do Tribunal de Justiça de São Paulo:

Ora, a preservação desses marcos é que permitirá às novas gerações conhecer a evolução da nossa arquitetura e até revelar como viviam nossos antepassados. No Velho Mundo nada se destrói. As cidades crescem, sem destruir o passado. Preserva-se o antigo e constrói-se o moderno, que convivem em perfeita harmonia, realçando seus contrastes, sem embargo da falta de espaço para a expansão da cidade. Aqui acontece o inverso. Sobra espaço, mas as cidades são desfiguradas com as demolições de marcos da nossa história para dar lugar aos modernos edifícios e ao lucro imobiliário. As edificações se verticalizam e transformam os centros urbanos em inabitáveis aglomerados de concreto¹⁵⁸.

O relator da Apelação mencionada percebe que as dificuldades encontradas para salvaguardar o patrimônio histórico-cultural em Viçosa estão, muitas vezes, relacionadas com uma falta de mecanismos eficazes de defesa por parte dos órgãos competentes em um âmbito

¹⁵⁵ CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Autonomia e Democratização da Cultura. Rio de Janeiro. Publicado na Revista Democracia Viva (IBASE-RJ), na Cartilha “Direitos Culturais” (OAB-CE) e na Apostila “Direitos Culturais” (SEBRAE-CE), Fortaleza, 2005.

¹⁵⁶ MIRANDA, Jorge. Notas sobre Cultura, Constituição e Direitos Culturais. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2006, p. 1-2.

¹⁵⁷ MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 28 ed. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 546.

¹⁵⁸ SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação Cível n. 151.028-1. Relator Des. Alves Braga. J. em 07 nov. 1991. Revista o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, 1992v. 136, p. 44-46.

local, aliada a uma má administração e uma relação direta com os interesses do mercado imobiliário.

Esta falha, todavia, decorre, também, da existência de um descaso geral provocado pela falta de um conhecimento profundo, tanto do cidadão comum quanto das autoridades sobre a sua relevância, tendo em vista que sua apreensão exige uma percepção que transcende às propriedades materiais da pedra ou de qualquer outro material que o constitui.

Ao se atentar para as representações do patrimônio de Viçosa, Walquíria Maria Martins destaca:

Tal discussão acerca da necessidade de ampliação do conceito de patrimônio e da participação da sociedade no processo patrimonial, não apenas como receptora, mas como agente, selecionando, atribuindo valores, criando referências nos espaços urbanos, já foi um passo importante no contexto da crítica social do patrimônio. O que propomos a partir disto é que a própria importância atribuída à patrimonialização e à preservação da memória, bem como suas consequências para os diferentes grupos sociais, também sejam discutidas. Que o processo de elaboração de memórias coletivas possa ser discutido, ampliado e que as políticas públicas possam, de fato, representar múltiplos interesses¹⁵⁹.

Foi nesse sentido que Martins propôs uma alternativa para se trabalhar o patrimônio de forma cidadã, a partir de uma intervenção no campo das relações entre a educação e o patrimônio: "Pensamos na possibilidade de uma relação entre a educação e o patrimônio, que pudesse contribuir para a democratização do direito à memória e a um ganho no que diz respeito ao exercício da cidadania."¹⁶⁰

Nota-se que Walquíria Maria Martins ressaltou o fato de as políticas patrimoniais terem representado apenas uma parcela da população viçosense, defendendo a ideia de que a educação patrimonial é uma forma de democratizar o acesso aos diferentes grupos sociais do município, possibilitando, assim, o exercício da cidadania.

Assim, faz-se necessário compreender a política de tombamento, bem como a forma com que essas ações foram realizadas no município de Viçosa, para, por fim, indo de encontro à concepção de Martins, apresentar uma nova alternativa que viabilize o exercício da cidadania no tocante à compreensão do patrimônio e, principalmente da paisagem cultural.

A resignificação da paisagem de modo informal, por intermédio da imagem, dos depoimentos, fazendo-se uso do mundo virtual, é, portanto, a proposta desta dissertação, compreendendo a população não apenas como leitores, mas principalmente como parte integrante e reflexo desta paisagem.

¹⁵⁹ MARTINS, Walkiria Maria de Freitas. A pena e o compasso: Políticas Públicas Patrimoniais e a Produção da Paisagem Urbana de Viçosa – MG, entre 1980 e 2010. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa, 2016, p. 234.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 238.

2.2 Tombamento e gestão do patrimônio em Viçosa

A proteção oficial do patrimônio cultural se desenvolveu de diversas formas até que fosse criado o instituto do tombamento. A Constituição de 1934 e, posteriormente, o Decreto-Lei nº 25, de 1937, foram os primeiros textos normativos que trataram o tombamento como forma de proteção do patrimônio histórico-cultural.

As primeiras manifestações, todavia, de tentativa de resguardar o patrimônio histórico, dando a ele proteção estatal, ocorreram em 1930, conforme análise de Maria Coeli Simões Pires, quando um deputado federal apresentou um projeto que visava à “proteção estatal do patrimônio em razão de sua beleza e valor histórico”¹⁶¹.

Importante ressaltar que o Decreto-Lei de 1937 (nº 25) teve grande influência do ideário modernista difundido naquela época em virtude de o criador do seu anteprojeto ter sido Mário de Andrade¹⁶². Assim, em um contexto histórico em que se buscava a valorização da arte, foi criado o SPHAN. Neste instituto, segundo analisa Maria Cecília Londres Fonseca:

o tombamento surgia [...], como uma fórmula realista de compromisso entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público relativamente à preservação de valores culturais [...]; em termos econômicos [...] o instituto do tombamento dispensava, para a finalidade de preservação, a onerosa e praticamente inviável figura da desapropriação.¹⁶³

Nota-se que neste período o valor atribuído ao patrimônio histórico estava ligado a uma apreciação de caráter estético e principalmente também político, submetido aos interesses da elite dominante da época, não havendo qualquer participação popular. Assim desenvolve Maria Coeli Simões:

Não decorreu do amadurecimento cultural da população brasileira, mas de impulsos, que se poderiam adjetivar de elitistas, por parte das instituições como a Igreja e o Estado e de segmentos como a intelectualidade, sobretudo a de vocação literária.¹⁶⁴

Embora o tombamento tenha sido instituído, contudo, pela primeira vez por meio do Decreto-Lei nº 25/1937, também conhecido como Lei do Tombamento, foi com a Lei de

¹⁶¹ PIRES, Maria Coeli Simões. “Da proteção do patrimônio cultural – O tombamento como principal instituto”. Belo Horizonte: Del Rey, 1994, p. 34.

¹⁶² Intelectual envolvido no movimento modernista que, juntamente com Oswald de Andrade, Manoel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Cândido Portinari, Tarsila do Amaral e Lúcio Costa, propunha uma renovação das manifestações artísticas e a valorização da cultura brasileira.

¹⁶³ FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ / MinC – IPHAN, 1997, p. 115.

¹⁶⁴ PIRES, Maria Coeli Simões. Da proteção do patrimônio cultural – O tombamento como principal instituto. Belo Horizonte: Del Rey, 1994, p. 39.

Ação Popular/Lei nº 4.717/1965 que houve uma primeira previsão da participação popular na obrigação de proteger o meio ambiente. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, previu no seu artigo 216, § 1º, a participação popular no tombamento, juntamente com outros institutos protetores do patrimônio histórico-cultural, além da colaboração da comunidade nesta obrigação de proteger.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.¹⁶⁵

Assim, houve uma ampliação desses critérios, como é perceptível na letra do caput do artigo 216, reconhecendo todas as manifestações como culturais e formadoras, portanto, da sociedade brasileira.

Conforme observa Francisco Humberto Cunha, essa mudança permitiu uma universalização do conceito atribuído ao patrimônio cultural, vindo a proteger interesses pluriculturais, evitando, assim, o que ele definiu como monopólio da memória¹⁶⁶.

Partindo das premissas levantadas anteriormente, o tombamento é entendido hoje como uma das formas de intervenção do Estado na propriedade e tem por principal finalidade a preservação dos bens de valor cultural, entre eles, patrimônio histórico-cultural, como conceitua José Santos de Carvalho Filho:

É a intervenção ordinária e concreta do Estado na propriedade privada, limitativa de exercício de direitos de utilização e disposição, gratuita, permanente e indelegável, destinada à preservação, sob regime especial, dos bens de valor cultural, histórico, arqueológico, artístico, turístico ou paisagístico.¹⁶⁷

Nesta mesma perspectiva, o tombamento é interpretado por Maria Coli da Fonseca¹⁶⁸ como um ato legal por parte dos órgãos públicos competentes de registro patrimonial, no intuito de reconhecer, oficialmente, um bem imóvel como patrimônio cultural, bem como determinar a preservação desses bens culturais, justamente por conterem valores culturais importantes para a consolidação da memória coletiva e identidade.

Com base nessas definições, é possível perceber que o poder público competente, ao tomba determinado bem, faz uso do princípio da supremacia do interesse público sobre o

¹⁶⁵ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em agosto de 2017.

¹⁶⁶ CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Impactos da Constituição Federal de 1988 sobre o tombamento de bens do patrimônio cultural brasileiro. Salvador: IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBa, 2008, p. 4-5.

¹⁶⁷ CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 12ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, p. 716.

¹⁶⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ / MinC – IPHAN, 1997.

interesse privado, pois intervêm na propriedade em decorrência de os seus bens possuírem valor histórico e cultural.

O tombamento pode recair sobre objetos diversos, bens materiais e imateriais, móveis ou imóveis tomados individualmente ou na sua coletividade. É o que se depreende da determinação do IPHAN¹⁶⁹:

Pode ser aplicado aos bens móveis e imóveis, de interesse cultural ou ambiental. É o caso de fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, cidades, regiões, florestas, cascatas etc. Somente é aplicado aos bens materiais de interesse para a preservação da memória coletiva.¹⁷⁰

A escolha dos bens culturais a serem tombados e a determinação das políticas de preservação desses bens decorrem, portanto, de um exercício de cidadania, cabendo ao Estado a garantia do exercício dessa cidadania. Sobre esse aspecto particular da cidadania, Maria de Lourdes Parreira Horta com propriedade afirma:

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania¹⁷¹.

Desse modo, importante ressaltar que a Constituição Federal em seu artigo 23 determina que é de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o patrimônio cultural, assim como impedir sua evasão, destruição ou descaracterização e proporcionar os meios de acesso às informações relativas ao acesso à cultura.

A rigor, dispõe a Carta Magna neste mesmo artigo, no inciso VIII, que a responsabilidade é concorrente entre estes entes quando se tratar de dano ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

A proteção ao patrimônio cultural, entretanto, também é delegada às entidades descentralizadas. Assim, a União instituiu o IPHAN, atribuindo-lhe esta função administrativa, assim como o Estado de Minas Gerais instituiu o IEPHA.

O Decreto nº 6.844, de 07 de maio 2009¹⁷², estabeleceu de forma sistemática a estrutura e funcionamento do IPHAN. Segundo o artigo 2º do Capítulo I deste Decreto, que dispõe sobre a natureza e finalidade do IPHAN, este instituto possui como objetivos

¹⁶⁹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável por preservar a diversidade das contribuições dos diferentes elementos que compõem a sociedade brasileira e seu ecossistema.

¹⁷⁰ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do>. Acesso em agosto de 2017.

¹⁷¹ HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Guia básico de educação patrimonial. IPHAN/MINC. Museu Imperial, 1999, p. 5.

¹⁷² Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e dá outras providências.

principais proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro de acordo com a legislação existente, e coordenar a implementação e a avaliação da política de preservação do patrimônio cultural brasileiro, em consonância com as diretrizes do Ministério da Cultura.

Além disso, estabeleceu a promoção, estimulando a difusão do patrimônio cultural brasileiro e visando não apenas à sua preservação, mas também à sua apropriação social.

O IPHAN possui também a finalidade de fiscalizar, exercer o poder de polícia administrativa, aplicar sanções previstas em lei, desenvolver modelos de gestão da política de preservação do patrimônio cultural brasileiro de forma articulada entre os entes públicos, a sociedade civil e os organismos internacionais e promover e apoiar a formação técnica especializada em preservação do patrimônio cultural¹⁷³.

Este órgão, todavia, atua por intermédio das Superintendências Estaduais e Escritórios locais, competindo a estas a coordenação, o planejamento, a operacionalização e a execução das ações do IPHAN em âmbito estadual.

O julgado referido abaixo menciona o tombamento enquanto forma de proteção e prevê a legitimidade da sua defesa em âmbito jurídico por meio da Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público, bem como a aplicação de multa no caso de descumprimento da ordem judicial.

MP. Legitimidade. Ação Civil Pública. Demolição. Obra. Multa. Descumprimento. Ordem Judicial.

É certo que o Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação civil pública em busca da demolição de obra irregular construída em área tombada (art. 1º, III, da Lei nº 7.347/1985). Assim, nos autos, não há que se falar em cumulação de condenações em dinheiro e da obrigação de fazer, pois a condenação à indenização, no caso, não mais é que a determinação do pagamento de multa (art. 11 da referida lei) fixada devido ao descumprimento da ordem judicial concedida na liminar da ação civil pública. Outrossim, a mera falta de uma página do parecer do MP não resulta em nulidade do processo.¹⁷⁴

Finamente, importante mencionar um caso, pelo qual percebe-se que o tombamento envolve todo um conjunto arquitetônico, tendo a jurisprudência se posicionado pela desnecessidade da individualização de cada bem, em conformidade com o Decreto-Lei nº 25/1937, conforme dispõe a seguinte decisão:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. TOMBAMENTO GERAL. CIDADE DE TIRADENTES. POSSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DE INDIVIDUALIZAÇÃO DO BEM. PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E CULTURAL. DESRESPEITO À

¹⁷³ Diário Oficial da União do dia 08 de maio de 2009, p. 03.

¹⁷⁴ SÃO PAULO. Corte Especial. Primeira Turma. Informativo Nº 0287. Período: 29 de maio a 9 de junho de 2006. Precedente citado: REsp 493.270-DF, DD, 24-11-2003. REsp 405.982-SP, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 1º-06-2006.

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO IPHAN. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA.

1. Não é necessário que o tombamento geral, como no caso da cidade de Tiradentes, tenha procedimento para individualizar o bem (art. 1º do Decreto-Lei nº 25/1937). As restrições do art. 17 do mesmo diploma legal se aplicam a todos os que tenham imóvel na área tombada. Precedente. 2. É incongruente a alegação da recorrente de que o bem não foi individualizado no tombamento, se sabia claramente das restrições impostas pelo Decreto-Lei nº 25/1937, uma vez que, inclusive, solicitou autorização ao IPHAN para a realização da obra e desrespeitou os limites estabelecidos pelo órgão. 3. A divergência jurisprudencial não pode ser conhecida por ausência de similitude fática, tendo em vista o reconhecimento do acórdão recorrido do caráter agressor das obras e reconhecimento pelo acórdão paradigma da ausência de demolição, destruição ou mutilação do bem tombado. Recurso especial conhecido em parte e improvido.¹⁷⁵

Neste caso específico de tombamento do conjunto arquitetônico de Tiradentes, o IPHAN realizou o tombamento geral do bem considerado em seu conjunto. Assim, resta clara a preocupação desse órgão em preservar o meio ambiente cultural recorrendo ao judiciário para garantir esses direitos difusos de forma que melhor fiquem resguardados e evitando, assim, que o patrimônio histórico-cultural se desfaça ou se perca.

Terminada a exposição sobre o procedimento de tombamento em âmbito federal, necessário se faz analisar como esse procedimento é feito no âmbito estadual, estabelecendo, para tanto, algumas discussões a respeito.

Importante lembrar, por oportuno, que a Constituição do Estado de Minas Gerais, no seu artigo 208, define patrimônio cultural mineiro da seguinte forma:

Art. 208 – Constituem patrimônio cultural mineiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira, entre os quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, tecnológicas e artísticas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, espeleológico, paleontológico, ecológico e científico.¹⁷⁶

O órgão mineiro responsável pelo procedimento de tombamento no Estado é o IEPHA¹⁷⁷, criado pela Lei nº 5.775, de 30 de setembro de 1971. Sua competência está estabelecida no Decreto nº 44.780, de 16 de abril de 2008, e dispõe, entre outras competências, sobre a forma com que a política de preservação será executada, a identificação

¹⁷⁵ STJ, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 09/06/2009, T2 - SEGUNDA TURMA.

¹⁷⁶ BRASIL. Constituição do Estado de Minas Gerais, CE/1989, [200-], s.p.

¹⁷⁷ Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

dos bens culturais do Estado que possuem interesses de preservação, promover a realização de ações educativas de identificação, valorização e proteção dos bens culturais junto à sociedade e a instituições de natureza pública ou privada, gestão, fiscalização preventiva e corretiva, aprovar estudos, relatórios técnicos e projetos de intervenção, aplicar penalidades, multas e demais sanções administrativas, promover arrecadação, cobrança, execução de créditos não-tributários, ressarcimentos devidos e emolumentos decorrentes de suas atividades, exercendo o poder de polícia administrativa, nos termos da legislação vigente

O procedimento dos processos de tombamento no âmbito do IEPHA está regulamentado pela Portaria nº 29, de 03 de julho de 2012, que determina no seu artigo 3º a forma como se desenvolve o tombamento a pedido do interessado¹⁷⁸.

Com base nessa legislação, é possível perceber que o tombamento de bens estaduais segue o mesmo padrão do tombamento federal, mas é regulamentado por legislação específica no âmbito de cada administração.

Carlos Henrique Rangel e Keila Pinto Guimarães analisam que, ao longo dos seus trinta e oito anos de existência, o IEPHA/MG cumpre com relativa desenvoltura as suas funções de proteger, gerenciar e estudar o patrimônio cultural do Estado. O número reduzido do seu corpo técnico e a extensão territorial de Minas Gerais, aliados à diversidade do acervo cultural, cedo, no entanto, demonstraram a necessidade de parcerias para o desenvolvimento dos trabalhos. Fez-se assim necessária a criação de Conselhos Curadores, com o objetivo de estabelecer normas a serem seguidas pelo município para serem pontuados e consequentemente receberem os recursos financeiros necessários¹⁷⁹.

¹⁷⁸ Art. 3º O pedido de tombamento pelo interessado, instruído com documentação pertinente, deverá ser enviado formalmente à Presidência do IEPHA/MG, que o encaminhará à Diretoria de Proteção e Memória/DPM. § 1º O pedido de tombamento deve conter as seguintes informações:

I- dados do(s) solicitante(s);

II- dados do(s) proprietário(s);

III - justificativa da solicitação para comprovação da relevância de preservação do bem para o município e/ou para o Estado acompanhada de:

a) informações históricas do município, do distrito ou localidade;

b) informações históricas sobre o bem de interesse de preservação;

c) descrição sucinta das características do bem e do seu estado de conservação;

d) no caso de bem imóvel, as plantas estruturais, arquitetônicas e de sua localização, se o(s) solicitante(s) as tiver em seu poder;

e) documento comprobatório de proteção municipal, se houver;

f) levantamento fotográfico (externo e interno no caso de edificações isoladas);

IV - uso atual do bem de interesse de preservação;

V- indicação de instituições e pessoas que apoiam a iniciativa.

¹⁷⁹ RANGEL, Carlos Henrique; GUIMARÃES, Keila Pinto. A descentralização da proteção do patrimônio cultural no estado de Minas Gerais. Disponível em:

<<http://proteuseducacaopatrimonial.blogspot.com/2009/08/descentralizacao-da-protecaodo.html>>. Acesso em agosto de 2017.

Esses autores destacam que existe uma Diretoria de Promoção, que exerce um papel fundamental na capacitação e assessoramento no desenvolvimento da política de descentralização da proteção do patrimônio cultural do Estado junto aos Municípios. Assim afirmam:

A cada dia a relação IEPHA/Município está se estreitando para que haja um aprimoramento nos trabalhos desenvolvidos. A proposta do instituto estadual é que o município se conscientize e atue com responsabilidade na preservação do patrimônio local, abrangendo e envolvendo vários setores da sociedade na divulgação e execução dos trabalhos de proteção patrimonial¹⁸⁰.

Desta feita, é possível perceber uma preocupação do IEPHA/MG em estreitar as relações com os Municípios, a fim de se promover um melhor cumprimento das suas funções de proteger, gerenciar e estudar o patrimônio cultural tanto do Estado quanto dos Municípios mineiros.

Tomando por base as informações obtidas com relação a competências e procedimentos praticados pela União, representada pelo IPHAN, e pelo Estado, por intermédio do IEPHA/MG, é possível perceber que permaneceu uma sintonia entre as suas legislações específicas, embora tenham sido criados vários instrumentos legais de proteção ao longo dos anos. Os municípios, por sua vez, só obtiveram uma maior autonomia com a Constituição Federal de 1988, assim dispondo nos seus artigos 29, caput, e 30, inciso IX:

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição e na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos [...]

Art. 30. Compete aos Municípios: [...]

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observadas a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual¹⁸¹.

A Lei Orgânica do município de Viçosa de 2003, por sua vez, menciona em vários dos seus artigos a proteção do patrimônio histórico cultural, em consonância com o que já está disposto nas legislações federais e estaduais. Ressalte-se que essa lei dispensa uma seção para tratar exclusivamente da cultura. Antes, no entanto, de analisar este capítulo, vale destacar outros artigos, que devem ser analisados conjuntamente, entre eles os seguintes:

Art. 21. Compete ao Município, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado:

III - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observadas a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. [...]

Art. 22. Compete ao Município, em harmonia com o Estado e a União: [...]

c) garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura municipal, apoiando e divulgando a valorização e a difusão das manifestações culturais. [...]

¹⁸⁰ Ibidem.

¹⁸¹ BRASIL, CF/88, 2009, p. 20.

Art. 87. Ao Prefeito compete, privativamente: [...]

XXXIV - conceder audiência pública quando da execução de projetos que envolvam aspectos ambientais, arquitetônicos, históricos, artísticos e culturais, na forma da lei;¹⁸²

Dessas disposições pode-se aferir que o município, ao exercer a obrigação de preservar o patrimônio histórico-cultural, o faz em cooperação técnica e financeira com a União e o Estado, sendo obrigação privativa do prefeito municipal conceder audiência pública para a execução desses projetos.

Por oportuno, um destaque especial deve ser dado artigo 22, alínea “c”, da referida Lei Orgânica, haja vista a expressa previsão da competência do Município para garantir formas de acesso às fontes culturais do Município, bem como a valorização e difusão das manifestações culturais. Neste mesmo sentido, a Seção IV deste dispositivo dispõe que o Município garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura municipal e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (grifo nosso)

A Lei Orgânica considera patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, nas quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico- culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Dispõe ainda, nos seus parágrafos, que o Poder Público terá a colaboração da comunidade, protegendo o patrimônio cultural por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento, fará a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem e incentivará a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

Por fim, esta seção menciona que os bens do patrimônio natural e cultural, uma vez tombados ou declarados de interesse cultural pelos Poderes Públicos Municipal, Estadual e Federal, gozam de isenção de impostos e contribuição de melhoria municipal, desde que sejam preservados pelo seu titular, na forma da lei¹⁸³.

¹⁸² VIÇOSA. **Lei 1574/03.** Lei Orgânica do Município de Viçosa.

Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/lei-organica-vicosa-mg>. Acesso em agosto de 2017.

¹⁸³ Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/lei-organica-vicosa-mg>. Acesso em agosto de 2017.

Com base nesses artigos, pode-se adiantar que uma das críticas deste trabalho recai, não apenas sobre as formas de preservação do patrimônio histórico cultural na cidade de Viçosa, mas principalmente sobre as suas formas de divulgação e promoção perante a comunidade.

O município de Viçosa, por sua vez, possui, entre seus bens tombados no local escolhido para o presente estudo, a Casa Cora Bolivar, a Fachada do Hospital São Sebastião e a Fachada da Casa-Sede do Primeiro Hospital de Viçosa, os quais são alvos das principais divergências de opinião entre os gestores do patrimônio. Há também, na Avenida Bueno Brandão, o tombamento da Balaustrada e, na Praça Hervé Cordovil, o tombamento da Estação Ferroviária.

Ao voltar, contudo, as análises para os procedimentos de tombamento desses imóveis, é preciso compreender historicamente como se deram as primeiras formas de proteção do patrimônio histórico cultural nesse município pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Ambiental, bem como analisar as principais discussões e propostas de alternativas.

2.3 Políticas patrimoniais em Viçosa: discussões e alternativas

Ítalo Stephan foi um dos principais idealizadores das políticas patrimoniais de Viçosa. Em seu artigo intitulado Viçosa, MG: Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Plano Diretor como Instrumentos Aliados na Preservação, indica que a criação do primeiro Conselho de Proteção ao Patrimônio Cultural ocorreu na década de 1990, período no qual a Universidade Federal de Viçosa se expandiu, criando novos cursos de graduação, tendo havido conseqüentemente uma intensificação da dinâmica imobiliária no município, bem como o interesse sobre os seus imóveis de valor histórico¹⁸⁴.

Assim, afirma que, embora a primeira ação de proteção tenha sido realizada pelo IEPHA, em 1989, referente à Casa Arthur Bernardes, o CMCPA (Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Ambiental) foi criado em 1996 juntamente com a Política de Proteção Cultural pelas Leis Municipais nºs 1.146 e 1.147, de 1996¹⁸⁵.

Conforme consta na ata da primeira reunião do CMCPAV, realizada no dia 15 de abril de 1998, os conselheiros destacaram a necessidade de elaborar o Regimento do Conselho

¹⁸⁴ STEPHAN, Ítalo. Viçosa, MG: Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Plano Diretor como Instrumentos Aliados na Preservação.

Disponível em: http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/77. Acesso em agosto de 2017.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 18, 2008.

e envolver a comunidade, conscientizando-a sobre o tombamento. Foram feitas estas sugestões: solicitação de um estagiário de arquitetura para levantar os dados históricos e físicos dos imóveis; e solicitação ao IEPHA de Curso sobre Patrimônio para os conselheiros e bens que poderiam ser tombados, sendo mencionados na ocasião: o Colégio de Viçosa, o prédio da Escola Municipal Ministro Edmundo Lins e o Edifício Arthur da Silva Bernardes na UFV. Ressaltaram também a importância da Educação Patrimonial¹⁸⁶.

Ítalo Stephan avalia que a cada ano a Administração Municipal, através do CMCPA, presta contas ao IEPHA/MG e elabora laudos técnicos com o intuito de controle e cobrança de melhorias, ressaltando que os processos de tombamento são assessorados pelos professores e desenvolvidos por estagiários do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFV.

No início de 1999, Ítalo Stephan apresentou, para apreciação do Conselho, os dossiês de tombamentos do Colégio de Viçosa, da Casa Arthur Bernardes (já tombada pelo IEPHA pelo Decreto Estadual nº 29.399, de 21 de abril de 1989), dos Edifícios das Escolas Municipais Edmundo Lins e Dona Nanete, do Livro de Atas da Câmara de Vereadores do Município de Viçosa, no período entre 1903 e 1909, quando foi assinada pelo então presidente da Câmara, Arthur da Silva Bernardes, e da Estação Ferroviária do Centro de Viçosa, além de um projeto descritivo para a área de entorno da referida Estação Ferroviária¹⁸⁷.

Todos esses dossiês foram aprovados com unanimidade pelo Conselho, e ficaram registrados em ata os elogios feitos pelos técnicos do IEPHA aos dossiês enviados por Viçosa, todos eles elaborados pelos arquitetos, professores do DAU/UFV e conselheiros do Patrimônio de Viçosa, Ítalo Stephan e Geraldo Browne Ribeiro Filho.

Nas palavras do próprio Ítalo Stephan:

Em menos de um ano de existência, a cargo de uma comissão específica do Conselho, foram elaborados os processos que orientaram para o tombamento de seis imóveis pelo município: a Casa Arthur Bernardes, já anteriormente tombada pelo Estado; o Colégio de Viçosa; o Colégio Municipal Edmundo Lins; a Estação Ferroviária; o “Balaústre”; e o Patronato Agrícola. Inclui-se nesta lista o tombamento do Livro de Atas da Câmara Municipal de Viçosa, no período 1903-1909. Desde então, a comissão vem coordenando a elaboração do inventário de bens do município. O curso de Arquitetura e Urbanismo presta assessoria e se beneficia da política cultural com a oferta de estágios para seus alunos¹⁸⁸.

¹⁸⁶ ATA da Primeira Reunião do CMCPA. 15/04/1998, p. 3 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

¹⁸⁷ ATA da Décima Reunião do CMCPA; 08/04/99, p. 12. Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

¹⁸⁸ Ibidem. P. 119, 2008.

Mediante todas essas informações, Stephan analisa que o Município recebe o seu principal investimento por meio de repasse da Lei nº 28 de dezembro de 1995 e da Lei do ICMS, nº 12.040¹⁸⁹, chamada de Lei Robin Hood¹⁹⁰, sendo este processo possível desde que a adoção de instrumentos urbanísticos esteja prevista no Plano Diretor do Município.

Conforme será melhor analisado posteriormente, não há, todavia, um entendimento, por parte dos moradores do município, sobre a importância de um patrimônio tombado para as suas vidas, enquanto sujeitos históricos pertencentes a uma coletividade que possui uma identidade local.

Conforme se pode verificar nos excertos das entrevistas concedidas abaixo, é possível notar a ambiguidade e mesmo as diferentes posições dos entrevistados com relação a essa questão:

... eles falam em plano diretor aí, mas não sei nunca, Viçosa é difícil as coisas funcionarem... paisagem urbana é o centro da cidade, é feia, mas é... acho tudo feio... a casa de Arthur Bernardes e a Estação representam a história de Viçosa... tenho memória da cidade mais calma, limpa, segura, a gente podia deixar até a casa aberta¹⁹¹.

... não sei o que é, mas sei que a estação é dos mais antigos que tem aí... Gosto da estação, acho feio aquela casinha ali, um depósito entre o ponto de táxi e o balaústre ... se reformar essas casas fica bonito... tenho muitos colegas aqui, o pessoal das barraquinhas ali são tudo meus amigos, gosto desse lugar que estou aqui... (entrada para o calçadinho)¹⁹².

...tombamento é a conservação do patrimônio... o que representa a história de Viçosa é a estátua de Bernardes na Praça, a estação não representa não, não tem valor nenhum ... fiquei sabendo que a prefeitura queria reformar a estação e um arquiteto não deixou porque as telhas eram importadas da França, tem que demolir... a prefeitura queria colocar asfalto na Av. Bueno Brandão, a rampa para pedestres ia voltar a ser rampa para carros e não deixaram, tem gente que gosta de confusão... o prédio mais feio é esse aqui, nº 16, o mais bonito é o Edifício Dona Cora... acho indiferente, não tenho interesse, não sou a favor de conservar nada, me sinto parte da cidade, mas não da paisagem daqui, sou cidadão viçosense de coração... não gosto de coisas velhas, única coisa antiga que eu valorizo são as amizades... não acho aqui agradável não, só a UFV, antigamente eu gostava do Lanches Lu, Braseiro, os botecos, a Cabana Roda... acho os bancos importantes, aqui já foi um banco, me identifico com esse lugar porque é da minha família há 54 anos¹⁹³.

¹⁸⁹ Dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do artigo 158 da Constituição Federal, e dá outras providências.

¹⁹⁰ A Lei Robin Hood foi criada por iniciativa do Governo Estadual, com a intenção de atenuar os graves desequilíbrios regionais por meio de uma distribuição socialmente mais justa e que incentivasse o investimento em áreas prioritárias como: educação, saúde, agricultura, patrimônio cultural e preservação do meio ambiente.

¹⁹¹ Trechos de entrevista de J.M., taxista na Praça Hervé Cordovil desde 1986, morador do bairro de Fátima, concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

¹⁹² Trechos de entrevista de O.J., ambulante há 15 anos, morador do centro da cidade, concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

¹⁹³ Trechos de entrevista de J.L., comerciante, 64 anos, morador do bairro Santana, concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

Esse estranhamento coletivo toma maiores proporções quando apenas a fachada de determinado prédio é tombada, preservando suas características originais em contraste com o restante do edifício.

Embora a Lei Orgânica do Município tenha-se preocupado em detalhar as políticas urbanas culturais que devem ser realizadas pelo Município, a ausência de um Plano Diretor eficaz fez com que vários problemas urbanos fossem agravados com o passar dos anos, como o aumento de moradores mais pobres em locais periféricos, em contraposição ao crescente número de condomínios fechados.

Além disso, observa-se que, quanto à mudança na paisagem urbana e à proteção do patrimônio histórico-cultural edificado, foram aprovadas construções de edifícios com um número muito maior de pavimentos do que estava previsto no Plano Diretor, tendo causado impactos ambientais e sociais drásticos em Viçosa, como, por exemplo, as construções que impactaram as margens do ribeirão São Bartolomeu - grande responsável pelo abastecimento de água no Município -, a falta de áreas de estacionamento e os congestionamentos no trânsito¹⁹⁴.

Ítalo Stephan analisa que o Plano Diretor do Município de Viçosa teve seus trabalhos iniciados no começo de 1998 e se estenderam por 16 meses. Segundo o autor, houve pouca participação popular, com outros arquitetos, engenheiros e representantes dos setores imobiliários estando ausentes:

Mais de sessenta reuniões públicas foram realizadas, sempre em locais amplos e de fácil acesso nas comunidades rurais, bairros, com setores da comunidade (Associação Comercial, construção civil, associações de moradores) em todas as etapas de elaboração. As propostas foram amplamente discutidas na Câmara Municipal e divulgadas nos meios de comunicação locais¹⁹⁵.

Com relação à política cultural, destacam-se no Plano Diretor original: a questão da preservação, proteção e recuperação do patrimônio e a participação popular, através dos instrumentos previstos na Constituição, além da estruturação do sistema municipal de planejamento e gestão (Conselho Municipal de Planejamento – COMPLAN e Instituto de Planejamento – IPLAM) e da consolidação do município como polo educacional, técnico-científico e cultural¹⁹⁶.

¹⁹⁴ STEPHAN, Ítalo. “Plano Diretor de Viçosa: avanços e limitações”. *Arquitextos*. Nº 078, ano 7. 07 nov. 2006, pp.1-9. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.078/300>. Acesso em setembro de 2017, p. 7-8.

¹⁹⁵ STEPHAN, Ítalo. Viçosa, MG: Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Plano Diretor como Instrumentos Aliados na Preservação.

Disponível em: http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/77. Acesso em agosto de 2017.

¹⁹⁶ LEI Nº 1.420/2000. Ocupação, Uso do Solo e Zoneamento do Município de Viçosa.

O autor, no entanto, percebe que o IPLAM nem sempre atuou de forma positiva:

O IPLAM vem sendo efusivamente criticado pelos setores da construção civil, com raras exceções, que discordam da sua atuação, uma vez que, no órgão, busca-se aplicar a legislação e tentam-se impedir ações irregulares. O IPLAM recebe aparente apoio político do prefeito e de alguns segmentos da população. Em relação às práticas do setor imobiliário, há, ainda, uma tímida, embora, constante reação, liderada pelos professores da UFV e pelos técnicos do IPLAM. Avanços só poderão ocorrer se houver sucesso na atuação efetiva do IPLAM e na aplicação dos instrumentos de democratização da gestão urbana e de indução ao desenvolvimento urbano. Há alguma margem, ainda que pequena e vulnerável, para mudanças positivas¹⁹⁷.

Sthefan observa que, naquele período, o poder executivo, representado por Fernando Sant`Ana e Castro¹⁹⁸, ao mesmo tempo que apoiava a elaboração e a necessidade do Plano Diretor, sofria pressões da elite local, basicamente centrada na construção civil e no setor imobiliário.

Por sua vez, a Lei Municipal nº 1.574, criada em 2003, a qual instituiu o “Código de Posturas do Município de Viçosa”, dispunha sobre o patrimônio cultural nos seguintes termos:

Art. 1º - Este Código contém as posturas destinadas a promover a harmonia e o equilíbrio no espaço urbano por meio do disciplinamento dos comportamentos, das condutas e dos procedimentos dos cidadãos no Município de Viçosa, bem como a aplicação do processo de execução e das penalidades e cominações legais.

Art.40 - A instalação de mobiliário urbano em logradouro público deve obedecer aos seguintes requisitos:

VI - não comprometer a visibilidade de bem tombado;¹⁹⁹

Assim, segundo Stephan, Viçosa ainda pode se tornar referência para as cidades mineiras de pequeno porte que possuem um acervo cultural ameaçado e carentes de intervenções no sentido de preservação e adequação aos instrumentos²⁰⁰ previstos no Estatuto da Cidade²⁰¹.

Ele percebe, no entanto, que ainda há alguns fatores que dificultam o processo de preservação do patrimônio cultural:

formadores de opinião contrários, a forte pressão do setor imobiliário local, gerada pela contínua ampliação de vagas na UFV e agora nas faculdades particulares; a

¹⁹⁷ Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.078/300>. Acesso em 26/04/2018.

¹⁹⁸ Criou a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer, Turismo e Patrimônio e o Departamento de Patrimônio, Arquivo e Proteção, por meio da Lei nº 1.225/1998. Disponível em: <http://www.vicosa.mg.leg.br/processo-legislativo/legislacao/leismunicipais/1998/LEI%20No%201.255.pdf/view>. Acesso em novembro de 2017.

¹⁹⁹ Lei Municipal nº 1.574/2003. Instituiu o Código de Posturas do Município de Viçosa. Disponível em: www.leismunicipais.com.br. Acesso em setembro de 2017.

²⁰⁰ STEPHAN, Ítalo. Viçosa, MG: Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Plano Diretor como Instrumentos Aliados na Preservação. Disponível em: http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/77. Acesso em agosto de 2017, p. 124.

²⁰¹ O Estatuto das Cidades é a Lei Federal nº 10.257/2001, que regulamenta os artigos. 182 e 183 da [Constituição Federal](#) e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

inobservância do Plano Diretor e a falta de maior integração entre planejamento e gestão²⁰².

A partir da análise dos documentos mencionados e dos estudos do arquiteto Ítalo Stephan, é possível perceber que existe uma preocupação com o patrimônio cultural, embora o interesse do mercado imobiliário sempre tenha prevalecido.

Walquíria Maria de Freitas Martins possui um posicionamento crítico relevante acerca do Plano Diretor original.

É evidente que esse instrumento abre brechas para a manipulação da lei em benefício do setor imobiliário, ou outros cujos interesses o PDV contraria. Mas também é fato que ele oferece à população de Viçosa a oportunidade de viabilizar melhorias no espaço público e proteção daquilo que ela julgar necessário. Em outras palavras, o Plano Diretor, da forma como foi proposto em 1998, não apenas regulamentava o uso do espaço urbano, como também oferecia à população uma ferramenta para usufruir dos benefícios dessa lei, de acordo com demandas suscitadas diretamente por ela. Portanto, no que diz respeito a uma questão de interesse público, como é a do patrimônio histórico-cultural de um município, a “Operação Urbana”, inserida no PDV, é um mecanismo que, se efetivado, pode garantir ao cidadão a plena participação no processo de constituição do seu patrimônio a ser preservado.²⁰³

A revisão do Plano Diretor de Viçosa, por sua vez, trouxe algumas modificações no tratamento dos elementos culturais. O Decreto nº 4.726/2014 ressalta em seu inciso XII a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído e do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.²⁰⁴

Já entre os pontos negativos levantados pelos moradores do centro e adjacências que participaram da revisão do Plano Diretor, conforme o documento intitulado Resultado Preliminar da Leitura Participativa, estão:

Destruição do patrimônio material (casarões antigos), falta de espaços para atividades culturais, construções irregulares, especulação imobiliária, falta de fiscalização, verticalização, calçadas precárias, abastecimento de água, passeios estreitos e irregulares, sem manutenção, cheia de degraus, perigosas, escuras, coleta de lixo, drenagem urbana inexistente/insuficiente, ausência de captação das águas de escoamento superficial, falta de infraestrutura para transeuntes, falta de ciclovias e bicicletários, lazer, falta de áreas verdes, falta de opções de lazer, descumprimento da legislação ambiental (nascentes, APP), problema de água, degradação ambiental, irregularidade na gestão de resíduos urbanos, degradação da paisagem natural, paisagem natural inexistente, mobilidade urbana ineficaz, falta de acessibilidade e conexão entre bairros, falta de mobilidade urbana, principalmente na falta de maior ligação entre bairros mais afastados e o centro, falta de humanização do trânsito, deficiência do transporte coletivo nas zonas rural/expansão urbana, deficiência no transporte coletivo na “zona rural” ou de expansão urbana, falta de logística para a circulação de mercadorias, falta de equipamentos de saúde, descumprimento das leis de segurança pública, escalada da violência cada vez mais progressiva e audaciosa,

²⁰² Op cit., p. 125.

²⁰³ Op. cit. MARTINS, Walkiria Maria de Freitas. 2016, p. 43.

²⁰⁴ Disponível em: www.vicosa.mg.gov.br/wp-content/uploads/.../DECRETO-Nº-4726-Plano-Diretor.pdf. Acesso em agosto de 2017.

participação popular inexistente/deficiente e falta de diálogo entre instituições e comunidade de forma contínua²⁰⁵.

Importante ressaltar que Ítalo Stephan, um dos responsáveis pela revisão do Plano Diretor, publicou um artigo no jornal viçosense Tribuna Livre iniciando com os seguintes dizeres:

Parabéns às centenas de cidadãos que participaram das 19 reuniões públicas realizadas, como parte da Leitura Participativa da Revisão do Plano Diretor de Viçosa. Parabéns aos que deixaram de olhar apenas para seus umbigos; deixaram o conforto da casa; aos que deixaram de lado o cansaço, as frustrações de tantas reuniões passadas sem resultados. Vocês deixaram contribuições que poderão fazer a diferença para os milhares que deixaram seus umbigos manterem a indiferença²⁰⁶.

Assim, é possível perceber que existe por parte dos articuladores da revisão do Plano Diretor um pedido ou quase um clamor pela participação popular. Essa participação, no entanto, ainda é bem pequena.

Maria Stella Bresciani faz uma análise historiográfica relevante acerca das cidades e o urbanismo, citando autores que analisam a cidade sob várias perspectivas. No tocante às intervenções, a autora observa que:

Pesquisas de recorte espacial específico possibilitam verificar quando e como as intervenções se deram por meio de dispositivos prescritos pelos legisladores apoiados no saber dos especialistas e supostamente apartadas dos interesses e necessidades dos habitantes. O procedimento desses especialistas daria lugar a um afastamento progressivo da sociedade. Levaria tanto à resistência ou recusa de parcela da população como a práticas alternativas, em geral à revelia da lei, de ocupação do solo e de urbanização selvagem, situação verificada na maioria das cidades, em particular nas grandes metrópoles²⁰⁷.

Conforme Bresciani, é possível perceber que a revisão do Plano Diretor de Viçosa está tentando caminhar rumo ao diálogo com a sociedade, tendo em vista, contudo, que o maior problema da revisão deste Plano está, justamente, na falta de interesse e pouca participação popular. Com base na análise de Stephan, percebe-se isto também em uma das entrevistas realizadas:

- O senhor já participou de alguma reunião de Plano Diretor, de Patrimônio Histórico?
J.R.: Não, Não, nunca participei não.
- Por que motivo? Nunca te convidaram, nunca teve interesse?
J.R.: Não, nunca me falaram nada não. Mas também não tenho muito interesse, não.²⁰⁸

²⁰⁵ Link para baixar em PDF: [PDV-Rev_ReunComunit_TabParaValidação.pdf](#)

²⁰⁶ Texto publicado no jornal Tribuna Livre, de 13 de maio de 2015.

²⁰⁷ BRESCIANI, Maria Stella Martins. Cidades e urbanismo: uma possível análise historiográfica. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/559/556>. Acesso em setembro de 2017.

²⁰⁸ Trechos de entrevista de Jorge Ramos, comerciante, concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

Sendo assim, faz-se necessária uma autocrítica, na tentativa de perceber o porquê desta falta de identificação com os discursos que são transmitidos e, sobretudo, da ausência de significado para a população de Viçosa.

A proposta deste trabalho está, portanto, na tentativa de estabelecer um diálogo com alguns grupos de pessoas escolhidas no decorrer das pesquisas e propor uma forma de estimular o debate, a participação e, principalmente, o interesse sobre a cidade, assim como algumas noções sobre patrimônio e paisagem associados às suas vivências pessoais.

Analizando os requerimentos dos moradores da região central de Viçosa, é notório que há uma preocupação com diversos elementos que compõem a paisagem urbana, no entanto a menção à paisagem é quase inexistente e, quando aparece, é no sentido de paisagem natural, pelo fato de não haver, ainda, um trabalho com a concepção de paisagem.

Assim, nota-se que ainda existe uma concepção pela qual a paisagem é apenas a relacionada à natureza, ou uma paisagem morfológica, material, estética, desvinculada da atividade e da percepção humana.

Conforme já foi mencionado em capítulo anterior, a noção de paisagem foi, todavia, alvo de diversos estudos dentro de várias vertentes geográficas. Assim, necessária se faz uma interpretação da paisagem levando em conta os estudos atuais, já que, conforme explicita Berque, “ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política”²⁰⁹.

A paisagem urbana, por sua vez, compreendida por aquela produzida e criada pela mente e ação humana não aparece ou está escondida atrás das ideias de patrimônio, cidade e espaço urbano.

Nota-se, ainda, que a cidade, mais especificamente a sua região central, possui características negativas apontadas pelos próprios moradores, conforme o citado Resultado Preliminar da Leitura Participativa da reunião que discutiu a revisão do Plano Diretor de Viçosa.

Há uma preocupação com a destruição do patrimônio histórico, com a deficiência das calçadas, com a mobilidade urbana, ausência de áreas de lazer, entre outros elementos que são cruciais para a percepção da paisagem do centro urbano de Viçosa enquanto uma região na qual predomina o interesse do mercado imobiliário.

²⁰⁹ BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p. 86.

Assim, evidencia-se que as formas de representação do patrimônio são complexas e estão em constante discussão. Sobre esse conceito de representação, importante mencionar que segundo a abordagem de Roger Chartier:

a representação tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler ... As percepções sociais produzem estratégias e práticas que impõem, legitimam o poder e a dominação, as visões de mundo, dentro das lutas de representações, tão importantes quanto as lutas econômicas.²¹⁰

A representação não possui significado único e genérico, ou seja, embora se tente criar uma identidade cultural única, que abranja vários grupos socioculturais, isso dificilmente é conseguido, pois existem várias possibilidades e tentativas que muitas vezes se conflitam.

Voltando à situação de Viçosa, entre os meses de abril, maio e junho de 2003, foram realizadas as primeiras discussões sobre um tema que gera muitas divergências: a TPC (Transferência de Potencial Construtivo). Foram realizadas negociações com os proprietários da casa de “Dona Cora” e discussão sobre a necessidade de que a população de Viçosa de maneira geral e os empresários, políticos e construtores em particular fossem “conscientizados” a respeito da necessidade de que os “casarões antigos” da cidade fossem preservados²¹¹.

Foi apenas em 12 de junho de 2006²¹², todavia, que foi permitida a reforma na fachada tombada do primeiro Hospital de Viçosa e também registrado o pedido de tombamento da “Casa de Dona Cora”, localizada na Avenida Bueno Brandão, pela “Andrade e Rodrigues Engenharia LTDA.” e a “Enfoque Engenharia Incorporadora e Construtora LTDA.”, pertencentes ao grupo de empresários que havia adquirido a casa vendida pelos herdeiros de Dona Cora.

A ex-presidente do Conselho, Virgínia Moura, presente à reunião, salientou que aquele tombamento “era um sonho antigo do Conselho” e que havia feito a proposta aos herdeiros, mas eles não chegaram a um acordo sobre a venda ou preservação da casa. O conselheiro Ítalo Stephan relatou a “importância histórica e arquitetônica” da casa e relembrou fatos de quando ia visitar sua antiga moradora.

O Conselho aprovou unanimemente a sugestão de tombamento feita pela Incorporadora, realizou uma reunião extraordinária, no dia 19 de julho de 2006, para analisar

²¹⁰ CHARTIER, Roger. História cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1988, p. 17.

²¹¹ ATAS, Reuniões do CMCPHAV. 02/04/2003; 07/05/03; 04/06/03. P. 45-46 (frente e verso). P. 47 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

²¹² ATA, Reunião do CMCPHAV. 12/06/2006. P. 64 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV (atas anexas).

a nova proposta da mesma empresa, de anexar a área esquerda à “Casa de Dona Cora” (área aproximada de 85,39m²) ao tombamento municipal²¹³.

Finalmente, o tombamento da fachada e parte da volumetria da Casa Cora Bolívar, situada na Avenida Bueno Brandão, nº 254, foi oficializado por meio do Decreto nº 4.057, de 30 de agosto de 2006. Dois meses depois, o prefeito Raimundo Nonato sancionou a Lei nº 1.780/2006, com o seguinte teor:

Fica o proprietário do imóvel localizado na Avenida Bueno Brandão, nº 254, nesta cidade de Viçosa, matriculado sob o número 29.428 no Registro Imobiliário desta Comarca, tombado por força do Decreto nº 4.057/2006, autorizado a transferir o potencial construtivo para o mesmo imóvel [...]. Parágrafo Único: a autorização prevista no caput somente produzirá seus efeitos legais após pareceres favoráveis da Comissão de Obras e Serviços Públicos da Câmara Municipal de Viçosa, do Conselho Municipal de Planejamento e do Conselho Municipal de Cultural e Patrimônio Cultural, Histórico e Ambiental.²¹⁴

Importante, no entanto, analisar outro patrimônio que gerou discussões nas reuniões do Conselho de Patrimônio de Viçosa, também ligado à TPC, de acordo com o que consta em suas atas.

Após a conselheira Aline Werneck Sodré²¹⁵ realizar palestras com corretores de imóveis e, segundo consta em ata, o presidente da Associação dos Corretores Imobiliários de Viçosa ter achado “muito interessante” a proposta da TPC, no dia 05 de novembro de 2003 mencionou a “necessidade de vistoriar o casarão que foi o antigo Hospital de Viçosa”²¹⁶ e em 2004 defendeu a TPC como instrumento para a preservação do patrimônio cultural de Viçosa. Segundo ela:

Conscientes das dificuldades de lutar contra as forças do mercado imobiliário, os membros do Conselho de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental têm apostado na tese de que apenas mediante a adoção de instrumentos urbanísticos que permitam uma flexibilização e representem ganhos para as partes envolvidas será possível preservar o que resta da memória e da história da cidade, contada através dos seus monumentos e edifícios representativos. [...] A Câmara Municipal aprovou, sob indicação do Conselho de Cultura e Patrimônio Cultural e Ambiental, uma lei específica autorizando o uso da transferência do direito de construir para a preservação da fachada de um casarão colonial onde, no passado, havia funcionado o primeiro hospital da cidade. Além das etapas mencionadas, esse processo incluiu também uma fase de negociações com os proprietários do imóvel, que já tinham em mãos o projeto arquitetônico de um edifício para o local. Após amplos debates com

²¹³ ATA, Reunião Extraordinária do CMPCAV. 19/07/2006. P. 65 e 66 (frente e verso) e P. 67 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

²¹⁴ LEI MUNICIPAL. Autoriza o uso da Transferência do Potencial Construtivo nos termos da Lei nº 1.383/2000 e dá outras providências. Lei 1.780/2006. Prefeito Raimundo Nonato Cardoso. Viçosa, 31 de out. de 2006. Disponível em: www.leismunicipais.com.br. Acesso em setembro de 2017.

²¹⁵ Arquiteta e professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa. Assumiu o lugar de Ítalo Stephan como membro do CMPCAV em agosto de 2002, sendo uma das mais atuantes no Conselho desde então.

²¹⁶ ATA, Reunião do CMPCAV. 05/11/2003. P. 51 (frente e verso) e P. 52 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

os proprietários e o arquiteto responsável pelo projeto, decidiu-se pela preservação de 1/3 do volume do edifício, de modo que se conservasse a fachada e parte do telhado colonial de 4 águas. O potencial construtivo decorrente da preservação foi utilizado no próprio terreno, gerando um ganho na área total construída. Essa lei representa um passo muito importante na preservação do patrimônio viçosense. Por outro lado, abre novos espaços de discussão sobre o uso e a ocupação do solo no município, tendo em vista a necessidade de se avaliar, com muito critério, as áreas que serão objeto de recepção dos potenciais construtivos decorrentes do uso do instrumento proposto²¹⁷.

Aline Werneck apresentou o “Projeto de Lei - Estabelece a Transferência do Direito de Construir para Imóveis de Valor Histórico-Cultural e Ambiental do Município, adequando a legislação local ao disposto na Lei nº 10.257, de 10/07/2001”, de sua autoria, poucos dias depois da publicação desse artigo. Após serem feitas sugestões de mudanças, foram enviadas cópias do documento à Assessoria Jurídica da PMV e ao IPLAM para apreciação²¹⁸.

Importante ressaltar que não houve, durante as reuniões constadas nas atas do CMPCAV, opiniões contrárias ou questionamentos mais contundentes acerca da criação do TPC. Ressalte-se que na reunião seguinte foi feita a leitura do Ofício (Of. 475/2002/PJV, de 16/10/02) do promotor de Justiça Luís Cláudio Fonseca de Magalhães²¹⁹ solicitando informações sobre eventual tombamento do imóvel que pertenceu ao Dr. Horta. Não foi possível, no entanto, até o presente momento, obter acesso às manifestações do Ministério Público de Viçosa sobre os procedimentos de tombamento que foram realizados neste Município.

Como resultados de toda esta discussão no CMPCAV, houve a criação da Lei Municipal nº 1.560/2003, que diz em seu primeiro artigo:

Fica o proprietário do imóvel urbano localizado na Praça Emílio Jardim, nº 03, Centro, autorizado a exercer, em parte de seu imóvel, por meio de escritura pública, a transferência do potencial construtivo prevista no inciso IX do artigo 47 do Plano Diretor, para fins de preservação, uma vez que o imóvel residencial nela construído é considerado de interesse histórico pelo Município.²²⁰

²¹⁷ CARVALHO, Aline Werneck Barbosa de. A transferência do potencial construtivo como mecanismo de preservação do patrimônio cultural: Uma experiência concreta. Minha Cidade. Viçosa MG Brasil ano 04, fev. 2004. ISSN 1982-9922.

Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/04.043/2020>. Acesso em setembro de 2017.

²¹⁸ ATA, Reunião do CMPCAV. 11/02/2004. P. 53 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

²¹⁹ ATA, Reunião do CMPCAV. 25/10/2002. P. 42 (frente e verso) e P.43 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

²²⁰ LEI MUNICIPAL. Autoriza o uso da Transferência do Direito de Construir. Lei 1560/2003. Disponível em: www.leismunicipais.com.br. Consulta em 28/12/15. Prefeito Fernando Sant’Anna e Castro. Viçosa, 19 de nov. de 2003.

A partir desta lei, foi realizado o tombamento da Fachada da Casa-Sede do Primeiro Hospital de Viçosa, localizada na Praça Emílio Jardim, nº 03, Centro, por meio do Decreto nº 3.818, de 19 de abril de 2004.

Segundo a ata da reunião do dia 11 de agosto de 2004, todavia, quatro meses após o tombamento da Fachada do Primeiro Hospital de Viçosa, a presidente do Conselho informou que uma parte daquele bem havia desmoronado e que a construtora pediu a elaboração de um laudo técnico sobre o estado do mesmo²²¹.

A chuva e ventania que ocorreram no dia 22 de fevereiro de 2006 provocaram o desmoronamento do telhado. A ata, no entanto, informa que o engenheiro Rogério Lélis já havia feito um laudo técnico no início de 2005 alertando o proprietário sobre o péssimo estado de conservação do bem²²².

Foram várias as discussões naquela reunião, e o engenheiro Rogério Lélis disse que não valia mais a pena manter a fachada. O conselheiro Amaury Matta Rocha, no entanto, “ressaltou a importância da memória da casa para ele mesmo, onde ao vê-la relembra de fatos da sua história, da sua infância”²²³. Os advogados presentes, por sua vez, discutiam as questões legais referentes ao fato e observaram a possível má-fé dos construtores tendo destruído o telhado.

Por fim, foi feita a proposta de que o proprietário do imóvel restaurasse a fachada tombada sob a supervisão do IPLAM e previstas as punições de pagamento de 100% no valor do imóvel e mais a perda da TPC em caso de não cumprimento da determinação do CMPCAV. A sugestão foi aprovada unanimemente. Já na reunião de 12 de junho de 2006, contudo, os conselheiros aprovaram unanimemente a abertura da porta no lugar da janela do canto esquerdo da fachada²²⁴, contradizendo o que dispunha a determinação anterior.

Como é perceptível, embora as reuniões do CMPCAV tenham gerado várias discussões entre seus membros, as decisões foram tomadas em benefício das construtoras que pleiteavam seus requerimentos. Assim, conforme destaca Martins sobre a elaboração do TPC feita por Aline Werneck:

A autora não chega a fazer uma análise crítica acerca dos resultados que esse recurso à TPC traria em matéria de preservação do patrimônio e do seu significado social. Como o edifício em si é considerado portador da memória e/ou da história local, sua

²²¹ ATA, Reunião do CMPCAV. 11/08/2004. P. 56 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

²²² ATA, Reunião Extraordinária do CMPCAV. 07/03/2006. P. 60 (verso), P. 61 e 62 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

²²³ Ibidem.

²²⁴ ATA, Reunião do CMPCAV. 12/06/2006. P. 62 (verso), P. 63 e 64 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV, p. 63.

preservação por inteiro seria considerada ideal e sua preservação parcial seria um mal menor frente à possibilidade de “perda total da memória”. É com base neste pensamento que se defende a TPC como um bom recurso à preservação patrimonial, mas valeria uma reflexão acerca de como o mercado imobiliário utilizará tal prerrogativa a seu favor, conseguindo flexibilizar leis municipais, maximizar seus lucros e provocar mais problemas urbanos que terão de ser enfrentados por todos os moradores da cidade. Além disso, há que se refletir, em que medida, do ponto de vista de sua função social, como suportes da memória coletiva, como espaços públicos, tais fachadas poderiam cumprir estas funções sociais.²²⁵

Uma crítica mais contundente é perceptível na análise do arquiteto Aguinaldo Pacheco²²⁶ em seu Blog Viçosa, Cidade Aberta:

[...] Arquitetura, sinteticamente, é espaço-forma-representação da cultura. Esta é a santíssima trindade arquitetônica, três em um inseparáveis. **Quando se preservam apenas pedaços, a aparência, a fachada, se preservou parte da forma e parte da representação da cultura, mas o espaço, matéria-prima da arquitetura, desapareceu**, a santíssima trindade se rompeu, logo não é mais arquitetura, porque a "arquitetura", na sua dimensão apenas da forma, se torna escultura. O mesmo acontece com a dimensão representação da cultura. A fachada representa parte da cultura, mas a tecnologia, os materiais, a maneira de organizar o espaço, o programa de necessidades daquela obra, os usos e costumes representados, os valores, estas "coisas" que fazem, por exemplo, uma construção de uma época se diferenciar da de outra época, isso tudo desapareceu. Assim, rompida uma das três dimensões da arquitetura, a preservação de parte pode se tornar apenas cenário. E, quando se exige a reconstrução de uma fachada, que se deixou cair por negligência ou deliberado ato, com materiais e tecnologias novos, pode valer como um "castigo exemplar" ao memoricida, mas é apenas um pastiche. Não é mais história. É farsa.²²⁷

Por fim, importante mencionar alguns outros imóveis que foram alvo de discussão no Conselho. Em reunião do ano de 2009, Aguinaldo Pacheco apresentou seu projeto de requalificação para uma parte do Centro de Viçosa, intitulado “O Centro é de todos”²²⁸. A ideia principal era transformar a região da Estação Cultural (região do Balaústre), incluindo a Travessa Belo Lisboa e seu cruzamento com a Travessa Sagrados Corações, até a vizinhança da Casa Arthur Bernardes, na Praça Silviano Brandão, em um Centro Cultural e de promoção turística da cidade de Viçosa.

Além disso, propôs que o lugar onde hoje funciona o Hotel Rubim seria o museu da cidade e o Edifício Alcântara, onde atualmente funciona um prostíbulo, seria a Casa de Cultura, sendo esses imóveis adquiridos pela Companhia Vale do Rio Doce. Seriam implantados também, conforme Pacheco: um Veículo Leve sobre Trilhos, que faria a ligação

²²⁵ MARTINS, Walkiria Maria de Freitas. *Apena e o compasso: Políticas Públicas Patrimoniais e a Produção da Paisagem Urbana de Viçosa – MG, entre 1980 e 2010*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa, 2016, p. 206.

²²⁶ Falecido no dia 26 de janeiro de 2016.

²²⁷ PACHECO, Aguinaldo. “Arquitetura não é só fachada”. Blog Viçosa Cidade Aberta. Postado em 15 de maio de 2008. Disponível em: <http://vicosacidadeaberta.blogspot.com.br/2008/05/arquitetura-no-s- fachada.html>. Acesso em setembro de 2017. Grifo nosso.

²²⁸ ATA, Reunião do CMPCAV. 23/04/2009. P. 69-70 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

da Universidade Federal de Viçosa até o seu Parque Tecnológico (CENTEV); uma Maria Fumaça, que seria responsável pelo transporte turístico de Viçosa até São Geraldo, um turismo ecológico, com ênfase nas belas paisagens da Serra São Geraldo; e um parque linear ao longo de grande parte do trecho da linha férrea em Viçosa²²⁹.

A conselheira Elaine Cavalcante Gomes, porém, questionou suas ideias dizendo que a Companhia Vale do Rio Doce busca visibilidade mundial, coisa que um investimento em Ouro Preto, Mariana ou outras cidades históricas proporcionará, mas que em Viçosa acontece de forma diferente²³⁰.

Por fim, importante mencionar a preocupação de Lúcia Duque com relação ao trânsito da cidade de Viçosa. Esta temática teve espaço levando em conta a proposta de solucionar os problemas de congestionamentos no Centro através da demolição do Balaústre, bem tombado do Município.

Essa questão gerou grande polêmica na cidade no ano de 2010, tendo sido discutida em Blogs e jornais, além de ter provocado uma movimentação liderada por alunos e professores da UFV em favor do Balaústre. Juntos, moradores de Viçosa em geral e membros da comunidade universitária, foram às ruas, amarraram laços de fita brancos nas balaustradas e realizaram o “Abraço ao Balaústre”.

Sobre esse assunto, Stephan se manifestou no artigo Viçosa, MG: a difícil permanência do patrimônio histórico, dizendo que parte da imprensa local começou um trabalho para apoiar o destombamento do Balaústre e desqualificar o Conselho, seus representantes e o próprio patrimônio arquitetônico da cidade.

No editorial de 03/09/2010, Pélmio Carvalho, editor do jornal Folha da Mata (o mais vendido dos três jornais semanais da cidade), defendendo o destombamento do Balaústre, objetivando desqualificar os membros, especialmente os professores do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa, escreveu: “Por razões sentimentais e por achar que assim deveria ser, podem todos e cada um conservar o seu, mas nunca “achar” que o casarão do ilustre falecido tem que ser conservado e mantido pelos seus herdeiros, ficando eles, às vezes, à míngua para satisfazer a opinião de alguém que gosta de **tomar clister com as nádegas dos outros**. São eles, sem sabê-lo, **stalinistas**, para quem “o meu é meu e o que é seu podemos discutir”. (grifos meus)”²³¹.

Ítalo Stephan ressalta nesse artigo que há dois grupos interessados na intervenção: o dos taxistas e o setor da construção civil.

Os primeiros tiveram os acessos aos seus pontos prejudicados com as mudanças no trânsito, o que provocou a necessidade de estender os trajetos e desestimulou os

²²⁹ Ibidem. P. 69.

²³⁰ Ibidem. P. 70

²³¹ Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.125/3686>. Acesso em setembro de 2017.

usuários com um acréscimo no custo das viagens. Já o poderoso setor da construção civil interessa intervir no Balaústre exatamente porque ao seu longo estão sendo construídos vários prédios de apartamentos de luxo e interessa o encurtamento dos trajetos.

Da Câmara Municipal de Viçosa saiu, em matéria do mesmo jornal, o comentário de um vereador, que é médico, sobre os professores do curso de Arquitetura e Urbanismo, membros do Conselho, como “**uns cabeças de bagre que temos que tolerar**”(grifo meu)²³².

Com base em todas as discussões abordadas, é possível perceber um distanciamento e uma fragmentação dos discursos que representam interesses divergentes. Atualmente, Ítalo Stephan é categórico na defesa do tombamento do Hotel Rubim, que ainda está sendo discutido no âmbito jurídico. Incansável, recentemente fez o apelo para que salvemos o Hotel Rubim no seu Blog Por amor às cidades:

O processo de recuperação do Hotel Rubim vem-se arrastando há mais de cinco anos. Já foram apresentados três projetos para a construção de uma torre no terreno livre, mas não deixando a volumetria do hotel totalmente intacta. O prédio já teve seu tombamento indicado pelo Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa, no entanto o proprietário discorda. O que deve valer: o interesse privado ou o público? Enquanto isso, as condições do prédio estão se deteriorando. Vale lembrar que os antigos proprietários venderam o imóvel sob garantia de que o novo dono o preservaria. SALVEMOS O HOTEL RUBIM! Postado por [Ítalo Stephan](#) às 18:46²³³.

Necessário ressaltar que a juíza de Direito da primeira instância já decidiu favoravelmente ao tombamento do Hotel Rubim como pode se observar.

Cuida-se de **AÇÃO POPULAR DE TOMBAMENTO DE PATRIMÔNIO COM PEDIDO DE LIMINAR DE OBRIGAÇÃO DE FAZER** na qual a parte autora, o cidadão **MARCELO SILVA SANT ANNA**, pretende, inclusive em sede de tutela de urgência antecipada, determinar-se ao **MUNICÍPIO DE VIÇOSA** a proibição de promover qualquer intervenção negativa no imóvel onde funcionava o antigo “Hotel Rubim”, na área central desta cidade, bem como a obrigação de fazer consistente na restauração, pintura e manutenção dos atributos originais do bem, repondo-o ao seu estado anterior, sob pena de multa.

Pretende, também, ao final, a declaração de importância ambiental, histórica, arquitetônica e cultural daquele imóvel, com o fito de constituir o tombamento do bem.”²³⁴

A juíza de Direito fundamenta sua sentença com o seguinte julgado:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA - LIMINAR - IMÓVEL DE VALOR HISTÓRICO E CULTURAL, LOCALIZADO NO ENTORNO DE BEM TOMBADO E/OU

²³² Ibidem.

²³³ Disponível em:

<https://italostephanarquitecto.blogspot.com/2018/07/hotel-rubim-em-perigo.html?spref=fb>. Acesso em julho de 2018.

²³⁴ Decisão em primeira instância. AÇÃO POPULAR DE TOMBAMENTO DE PATRIMÔNIO COM PEDIDO DE LIMINAR DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. Processo nº 16.233-1, Juíza de Direito Giovanna Travenzolini Abreu Lourenço, 1ª Vara Cível da Comarca de Viçosa, julgamento em 29 de agosto de 2016. Decisão completa anexa.

INVENTARIADO - MEDIDA DE PROTEÇÃO CONSTITUCIONALMENTE AUTORIZADA (ART. 216, PAR. 1º CF). - **Independentemente do tombamento, e apenas em virtude de estar inventariado, o patrimônio cultural e histórico merece proteção, e, neste caso, ainda que precária -- até definitiva solução da questão em exame** – essa proteção, se não for deferida, inviabilizará qualquer ação futura, pois a demolição de bens já ocorreu. Todas as formas de acautelamento e preservação podem ser tomadas pelo Judiciário, na sua função geral de cautela (arts. 23, III e IV, 30, I e IX, e 216, § 1º, da Constituição Federal). - O tombamento é uma das formas de proteção do patrimônio cultural, mas não é a única, como o enfatiza o próprio texto constitucional. No complexo de um leque de ações da Administração e “da comunidade”, como quer a Carta Magna, o inventário constitui hoje um relevante cadastro de bens de valor sociocultural que a sociedade não pode desprezar, devendo o Judiciário não ignorar as potencialidades de um instrumento assim valioso.- A medida liminar tem finalidade provisória e instrumental. Presentes, na ação civil pública, os requisitos legais do periculum in mora e o fumus boni iuris, há de ser deferida.²³⁵

O tema, no entanto, ainda está em discussão no âmbito judicial e gera debates e manifestação de opinião no Museu Virtual de Viçosa:

[Aparecida Schettini Moraes](#) - o Hotel Rubim existe, mas quem comprou está esperando ele desabar, já que não pode derrubar.
[Antonia Orduña](#) INFelizmente é MT triste ver aquela linda construção de época ficar n abandono q é hj o Hotel Rubin, lastimável²³⁶

Alguns entrevistados também comentaram em algum momento a polêmica atual sobre o Hotel Rubim:

A.F.: Conheci funcionando o Hotel Rubim. Era de uma família até amiga da gente, que tinha um relacionamento grande com a família. Pois é, aquele hotel está numa situação ali que sinceramente, ele ainda tá com um aspecto tão interessante, ainda tá por fora, poderia ser utilizado, porque, se não utilizar, acaba mesmo, né?²³⁷

J.R.: Nós não temos estrutura pra isso, não temos estrutura viária dentro da cidade e aquela rua ali acabou, não tem outra saída. Ah, outra coisa que eu ia te falar, aquele Hotel Rubim ali embaixo é outro lugar, aquele ali merece ser tombado.

Eu: E tá tendo conflito com ele também.

J.R.: O dono é o Nelson Maciel. Ele quer demolir aquilo pra fazer uma torre ali.²³⁸

Tem o livro de tombos, a gente tem os registros, praticamente todos, principalmente ali naquele centro histórico, a balaustrada, a Estação Cultural, a Casa de Arthur Bernardes e agora nós estamos no processo de tombamento do antigo Hotel Rubim, foi pra liberação do Conselho várias vezes, o proprietário desde que adquiriu tinha o interesse de fazer o tombamento voluntário, de preservar a fachada e a volumetria. E realmente, ali é um conjunto muito bonito, inclusive aquela casa na esquina, né? Alcântara, conhecido como Alcântara, mas é um conjunto arquitetônico muito bonito, a casa do lado dele, da Casa Econômica e do Bando Itaú é da família Pinheiro que já funcionou Delegacia de Polícia, Prefeitura, é realmente o centro histórico da cidade.²³⁹

²³⁵ TJMG - Apelação Cível 1.0672.09.394312-0/001, Relator(a): Des.(a) Wander Marotta , 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 29/03/2011, publicação da súmula em 08/04/2011.

²³⁶ Disponível em:

<https://www.Facebook.com/groups/museuvirtualvicosa/search/?query=Aline%20Soares>. Acesso em junho de 2018.

²³⁷ Trechos de entrevista de A.F., concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

²³⁸ Trechos de entrevista de J.R., comerciante, concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

²³⁹ Trechos de entrevista de José Mário Rangel, concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

Q.L.: Na realidade o que estão esperando? Esperando acontecer o que aconteceu lá em São Paulo, a gente sabe que aquilo lá foi coisa de imobiliária e tal, que era um prédio federal mesmo, não tinha razão daquilo cair e eu lembro que na hora que eu vi aquilo postei no Facebook essa parada: "Só eu que estou achando isso parecido com uma implosão?" Que foi muita implosão, alguém vai inventar um incêndio aí e vai derrubar essas coisas qualquer hora aí.

A sorte de Viçosa é que não tem um movimento sem-teto forte.

Eu: É verdade.

Q.L.: Porque senão esses prédios tombados pelo patrimônio histórico, que nem o Hotel Rubim por exemplo, ia tá tudo cheio de família dentro.

Eu: E fazendo bom uso do prédio.

Q.L.: Fazendo bom uso, porém a gente sabe que o risco é muito grande deles caírem, mas eles estão ali, porque não têm outra opção.²⁴⁰

M.F.: Eu já tinha visto aquilo ali, tá caindo, pode cair na cabeça de alguém ... às vezes nem senta na beirada que está caindo, mas fica em pé, muita gente fica em pé.²⁴¹

Necessárias e urgentes, portanto, uma crítica e, ao mesmo tempo, uma construção de conhecimentos ainda não discutidos, a fim de possibilitar uma melhor percepção desses temas por parte da população, a fim de que eles busquem produzir maior sentido e significado na vida das pessoas, fazendo que ela não permaneça apática frente a estas questões sociais.

Relevante pensar na interpretação de Walquíria Maria Martins, pela qual nos discursos oficiais do patrimônio e na construção de símbolos e atribuições de significados que não representam a identidade da maior parte da sociedade viçosense.²⁴²

Assim, Martins destaca a necessidade de investimento na educação patrimonial, pois, ao se perceberem enquanto sujeitos históricos transformadores do seu tempo e espaço e não meros coadjuvantes de uma dinâmica social imposta²⁴³, os cidadãos viçosenses poderão ter a mínima abertura para que, caso despertem interesse, tentem democratizar as representações sociais contidas no imobiliário do centro urbano de Viçosa.

Todas as críticas e propostas apresentadas permitem perceber uma grande distância entre aquilo que é idealizado pelos teóricos da preservação do patrimônio, o que é determinado nas leis e normas de proteção, as interpretações jurisprudenciais de casos específicos, as interpretações dos que atuam diretamente com patrimônio e o que, de fato, é colocado em prática pelo município por meio desses agentes.

Assim, devido a essa evidente dificuldade em se preservar o patrimônio em meio às transformações e às necessidades da modernidade, além da falta de conhecimento e interesse por parte de alguns representantes políticos, bem como das pessoas que vivenciam o

²⁴⁰ Trechos de entrevista de Q.L., concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

²⁴¹ Trechos de entrevista de M.F., vendedora de picolé, concedida a esta autora no mês de maio de 2018.

²⁴² Op. Cit. MARTINS, Walkiria Maria de Freitas. 2016, p. 206.

²⁴³ Ibidem. P.

patrimônio em seu cotidiano, necessário se faz compreender quais as percepções que o cidadão comum, seja ele nativo ou não nativo, possui sobre a paisagem das localidades mencionadas.

Partindo do pressuposto de que os patrimônios históricos geralmente estão localizados nas áreas centrais e comerciais das cidades, local onde ocorrem as transformações com maior rapidez, importante se atentar para a imagem percebida pelos indivíduos.

Ao utilizar o conceito de imaginabilidade, Kevin Lynch chama a atenção para essa questão, conforme afirma:

A imaginabilidade é a característica de um objeto físico que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador. É aquela forma, cor ou disposição que facilita a criação de imagens mentais claramente identificadas, poderosamente estruturadas e extremamente úteis.²⁴⁴

Isto porque, segundo Kevin Lynch, “mudanças rápidas no ambiente urbano acompanhando as transformações técnicas e funcionais podem ser emocionalmente perturbadoras para o cidadão e desorganizar sua imagem perceptiva”²⁴⁵.

Assim, pressupondo que a qualidade visual de uma paisagem urbana pode afetar os sentimentos das pessoas, necessário compreender, portanto, quais atributos simbólicos que as pessoas percebem, seja como belo e agradável visualmente, ou não, ou como útil e necessário.

E, a partir de então, analisar, também, se os patrimônios da cidade são apenas velharias submetidas ao capricho de alguns intelectuais ou se eles são elementos importantes da cidade, transmissores não apenas de memórias e identidades, mas, sobretudo, de sensações aprazíveis e de bem-estar entre outras relações de significado frente à materialidade fria da cidade verticalizada.

²⁴⁴ LYNCH, Kevin. A imagem da Cidade. São Paul: Martins Fontes, 1997, p. 11.

²⁴⁵ LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CAPÍTULO 3: RESSIGNIFICAÇÕES DA PAISAGEM: ENTRE REPRESENTAÇÕES, MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS

Em cada um de nós há um segredo, uma paisagem interior com planícies invioláveis, vales de silêncio e paraísos secretos.
(Antoine de Saint-Exupéry)

Neste capítulo, voltamos nossas atenções especificamente às representações fotográficas, aos relatos de memórias e às vivências. Para tanto, utilizamos de um olhar antropológico e do método etnográfico nas investigações de campo, juntamente com o da história oral aplicada às entrevistas realizadas com a população local escolhida aleatoriamente pelas ruas, ou na internet, no grupo do Facebook Museu Virtual de Viçosa²⁴⁶.

Importante salientar que esse método também foi utilizado nas interações virtuais, já que um dos produtos desse trabalho foi a criação do Blog intitulado Cidade em movimento: Olhares sobre a paisagem urbana de Viçosa. Assim, muitas postagens construídas por esse Blog utilizaram fotografias e relatos enviados por pessoas que o acessaram por meio do grupo Museu Virtual de Viçosa.

Lucas Massani Panitz, no capítulo “O estudo das paisagens e suas representações a partir de produtos culturais”, do livro Paisagem, leituras, significados, transformações, organizado por Roberto Verдум... et al., analisa que:

O uso dos produtos culturais, aliado a outros métodos qualitativos como as etnografias, as descrições e entrevistas em profundidade, são caminhos para um entendimento mais completo dos significados das paisagens, quer para os estudos acadêmicos, quer para compor equipes de estudos ambientais e territoriais para fins de planejamento.²⁴⁷

Por oportuno, importante salientar a perspectiva antropológica de se pensar a cidade e a paisagem urbana segundo Lévi-Strauss em O pensamento Selvagem pela qual:

principalmente com a ideia de “ciência do concreto”: o espaço possui seus próprios valores, assim como os sons e os perfumes têm cores e os sentimentos, um peso. Portanto, não é de modo metafórico que é correto comparar – como se fez com tanta frequência – uma cidade a uma sinfonia ou a um poema; são objetos da mesma natureza. Talvez ainda mais preciosa, a cidade se situa na confluência da natureza e do artifício. Congregação de animais que encerram dentro de seus limites sua história biológica e que ao mesmo tempo a modelam com todas as suas intenções de seres pensantes, por sua gênese e sua forma a cidade depende simultaneamente da procriação biológica, da evolução orgânica e da criação estética. É a um só tempo

²⁴⁶ Ressalte-se que, embora o nome do grupo seja “Museu Virtual de Viçosa”, não há qualquer método da museologia na sua criação, mas apenas a construção de um local no qual pessoas interessadas trocam recordações, fotografias antigas, lembranças e conversam sobre suas vivências passadas em Viçosa.

²⁴⁷ VERDUM, Roberto ... [et al.]. Paisagem: leituras, significados e transformações. O estudo das paisagens e suas representações a partir de produtos culturais. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2012, p. 163.

objeto de natureza e sujeito de cultura; indivíduo e grupo; vivida e sonhada: a coisa humana por excelência.²⁴⁸

Assim, no tocante à paisagem e ao patrimônio, a utilização do método etnográfico possibilita entrar em contato com essa coisa humana por excelência compreendida por Strauss. Relevante, portanto, a proposta de Magnani que observa:

Não se busca através desse método obter conclusões fechadas, mas apenas levantar algumas considerações relevantes sobre as variadas formas como a paisagem e o patrimônio são abordados, para que estas informações sirvam para análises futuras. A presença de imigrantes, visitantes, moradores temporários, refugiados e de minorias; de segmentos diversificados com relação a orientação sexual, necessidades especiais, identificação étnica ou regional, preferências culturais e crenças; de grupos articulados em torno de opções políticas e estratégias de ação contestatórias ou propositivas e de segmentos marcados pela exclusão – toda essa diversidade leva a pensar não na fragmentação de um multiculturalismo difuso, mas na possibilidade de sistemas de trocas em outra escala, com parceiros até então impensáveis, ensejando arranjos, iniciativas, experiências e conflitos de diferentes matizes.²⁴⁹

As imagens, bem como os relatos apresentados, foram estudadas com base no método da montagem, conforme explica Sandra Pesavento:

é preciso recolher traços e registros do passado, mas realizar com eles um trabalho de construção, verdadeiro quebra-cabeças, capaz de produzir sentido. Assim, as peças se articulam em composição ou justaposição, cruzando-se em todas as combinações possíveis, de modo a revelar analogias e relações de significado, ou então se combinam por contraste, a expor oposições ou discrepâncias. Nas múltiplas combinações que se estabelecem, argumenta Benjamin, algo será revelado, conexões serão desnudadas, explicações se oferecem para a leitura do passado²⁵⁰

Atentamos para o fato de que o meio virtual de modo geral pode ser considerado limitador, já que hoje ainda não são todas as pessoas que possuem acesso a ele, embora o acesso tenha crescido nos últimos anos. Ressaltamos, também, que para as pessoas mais jovens e conectadas o próprio Facebook e o Blog já são considerados meios obsoletos de comunicação e de interatividade.

Tendo em vista, no entanto, a popularidade do Facebook e o número de participantes do grupo do Museu Virtual de Viçosa²⁵¹, que atualmente chega a 13.804 membros interessados em história e patrimônio cultural, esses espaços foram de fundamental importância para o estudo das paisagens relacionadas às memórias.

²⁴⁸ LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1962. P. 116.

²⁴⁹ MAGNANI, J. G. (2016). Antropologia Urbana: desafios e perspectivas. Revista De Antropologia, 59(3), 174-203. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2016.124814>.

²⁵⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. 2ª edição, 1ª reimpressão, Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 20.

²⁵¹ Disponível em:

<https://www.Facebook.com/groups/museuvirtualvicosa/>. Acesso em abril/julho de 2018.

Assim, esse capítulo foi escrito juntamente com a criação e desenvolvimento do produto, já que a teoria desenvolvida a partir de então se complementa diretamente com as intervenções realizadas no meio virtual.

Com base nessas propostas, realizamos uma reflexão sobre as preferências estéticas das pessoas, quais os significados simbólicos atribuídos aos patrimônios e alguns elementos da paisagem urbana da Avenida Bueno Brandão e das Praças Hervé Cordovil e Emílio Jardim escolhidos e visualizados por elas, além de opiniões sobre os contrastes estéticos existentes nessa região.

O colhimento de leituras e memórias pessoais sobre fatos, momentos e imagens que as impactaram e possibilitaram, ou não, uma relação de identificação e significado com a área escolhida constituiu, portanto, a pesquisa de campo desse estudo.

Importante mencionar que todas as ações realizadas durante as pesquisas de fotografia e de campo dialogaram com os capítulos iniciais, já que todas as fontes fotográficas e orais decorreram dos métodos etnográficos de entrevistas, intervenções e análise dos depoimentos on-line, fundamentando, assim, todos os capítulos desse trabalho.

Além disso, todas as análises buscaram dialogar com as ideias já trabalhadas nos primeiros capítulos, como: cidade dinâmica e em movimento, paisagem urbana enquanto alvo da ação e do pensar humano, discursos e representações, além dos conceitos de memória, história e cidadania. Necessário se faz, portanto, ressaltar como decorreu a pesquisa.

A caminhada na busca de fotografias foi extensa, mas produtiva. Em meio a algumas negativas de pessoas que protegem suas fotografias com a finalidade de não perdê-las, encontrou-se um número relevante de imagens no acervo histórico da UFV, em doações de pessoas como J.L. Oliveira, Jorge Ramos e C.R., entre outros amigos da internet, e em indicações no Museu Virtual de Viçosa.

Um destaque especial para a senhora V.M., com a qual estabeleci uma relação de amizade, além de várias visitas e momentos, pouco científicos, mas bastante produtivos e agradáveis, de narrações de memórias e contos de casos.

Trata-se de uma colecionadora viçosense amante de história que solicitamente confiou algumas de suas coleções pessoais para reprodução de fotos e postais. V.M. doou, ao Arquivo Central e Histórico da UFV²⁵², a reprodução de uma das suas coleções que tem como tema a cidade de Viçosa.

²⁵² Conforme documento assinado anexo.

Essa reprodução e criação da pasta virtual no Arquivo Central e Histórico da UFV contém uma das coleções de V.M. da qual tiramos a maior parte de fotografias e cartões-postais, constituindo, também, um segundo produto dessa dissertação.

Por fim, o agrupamento das fotografias encontradas seguiu o modelo utilizado no Blog Cidade em Movimento para apresentações de locais, nos quais são perceptíveis algumas transformações e permanências na paisagem, relacionando-os com trechos das entrevistas nos quais os entrevistados destacaram algum atributo simbólico, significado pessoal ou opinião crítica.

3.1 A paisagem em circulação: a cidade representada em cartões-postais

As concepções sobre paisagem compreendidas neste trabalho estão diretamente relacionadas às percepções e atividades humanas. Nesse sentido, importante ressaltar que desde o início do século XX a paisagem urbana de Viçosa foi amplamente representada por imagens fotográficas impressas em cartões-postais.

Nos anos 1990, multiplicaram-se as investigações sobre a fotografia e a cidade, para refletir sobre o acelerado processo de transformação da paisagem e da sociedade urbana brasileira no século XX. Nessa perspectiva, Boris Kossoy analisa que o advento do cartão-postal, juntamente com outras formas de divulgação de imagens impressas, representou uma verdadeira revolução na história da cultura, pois um mundo fartamente ilustrado e de temáticas variáveis, de fácil manuseio, veio finalmente saciar o imaginário popular²⁵³.

Necessário esclarecer que, conforme destaca Pedro Kap Vasquez, as autoridades que detinham o monopólio da produção dos cartões postais passaram a autorizar editoras particulares a partir da década de 1890. Neste contexto, a indústria aproveitou a febre do colecionismo, incentivando os colecionadores de diversas formas.

A febre do colecionismo revolucionou inteiramente o uso do cartão-postal. Até então se costumava utilizar postais quando se viajava ou quando se desejava enviar felicitações por datas especiais, solicitar notícias em caso de doença, ou expressar pesar em caso de falecimento, ou naturalmente fazer juras de amor.²⁵⁴

Assim, segundo Kossoy, os postais de paisagem passaram a ser os mais requisitados no século XX. Desse modo, cada cidade selecionava a imagem que melhor a representasse,

²⁵³ KOSSOY, Boris, *Fotografia e História*. São Paulo: Ática 2001, p. 155.

²⁵⁴ VASQUEZ, Pedro karp. *Postaes do Brazil :1893-1930*. São Paulo: Metalivros, 2002, p. 26.

focando em aspectos da modernidade e que de preferência fossem iconograficamente europeus²⁵⁵. Passamos, portanto, a analisar a paisagem de alguns dos postais mais antigos de Viçosa.



Figura 21- Vista geral da cidade em 1898 - Acervo de C.R.

Nota-se que a primeira imagem apresentada abaixo consta da data de 1898, ou seja, foi produzida exatamente na década em que as editoras particulares passaram a produzir cartões-postais. Essa imagem foi enviada por e-mail pelo colecionador e atuante nas redes C.R. Rodrigues, porém, embora não se percebam na fotografia elementos da paisagem objeto desse estudo, ela é importante pelo fato de ser a imagem aérea pública mais antiga da cidade.

Nesta sequência, importante analisar os postais antigos produzidos pela Tonymello Produções Fotográficas numa sequência cronológica, com o intuito de analisar algumas transformações da paisagem urbana do centro estudado, bem como algumas reflexões teóricas e metodológicas relativas a elas.

²⁵⁵ Op. Cit. KOSSOY, Boris. 2002.p.69.

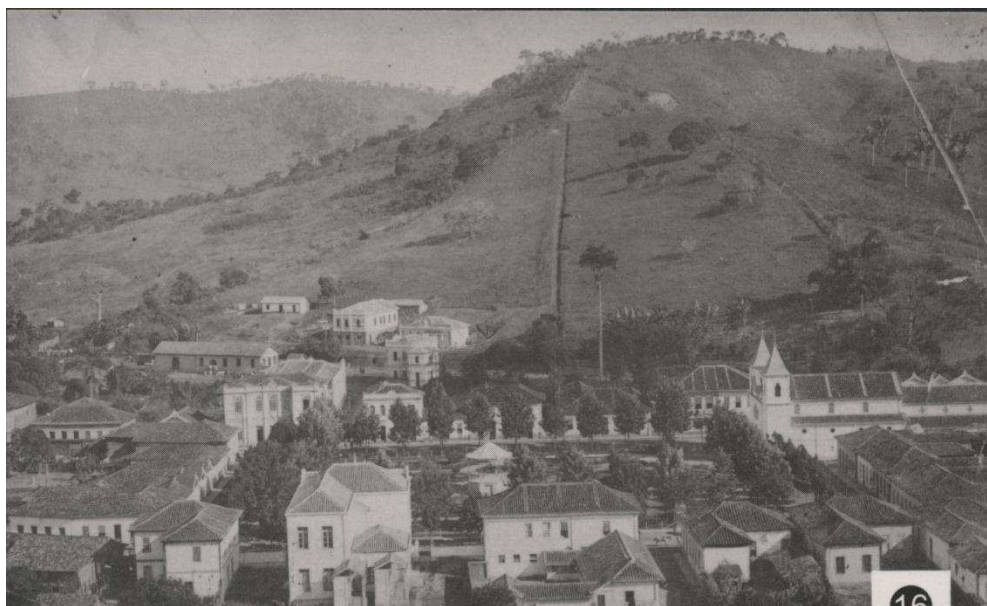


Figura 22 - Cartão postal - 1916 (frente)²⁵⁶

Tema: VIÇOSA SÉCULO XX
Série A - Viçosa Antiga
Foco: Vista Parcial
Praça da Matriz em 1916

SELO

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____

CEP:

Impresso na Editora Folha de Viçosa - Tel.: (031) 891-2159
Direitos Reservados - Proibida a reprodução

Tonymello Produções Fotográficas

Figura 23 - Cartão postal 1916 (verso)²⁵⁷

²⁵⁶ Acervo pessoal de V.M de cartões postais vendidos no ano 2000 pela Tonymello produções fotográficas.

²⁵⁷ Acervo pessoal de V.M de cartões postais vendidos no ano 2000 pela Tonymello produções fotográficas.



Figura 24 – 1932²⁵⁸

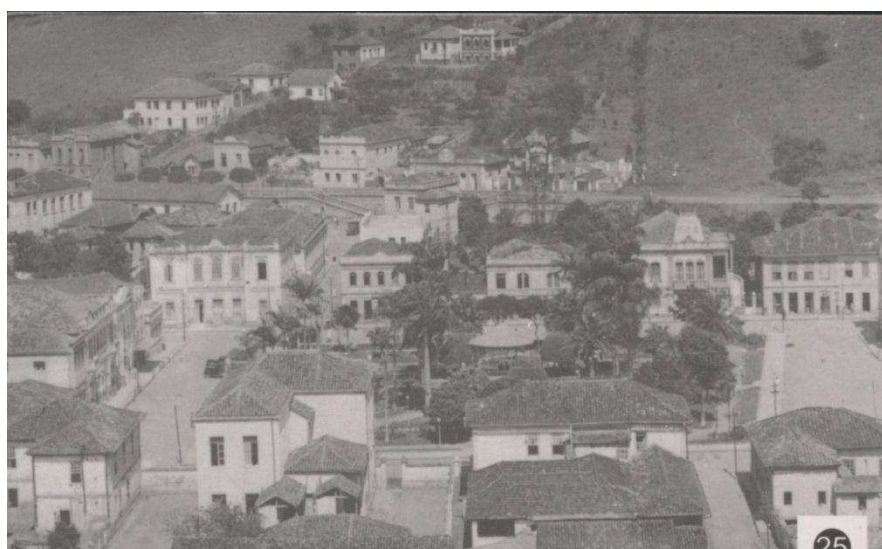


Figura 25- 1935²⁵⁹

²⁵⁸ Acervo pessoal de V.M de cartões postais vendidos no ano 2000 pela Tonymello produções fotográficas.

²⁵⁹ Acervo pessoal de V.M de cartões postais vendidos no ano 2000 pela Tonymello produções fotográficas.

As paisagens captadas pelos cartões-postais produzidos pela Tonymello Produções Fotográficas no ano de 2000 mostram um pouco das mudanças arquitetônicas do centro urbano de Viçosa desde o ano de 1916 até 1935 e já permitem visualizar alguns dos prédios mais antigos da região que ainda sobrevivem à ação do tempo: o atual Hotel Rubim, que já foi chamado Grande Hotel, e o Edifício Alcântara, que, entre tantas outras funções, já foi banco de crédito rural, além da Estação Leopoldina, entre outras edificações que foram construídas no decorrer dos anos.

Percebe-se da análise dessas fotos uma preocupação com a beleza estética das imagens, que mesclam regiões urbanizadas em meio a montanhas ainda não ocupadas. Assim destaca Vasquez:

A vocação primordial do cartão postal é a transmissão de uma mensagem escrita no verso visual e no anteverso. O turista que deseja transmitir aquilo que vê aos seus amigos lhes endereçará o cartão-postal que melhor descreve aquilo que ele vê diante de si e, de preferência, de forma idealizada.²⁶⁰

Merece destaque, portanto, o cartão postal da Tonymello Produções Fotográficas, apresentado abaixo, referente à Avenida Marechal Deodoro e à Praça da Estação, em 1948. Essa imagem ressalta alguns elementos urbanos da época, como as casas da antiga praça, além de veículos, crianças, pessoas trabalhando e passantes.

Observamos, então, a produção de uma imagem que apresenta a praça enquanto um lugar dinâmico, ressaltando as pessoas em suas atividades. Ao analisar o verso do cartão postal, é possível perceber que ele, entre outros já apresentados, faz parte de uma série especial com o tema “Viçosa do Século XX, Série A – Viçosa Antiga”, sendo este o postal de número 8, o único da série com o foco exclusivo na atual Praça Hervé Cordovil.

²⁶⁰ Op. Cit. VASQUEZ Pedro karp. 2002, p. 51.



Figura 26 - Praça Marechal Deodoro - 1945 (frente)²⁶¹

Tema: VIÇOSA SÉCULO XX
Série A - Viçosa Antiga
Foco: Praça Marechal Deodoro
Praça da Estação - 1948

SELO

Impresso na Editora Folha de Viçosa - Tel.: (031) 891-2159
Direitos Reservados - Proibida a reprodução

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____

CEP:

Tonymello Produções Fotográficas

Figura 27 - verso do cartão postal - Praça Marechal Deodoro²⁶²

²⁶¹ Acervo pessoal de V.M de cartões postais vendidos no ano 2000 pela Tonymello produções fotográficas.

²⁶² Acervo pessoal de V.M de cartões postais vendidos no ano 2000 pela Tonymello produções fotográficas.

Essa preocupação em apresentar uma fotografia de uma bela paisagem com objetivo de atrair consumidores por parte das papelarias e editoras também é perceptível nos cartões-postais seguintes:



Figura 28 - Postal vendido na papelaria Barbosa – 1970²⁶³



Figura 29 - Toninho Cine Fotos²⁶⁴

²⁶³ Acervo pessoal de V.M de cartões postais vendidos na papelaria Barbosa.

²⁶⁴ Acervo pessoal de V.M de cartões postais vendidos por Toninho Cine Fotos.s/d.

Percebe-se que esses dois últimos postais já estão em versão colorida e ressaltam a modernização e o desenvolvimento da cidade, sem deixar de focar na exuberância das montanhas e do céu azul ao fundo.

Ao analisar essas fotografias, importante mencionar a análise de Ivna Girão e Erotilde Honório quando estudaram sobre a modernidade e o progresso de Fortaleza através da imagem.

Segundo as autoras, iniciou-se uma era dos estúdios fotográficos, que comercialmente vendiam o sonho da eternização do momento, pois essas fotografias que representavam o progresso eram, comumente, publicizadas em álbuns. Lançado em 1908, o *Álbum de Vistas do Ceará* circulava em toda a cidade, com mais de 160 fotografias, e davam um “tom” de progresso à pacata Fortaleza²⁶⁵.

Complementando suas análises, as autoras citam Sebastião Ponte:

Para gáudio dos agentes locais da modernização urbana, o livro, confeccionado em papel nobre, trazia fotografias da cidade e tudo que representava o progresso da Capital no começo do século: praças recém-modeladas, jardins públicos, ruas alinhadas com bondes, transeuntes, sobrados e estabelecimentos comerciais, Passeio Público e Parque da Liberdade e seus elegantes freqüentadores, estação central ferroviária, mansões e fachadas art-nouveau, cafés, templos, escolas, porto, praias, lagos etc.²⁶⁶

Ressaltamos, portanto, a análise de Carlos Cornejo pela qual o postal era uma alegoria, um convite ao sonho, ao desejo rumo a um local que só parecia existir na fotografia, como afirma:

O postal oferecia uma visão idealizada da realidade que era compartilhada com aqueles que ficavam distantes. Era uma forma de dizer: ‘gostaria que você estivesse aqui’, olha onde minha viagem me trouxe’, ‘desfrute da beleza dessa paisagem tanto quanto eu’. Eram meios afetivos e elegantes de envio de notícias sobre a vida, casamentos, nascimentos e mortes.²⁶⁷

Charles Monteiro, por sua vez, analisa que as representações da cidade nas revistas ilustradas nos anos de 1950 “observam os recortes do espaço, dos temas e das formas de construir a narrativa e apontam para um processo de construção de determinados sentidos, através de uma nova visualidade urbana. As fotos são diurnas, com luminosidade natural e com uma definição clara de linhas”²⁶⁸.

²⁶⁵ GIRÃO, Ivna e HONÓRIO, Erotilde. A fotografia e a imagem em movimento em Fortaleza no final do século XIX e início do século XX. IV Encontro Nacional de História da Mídia: Mídia alternativa e alternativas midiáticas. 19 a 21 de agosto, 2009, Fortaleza, CE, p. 6.

²⁶⁶ PONTE, Sebastião Rogério. Fortaleza belle époque: reformas urbanas e controle social:1860-1930. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha. 1999, p. 131, apud Ivna GIRÃO e Erotilde HONÓRIO.

²⁶⁷ CORNEJO e GERODETTI. Lembranças do Brasil. Editora Solaris, 2004.

²⁶⁸ MONTEIRO, Charles. Imagens da cidade de Porto Alegre nos anos 1950: a elaboração de um novo padrão de visualidade urbana nas fotorreportagens da Revista do Globo. In: MONTEIRO (Org.). Fotografia, História e

Com base nessa última interpretação, destacamos as fotografias abaixo, que foram reproduzidas do acervo histórico da UFV e buscaram apresentar vistas aéreas da área urbana de Viçosa, sem uma preocupação com a beleza da paisagem.



Figura 30 - Vista aérea 1²⁶⁹

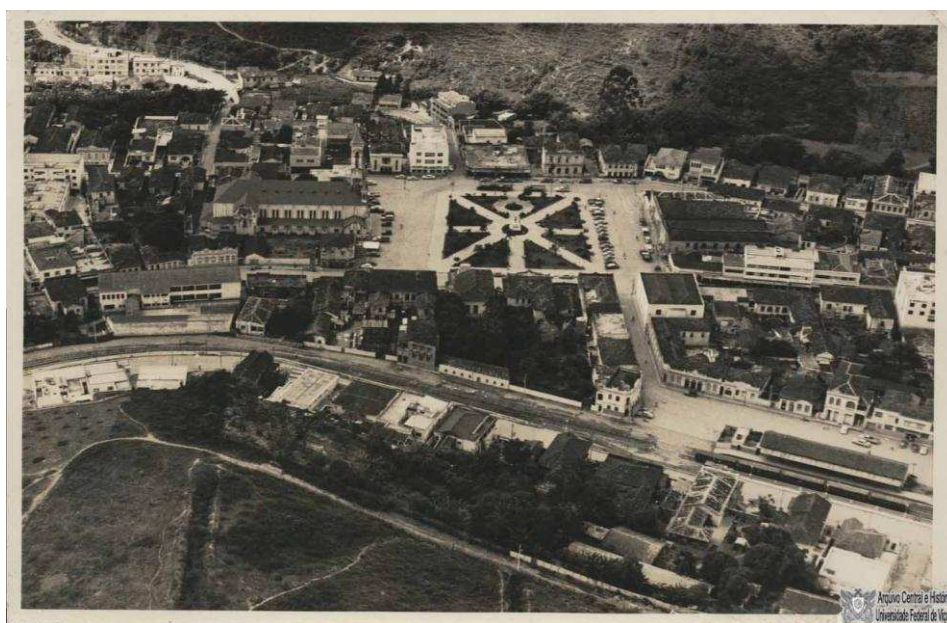


Figura 31 - Vista aérea 2²⁷⁰

Cultura Visual: pesquisas recentes. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 9-49. Cf. em: ebooks.pucrs.br/edipucrs/fotografia.pdf, p. 30.

²⁶⁹ Acervo do arquivo histórico da Universidade Federal de Viçosa.

²⁷⁰ Acervo do arquivo histórico da Universidade Federal de Viçosa.



Figura 32 - Vista aérea 3²⁷¹



Figura 33 - Vista aérea 4²⁷²

²⁷¹ Acervo do arquivo histórico da Universidade Federal de Viçosa.

²⁷² Acervo do arquivo histórico da Universidade Federal de Viçosa.



Figura 34 – Vista aérea parcial²⁷³

Nota-se que há nessas fotografias uma preocupação em mostrar o espaço urbano da cidade. Assim, Charles Monteiro denomina esta paisagem como espaço geográfico:

o espaço urbano, o centro, que passa a representar muitas vezes toda a cidade (como uma metonímia, ou seja, a parte pelo todo), excluindo do quadro fotográfico as vilas e periferias da cidade. Por sua vez, as imagens do centro da cidade privilegiam os espaços públicos com ângulos abertos sobre as principais ruas e avenidas, por vezes no sentido ascensional, destacando o processo de verticalização da cidade através da construção de prédios de alto gabarito e, noutras, descensional (áreas) através de fotos panorâmicas que davam a ver a expansão da área central.²⁷⁴

Por fim, importante observar um cartão-postal atual da cidade de Viçosa, embora hoje em dia eles sejam pouco utilizados. Nota-se ainda uma preocupação em mostrar a modernidade do centro da cidade em uma paisagem edificada e verticalizada, evidenciada no foco nos seus prédios.

²⁷³ Acervo do arquivo histórico da Universidade Federal de Viçosa.

²⁷⁴ MONTEIRO, Charles. Imagens da cidade de Porto Alegre nos anos 1950: a elaboração de um novo padrão de visualidade urbana nas fotorreportagens da Revista do Globo. In: MONTEIRO (Org.). Fotografia, História e Cultura Visual: pesquisas recentes. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 9-49. Cf. em: ebooks.pucrs.br/edipucrs/fotografia.pdf, p. 30.

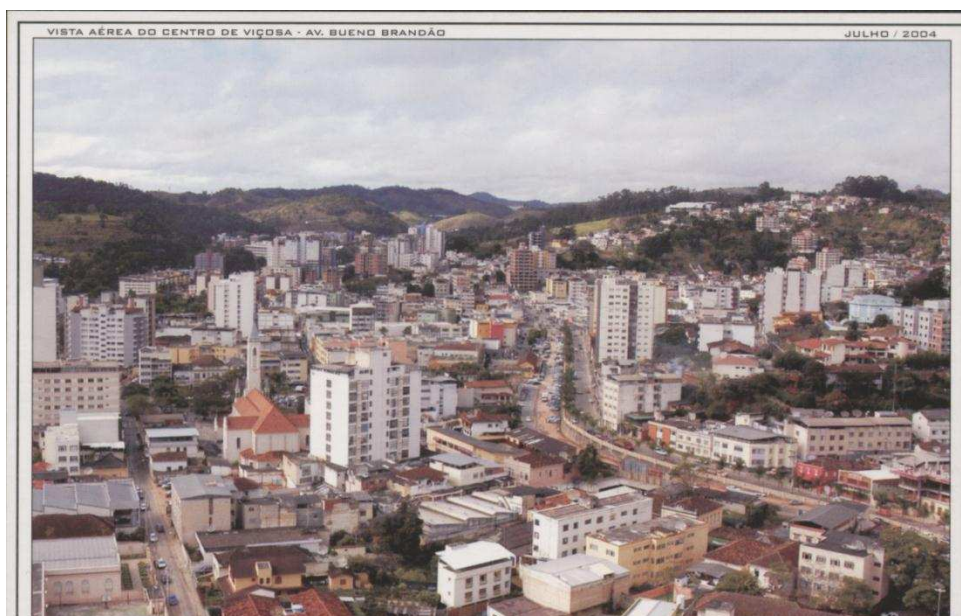


Figura 35 – Vista aérea, Luiz Dias - 2004²⁷⁵

Assim, nota-se que tanto as fotografias retiradas do acervo histórico da UFV quanto o cartão-postal de Luiz Dias apresentaram o centro urbano estudado por meio de vistas aéreas e parciais à distância.

As imagens escolhidas para serem analisadas neste momento podem ser descritas de diferentes formas. Nota-se que elas trazem uma visão panorâmica do centro da cidade, evidenciando a intenção de se mostrar uma cidade-cenário, na qual não há acontecimentos ou elementos humanos, mas uma cena que se repete nas lentes de fotógrafos variados com algumas mudanças de perspectivas.

Em algumas delas, observamos que o objetivo foi evidenciar a Igreja Matriz Santa Rita de Cássia, considerada uma das principais construções da cidade, em outras há uma preocupação em ocupar espaços da imagem com área urbana e a natureza ao fundo com o céu, nuvens, montanhas e vegetações.

Apenas em algumas encontramos a Avenida Bueno Brandão no plano principal, sendo que na maioria os espaços estudados por esse trabalho aparecem em plano de fundo ou apenas como coadjuvantes.

Percebe-se, portanto, que esse visual a partir dos morros propicia um olhar ao horizonte dotado de beleza cênica. Embora haja essa primeira necessidade de analisar a imagem do centro da cidade de Viçosa em circulação por meio dos cartões postais, nossa atenção, contudo, se voltou para as mudanças nas paisagens da Avenida Bueno Brandão e da

²⁷⁵ Acervo pessoal de V.M de cartões postais.

Praça Marechal Deodoro, nas quais ocorreram a construção de um número cada vez maior de prédios e uma ocupação das áreas de montanhas e pastos por casas e, finalmente por prédios.

Eduardo Martínez de Pisón estuda a paisagem urbana a partir de uma classificação analítica com categorias indissociáveis, mas que podem ser analisadas separadamente: “estrutura, forma, função/relação externa, elementos, evolução/dinâmica, unidades e conteúdos”²⁷⁶. Atentamo-nos, portanto, à categoria de evolução/dinâmica das paisagens observadas.

Percebe-se que entre a **Figura 22**, datada de 1916, e a **Figura 35**, de 2004, uma mudança enorme ocorreu, podendo-se observar um processo de urbanização e de verticalização considerável em um período de menos de 100 anos. Na **Figura 22**, é possível constatar as primeiras construções realizadas nos locais estudados, como a Estação, a casa nº 340 da Avenida Bueno Brandão e os atuais Edifício Alcântara e Hotel Rubim. Na **Figura 25**, datada de 1935, já é possível perceber a presença ao longe da balaustrada, além de alguns casebres.

Merece destaque a **Figura 26**, datada de 1970, na qual é possível perceber, com maior nitidez, a ocupação da Avenida Bueno Brandão por casas, alcançando a atual Praça Emílio Jardim. A seta azul aponta para a casa onde foi o primeiro hospital de Viçosa, que hoje é o Edifício Nhanhá Maciel e preserva a sua fachada tombada.

Há outros detalhes a serem analisados nestas fotos, como, por exemplo, as transformações arquitetônicas dos imóveis, contudo, não negando a importância deste olhar detalhado para os elementos estruturais da cidade, o estudo busca, fundamentalmente, relacionar historicamente essas paisagens à sua própria dinâmica.

Assim, ressaltamos a análise de Pisón pela qual:

As paisagens são produtos históricos que fixam o processo que as formam, pois são densos acumuladores de heranças. Portanto, são essencialmente mutantes, devido a suas modificações estruturais, morfológicas e funcionais. Nesse sentido, a história dinâmica é um ponto de essencial importância no estudo das paisagens... a paisagem não é um cenário morto. É composto por constituintes ativos no tempo e espaço e é, por si só, um conjunto ativo. Consequentemente, a paisagem não está afetada pela dinâmica, ela é a dinâmica, assim como todos os componentes.²⁷⁷

Importante destacar uma outra qualidade dos cartões-postais, apontada por Verônica Velloso: a sociabilidade urbana. Sobre esse ponto afirma:

A 'febre' dos postais no início do século XX nos mostra, assim, a importância da correspondência como sociabilidade entre os indivíduos de todas as partes do

²⁷⁶ MARTÍNEZ DE PISÓN, Eduardo. Reflexión sobre el concepto de paisaje. In: Awareness to the landscape: from perceptor Council os Europe Publishing, 2001.

²⁷⁷ Ibidem.

mundo, nos quais se liam as imagens e se viam as palavras. O remetente, além de autor da escrita postal, tinha a possibilidade de se manifestar como autor da imagem, produzindo os próprios cartões, que poderiam ser constituídos por pinturas, desenhos, caricaturas, bordados ou colagens. Os cartões postais, ao incorporarem as ilustrações, depois fotografias, supririam a necessidade de se produzir uma linguagem que propiciasse a visualidade nas cartas, expressando as relações entre escrita e imagem e criando um modo próprio de escrita²⁷⁸.

Por sua vez, ao associar os cartões-postais à memória, Nilson Schapochnik pondera que “o papel desempenhado pelas imagens postais se assemelha muito aos procedimentos da arte da memória, para lembrar que era recomendada a construção de lugares que deveriam corresponder aos fatos a serem memorizáveis”²⁷⁹

Nesta perspectiva, passamos, portanto, a uma análise de fotografia nas quais são destacadas vivências e a participação humana.

3.2 A paisagem em representações fotográficas: acervos públicos e coleções pessoais

Antes de fazer uma análise sobre fotografia, é importante ressaltar a forma com que alguns autores buscaram compreendê-la sob uma perspectiva histórica. O historiador Paulo Knauss se atenta para a possibilidade de “se fazer uma história com imagens, que abandone uma epistemologia da prova, rumo à construção de uma leitura histórica que valorize o processo contínuo de produção de representações pelas sociedades humanas”²⁸⁰.

Assim, as fotografias oficiais e cartões postais, além de revelarem as mudanças em locais específicos da paisagem, também representam modos de ver e atribuições de significados por seus fotógrafos, compreendidos como pessoas do seu tempo.

Ulpiano Meneses, por sua vez, revela algumas questões que nos levariam rumo a uma História Visual, pois considera as imagens não como efeitos ou sintomas, mas a própria

²⁷⁸ VELLOSO, VERÔNICA Pimenta. Cartões-postais: fragmentos da memória familiar. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas /Unirio. 2001, p. 5.

²⁷⁹ SCHAPOCHNIK, Nelson, Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade, in História da vida privada no Brasil vol. 3, 1998, ed. Companhia das Letras, p. 496.

²⁸⁰ KNAUSS, Paulo, O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual, **ArtCultura**, Uberlândia, vol. 8, n.12, jan-jun. 2006, p. 97-115.

visualidade como princípio cognitivo de caráter indefectivelmente histórico²⁸¹. Assim, Meneses afirma serem as imagens fotográficas suportes de relações sociais²⁸².

A utilização de imagens e fotografias antigas enquanto fontes são importantes para a pesquisa historiográfica. Conforme explica Boris Kossoy:

... O fragmento da realidade gravado na fotografia representa o congelamento do gesto e da paisagem e, portanto, a perpetuação de um momento, em outras palavras, da memória: memória individual, da comunidade, dos costumes, do fato social, da paisagem urbana, da natureza. A cena registrada na imagem não se repetirá jamais. O momento vivido, congelado pelo registro fotográfico, é irreversível...²⁸³

Boris Kossoy esclarece, portanto, que “a fotografia possui uma realidade própria, que não corresponde necessariamente à realidade que envolveu o assunto, objeto do registro do passado, mas se trata do que o autor chama de segunda realidade, construída, codificada”²⁸⁴.

Concordamos, todavia, com o ponto de vista de François Laplatine e Liana Trindade, pelo qual “à medida que a paisagem se dimensiona pelas formas de representação, ela encerra um complexo universo de camadas de significados, dinâmicas de conteúdos e de processos”²⁸⁵. Assim, este estudo também se encontra no campo de análise da paisagem dinâmica.

Por oportuno, importante se atentar para a memória contida na paisagem fotográfica, conforme observa David Lowenthal:

as fotos de família servem tanto como estímulo à memória quanto como auxílio para sua confirmação, tornando nossas recordações mais fiéis ao passado real. Apesar de alguns fotógrafos terem atitudes que registram visualmente um presente, que logo se tornará um passado, não cabe aqui acreditar ou questionar se a sua produção é fidedigna ao momento congelado, mas pensar o porquê de tal registro, ao mesmo tempo, verificar os elementos que são exibidos nas fotografias e, se possível, rastrear como elas foram organizadas, guardadas ou divulgadas, para se ter a compreensão do comportamento de parte de grupos sociais do período.²⁸⁶

Por sua vez, Susan Sontag destaca que, ainda que o fluxo incessante de imagens (televisão, vídeo, cinema) constitua o nosso meio circundante, quando se trata de recordar, a fotografia fere mais fundo, pois a memória congela o quadro; sua unidade básica é a imagem isolada²⁸⁷. Assim, faz a seguinte reflexão:

²⁸¹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares”, Revista Brasileira de História, vol. 23, nº 45, julho de 2003.

²⁸² MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Apresentação. In: Lima, Solange F.; Carvalho, Vania Carneiro de. Fotografia e Cidade: da razão urbana à lógica do consumo, álbuns de São Paulo (1887-1950). São Paulo: Mercado das Letras, 1997.

²⁸³ KOSSOY, Boris, Fotografia e História. São Paulo: Ática 2001, p. 155.

²⁸⁴ KOSSOY, Boris. Realidades e Ficções na Trama Fotográfica. São Paulo: Ateliê editorial, 2002, p. 22.

²⁸⁵ LAPLATINE, François; TRINDADE, Liana. O que é imaginário – São Paulo: Brasiliense - Coleção Primeiros Passos. Nº 309, 1997, p. 12.

²⁸⁶ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. São Paulo: Educ, 1998 (Projeto História, 17).

²⁸⁷ SONTAG, Susan. Diante da dor dos outros. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003, p. 23.

Numa era sobrecarregada de informação, a fotografia oferece um modo rápido de apreender algo e uma forma compacta de memorizá-lo. A foto é como uma citação ou uma máxima ou provérbio. Cada um estoca, na mente, centenas de fotos, que podem ser recuperadas instantaneamente. A imagem memorizada serve como um banco de registro de todos os conteúdos a que somos expostos diariamente. Tais conteúdos se tornam parte de quem somos.²⁸⁸

*** **

Passamos, portanto, a analisar a paisagem das fotografias pessoais, levando em consideração os fundamentos sobre fotografia, paisagem e memória. A primeira pessoa que permitiu a reprodução de uma fotografia pessoal foi J.L., porém este entrevistado pediu que o seu nome não fosse revelado.



Figura 36 – Alcântara e Hotel Rubim – 1945²⁸⁹

Da entrevista de J.L. obtivemos as seguintes considerações:

... tombamento é a conservação do patrimônio... o que representa a história de Viçosa é a estátua de Bernardes na Praça, a estação não representa não, não tem valor nenhum... fiquei sabendo que a prefeitura queria reformar a estação e um arquiteto não deixou porque as telhas eram importadas da França, tem que demolir... a prefeitura queria colocar asfalto na Av. Bueno Brandão, a rampa para pedestres ia voltar a ser rampa para carros e não deixaram, tem gente que gosta de confusão... o prédio mais feio é esse aqui, nº 16, o mais bonito é o Edifício Dona Cora... acho indiferente, não tenho interesse, não sou a favor de conservar nada, me sinto parte da cidade, mas não da paisagem daqui, sou cidadão viçosense de coração... não gosto de coisas velhas, única coisa antiga que eu valorizo são as amizades... não acho aqui agradável não, só a UFV, antigamente eu gostava do Lanches Lu, Braseiro, os

²⁸⁸ Ibidem.

²⁸⁹ Acervo pessoal de J.L.

botecos, a Cabana Roda... acho os bancos importantes, aqui já foi um banco, me identifico com esse lugar porque é da minha família há 54 anos²⁹⁰.

Esta mesma imagem também foi um dos cartões postais produzidos por Tony Mello Produções Fotográficas e, segundo seu informe, data do ano de 1945. Nota-se que o atual Edifício Alcântara, prédio à esquerda, ainda era Banco de Crédito Rural. Importante ressaltar a opinião de J.L., pela qual não se identifica com a paisagem, não gosta de coisas velhas, acha indiferente a discussão sobre patrimônio, mas valoriza as amizades.

J.L. não possui, portanto, um olhar positivo para a proteção do patrimônio, mesmo se identificando com o local onde trabalha, o Edifício Alcântara, pois pertence à sua família há 54 anos, e com as antigas amizades.

Segundo entrevistado, J.R., após longo diálogo sobre suas memórias, origem da sua família e seu sobrenome, concedeu a reprodução do seguinte quadro presente na sala da sua casa:



Figura 37 - Quadro de J.R.²⁹¹

Segundo o próprio J.R.:

... Rameh é porque meu pai não era brasileiro e veio do Líbano e quando um estrangeiro vem ele quer se estabelecer... e por medidas de cautela, o brasileiro tem mania de colocar um nome parecido, aí colocaram Ramos... na documentação dele está Rameh, ele chegou aqui em 1914... dos filhos todos quem cuidou da preservação da casa fui eu... essa casa já está inventariada, então não há esse perigo mais... meu sonho era esse segurar a casa, vocês podem construir, mas vocês vão construir na parte de trás da casa, que tem um quintal ali e tem em torno de quase uns 700 metros quadrados, então pode usar no fundo para construir, mas a casa eu quero que ela fique, a casa e a loja você vê que eu construí a loja aí tentando não

²⁹⁰ Trechos de entrevista de J.L. concedida a esta autora no mês de maio de 2018.

²⁹¹ Acervo pessoal de J.R.

quebrar muito a característica da casa... minha vontade era assim, se eu pudesse deixar essa casa preservada toda arrumadinha, pintadinha... meu sonho era se um dia que se eu sáísse daquela loja ali eu viria pra aqui, tentando segurar da casa, mesmo porque o comércio é minha sobrevivência, então eu tenho que, de alguma forma, eu tenho que segurar também o comércio... E tem a foto com jornal e a foto assim da sala, do fundo ali, da varanda, das coisas que eu preservo aqui também, são barrados ali em cima na sala de lá que tá trancada, um barrado todo em pintura óleo. E tem até um artista em Viçosa que chama José Antônio Santana, eu já falei pra ele: “Ôh Zé Antônio, você poderia restaurar pra mim isso, isso é um robe pra mim”, mas cadê tempo de vim aqui fazer? Mas essa foto aqui vai te ajudar muito também, tá muito bonita.²⁹²

A imagem acima é a reprodução de um quadro afixado na parede da sala de J.R. e, conforme se depreende de sua entrevista, ao contrário de J.L., há um apego familiar por um dos primeiros imóveis construídos na Avenida Bueno Brandão.

Assim, embora já tenha sofrido algumas modificações, como há uma identificação movida por um sentimento de pertencimento que impede que o imóvel seja demolido, assim como tantos outros foram naquela região.

Essa divergência de perspectiva de pessoas ligadas a imóveis antigos da paisagem estudada demonstra a dificuldade em se estabelecer um padrão único de pensamento de moradores do centro urbano de Viçosa e as diversas formas com as quais o patrimônio e a paisagem podem ser interpretados, além dos significados que podem ser a eles atribuídos. Essas perspectivas variam ainda mais quando advindas de passantes, estudantes, trabalhadores e pessoas que utilizam o centro cotidianamente, mas não moram necessariamente nele.

A coleção de V.M. ofereceu a maior parte das imagens utilizadas neste trabalho. Importante, pois, destacar que algumas fotografias foram reproduzidas por diversas vezes, sendo que a mesma imagem aparece em acervos diferentes, jornais e até mesmo Blogs, com finalidades distintas.

Embora não se tenha certeza das datas das imagens, é importante, no entanto, perceber a partir dessas imagens a inexistência ainda de prédios nas paisagens estudadas e uma vasta região montanhosa ao fundo da figura. A primeira imagem já evidencia elementos materiais da paisagem urbana, como a antiga Rodoviária de Viçosa, pessoas circulando, postes de luz, placas. Já a segunda mostra alguns veículos, postes de iluminação, tendo a balaustrada e as casas como planos de fundo, mas uma urbanização horizontal, com as casas ainda em seus estados originais.

²⁹² Trechos de entrevista de J.R., concedida a esta autora no mês de maio de 2018.



Figura 38 - Antiga Rodoviária²⁹³



Figura 39 - Veículos e balastrada²⁹⁴

Merece destaque especial a página de um álbum de família pessoal de V.M. (**Figura 40**), pois a partir dele é possível perceber algumas fotografias de pessoas posando para fotos em cima da parte frontal do trem e outras descendo a rampa do balaústre. Percebe-se que era um período no qual a rampa ainda não havia se estreitado, possibilitando a passagem de carros e pedestres.

²⁹³ Acervo pessoal de V.M.

²⁹⁴ Acervo pessoal de V.M.



Figura 40 – Álbum de família²⁹⁵

O estreitamento da rampa ocorreu, conforme menciona José Mário Rangel, nos anos de 1980:

Anos 1980, na administração do José Américo, o prefeito José Américo Garcia... Antigamente eram poucos carros, a cidade não imaginava que fosse crescer tanto assim, com tantos carros, né? Em 1925 nós tínhamos aqui dois carros e quatro carros de praça, eram seis carros, seis automóveis. Hoje é uma coisa absurda, a cidade tem mais carros do que gente²⁹⁶.

Embora não se tenham informações subjetivas sobre contextos e circunstâncias maiores do olhar dos fotógrafos que as registraram, importante compreender que a imagem por si só possui natureza testemunhal. Como afirma Kossoy, “ela tem o poder de congelar um acontecimento, transformando-o em memória. O que se mostra uma poderosa fonte de leitura espaço-temporal”²⁹⁷.

Com relação a fotos que destacam melhor as casas e as pessoas no seu cotidiano, analisamos fotografias cedidas pessoalmente pelas pessoas entrevistadas e fotos pessoais doadas por colecionadores, atuantes no Facebook, saudosistas e apaixonados por história, como V.M. e C.R.

Ressaltamos, assim, que, ao observar essas imagens, podemos ser tomados por um sentimento de nostalgia, acreditando que no passado o espaço urbano era de melhor qualidade. Conforme, no entanto, explica Maria Tereza Luchiari:

²⁹⁵ Acervo pessoal de V.M.

²⁹⁶ Trechos de entrevista de José Mário Rangel, concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

²⁹⁷ KOSSOY, Boris. Fotografia e História. São Paulo: Ática, 2001, p. 27.

Essa nostalgia ao nos depararmos com paisagens que foram degradadas ou transformadas levou muitos estudiosos a admitirem a “morte da paisagem”, esquecendo-se que a mesma, como resultado das interações entre a sociedade e a natureza, é um sistema de valores construído historicamente e apreendido diferentemente, no tempo-espaço, pela percepção humana²⁹⁸.

Consideramos, entretanto, que a paisagem contemporânea decorre de processos de transformação construídos socialmente. Assim, a paisagem não se esgota, mas sua transformação significa a substituição daquela paisagem por outra, embora nem sempre represente uma mudança positiva.

Necessário, portanto, destacar a importância das fotografias antigas nos estudos sobre paisagem urbana, patrimônio e memória, a partir dos tipos de imagens que foram encontradas nos acervos públicos pesquisados.

Importante analisar as fotografias cedidas pela secretária de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Viçosa, Cíntia Fontes:



Figura 41 - Evento solene na Praça Marechal Deodoro²⁹⁹

²⁹⁸ LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny (orgs). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

²⁹⁹ Acervo da Secretaria de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Viçosa.



Figura 42 – Evento solene: recebimento de Governador Valadares³⁰⁰

Após algumas pesquisas com a finalidade de descobrir informações sobre as imagens em destaque, foi possível obter a informação, por meio do Facebook de C.R., de que as figuras são da Estação Ferroviária de Viçosa (MG), em 1934, por ocasião da passagem, por Viçosa, do então governador/interventor Benedicto Valadares Ribeiro, em excursão pela Zona da Mata³⁰¹.

A **Figura 41**, ao ser exposta no Blog Cidade em Movimento e compartilhada no grupo “Museu Virtual de Viçosa”, rendeu os comentários mais positivos com relação à sua beleza e algumas demonstrações de nostalgia dos velhos tempos:

[Marco Paulo Alvim Reis](#): Velhos e bons tempos.

[Reinaldo Elias](#): Que foto linda!!!!

A primeira figura foi escolhida a título de exemplificação, por se localizar no palco estudado por esta dissertação, que é a Praça Marechal Deodoro, e demonstrar um pouco da paisagem humana dos políticos daquela época, suas vestimentas, chapéus, além de mostrar parte da Estação naquele período e, ao fundo, a existência de alguns sobrados no alto balaústre.

Acreditamos, todavia, que as fotos cedidas pela secretária (**Figuras 41 e 42**) possuem um olhar voltado para as imagens de líderes ilustres, famílias e antigos políticos de Viçosa. Essa preocupação com fotografias que remetem a líderes políticos também foi percebida no

³⁰⁰ Acervo da Secretaria de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Viçosa.

³⁰¹ Disponível em:

<https://www.Facebook.com/photo.php?fbid=1774530052594588&set=a.665989370115334.1073741828.100001128327690&type=3&theater>. Acesso em maio de 2018.

Arquivo Histórico Central da UFV, pois constatamos que não existem muitas fotografias referentes à cidade ou à paisagem urbana, pois não houve, até então, um interesse com a captação desse tipo de documento.

Segundo informações do próprio acervo do Arquivo Histórico Central da UFV, o registro fotográfico da **Figura 43** marcou a visita de políticos a Viçosa, entre eles, o segundo da direita para esquerda é Juscelino Kubitschek, que viria a ser presidente do Brasil, além de Belo Lisboa e o governador Valadares.



Figura 43 – Líderes políticos – 1934³⁰²

Ao analisar as características dessas fotografias dos acervos públicos, percebemos que as retiradas do Arquivo da UFV possuem elementos da paisagem parecidos com os encontrados nas fotografias cedidas pela Secretaria de Patrimônio e Cultura, ou seja, o destaque de personalidades importantes da história política de Viçosa.

Assim, percebemos que as fontes localizadas em arquivos públicos não são numerosas o suficiente para um estudo mais aprofundado sobre a paisagem urbana de Viçosa, sobretudo a paisagem humana, pois encontramos poucas imagens que retratassem o cotidiano de pessoas comuns na cidade.

Entre elas, a **Figura 44**, localizada abaixo, está focada nas pessoas da foto. Não obtivemos informações sobre quem seriam as pessoas da foto, mas trata-se de uma fotografia

³⁰² Acervo do arquivo histórico da Universidade Federal de Viçosa.

de 1941, na qual podemos observar, ao fundo, a existência da balaustrada, uma das casas antigas da Avenida Bueno Brandão de aspecto peculiar, hoje já demolida, além de uma região de morro, na qual não havia, naquele período, qualquer construção.



Figura 44 – Pessoas e a balaustrada - 1941³⁰³

A **Figura 45** abaixo, por sua vez, é uma fotografia tirada de cima, possivelmente do alto de uma casa, na qual é perceptível o foco na imagem de Santa Rita de Cássia durante uma procissão, provavelmente em uma data comemorativa da padroeira da cidade de Viçosa.



Figura 45 – Procissão de Santa Rita (s/d)³⁰⁴

³⁰³ Acervo do arquivo histórico da Universidade Federal de Viçosa.

³⁰⁴ Acervo do arquivo histórico da Universidade Federal de Viçosa.

Atentamos, portanto, para essas fotografias, que evidenciam eventos e personalidades importantes de Viçosa, observando que essa perspectiva da fotografia, bem como sua eternização até os dias atuais, decorreu do fato de representarem uma história política da cidade de Viçosa.

Assim, concordamos com Peter Burke quando afirma que seria imprudente atribuir a esses artistas fotógrafos “um olhar ‘inocente’, no sentido de um olhar que fosse totalmente objetivo, livre de expectativas ou preconceitos de qualquer tipo. Tanto literalmente quanto metaforicamente, esses esboços [...] registram ‘um ponto de vista’”³⁰⁵.

A importância dessas imagens se deve ao fato de ilustrarem, propagarem e evidenciarem algumas mudanças da paisagem urbana do centro de Viçosa nos seus anos iniciais, antes que estas fotografias se percam juntamente com a memória desses fragmentos de momentos vividos e congelados pelos seus fotógrafos.

Ressaltamos, pois, a concepção da fotografia como forma de eternizar eventos importantes no contexto da modernidade. Conforme destacam Ivna Girão e Erotilde Honório no artigo em que analisam as fotografias de Fortaleza, “eternizar o momentâneo” foi a grande inovação que a fotografia trouxe para Fortaleza. Fotografar, para as autoras, significa documentar episódios e fatos contemporâneos, fornecendo indícios da presença e inaugurando a noção de tempo real”³⁰⁶. As autoras citam a análise de Viviane Araújo da Silva, pela qual:

As primeiras ‘imagens congeladas’ chegam à cidade nas décadas de 1870 e 1880. Para o mundo surgia uma “nova maneira de cristalizar os mais variados acontecimentos, para os estudos históricos surgia uma preciosa fonte sócio-cultural do passado.”³⁰⁷

Segundo essa visão, é possível perceber que as paisagens fotográficas encontradas confirmaram as análises iniciais dessa dissertação, pelas quais percebemos uma necessidade de congelar e conservar memórias de momentos políticos da história de Viçosa.

As falas de José Mário Rangel, associadas às imagens encontradas nos acervos públicos, demonstram esse olhar ainda na perspectiva do modernismo do final do século XIX e início do século XX sobre história, memória e paisagem, que foram voltadas para os grandes nomes e eventos históricos.

³⁰⁵ BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 24.

³⁰⁶ GIRÃO, Ivna e HONÓRIO, Erotilde. A fotografia e a imagem em movimento em Fortaleza no final do século XIX e início do século XX. IV Encontro Nacional de História da Mídia: Mídia alternativa e alternativas midiáticas. 19 a 21 de agosto, 2009, Fortaleza, CE, p. 3.

³⁰⁷ ARAÚJO, Viviane da Silva. Cidades fotografadas: Rio de Janeiro e Buenos Aires sob as lentes de Augusto Malta e Harry Olds, 1900-1936. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2009, Posto em linha em 17 de janeiro de 2009. URL: <http://nuevomundo.revues.org/index50103.html>.

Nesse sentido, Ana Maria Mauad observa que no século XIX ser fotografado era sinônimo de diferenciação social, como afirma:

“ a necessidade da experiência visual é uma constante no século XIX. Numa sociedade em que a maioria da população era analfabeta, tal experiência possibilita um novo tipo de conhecimento, mais imediato, generalizado, ao mesmo tempo que habilita os grupos sociais a formas de auto-representação até então reservadas à pequena parte da elite que encomendava a pintura de seu retrato”.³⁰⁸

Conforme destaca Antonio Fatorelli, enquanto produto do seu tempo, a fotografia, nos tempos atuais, encarna, no entanto, simbólica e tecnicamente, as possibilidades cognitivas afetivas da modernidade. Para ele:

O sujeito moderno é simultaneamente mais plástico e móvel, os meios de comunicação agilizam-se e expandem-se de modo universal, as categorias científicas relativizam-se de modo a acompanhar a complexidade das novas experiências em curso, as máquinas de produção e transformação tornam-se mediadoras por excelência das relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, enquanto as linguagens, que simbolizam os modos de o homem fabular o mundo, tornam-se mais abstratas³⁰⁹.

Assim, importante perceber que um estudo da paisagem por meio de fotografias é necessário, pois as noções que se têm de paisagem ainda estão relacionadas à pintura, arte, imagem fotográfica, entre outras representações pictóricas, não dando conta da expansão, relativização das novas interpretações que se têm hoje voltadas para a subjetividades de quem olha. Sobre a atividade do fotógrafo, Roland Barthes, por sua vez, pondera que:

o fotógrafo, como um acrobata, deve desafiar as leis do provável ou mesmo do possível; em última instância, deve desafiar as do interessante: a foto se torna ‘surpreendente’ a partir do momento em que não se sabe por que ela foi tirada. [...] Em um primeiro tempo, a fotografia, para surpreender, fotografa o notável; mas logo, por uma inversão conhecida, ela decreta notável aquilo que ela fotografa.³¹⁰

Importante voltarmos ao conceito de modernidade líquida, construído por Zygmunt Bauman, pelo qual ressalta a mobilidade dos fluidos como metáfora, interpretação das relações sociais dos tempos atuais: “A sociedade moderna líquida não se fixa a um espaço ou tempo, sempre dispostos a mudanças e livres para experimentar algo novo.”³¹¹

Assim, ao referir-se à ideia de indivíduo no que ele chama de capitalismo líquido, afirma que este capitalismo:

também se apropria das imagens de pessoas célebres, que passam para o consumidor aquilo que ele quer ser, assim usando de modelo aquela influência. Isso tudo em

³⁰⁸ MAUAD, Ana Maria. Imagem e autoimagem no segundo reinado. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. História da vida privada no Brasil Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

³⁰⁹ FATORELLI, A. Fotografia e viagem: entre a natureza e o artifício. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, p. 43.

³¹⁰ BARTHES, Roland. A Mensagem Fotográfica. In: O Óbvio e o Obtuso: ensaios críticos III. Lisboa: Edições 70, 1984, p. 57.

³¹¹ BAUMAN, Zigmunt (2001). Modernidade Líquida, Rio de Janeiro, Zahar.

busca de tornar-se alguém importante que ocupe grande espaço nas janelas sociais. Entretanto, quando o indivíduo se espelha em outras pessoas e se baseia nas atitudes delas, perde toda sua essência e toma forma de um novo ser, não sendo nem o próprio indivíduo, nem o modelo a ser seguido. Assim, tem-se o fim da era do indivíduo.³¹²

A ideia, entretanto, de significação da paisagem fotográfica é complexa, pois leva em conta os sentidos de quem as vivencia, e não apenas de quem as observa de fora, morfologicamente. Conforme esclarece Meinig apud Holzer:

Qualquer paisagem é composta não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde dentro de nossas cabeças... nós estamos preocupados não com os elementos, mas com a essência, ideias organizadoras que utilizamos para dar sentido àquilo que vemos³¹³.

Necessário, portanto, realizar uma análise subjetiva, buscando interpretar as narrativas e memórias das pessoas entrevistadas e levando em conta sua circunstância dentro dessa sociedade fluida, suas vivências e percepções próprias com a finalidade de complementar as ideias e dados levantados até então.

3.3 A paisagem vivida: percepções pessoais, memórias, significações e vivências

Os métodos da pesquisa qualitativa e da etnografia, com pesquisa de campo, entrevistas e análise pessoal dos espaços estudados, possibilitaram compreender alguns olhares e vivências da paisagem urbana do centro de Viçosa correspondente à Avenida Bueno Brandão e às Praças Hervé Cordovil e Emílio Jardim.

Partindo da ideia de imaginabilidade de Kevin Lynch, buscamos refletir sobre essas percepções únicas e pessoais sobre elementos aos quais atribuem significados próprios. Assim, percebemos que as entrevistas acabaram se transformando em diálogos informais, embora as perguntas sugeridas para entrevista tiveram por base o esquema anexo ao final do trabalho.

Esse modelo não foi utilizado de forma exata em todas as entrevistas, pois as circunstâncias do diálogo levaram muitas vezes para caminhos diferentes, embora não tenham fugido dos parâmetros das temáticas principais. Assim, a análise das entrevistas será dividida segundo os seguintes temas: patrimônio histórico e paisagem; opiniões e atributos simbólicos pessoais; e memórias e vivências.

³¹² Ibidem.

³¹³ HOLZER, Werther. A Geografia Humanista: sua trajetória de 1950 a 1990. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 208.

3.3.1 Patrimônio histórico e paisagem

As noções de patrimônio histórico e paisagem passaram por diversas interpretações. Importa, todavia, nesse momento, a concepção de Michel Collot pela qual as definições de paisagem são percebidas. Assim, o autor nos remete a três elementos essenciais de percepção da paisagem: a ideia de ponto de vista, a de parte e a de unidade. Segundo ele:

Primeiramente, a paisagem é definida em função do ponto de vista de onde é observada. Ela não é um objeto autônomo em face do qual o sujeito se situaria em uma relação de exterioridade; ela se revela numa experiência em que sujeito e objeto são inseparáveis, especialmente porque o sujeito se acha envolvido pelo espaço que é mensurado a partir dele mesmo (ponto zero da espacialidade). Em segundo, a paisagem oferece a quem observa apenas parte de uma área. Essa limitação se liga a dois fatores: à posição do observador, que determina a extensão de seu campo visual, e ao relevo da área observada. As lacunas decorrentes dessa restrição manifestam-se por duas vias: pela circunscrição da paisagem dentro de uma linha, além da qual nada é visível (horizonte externo) e pela existência no interior do campo, de partes não visíveis (horizonte interno). Na convivência entre o olhar e a paisagem essas lacunas não são aspectos estritamente negativos; de alguma maneira elas são preenchidas pela percepção que ultrapassa o simples dado sensorial e completa as "falhas". Assim, a parte de uma área que observo como paisagem nunca é considerada como absolutamente isolada, eu a percebo como parte de um espaço mais vasto que me é fornecido pela experiência direta (íntima) ou indireta (conceitual e simbólica). Em terceiro, deve-se notar que esta limitação do espaço visível acaba assegurando a unidade da paisagem. Isto é, por não se deixar observar totalmente é que a paisagem se constitui como totalidade coerente. Um conjunto não se define se não pela exclusão de um certo número de elementos heterogêneos, é essa convergência que torna a paisagem apta a significar: "Ela fala a quem olha."³¹⁴

Com base nessa concepção de paisagem percebida, seguem trechos de algumas declarações que revelam um modo de olhar sobre o patrimônio e a paisagem dos locais propostos, iniciando-se pela pessoa mais citada por outras acerca de patrimônio, o intitulado historiador José Mário Rangel.

O objetivo foi obter algumas informações sobre o seu trabalho enquanto agente de políticas patrimoniais da Prefeitura Municipal de Viçosa. Assim, obteve-se um grande volume de dados factuais e datas, além de algumas compreensões:

Então, a estação tem um significado extraordinário pro progresso da cidade, a partir de 1914 quando ela foi inaugurada, hoje é um galpão que foi tombado, agora é um auditório, Estação Cultural... Foi em 1999, na época envolveu a Fundação Cesgranrio, um trabalho cultural muito interessante pra cidade, e o Carlos Alberto Serpa que era muito amigo do Marcelo Andrade que era secretário de Cultura da época, tinha muito prestígio. Esse período foi muito interessante, porque o Marcelo conseguiu os contatos lá na Rede Ferroviária, o prefeito da época, o Geraldo Reis,

³¹⁴ COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre a percepção das paisagens. Boletim de Geografia Teorética, Rio Claro, v. 20, n. 39, p. 24.

tinha uma visão muito grande de patrimônio histórico, praticamente tudo foi tombado nessa época de 1999 e 2000. Tem o Livro de Tombos, a gente tem os registros, praticamente todos, principalmente ali naquele centro histórico, a balaustrada, a Estação Cultural, a Casa de Arthur Bernardes e agora nós estamos no processo de tombamento do antigo Hotel Rubim, foi pra liberação do Conselho várias vezes, o proprietário desde que adquiriu tinha o interesse de fazer o tombamento voluntário, de preservar a fachada e a volumetria. Ah sim! O Nanhá Maciel é o seguinte: na época eles seguiram um modelo, parece que existe na Bahia, se não me engano em Curitiba também, de preservar a fachada, né? Ou seja, jogaram o disco fora e deixaram a capa, há crítica nesse sentido!

Eu: Tem até uma crítica dura do Agnaldo Pacheco no Blog dele.

Sim, o Agnaldo é muito conveniente, né? Meu amigo e polêmico. Mas é complicado mesmo, ali foi um hospital, o São Sebastião, uma das primeiras sedes, se não foi a primeira, foi uma das primeiras, da casa de caridade, da associação, da irmandade municipal a partir de 1908, mas antes disso foi uma escola de segundo grau, a Escola Batista. E a professora Nanhá Maciel foi uma das moradoras ali, não foi a última moradora, mas mãe do último morador que vendeu a casa e eles fizeram homenagem à professora Nanhá Maciel. Mas Viçosa tem um limite do potencial construtivo, não pode passar disso, a lei de uso e ocupação do solo, plano de mobilidade, então tem que seguir as leis, o código patrimonial que a gente tem aí, agora aperfeiçoando com essa resolução normativa que eu te passei, está no gabinete do prefeito pra ir pra procuradoria pra análise e pra mandar pra câmara, normatizando os bens, acautelar os bens, inventariados e de valor cultural. Porque existe muita demolição clandestina inclusive, muito abuso com relação a isso e paga-se uma multa irrisória, cinquenta reais, então de madrugada demole, eu já ouvi contar caso aqui de proprietário que coloca cupim pra comer a telha pra destruir por dentro e a casa cair, aí a casa caiu e não tem jeito, o próprio proprietário não quer preservar e há os casos daqueles que querem preservar.

O caso da família Ramos, por exemplo, Rameh, o seu Jorge Ramos, questão de família lá. Então, é um exemplo raríssimo, mas existe, tem amor à casa, lembra dos pais, né? Tem muita fé, tem gente que é mais sensível, tem mais sensibilidade. Mas a especulação é complicada, acho que não tem como crescer mais, acho que tinha que abrir pros lados, né? Tá acabando com o centro histórico, podia deixar um zoneamento, tem uns vetores de crescimento lá pra Silvestre, Barrinha, pra fazer prédios mais longe, não tem que ser tudo no centro, não. Tem a zona urbana, a zona rural, tem as questões das áreas de preservação ambiental, é sempre muito polêmico construir dentro do ribeirão, mata o ribeirão, tem que ter uma fiscalização, mais cuidado com essas coisas.

Da parte do patrimônio histórico, nós estamos fazendo isso, essa legislação pra dar mais valor, inclusive multar pecuniariamente a pessoa que demole clandestinamente bens inventariados... Eu acho que nós sempre tivemos carência de espaço físico pra desenvolver os equipamentos, fazer uma biblioteca nunca teve prioridade, como eu te disse foi cigana pro um lugar pro outro, fecha, então não tem continuidade o trabalho, porque uma administração que desfazer daquilo que o prefeito anterior, que era contra, fez. Então, o que nós queremos é fazer exatamente um espaço, ter um espaço maior, um edifício todo para a cultura, para o patrimônio histórico, para o arquivo histórico conjugado com a Pinacoteca, inclusive ter um projeto de leitura em braile, né? Questões de acessibilidade, tem que cuidar disso antes de terminar. Então, a questão sempre foi o espaço físico, a casa de cultura sempre fechou em questão de não se priorizar o espaço físico, a cultura precisa ter um espaço pra visitação, um museu das crianças, a memória da cidade. Então, compete ao poder público fazer, é o que nós estamos procurando fazer aos poucos³¹⁵.

Assim, percebemos que José Mário Rangel se ocupa de trabalhar com patrimônio com o intuito de criar lugares de memória³¹⁶, a partir de políticos importantes e eventos, buscando

³¹⁵ Trechos de entrevista de José Mário Rangel concedida a esta autora no mês de maio de 2018.

³¹⁶ NORA, Pierre. Entre memória e História. A problemática dos lugares. In: Projeto História, nº 10, p. 7-28. São Paulo: PUC/SP, dez. 1993.

referências representativas de uma identidade local. Embora, no entanto, tenha sido ligado ao poder público de Viçosa, seus trabalhos foram citados pelos entrevistados tornando-o aquilo que Gramsci³¹⁷ denominou de “intelectuais orgânicos”³¹⁸.

O objetivo da entrevista com V.P. foi obter algumas memórias da filha de uma das primeiras e mais importantes historiadoras de Viçosa, Maria do Carmo Tafuri Paniago, citada no início desse trabalho. O diálogo versou sobre as memórias, vivências, diversidades na paisagem humana e material e algumas atividades de sua mãe. Sobre patrimônio e tombamento, ela considerou:

Isso, ao meu ver, é em virtude dos novos tempos, da modernidade, do correr das pessoas, da necessidade das pessoas. Viçosa é uma cidade em que temos pessoas que vêm, que moram e que vão embora, muito flutuantes as pessoas que moram em Viçosa. De modo que têm que morar às vezes por tempo. Eu na verdade adoro essas casas, acho muito bonitas, mas eu gosto mais do moderno. Eu pessoalmente não entendo nada, mas pra eu olhar e achar bonito um prédio moderno, uma coisa bonita. Mas é claro que as casas com as lembranças que elas guardam, eu acho que têm o seu preço, têm o seu apego e têm principalmente o lado sentimental...³¹⁹

Em um tom mais questionador, embora saudosista, observa-se o posicionamento do morador da Avenida Bueno Brandão J.R. com relação à paisagem e proteção dos prédios antigos.

Tombamento é um processo que a prefeitura encabeça ele e tem um órgão que chama IPLAN, ele que deve reger sobre isso aí e ao vender a casa não pode ser demolida, tem que ser preservada, tem que haver afastamento da casa, tipo assim fundação, se não for fundação que não venha prejudicar, abalar a estrutura da casa. Entendeu?

Então, tombamento e depois o que acontece? O tombamento, a casa, não podendo ser preservada quando os herdeiros que permanecem na casa, não existe mais ninguém que é herdeiro aí fica para a Prefeitura, aí é ela que vai ver o que pode ser feito... É, porque a Prefeitura mesma não tem dinheiro pra isso, não tem capital pra isso. Então não sei se ela ocuparia o imóvel, se usaria como um local pra visita, não sei...

A casa de Dr. Sebastião, aquela casa verde, Dona Cora, ali eu queria que fizesse aqui em casa, dessa forma, a casa preservada bonitinha com o edifício atrás. Só que ali eles fizeram um tombamento, fizeram um negócio como eles queriam, sem visita de estranhos, não é público, lá só entra morador...

Casa de Bernardes não vou falar, porque já tá tombada e tudo mais, é da UFV. Essas duas aqui eram mais ou menos, mas tá muito largada, caindo o telhado, tá tudo abandonado, há poucos dias mesmo cortaram um pé de abacate aqui em tempo de cair na cabeça da gente... Essas outras casas aqui é um exemplo, porque essas casas não foram demolidas ainda, porque o IPLAN não liberou. Porque eles querem demolir a casa todinha, todas as duas, a da esquina e essa daqui, só que essa daqui ela não tem terreno pra construir atrás, então eles têm que demolir as duas casas pra

³¹⁷ Segundo Antônio Gramsci, intelectual orgânico é um tipo de [intelectual](#) que mantém-se ligado à sua [classe social](#) originária, atuando como seu [porta-voz](#) (1891-1937).

³¹⁸ GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; coeditor, Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume 2. 2001, p. 19.

³¹⁹ Trechos de entrevista de V.P., concedida a esta autora no mês de maio de 2018.

dar um terreno inteiro e um comprador pras duas... Pra mim seria bom que preservasse também, pelo menos a nossa casa e mais duas aqui, a mesma linha de casa, você olhando aqui pra frente você vê, você percebe isso, joga elas fora e vai ficar só nossa casa e vai ficar exprimida entre dois edifícios. E esse prédio aqui também era uma casa, demoliram às pressas, deve tá na metade da parede dela, você viu ali?...

Paisagem urbana, o que me vem, eu imagino que sejam as construções, o planejamento traçado, como flui o trânsito da cidade, acho que tudo é um conjunto que chega nisso aí, paisagem urbana. Embelezamento das casas, cidade limpa, bem cuidada. A questão também da água, se a água tá poluída faz parte também, né?

Eu: Você se sente parte da paisagem urbana de Viçosa?

Jorge: De alguma forma faz, porque a pessoa cada um tem sua característica e cada um conversa de um jeito, um brinca com o outro. Então, acho que sim³²⁰.

L. M. apresenta uma visão diferenciada sobre patrimônio e paisagem:

a Avenida Bueno Brandão tem os coqueiros que tão num porte bom agora, dão um efeito bom na paisagem... Mais aprazível do centro e ainda tem esses casarões, alguns ainda continuam, uma pena que os que restam ainda foram embora, mas é uma região muito bonita do centro. Tem os bancos do lado de baixo e as residências do lado de cima... Dá pra conviver muito bem.

É bem difícil falar sobre isso, porque o progresso engole um pouco da paisagem mesmo. Porque Viçosa foi construída dentro de um vale, nós estamos dentro das montanhas e as principais ruas, as ruas do centro, que seriam essa da Avenida Bueno Brandão, essa do Arthur Bernardes, que hoje é o Calçadão e a Vaz de Melo, que é a terceira de lá, e depois tem a Praça Silviano Brandão, que tá horrorosa, né? Eu vejo da minha janela...

O município quer preservar, mas a família precisa do dinheiro. Às vezes a própria família que ama o lugar, a arquitetura e que gostaria de conservar, mas são muitos herdeiros, um precisa de dinheiro, a casa é de todo mundo, aí na hora de vender fica aquela, acaba vendendo pra construtora. Aí vem a construtora passar o projeto pra gente aprovar ou não aprovar, veja bem, isso é muito difícil, porque a gente sente na pele e se coloca no lugar do herdeiro. Às vezes a pessoa teve uma casa a vida inteira, teve dez filhos, cada um tem uma parte, quem vai ficar com a casa?...

Eu: Por qual motivo a senhora saiu do Conselho?

L.M.: Eu saí porque já tava assim, cansada, né? Reunião sempre, muitas coisas não andavam pra frente, não resolviam, ficava aquela coisa e conseguimos fazer algumas coisas, bastante coisas, embora não pareça, mas bastante coisa. Vai indo a gente cansa, vamos dar lugar para outras coisas, outras cabeças pensantes. O pessoal da Arquitetura da Universidade é muito bom, de vez em quando eles dão uma afastadinha por algum motivo, mas volta outra vez com as mesmas ideias, a gente não pode ser tão radical, tem hora, sabe?...

Eu: Você participou do abraçasso que teve numa época? Acho que foram os estudantes da Arquitetura, para proteger o balaústre.

L.M.: Participei, porque muitas pessoas, que eu respeito, acham que demolindo, que o moderno é o asfalto e vai acabando e vira assim uma selva de pedra e de cimento. As histórias vão caindo, deixam de ser contadas, porque não há nada pra lembrar, então o que sobrou quero que a gente viva bastante pra ver...³²¹

A.F., por sua vez, diz o seguinte:

³²⁰ Trechos de entrevista de J.R., concedida a esta autora no mês de maio de 2018.

³²¹ Trechos de entrevista de L.M., concedida a esta autora no mês de maio de 2018.

à minha direita, considerando as costas pro lote, tem o prédio hoje também, o prédio residencial lá, em que morava o Dr. Sebastião. Essa casa foi preservada, acho que é um bom exemplo a ser seguido, o condomínio, o edifício Dona Cora. Então aquela casa mantém as características até hoje, restauraram a pintura que tinha na varanda dela, um trabalho interessante.

Logo depois tem a casa da professora Teresinha Mucci, ela também restaurou a casa, mas mantendo todas as características da casa e ficou interessante também, ela não interferiu, ela apenas restaurou mesmo a casa, mesmo a parte dos fundos da casa não fez muita interferência, ela não mudou muito, não...

Ainda tem aquela casa solta ali no meio ou presa no meio, tem o Hotel Rubim, mais aquele conjunto do Alcântara, antes a rua era pavimentada com paralelepípedo, era na minha época, hoje a Bueno Brandão é bloquete... Isso aí, eu acho que se não tiver na cidade, se não tiver um programa, vamos dizer assim, para arcar com as despesas disso, eu acho um pouco complicado. A Prefeitura, eu tenho impressão de que é muito difícil o recurso pra isso, né? Ainda mais pra fazer um trabalho bem feito, ou que deveria ser feito. Então, aquela área é uma das mais caracterizadas da cidade, de época, né?

É, eu sou inveterado. Então, se você quiser fazer por exemplo, eu vou fazer pra facilitar os imóveis pra começar, vamos pegar pelos imóveis, que alguns imóveis já foram alterados e outros não, então vou passar pra você agora alguns que tão aqui. São fotos que eu peguei naquilo que você pretende, que é o Balaústre/Avenida Bueno Brandão, que tá em complicação, porque é interesse da Prefeitura asfaltar, eu participo inclusive do Instituto do Patrimônio Histórico e nesse Instituto foi votado que não se asfaltaria, porque prejudicaria os bens imóveis que numa parte são tombados...³²²

Numa perspectiva mais crítica, Q.L. observa que:

Sinceramente? Tem muita coisa em Viçosa, principalmente na área cultural e de patrimônio, que tem que ser modificado, mas muita coisa mesmo, a Estação Cultural, por exemplo, ela leva o nome de Estação Cultural, mas a gente sabe que cultura mesmo não rola muito ali...

Então, tem muita coisa que precisa ser mudada, dar valor a quem realmente fez a cultura da cidade é uma delas... Aquela parte de trás não tem lógica, não. Então não adianta ser tombado pelo patrimônio histórico, se não vai ter o cuidado necessário. Poxa, tinha uma casa na Santa Rita perto de uma lojinha que vende filtro de barro, uma das melhores lojas da cidade que vende os filtros originais mesmo, de barro, Filtro São João. Tinha uma casa do lado cara, em que morava uma senhorinha de idade ali, que era tombada pelo patrimônio histórico, a senhorinha sempre quis fazer uma reforma na casa e não deixavam, a casa caiu, sorte que ela não tava lá, mas caiu... É. Olha, aí é que tá o problema, se é tombado tem que ter o dinheiro, isso que tem que ser mudado. Quando se trata de política de patrimônio, é isso, cara, nego fica pirando de fazer o trem voltar aqui, de funcionar de novo, para com isso, mano... Não vou nem citar nome de quem eu ouvi falar isso, mas, cara, ficar falando "Ah, fazer o trem funcionar da Estação até aqui", pra que mano? Isso aí é regresso, você entendeu? Porque pra você fazer isso, olha o tanto de obra que vai ter que fazer dentro da cidade, cara. Tem que tirar todo o asfalto que tá encima das linha... Então, isso pra mim é regresso, querer pegar dinheiro pra fazer isso é regresso. Agora, já que você quer mexer com patrimônio histórico, tomba o patrimônio histórico, beleza, vamos tomar, vamos pegar o dinheiro dele, vamos usar nele. Ninguém faz isso, cara. Essa é a principal coisa que deve ser mudada... Na realidade o que estão esperando? Esperando acontecer o que aconteceu lá em São Paulo, a gente sabe que aquilo lá foi coisa de imobiliária e tal, que era um prédio federal mesmo, não tinha razão daquilo cair e eu lembro que na hora que eu vi aquilo postei no Facebook essa parada: "Só eu que estou achando isso parecido com uma implosão?" Que foi muita

³²² Trechos de entrevista de A.F., concedida a esta autora no mês de maio de 2018.

implosão, alguém vai inventar um incêndio aí e vai derrubar essas coisas qualquer hora aí³²³.

Por fim, com o intuito de saber um pouco mais sobre a Praça Emílio Jardim e principalmente a fachada tombada do Edifício Nanhá Maciel, foi entrevistado L.F., professor de Geografia e morador do edifício. Ao refletir sobre patrimônio e paisagem, ele falou:

Acredito que os monumentos históricos eles têm que ter esse resguardo, porque faz parte da história, principalmente para quem é nativo né, que é meu caso, então eu já conhecia aquele prédio antes de ser um prédio, mesmo quando era casa... então acredito sim que tem ser tombado, mas não da maneira que eles fizeram... de uma maneira mais cuidadosa e não porque não mantiveram as características, mas porque foi um tombamento meio forçado, sabe, sem que tenha uma estrutura para que esse tombamento se mantivesse por mais tempo. Tanto é que hoje ele já se encontra num estado, que essa nova reforma que o prédio vai passar, provavelmente, vai modificar as características desse prédio antigo ... como eles fizeram um prédio atrás, um prédio muito grande, os azulejos começaram a quebrar, então começou a depredar ali mesmo... começou a cair... sim têm caído pastilhas na cabeça das pessoas e até mesmo estão batendo na fachada, tá arrebentando a fachada inteira, a própria loja... também já deu uma descaracterizada.

Eu: Você se sente parte da paisagem urbana daquela região?

L.F.: ... sim, sim, porque as minhas memórias estão naquela região lá, o meu avô, a minha avó e o meu pai, eles não foram criados exatamente ali, mas foram criados na rua do leão ... então as histórias que eu sempre escutei, as pessoas que não são meus parentes de sangue, mas que eu chamo de tio, de tia, moram na rua... por mais que eu não tenha vivido aquilo ali, meu pai me conta que jogava bola ali, na época os caminhões ficavam parados naquela região em que até hoje continuam para poder fazer o frete... e eles ficavam lá para ficarem pendurados no caminhão... então me remete sim, bem minhoca da terra mesmo... não só com a parte antiga, mas inclusive com o muro pichado que me representa muitas vezes... foi um dos poucos lugares em Viçosa... entre esses vários outros ambientes modificados que me agregam dentro desses ambientes... por mais que eu ache um tombamento, assim, meio fuleiro, né.... poderia ser tão mais bonito, poderia tombar e continuar as características primárias e modificar menos, talvez ...³²⁴

Nota-se que a maior parte dessas observações sobre patrimônio são da perspectiva da salvaguarda. V.P. e L.M., no entanto, se atentam para a inevitável destruição do patrimônio engolido pelo progresso. Interessante, contudo, ressaltar as noções sobre paisagem, pois ainda estão bastante relacionadas a uma visão morfológica³²⁵ e ligadas diretamente às ideias antigas sobre planejamento urbano, paisagismo, embelezamento e racionalização, numa perspectiva humanista e naturalista, conforme as explicações de Relph³²⁶.

Assim, constatamos uma diversidade de olhares para o patrimônio que multiplica ainda mais quando relacionado à paisagem.

³²³ Trechos de entrevista de Q.L., concedida a esta autora no mês de maio de 2018.

³²⁴ Trechos de entrevista de L.F., concedida a esta autora no mês de maio de 2018.

³²⁵ SAUER, Carl. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENTHAL, Zeny. Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 59.

³²⁶ RELPH, Edward. A invenção do planejamento urbano moderno: 1890-1940. In: A paisagem urbana moderna. Lisboa: Edições 70, 1985, p. 54.

3.3.2 Opiniões e atributos simbólicos pessoais

Antes de adentrarmos na análise das narrativas das opiniões e atributos pessoais referentes à paisagem estudada, importante compreender a concepção de paisagem de Denis Cosgrove pela qual:

ao contrário do conceito de lugar, o de paisagem lembra-nos sobre a nossa posição no esquema da natureza. Ao contrário de espaço ou ambiente, ele nos diz que apenas através da consciência e razão humana este esquema pode ser conhecido. Ao mesmo tempo, paisagem lembra-nos que a geografia está em toda a parte, que é uma fonte constante de beleza e feiura, de alegria e sofrimento, de acertos e erros.³²⁷

Nessa perspectiva de analisar as observações da paisagem buscando valores, opiniões e atributos pessoais dos entrevistados, inicialmente destacamos as opiniões de José Mário Rangel pela qual:

E realmente, ali é um conjunto muito bonito, inclusive aquela casa na esquina, né? Alcântara, conhecido como Alcântara, mas é um conjunto arquitetônico muito bonito, a casa do lado dele, da Caixa Econômica e do Banco Itaú é da família Pinheiro, em que já funcionou Delegacia de Polícia, Prefeitura, é realmente o centro histórico da cidade. A Balaustrada data de 1919, vinha até 1925, depois ela foi concluída em 1960, até na Praça Emílio Jardim, mas antes era só até aquela rampa que era mais larga, tinha passagem pra carro e tudo, eu me recordo disso e agora vai asfaltar a parte de cima... Anos 1980, na administração do José Américo, o prefeito José Américo Garcia, justamente para alargar e facilitar pra carro. Antigamente eram poucos carros, a cidade não imaginava que fosse crescer tanto assim, com tantos carros, né? Em 1925 nós tínhamos aqui dois carros e quatro carros de praça, eram seis carros, seis automóveis. Hoje é uma coisa absurda, a cidade tem mais carros do que gente... eu mesmo tenho umas edições de jornais antigos em casa, Correio do Amanhã, que me foram doadas pela família de um amigo já falecido, era da Academia de Letras daqui, Elias Abraim. E lá tem um jornal Correio do Amanhã, um jornal imenso com as letrinhas e tá lá Elias Abraim, Viçosa – Minas, eles vinham pelo trem de ferro pra receber os jornais do dia... E eu mesmo gostava de pular no trem e seguir nos vagões, né? Foi nessa época, no final dos anos 1980, que foi o último trem, que só servia já para o minério, não tinha mais trem de passageiro e tava atravancando o centro da cidade, inclusive existe uma declaração que foi dada na época, pediram a opinião antes de tirar o trem da cidade, do senador Bernardes Filho, morreu em 1981, filho do presidente Arthur Bernardes, que trouxe os trilhos, neto do Vaz de Melo, que trouxe o trem, então já era senador da República, foi ministro da Indústria e Comércio viçosense, tinha muita influência aqui na Universidade, a linha do trem inclusive passava lá e ele era favorável à retirada dos trilhos do centro da cidade, porque não justificava a passagem, porque a cidade precisava de automóvel, de modernização. A opinião dele era de retirada dos trilhos pra abrir as ruas, né? Facilitar o tráfego, porque o trem realmente atravancava, né?... Isso sempre vai existir, infelizmente. É crime, né? Tem que ser coibido, inclusive nós temos um trabalho aqui, você falou de pichação, o Centro Experimental tem um trabalho de grafite, oficinas de grafite, porque grafite é arte, né? Grafite e pichação é diferente, então tem um projeto de fazer uma lei regulamentando o grafite na cidade, inclusive incentivar a pintar muro, escadões públicos, isso é muito bonito, existe esse projeto de lei, separar a marginalidade, porque pichação é letra, coisa horrorosa, né? Agora o grafite é lindo!³²⁸ (grifos nossos)

³²⁷ COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998, p. 92-123.

³²⁸ Trechos de entrevista de José Mário Rangel concedida a esta autora no mês de maio de 2018.

Por sua vez, J.R. argumenta que:

Minha vontade é assim, se pudesse manter a casa preservada, toda arrumadinha, pintadinha, meu sonho é se um dia eu tiver que sair daquela loja ali eu viria pra aqui, entendeu? Tentando segurar a casa, mesmo porque o comércio é minha sobrevivência, então de alguma eu também tenho que segurar o comércio.

Exatamente, mas a cidade precisa de mobilidade, já não tem mobilidade.

Você vê com a quantidade de carro de Viçosa, isso é uma boa. Tem cidade grande que o carro não pode ficar circulando no centro, não, eles têm um lugar, um limite até onde o carro vai... Viçosa é uma coisa que me chama a atenção aqui é o povo, eu não sei se é porque tem o pessoal que vem de fora, fica aqui por pouco tempo, então aproveita a vida, curte bastante aqui. E eu não sei, parece que eles não sentem que a cidade precisa de mais cuidado, embelezar mais a cidade, restaurar o visual igual você tá falando, a questão do lixo da cidade, a falta de cultura do povo.

Tem uma Universidade que educa as pessoas, mas parece que saem de casa, acham que estão na casa deles e podem fazer o que querem. Então fica assim, acabou de limpar a rua daqui a pouquinho joga uma coisa na rua... E outro grande problema que a gente tem aqui é a questão das calçadas. As calçadas em Viçosa não estão preparadas pras pessoas, a população já tá ficando idosa, tem muito jovem, mas tem muito idoso também. Então, o que acontece, vão passar em lugares que têm muito relevo, têm problemas pras pessoas passarem andando ali, pra cadeirante também tem muito problema aqui em Viçosa.

Tão tentando fazer alguma coisa, mais ainda não chegaram, é muita complexidade... Igual aqui na nossa rua, tem vez que passa sem capina, você vê mato subindo nas calçadas, às vezes, a gente mesma, eu faço isso, chega num domingo ou feriado eu vou e capino ali, eu faço minha parte, eu acho que se todo mundo fizesse a parte dele a cidade seria outra. Contribuir de alguma forma, a cidade ficava mais bonita, tem cidade próxima a nós aqui que são tudo muito bem cuidado, bacaninha mesmo, com muita árvore, jardim.

Eu acho que não fazem não, eu acho que as pichações poderiam ser evitadas. Elas tão, como se diz, denegrindo a imagem, porque você vê limpa, a nossa casa mesmo tá pichada no portão, qual é o melhor? Você manter ela bonitinha, pintadinha ou fazer confusão?

Porque eu acho que devia ter um outro local próprio pra isso.

Atrapalha botar um show ali, um encontro de moto, incomoda todo mundo, atrapalha, poluição sonora. Mas ali não, começa às quatro e acaba às oito. Então, acho que tá atendendo bem, tem um pessoal que tá gostando e não tá sendo ruim não.³²⁹

Nota-se que tanto Rangel quanto J.R. se atentaram para as dificuldades com a mobilidade no centro de Viçosa, apontando um modo de pensar a cidade de um modo técnico, planejada³³⁰. Acrescentando outras críticas, ressaltamos as opiniões contundentes de L.M. com as seguintes afirmações:

Você sabe que uma das coisas que me fez sair também foi isso, porque as famílias ficam descontentes com a gente, eles querem vender e eu não quero assim, por eu ser daqui, eu não quero que as famílias me olhem com um olhar diferente, porque eu tô segurando, não.

Eu: Entendi, tem essa relação pessoal com o dono.

L.M.: Pessoal, o que adianta eu gostar da cidade e as pessoas não gostarem de mim? ... A cidade toda, eu acho. Tenho muitas amizades, então assim, enquanto a gente tá

³²⁹ Trechos de entrevista de J.R concedida a esta autora no mês de maio de 2018.

³³⁰ ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos B. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 66

escorado em outros, outras pessoas estão votando também contra, a gente fica junto, né? Tem uma coisa que te ampara, é uma entidade, mas, quando você vê uma família amiga que quer vender, que precisa vender e você tá sabendo que eles têm que vender, você conhece o problema familiar...³³¹

Não, não é banheiro químico, é uma construção mesmo, porque ali terminava a Estação com o lado de cá que tá normal, mas o lado de lá não é, não tinha aquele anexo. Aquela construção ali destoa da arquitetura antiga, eu acho que essa Estação é de 1913, ano em que começou a passar trem em Viçosa. Então aquilo foi construído há muito pouco tempo, é difícil tirar, né? Porque acho que não depende da Prefeitura, ela é coisa da Atlântica, não sei o que do espaço ferroviário. E teve essa ocupação também aqui na beira da linha, construíram debaixo da caixa d'água, que era a caixa do trem, um monte de lojas, ocupação indevida... Aquelas barraquinhas que você fala?

É, ocupação indevida!

Na época, quando começaram, tinha um projeto que dava pra fazer alguma coisa assim, a Estação e uma ciclovias, alguma coisa assim, lá onde eles construíram esse anexo que eu te falei tinha um projeto de uma pracinha, um lugar pra aposentado, sentar com alguma coisa mais interessante, mas foram construindo assim. Atrapalharam tudo e com ordem, autorização de Ponte Nova, que era a Regional da Leopoldina, a Prefeitura não pôde intervir, porque não era da Prefeitura e fizeram isso que fizeram, que eu acho muito feio. Você vai andando no Calçadinho, chega pra ver o Balaústre e aquele monte de coisas, de lojinhas que não têm nada a ver, é isso que eu enxergo. Eu acho linda a região, mas essas construções atrapalharam bastante...

Eu acho que, por exemplo, a gastronomia foi bom, alguma coisa assim, showzinho assim mais passageiro, porque ali tem barulho também, então termina mais cedo. É muito bom, tira um pouco do povão, desce pro centro pra assistir alguma coisa cultural, tem um teatrinho dentro da Estação também, cento e quinze, cento e vinte lugares mais ou menos, mas quebra o galho, sabe? É pouca gente, um auditório pequeno.

Agora, o que eu acho que é bem difícil aqui no centro é que já tem construção demais e quando chove eu não sei pra onde vai tanta água, às vezes, a água desce e não tem escoamento, porque a cidade é muito assim, que nem eu falei no início, tá dentro de um vale, então muito prédio, muita construção, a cidade ficou muito fechada. Em Viçosa fazia muito frio e hoje faz muito calor, talvez seja a quantidade, o volume de prédios, mas é o que eu te falei no início, é parte do crescimento da cidade. Se fosse em uma cidade plana, podia expandir pra longe, formação de outros bairros, como existe também, mas o centro comercial mesmo é aqui e outra coisa, o número de carros de Viçosa não comporta mais aqui...

Eu acho que é falta de punição mesmo, porque se você vigiar, eu por exemplo, se eu tiver passando e ver uma pessoa pichando o muro, eu ligo pra Polícia, porque isso aí é um absurdo, depois a pessoa tem que pintar de novo, se for bem público é nosso dinheiro, tem que pintar e torna a pichar. Então tem que ter alguém ali, porque na hora que mexe no bolso, dá uma multa bem pesada, não é pra levar pra Cadeia, não, mas dá uma multa bem pesada, pega de flagrante, eu acho que eles não vão fazer isso mais...

Numa direção oposta, Q.L. fez as seguintes críticas:

Aí para não aliar isso ao hip-hop a gente foi e parou, tem uma imagem do hip-hop pra você lidar quando se trata de hip-hop de rua, a imagem do hip-hop de rua sempre foi de protesto, de intervenção cultural, a gente nunca foi aquela coisa feita pra ganhar dinheiro, pra público, pra nada. A gente fazia porque todo mundo tinha

³³¹ Trechos de entrevista de L.M., concedida a esta autora no mês de maio de 2018.

vontade de expressar sua arte, então era isso que a gente fazia. Não tinha premiações, os MC's iam todo dia, toda quarta-feira eles estavam lá, tinha dia que a gente tinha problema, porque tinha mais de oito MC's, a gente não tinha como fazer a batalha, porque o máximo era de oito MC's por noite, senão ultrapassava o horário que a Estação dava pra gente. Se fizesse com dezesseis pra fazer o chaveamento ali... Não é de confundir, sabe o que acontece? Existem pessoas que não têm mente aberta, são pessoas que são fechadas em tudo, tipo, são católicos e católicos e odeiam crentes, são católicos e católicos, crentes e crentes e odeiam bandas e ficam com essa mente fechada... Geralmente esses são os que votariam em Bolsonaro, são esses os eleitores, os futuros eleitores do Bolsonaro.

Olha, estudante atrai sim, mas é mais aqueles estudantes que têm aquela coisa de guerrilha dentro dele, aqueles estudantes mais de Humanas, Geografia, Direito.

Eu particularmente sei quem é, porque estudei pra caralho sobre ele, tipo, o próximo álbum que eu tô fazendo solo, acho que duas ou três instrumentais foram encomendados com músicas dele. Eu sei que o cara é famoso, Viçosa não dá o valor pro Hervé Cordovil que ele merece, a realidade é essa, não só ele como para a filha dele também, a filha do cara cantava e com sete anos de idade já tinha disco gravado, disco de vinil... É meu sonho até hoje fazer um disco de vinil, eu não vou morrer enquanto eu não tiver um disco de vinil do NVRap ou meu, é meu sonho mesmo, e a menina tem com nove anos, cara, e se você olhar nas faixas do disco, eu falo porque tenho esse disco lá em casa, eu sou colecionador de disco também, é um disquinho assim e tal, com duas músicas frente e verso, aí você olha embaixo tá que um dos produtores do disco foi Tom Jobim, eu vou falar o que do cara? O cara era assim com Tom Jobim, vou falar o que com o cara? Então o Hervé Cordovil, acho muito pouco essa coisa de só ter Estação Cultural no nome dele.

Viçosa tinha que ter um evento "Hervé Cordovil", tipo uma Virada Cultural com o nome do cara, grande e forte pra tudo mundo saber quem era o cara e divulgar o que é do cara, as obras do cara... Já mostrei várias, Biquini de Bolinha Amarelinha por exemplo, várias músicas do cara em reuniões do outro calibre do NVRap, ninguém sabe de quem que é. E pô, o funk já roubava Biquini de Bolinha Amarelinho do cara há muito tempo, curtia isso dentro do baile funk e não sabia quem era o cara.

A sorte de Viçosa é que não tem um movimento sem-teto forte, porque senão esses prédios tombados pelo patrimônio histórico, que nem o Hotel Rubim por exemplo, iam tá tudo cheio de família dentro... A Estação Cultural por exemplo, que até hoje eu não sinto, o que acontece na Estação Cultural que eu sei. Aconteceu o MOM e a gente parou, aí na quarta-feira não pode ter mais nada, porque tem uma feira lá fora acontecendo. Nunca concordei com essa feira, mas deixa, pelo menos tá dando vasão pros produtores rurais, então deixa... Ofereceram pra gente, um vereador que não vou citar nome, não há necessidade, chamou a gente pra que a gente fizesse uma turnê pelas escolas, pela Prefeitura e tal, e eu falei "a gente não vai", a gente vai por conta própria, a gente vai por vontade própria... A gente quer fazer isso nas escolas, mas por conta própria, por isso que a gente tem equipamento de show hoje, porque a gente pode pegar nossas caixas e a gente mesma levar pras escolas e fazer, sem precisar da Prefeitura pra nada.³³²

Importante refletir sobre essa divergência de visões, pois colocam em questão o debate sobre a democratização dos espaços. L.M. critica a presença das barracas ao longo da linha ferroviária, enquanto Q.L. ressalta a importância de ocupação e uso social dos espaços abandonados e uma utilização realmente cultural desse espaço. Assim, percebemos essas batalhas por espaços na conjuntura da modernidade líquida suscitada por Bauman³³³.

³³² Trechos da entrevista de Q.L., concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

³³³ BAUMAN, Zygmunt. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009, p. 13.

Por sua vez L.F. ressaltou outras questões:

é uma paisagem cultural totalmente modificada e que acompanha os novos movimentos, essa parede é um reflexo da sociedade onde tem as pichações, mas é um grito urbano, você tem ali desde palavras de baixo calão até luta por algumas ideologias, ou, simplesmente, um ato de liberdade de expressão, misturada nessa cidade onde a estrutura urbana é um caos... Viçosa, se não me falha a memória, tá entre uma das 5 cidades com maior crescimento vertical, comparando a população, então na verdade você tem uma mistura né, porque ao mesmo tempo que você tem um patrimônio em Viçosa, tombado, você tem um prédio que, querendo ou não, até novo né...

... O próprio fluxo de carros, o fluxo de caminhão que é na frente, por ser uma área que ela, claro que é um pouco mais frágil, dá para ver a quantidade já de rachaduras, de trinca que está na parede, a própria questão de ter mantida aquela loja de máquina de costura ali embaixo é interessante, mas parece que o cara sobrevive de amor...

o que mostra que você tem um crescimento desordenado... e um lugar que chama Praça Emílio Jardim, que não é nada, é nada caracterizado como praça, você tem uma árvore, que é onde fica o táxi, realmente uma... o nome praça remete a gente a talvez um banco, talvez árvores, crianças... até o nome Praça Emílio Jardim é muito estranho... e o balaústre, que é pintado talvez de 15 ou 20 em 20 anos, não se vê uma manutenção... na verdade eu acho a paisagem um pouco confusa, é uma paisagem que eu não consigo caracterizar como histórica, como contemporânea, então tem uma mistura, uma gama de informações ali...³³⁴

Assim, notamos que uma análise única sobre a paisagem urbana não é capaz de explicar toda sua complexidade, pois ela abarca uma rede de significados às vezes contrapostos, às vezes justapostos³³⁵, mas, sobretudo, uma porção do espaço apreendida com o olhar³³⁶.

3.3.3 Memórias e vivências

Finalmente, passamos a analisar as memórias e vivências dos entrevistados, buscando refletir sobre a paisagem como fenômeno vivido. Conforme analisa Lynch sobre as cidades:

Olhar para a cidade pode dar um prazer especial, por mais comum que possa ser o panorama. Como obra arquitetônica, a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala; uma coisa só percebida no decorrer de longos períodos de tempo. O design de uma cidade é, portanto, uma arte temporal, mas raramente pode usar as sequências controladas e limitadas das outras artes temporais, como a música, por exemplo. Em ocasiões diferentes e para pessoas diferentes, as consequências são invertidas, interrompidas, abandonadas e atravessadas. A cidade é vista sob todas as luzes e condições atmosféricas possíveis.³³⁷

³³⁴ Trechos de entrevista de L.F., concedida a esta autora no mês de maio de 2018.

³³⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. 2ª edição, 1ª reimpressão, Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 20.

³³⁶ COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre a percepção das paisagens. Boletim de Geografia Teorética, Rio Claro, v. 20, n. 39, e. 21-32, 1990.

³³⁷ LYNCH, Kevin. A imagem da Cidade. São Paul: Martins Fontes, 1997, p. 1.

Assim, as memórias e vivências narradas pelas entrevistas mostram os aspectos mais peculiares de interpretar e se inserir com esta paisagem viva. Tomamos por base a concepção de Anne Cauquelin, que afirma:

a cidade é a memória do passado que permanece na pedra, nos arquivos, nos documentos, nos escritos diversos, no estoque de modelos que alimentam o trabalho dos arquitetos e urbanistas, nas memórias compósitas dos que nela vivem. O tempo se mostra constitutivo do espacial, não um mero elemento de decoração, mas a dimensão precisa de uma particular urbanização. Como na arte cubista, diz a autora referindo-se a Giedon, todos os pontos de vista se oferecem simultaneamente sobre as duas dimensões do quadro. Tudo está no presente tal como um amálgama vivo da diversidade das memórias, de práticas pretéritas dos habitantes sob o ângulo de memórias ativas.³³⁸

A partir dessa dimensão interpretativa, iniciamos, pois, pelas memórias registradas pelo estudioso José Mário Rangel, bem como suas vivências enquanto secretário de Patrimônio do Município de Viçosa:

Eu conheci aquela casa, Dona Cora morando ali, Doutor Sebastião médico, eu frequentava a casa, sou amigo da família toda e Dona Cora era farmacêutica, poetisa, né? E a casa ficou inteirinha, a cozinha e tudo, só tirou o quintal, foi preservada integralmente... Pois é, aquela casa é da mesma época da casa do presidente Bernardes na Praça Silviano Brandão. O primeiro proprietário foi Doutor Emílio Jardim, que foi deputado também, era colegiado com Arthur Bernardes. O Doutor Belo Lisboa, que era engenheiro da Universidade, que construiu, é o tipo das casas da época, né? Neoclássico, estilo eclético e foi do Doutor Emílio Jardim, depois venderam pro Doutor Sebastião Ferreira da Silva, que era médico, conheci pessoalmente, amigo do meu avô, e Dona Cora, que era poetisa e estudou com Carlos Drumond de Andrade na Faculdade de Farmácia de Ouro Preto, era amiga do Drumond, família muito importante em Viçosa, família Bolívar, né? Doutor Arduíno Bolívar, que foi fundador do Arquivo Público Mineiro, nasceu aqui em Viçosa, foi pra Academia Mineira de Letras, foi a família de maior importância aqui, ilustríssima, eles moraram ali até o falecimento... Política e cultural, social inclusive. Casal muito querido na cidade.

Eu: E o que você falou sobre o asfaltamento da Avenida Bueno Brandão?

José Mário: Sim, isso já foi aprovado pelo Conselho de Patrimônio Histórico, agora só está no IPLAN, porque existem cadeiras do IPLAN dentro planejamento municipal dentro do Conselho de Patrimônio Histórico, mas o Conselho foi consultado, o projeto muito bem elaborado e foi aprovado por unanimidade.

Eu: E não vai descaracterizar a balaustrada?

José Mário: De jeito nenhum. Havia uma resistência dos arquitetos, do professor Ítalo, professor Luís Cláudio, professor Luís Fernando com relação ao asfalto, que podia respingar essa coisa toda, mas tem a questão da drenagem do solo, mas serão tomados todos os cuidados com o patrimônio, uma coisa que vai modernizar sem agredir o conjunto.

Eu: Pesquisei mais nos jornais, antigos jornais da cidade e livros também, crônicas, discursos, documentos, são mais documentos. Baseado mais no dossiê, sou muito dossiê. Agora, evidentemente eu visitei algumas famílias também, algumas pessoas mais antigas, professores, pessoas que estão muito idosas e não têm nem condição de conceder entrevistas mais, não sai de casa, confinadas em casa, pessoas de noventa e cinco anos, não pode mais sair de casa. Mas os maiores memorialistas de Viçosa, entre eles fica sem dúvida nenhuma o cônego José Geraldo Vidigal de

³³⁸ CAUQUELIN, A. Essai de philosophie urbaine. Paris: PUF, 1982, p. 14.

Carvalho, que é da Academia Mineira de Letras, né? Uma das maiores cabeças pensantes aqui da cidade, tem um amor muito grande a essas coisas...

José Mário: Eu tenho os manuais lá de escrever história, Amílcar Martins, que foi deputado, foi secretário de Cultura de Minas Gerais, era muito amigo dele, fazia campanha política pra ele aqui, andava com ele por aí, candidato a deputado, e ele me deu um manual de como escrever a história da sua cidade, aí eu peguei aquelas técnicas e fiz amadoristicamente o Blog, tá servindo pra muita gente... O Museu Virtual foi uma iniciativa do viçosense, inclusive sócio benemérito do Instituto Histórico Geográfico em Viçosa, que é o Doutor Arthur Mendes Lobo, mora em Santa Catarina, um rapaz filho da Maria do Carmo Mendes Lobo, advogada, procuradora aqui do Município. Eles têm muito amor, nasceram aqui, mudaram e não esqueceram de Viçosa.

Então, o Arthur falou: “Vamos homenagear Viçosa, vamos criar uma página que várias cidades têm, o museu virtual”. Aquilo pegou, o pessoal foi contribuindo e hoje me parece que é o maior acervo fotográfico e de comentários, precisa tombar o Museu Virtual, né? Todo mundo entra, todo mundo curte, acho que tem umas vinte mil pessoas pra mais lá... Exatamente, várias gerações. Contribuição geral, foi um achado. Inclusive nós homenageamos o Arthur aí também, vamos homenagear, né? Merece, né?

Eu não posso inegalizar, porque eu também moro na periferia, fui criado no centro e moro na periferia e me identifico muito, acho que o centro é de todos, né? Todo mundo passa pelo centro, é o coração da cidade, o centro é de todos, como dizia o Agnaldo Pacheco, “*O centro é de todos, a praça é do povo*”, todo mundo passa por ali, acho que identifica sim... Eu acho que tem muito apartamento vazio, muita casa vazia, o centro da cidade já não tem como crescer. Juiz de Fora fez um Plano Diretor e pôs limite no crescimento e no desenvolvimento da cidade, Conselheiro Lafaiete agora que tá verticalizando, porque não tem mais como, espalhou até onde podia, agora tá subindo, subindo pra cima, pleonasmo, né?

O prefeito nomeou agora em 2017 uma comissão pra fazer uma cartilha com a história de Viçosa nas escolas, a começar pelas escolas municipais, isso é lei municipal antiga, eu sou inclusive membro dessa comissão. Nós envolvemos o Departamento de Educação, conforme a lei, a gente queria envolver o Instituto Histórico, então essa comissão acabou não funcionando, não se elaborou a cartilha, mas o Departamento pretende fazer isso pras crianças, com envolvimento nas escolas municipais, a terceira idade também, os idosos, envolver na nossa programação. A educação patrimonial há de ser a prioridade, inclusive o material de difusão, a cartilha, os catálogos que eu te falei, esses calendários que a Sítia mandou fazer, isso tudo é trabalho de difusão em questão de pertencimento, autoestima da cidade, as datas cívicas, né? As festas cívicas, procurar envolver a questão de educação patrimonial, uma prioridade do Departamento, sobretudo nas escolas³³⁹.

Com base nessas informações, voltamos à concepção de Michael Pollak, pela qual o processo de formalização da memória socialmente hegemônica, ou da memória oficial, é resultado de um processo de disputa social e cultural sobre os significados do passado³⁴⁰. Assim, reafirmamos o olhar político desse autor, que faz parte da própria política, tanto nas memórias narradas, quanto nas suas vivências atuais.

V.P., por sua vez, possui algumas recordações e ressalta algumas vivências cotidianas, entre elas:

tem as lembranças de festas religiosas, das procissões que a gente ia muito, eu sou muito religiosa, muito católica, então toda vida minha mãe e minha avó me levavam,

³³⁹ Trechos da entrevista de José Mário Rangel, concedida a esta autora no mês de maio de 2018.

³⁴⁰ POLLAK Michael, “Memória, esquecimento, silêncio”, in Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3.

então a gente às vezes assistia dali as festas, a semana santa ao vivo... Percorriam as ruas do centro, mas às vezes tinha época com a procissão do encontro que vinham cada uma de uma igreja e acontecia naquela praça que eu esqueci o nome agora, a praça da Estação ali. Hoje em dia ela chama Hervé Cordovil...³⁴¹

É o coração da cidade, quando eu tenho tempo eu saio daqui e vou pegar alguma coisinha ali sim. E legumes pra fazer uma salada, de vez em quando, quando dá tempo, largo do serviço e a gente vai. Então, é o coração da cidade, eu diria... Muito diversificadas. Eu conheço bastante gente, porque tive uma vida de sala de aula, de professora, então aí a gente fica conhecendo todo mundo, inclusive as famílias, porque eu gosto muito do que eu faço. Então, a gente encontra com pessoas de todas as idades, de todas as condições sociais, de todos os trabalhos, de todos os pensamentos, todas as crenças. É muito interessante, porque você nota o respeito que todo mundo cumprimenta todo mundo. Se é uma pessoa que tá ali, um pedinte, uma pessoa quer ajudar, uma pessoa quer vender uma rifa, um quer vender um chocolate, até um jornal, a pessoa fica ali vendendo um jornal na frente do banco, então é uma diversidade muito grande e se a gente tiver tempo de ficar ali a tarde inteira conversando, você pode ficar...

Percebemos a importância que V.P. atribui às pessoas, à diversidade existente no centro da cidade e à simplicidade dos seus afazeres cotidianos dentro dessa paisagem denominada por ela como coração da cidade.

A.F., músico e desenhista da cidade, abordou em sua entrevista as festividades e eventos nos locais estudados, contudo mencionou, também, as seguintes memórias e vivências:

Olha, eu morava no prédio onde é hoje o Gaiola de Ouro, o apelido é Gaiola de Ouro, entre aquelas duas subidas, exatamente no meio daquelas duas subidas, né? Então, esse prédio existe até hoje, mas na época que eu morava era uma casa mais antiga, que tinha sido até sede da Caixa Econômica Federal aqui em Viçosa.

Morava lá antes uma família bem tradicional, a família Santana, que tinha a primeira loja de eletrodomésticos na cidade, então morava nessa casa e uma casa com características da época, parecendo aquelas construções no estilo do Hotel Rubim, uma casa muito interessante, o aspecto arquitetônico dela...

Olha, são realidades tão diferentes. O ideal é que esses imóveis fossem, não era no caso nosso, onde a gente morava não era proprietário do imóvel, mas o que tem acontecido de um modo geral, não só em Viçosa, todo lugar, porque a época passa e às vezes as famílias precisam até dispor daquele imóvel, aquela coisa toda, né? Essas áreas são muito importantes, são áreas de muito valor comercial, então é muito difícil resistir a isso, mas ela está muito descaracterizada dessa época, eu tô falando dos anos 60 pra cá, 60 e 70. Ao lado da minha casa tinha a casa dum deputado, Juarez de Souza Carmo, era uma casa que até uns cinco ou seis anos talvez ainda existia lá. É uma casa muito interessante, ela tinha uma característica assim, uma casa bem europeia, sabe? Estilo de telhado, muito interessante a casa e também já tem um prédio no lugar dela.

Olha, há uns tempos atrás ali ainda tinha aquela relação de moradores mesmo, bem característico, seu Cornélio, fulano, seu Rubim, hoje não tem isso mais, hoje é mais o movimento comercial mesmo e até cultural, porque tem a Estação Cultural ali, a feira, então ficou mais assim, uma área de comércio mesmo.

É, na década de 1970, então ainda tinha aquilo, num era pra isso, mas era inevitável que acontecesse. E, aí o Judas tinha um nome, eu não lembro o nome qual que é, geralmente o Judas era o nome de um político, né? Um presidente, qualquer coisa dessa ordem, então alguns anos depois dessa fase que a gente teve de escola de samba e tudo, foi uma fase muito boa, sabe? E ano passado nós comemoramos 50

³⁴¹ Trechos de entrevista de V.P. concedida a esta autora no mês de maio de 2018.

anos da Americana, os netinhos da gente com camiseta, aquele troço todo, foi muito bacana...

É, pois é, os estudantes faziam protesto contra preço da comida do refeitório, aí se descia tinha problema com a Polícia. Uma vez, me parece que um sargento perdeu a mão com uma bomba, qualquer coisa desse tipo, mas felizmente não chegou a ter o conflito mesmo. Chegava na hora, aquela coisa e tal, não chegou a ter conflito mesmo de enfrentamento mesmo. Eles desciam e tal, iam até à praça e quando a coisa era mais pacífica, depende da época, da fase que tava, a coisa ocorria ali, tranquilo, mas é uma fase, não me lembro bem qual foi o ano que chegou a ter um confronto mesmo, sabe? De até, não sei se uma bomba de efeito moral, que a polícia jogou lá e tudo e me parece que um dos sargentos para evitar que ela explodisse debaixo de um carro pegou e acabou perdendo a mão. São umas coisas que não deveriam ter acontecido de forma nenhuma... Mas aquela época também houve certas coisas, não foi só político, não. Acho que um pouco, eu chamaria no nosso modo mineiro de falar, até um comportamento social desse respingo do Woodstock... É uma coisa curiosa, é muito difícil a gente definir a gente mesmo. Mas eu venho da classe média e a gente da classe média tem muito disso, você tem que tá indo e vindo, você tem que tá fazendo alguma coisa. E eu até conseguia conciliar o meu tempo bem, por exemplo, eu trabalhava, nos anos 1970 eu trabalhava na Universidade, até na Imprensa, eu participava das festas todas, vivi bem minha juventude, tocava também, era músico.³⁴² (grifos nossos)

Esses acontecimentos, entre outras festas, também são lembrados por J.R.:

Os estudantes carregavam aqueles porretes aí quebrava o pau mesmo e a Polícia começou, aí eles correram pra Igreja Matriz e as moças correram pra loja do meu pai, outras lojas vizinhas também, eles esconderam debaixo do balcão, até que meu cunhado, quando ele namorava com minha irmã, ele veio com o carro do pai dele, não sei se era final de ano, o certo é que o sargento soltou uma bomba lá, a bomba caiu debaixo do carro, ele foi pra tirar a bomba do carro, a bomba explodiu na mão dele e a mão dele ficou pregada na porta da loja do meu pai...

Faziam seresta, passava em cada casa dos amigos, meu pai e minha mãe tinham essa amizade com esse pessoal, eles não deixavam de vim aqui e quando eles passavam mais ou menos de madrugada, a gente abria a janela, mamãe abria e mamãe, gostava, ela era muito assim, gostava de atender as pessoas bem, comunicar com as pessoas, sem sair de casa ela sabia tudo que se passava. Por quê? Tinham pessoas que vinham aqui visitá-la que trazia as coisas novas que tava acontecendo e minha mãe sabia que a orquestra vinha, ela preparava quitutes pra orquestra, café, chá, essas coisas quentes, porque fazia muito frio na época. Então biscoito, mamãe fazia broa, essa coisa toda, que na hora que eles chegavam ali minha mãe e meu pai mandavam subir e sentava todo mundo aqui nessa sala. Era muito legal, isso aí é uma coisa que me marcou também...³⁴³

Outra pessoa entrevistada que buscou o enfoque dos eventos e festividades nos locais analisados foi o locutor de rádio N.G. Além de conceder a entrevista, ele narrou uma série de eventos nos quais ele foi locutor na Praça Hervé Cordovil, com base nas fotografias observadas. Seguem-se as memórias e vivências de N.G.:

Também a Balaustrada, que foi construída na década de 1920, bem atrás, e nela se fizesse uma camada de bloquete bem feitinha não teria problema nenhum, mas eu vou te falar, eu tenho aqui por exemplo algumas residências. Essa aqui é uma foto que tem a casa de dona Cora, por que que essa casa é famosa? Ela é famosa não só porque morou dona Cora e Dr. Sebastião, mas porque também ela foi construída por

³⁴² Trechos de entrevista de A.F concedida a esta autora no mês de maio de 2018.

³⁴³ Trechos de entrevista de J.R a esta autora no mês de maio de 2018.

um ex-prefeito de Viçosa, o prefeito chamava Emílio Jardim de Resende, que tem hoje o nome da praça lá, aquela pracinha do mercado.

Então a praça que tá lá tem esse nome e o Emílio Jardim de Resende que é essa casa aqui da dona Cora, é a mesma casa, sendo que essa aqui foi da década de 1920 quando Emílio Jardim foi prefeito, foi construção dele... Tinha uma casa aqui que era do Dr. Juarez Souza Carmo, foi deputado famoso na cidade, a mulher dele chamava dona Violeta e ele chamava Dr. Juarez Souza Carmo e ele era um deputado muito representativo pra época, aí na década de 1960, 1950... era bernardista também, do PR, e aqui tem essa casa também que continua que ele morou, a Terezinha Mucci, do Solar dos Mucci, que é colado ali, hoje no fundo tem ali o prédio... Então, essa história, isso que você me pergunta, por exemplo, nós estamos vendo aqui o Hotel Rubim...

o Hotel Rubim é um prédio enorme com muita história que, às vezes, você não ouviu falar e se acabasse com ele de uma vez só com tudo que existiu em termo de Hotel Rubim, o que ficaria de Hotel Rubim? Eu me lembro do Hotel Rubim, eu era muito criança, quem dirigia, quem era o gerente do Hotel Rubim era o seu Custódio Rubim, Custódio Rubim não, Custódio Idelfonso, porque aquilo ali era de seu Antônio Rubim, pai da Bárbara Rubim, tá? Mas o prédio ali... Era Grande Hotel, e era gerido pelo seu Custódio, que depois teve um filho que formou como juiz com bacharel e foi subindo de carreira, chamado Sidney Idelfonso, falecido há pouco tempo agora...

Nessa época sim, porque não tínhamos outro, nós tínhamos pensões. Pensão Santo Antônio, que eu devo parte dela aqui, Pensão Santo Antônio, Pensão Alasca, eram pensões mais simples. E o Hotel Rubim, a própria construção dele você vê que é um prédio que chama atenção, ele tem esses afrescos na frente aqui que era também um chamariz para as pessoas e também muito perto da Estação Ferroviária e da Estação Rodoviária... A Estação Rodoviária era aqui, essa praça chamava Praça da Bandeira, não era Praça Mário Del Giudice como é agora, ela era muito assim... acanhada, pequena, então os ônibus paravam desse lado, nós tínhamos ônibus de Belo Horizonte, ônibus do Rio de Janeiro onde se gastava seis, oito horas pra ir, né? Estrada de chão, você pegava estrada de chão desse asfalto de Viçosa a Ponte Nova por exemplo.

A gente ficava o dia todo, a gente estudava, não deixava de estudar, a gente estudava, mas na folga da gente, a gente ia lá pegar mala ou então a gente ia vender doce, bolo, sonho, tudo na rodoviária e quando chegava o trem. Tinham três trens, o misto que vinha misturado mercadoria e passageiro e era gente mais pobre, tinha o noturno e quem vinha de noturno já era mais sofisticado e tinha o trem de carga que era só carga. E essa aí era nossa vida, a meninada toda da época não tinha problema de droga, não tinha problema de nada, nosso problema era ganhar um dinheirinho de qualquer forma, porque nós pagávamos nossos estudo, a gente gastava, eu era filho mais velho e tive que aprender tudo, eu tive que aprender a lavar minha roupa, eu tive que aprender a cozinhar e a medida que os outros irmãos iam crescendo também iam assumindo, e foi assim, nós compramos nosso primeiro fogão a gás, era fogão de lenha, nossa primeira geladeira. Depois fomos crescendo cada um, mas era assim... a estação ferroviária era uma casinha pequena, né? E os carros que vinham também não tinham aquele trânsito como tem hoje, Belo Horizonte era Viação Goular e a microrregião ali, tinha um ônibus aqui que fazia linha. A microrregião, tem até parte de Teixeiras, mas atendia Estevão Araújo, atendia uma porção de lugar....

Banco de Crédito Real de Minas Gerais foi, quando a Caixa tava reformando também foi aqui, mas isso aqui foi Prisão, isso aqui foi morada de um médico famoso, o Dr. Altamiro Saraiva, o consultório dele era aqui.

Na década de 1970 que passou a cair o prostíbulo, mas era muito bem arrumadinho.

- **Eu:** Mas o prostíbulo funcionava só na parte de cima, não é? Na parte de baixo...

- **N.G.:** Na parte de baixo a princípio tinha um barzinho e tinha aquelas máquinas, você conhece aquela Jukebox, aquela máquina?

- **N.G.:** Eles tinham a Jukebox, eu não esqueço de uma música até hoje que eu passei e vi uma mulher dançando, a música chama Ainda Queima a Esperança, a música tava tocando e eu achei bonito ela balançando naquele ritmo e tal, tal e eu fui lá

perguntar o nome dela “como você chama?” “Cida”. “Oh Cida, essa música é da Diana e tal, mulher do Odair José e a gente gosta dessa música aqui”, aí eu comecei a pegar essas músicas também, Odair José, Diana e Arthur Galener e comecei a fazer e hoje eu tenho um arquivo musical que eu vivo tudo isso. Então, seguindo aqui, Aline... Esses eventos aqui eu vou te mostrar também. Eu vou pegar pra você o que é desfile primeiro.

Agora essa aqui é de 30 de Setembro e 7 de Setembro, então dá pra você diferenciar, porque o 30 de Setembro tinha mais participação... E era ecumênico, sabe? A Igreja Católica desfilava, assim como as Evangélicas também desfilavam, tá? Aí vêm essas meninas que eram do Núcleo de Arte e Dança, que era gratuito, fornecido pela Prefeitura, o balé... E elas tinham... a maior alegria delas era falar o nome delas. Elas são do PMTI: chama Programa Municipal da Terceira Idade, já ouviu falar... A maior alegria delas é você falar o nome delas. Igual no rádio quando eu mando um alô pra uma ouvinte minha, que todo aniversário de cada uma delas eu faço uma mensagem pra elas. Essa aqui também é uma. Então tá aqui, essas aqui são desfiles de 30 de setembro. Aqui você pode ver Universidade Federal de Viçosa, uma parceria que deu certo, aqui tem estudantes da Universidade.

Fanfarra terminando o desfile, mas eles punham também capoeira... Manifestações culturais. Não só capoeira, mas punham também congado e essa banda aqui era banda nossa, que foi criada uma fanfarra nossa, da Prefeitura...

Aqui nessa janela era o consultório dentário de uma pessoa, o Valter Maciel, que era filho da dona Nhanhá Maciel, e eu tenho foto dele que ele gostava de futebol, ele comentava futebol pra nós. E tinha muita gente... Minas Gerais e até no Miss Brasil. O Miss Viçosa não vingou muito, não, esse é o Colégio Estadual que fazia. O Barão tá aqui, esse é o major da Polícia Militar, do Exército, e esse daqui da Junta Militar. Descubra-me quem mandou essa pra gente.

Aqui já é Carnaval... Esse Carnaval é o bloco Vem Quem Quer, esse homem tinha noventa e dois anos, ele faleceu pouco tempo, sou eu aqui de boné entrevistando Salvador Pena e esse aqui é o Jeremias, que é jornalista da Prefeitura e ele que comandava... e eu tô aqui de camisa preta, a pasta debaixo aqui, entrevistando Dudu. Dudu era músico, Dudu era tudo que você imaginava... ele criava máquinas, os filhos dele moram no Nova Era, se quiser conversar com eles e vê as coisas que ele fazia tá lá. E ele era uma pessoa assim, tocava bandolim, cavaquinho e violão muito bem, compunha...

Essa aqui eles me pegaram eu falando, fazendo um trecho emocional, eu tava falando emocional, porque eu sou muito emotivo, não parece, mas eu sou muito emotivo... eu comecei a falar e eu tenho uma coisa que as palavras vão saindo, vão fluindo... se eu começar a falar pra você, um tema que você queira, as palavras vão fluindo e eu não penso, eu falo, eu vou falando e não penso. Então, esse dia eu tava fazendo uma coisa de cerimonial deles lá... “Eu só levo uma saudade, é dessas sombras, eu sentia velar nas noites”... Aqui a mesma coisa “Eu só levo uma saudade dos tempos que aerosas ilusões envelheciam”... O Carnaval foi um evento. Eu vi uma menina, não vou falar o nome dela, não, na época que usava alisar cabelo com ferro quente, você já ouviu falar isso?

Pegava e punha o álcool e punha no pente quente, só que ela puxou errado e o álcool veio junto e pegou nela toda assim e queimou... ela tá aqui na cidade... ela queimou toda assim, eu escrevi até uma história dela e a história dela, ela vive me pedindo a história. E tava todo mundo alegre pra sair, nós tínhamos em Viçosa no princípio a Escola de Samba Unidos dos Passos, nós tínhamos a UFVevianos da Universidade e tínhamos algumas outras pequenas, mas na realidade eram duas a princípio, depois tinha até doze e depois acabou tudo. Veio a do Pintinho, veio a Sumáuma, porque a sumáuma é uma madeira, uma árvore que tem ali em cima que eles ensaiavam debaixo da árvore, a árvore sumáuma. Então, a Escola Unidos dos Passos era uma escola bem organizada, a escola acho que é de 1948 e o que destacava muito nelas era a porta-bandeira, porque a porta-bandeira carrega o maior símbolo da escola e aquele cara que faz as revoluções ali, aquele mestre-sala que fica fazendo aquelas revoluções, ele tá protegendo o símbolo da bandeira e ao mesmo tempo a porta-bandeira...

Mas em 1964 teve um problema sério, que eles saíram, a polícia foi atrás, eles

pararam em cima da escadaria da igreja e cantaram o Hino Nacional, aí cantando o Hino Nacional a Polícia não ataca, mas quantas bombas e gás lacrimogêneo que eles jogavam? Eu mesmo tive que esconder debaixo de uma alfaiataria e a bomba explodiu debaixo de mim assim, quase mata a gente. Você nunca sentiu o cheiro de gás lacrimogêneo, não?... Na Praça Silviano Brandão. Teve uma que o cara jogou uma granada, o policial jogou uma granada e caiu debaixo de um carro e o sargento vendo que ela ia explodir correu e pegou, ela explodiu na mão dele.³⁴⁴

As significações atribuídas por A.F, J.R. e N.G. à paisagem dialogam, pois levam em conta atributos imateriais do passado, como as festas, os acontecimentos, entre outras manifestações humanas no centro da cidade. “Assim, ao fazerem esse exercício de memória de se incluírem como participantes daquilo que tem significância para esses diferentes sujeitos, a paisagem deixa de ser o pano de fundo das atividades e acontecimentos e integra-se à existência humana.”³⁴⁵

Ainda na temática da música, mas numa perspectiva bastante diversa das pessoas entrevistadas citadas até então, Q.L. trouxe questões importantes para serem analisadas, sobretudo, quanto à questão da voz da periferia. Q.L. desenvolve trabalhos sociais, juntamente com uma das suas empresas, e concedeu a entrevista em troca de três livros a serem doados para a escola da comunidade de Nova Viçosa. Seguem suas considerações sobre paisagem, patrimônio, música e, principalmente, cidadania.

Na realidade, todos os shows que a gente fez na Estação, a gente foi contratado pra fazer. Algum evento específico acontecendo ou solidário, que o Geraldão fez uma vez e contratou a gente para fazer o show, a própria Nicolopes que terminava lá, banda que vinha de fora, eles contratavam o NVRap para abrir o show da banda que vinha ou a gente era atração principal, que já aconteceu. Ou o próprio Bulldog, que é da Secretaria de Cultura, que fazia um evento lá e contratava a gente pra tocar lá, teve uma vez que ele fez um evento só de hip-hop, foi o dia inteiro só de hip-hop, tudo que é cultura urbana, skate, capoeira, tava lá no mesmo evento... Tá bem organizado, poderia tá mais, eles ainda têm seus problemas, mas eu acho que o problema deles é mais falta de estrutura, aquela coisa, você não tem uma pista de skate na cidade, se tivesse uma pista boa de skate na cidade, você não vai conseguir fazer campeonato de skate bom, mas eles se viram bem, eles são bem mais organizados que o hip-hop...³⁴⁶

Mas é isso, é, o NV Rap surgiu no ano 2000, como toda banda surge, e surgiu como brincadeira. Aquela falta de opção de lazer, que não tinha nada para fazer no sábado à noite, então a gente se reunia na APOV. APOV é uma associação que tem, não sei se vocês conhecem, a gente se reunia lá, porque eles liberavam a chave pra que a gente se reunisse e escutasse música lá dentro. Nem começou com o rap, começou com o funk mesmo, até que a galera começou a trazer os discos de rap, aí Racionais começou naquela época, e a gente começou a ouvir isso e a gostar disso e começamos a escrever aquilo, porque chegou uma época que a gente queria e tinha necessidade de falar o que a gente vivia lá dentro do bairro, ao invés de ficar ouvindo as coisa que vinham de São Paulo, onde era o foco do rap, a gente queria

³⁴⁴ Trechos da entrevista de N.G., concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

³⁴⁵ CABRAL, Luiz Otavio. *A paisagem enquanto fenômeno vivido*. Geosul, Florianópolis, v.t5, 0.30, p. 34-45, jul./dez. 2000, p. 42.

³⁴⁶ Trechos de entrevista de Q.L., concedida a esta autora no mês de maio de 2018.

contar as coisas nossas, então a gente pegava os instrumentais deles e botava letra nossa. E surgiu o NV Rap, uma brincadeira...

O Geraldão virou vereador e virou secretário de Cultura e ele chamou a gente para conversar, sentou com a gente na mesa e falou: “A gente tem esse espaço da Estação Cultural, onde vocês podem fazer o evento semanal”... Abriu espaço pra gente, liberou som de qualidade. Tinha o mesário, que era o Tônico, que ficava lá o evento inteiro, gostava demais daquilo lá, ele falava que o que ele fazia que ele mais gostava era o nosso. Entendeu?

Batalha de MC, toda semana era artista diferente, cara, a gente tinha um Pocket Show diferente e batalha de MC's de graça, pra noventa pessoas lá dentro e enchia, toda quarta-feira a gente enchia a Estação, o auditório da Estação. Só que começou a causar problema com a vizinhança, eles falam que é vizinhança, mas acho que é questão política mesmo, acho que alguém que não gostava do Geraldão e que de repente... Enfim, aí começou a associar isso a drogas e tal e chegou uma denúncia através do Folha da Mata pra gente da Cabulosa, porque a gente que organizava, que tinham fotos de gente cheirando e fumando maconha na Estação, isso não acontecia, a gente tava lá e sabia que não acontecia, só que o cara falou que tinha fotos. Eu falei: “Pô, eu estou aqui dentro, não tenho controle do que tá lá fora, então vamos pará.”

Após analisar a entrevista concedida por Q.L., importante ressaltar a concepção de Vaz e Silveira, segundo a qual as características básicas que devem estar presentes nas intervenções de revitalização de centros urbanos vão além da valorização de marcos simbólicos, “mas é justamente a Humanização dos espaços coletivos produzidos o Incremento dos usos de lazer”³⁴⁷.

Tomando, no entanto, por base as narrativas sobre as vivências de Q.L. e da sua banda, tipicamente de periferia, atuando no centro estudado, concordamos com Arantes, Maricato e Vainer quando afirmam que, “à medida que a cultura passa a ser o principal negócio das cidades, fica mais evidente para os envolvidos que a cultura passa a ser o principal negócio das cidades.”³⁴⁸

Assim, é possível perceber esses processos de revitalização urbana como uma produção cultural das cidades, que são criados, muitas vezes, visando ao lucro, retorno financeiro, “pois o mercado imobiliário junto com o poder público passa a aplicar, na região desejada, técnicas de planejamento estratégico e de mercado associando-o também ao marketing urbano”³⁴⁹.

Ressalte-se, portanto, que, após os eventos realizados por sua empresa na área de hip-hop e culturas urbanas terem sido proibidos pela Prefeitura Municipal, Q.L. passou a negar a associação da sua banda aos interesses políticos de Viçosa, já que se recusa a ser representado por esses interesses. Assim, seu olhar perpassa pela paisagem do centro urbano da cidade, mas reflete uma preocupação cidadã com a representação da periferia.

³⁴⁷ VAZ, Lilian Fessler; SILVEIRA, Carmen Beatriz. Áreas centrais, projetos urbanísticos e vazios urbanos. *Revista Território*. Rio de Janeiro, ano IV, nº 7. p. 51-66. jul./dez. 1999, p. 57.

³⁴⁸ ARANTES, Otília. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 47.

³⁴⁹ ARANTES, Otília Beatriz Fiori; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos B. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 66.

Nota-se que todas as pessoas escolhidas e a condução das entrevistas tiveram um objetivo inicial, ou seja, perceber alguns pontos de convergências e divergências entre as respostas obtidas, extrair algumas peculiaridades nas falas de alguns deles e perceber algumas das respostas que seriam imprevisíveis ou improváveis, para um estudo fundamentado em um único método de análise ou em ideias pré-concebidas.

Das entrevistas de José Mário Rangel, é possível perceber uma preocupação em narrar os acontecimentos de uma perspectiva política, exaltando os nomes de atores políticos e das famílias importantes de Viçosa.

Embora não tenha cursado história, é inegável, no entanto, seu amor por história/memória e seu amplo conhecimento e interesse pelo passado político de Viçosa. Já sua opinião com relação à preservação mostra-se um pouco controversa, já que, por um lado, está à frente das políticas de patrimônio com a finalidade de salvaguarda e tombamento, e, por outro, é favorável à demolição de uma das casas na qual mora uma pessoa necessitada de dinheiro, tendo sido feito um pedido ao Ministério Público.

É favorável também ao asfaltamento da Avenida Bueno Brandão, mesmo tendo posicionamento contrário ao dos arquitetos que defendem a manutenção da rua como está, a fim de não descaracterizar a balaustrada.

V.P., embora não seja moradora da região estudada, demonstra nas suas falas que se identifica com esse centro urbano, pelo fato de ser o “Coração da Cidade”, repetindo essa expressão por duas vezes, ou seja, um local onde encontra várias pessoas, passou por lá a vida inteira, compra coisas, visualiza uma diversidade grande de pessoas e participa de eventos religiosos que percorrem aquelas ruas. Demonstra, no entanto, uma preferência pelo moderno, embora reconheça a importância sentimental das casas antigas para seus donos.

Por sua vez, J.P. possui apego pela casa onde mora e sempre morou, reconhece a importância de proteção dos imóveis antigos e enumera uma série de preocupações com problemas urbanos que enfeiam a cidade. Relaciona paisagem à ideia de cidade higienizada, embelezada. Ressalta a memória de um evento que presenciou no período da ditadura, no qual um policial perdeu a mão ao tentar pegar uma bomba. Tal lembrança também aparece na entrevista de A.F. Ressalta ainda, com saudosismo, aspectos positivos do passado, como as serestas que ocorriam naquelas ruas e os seresteiros que frequentavam a sua casa.

L.M. traz lembranças familiares que também demonstram apego ao local em que ela mora, o Edifício Cora Bolívar. Considera a Praça Hervé Cordovil um local bonito, no qual o moderno e o antigo podem conviver. Visualiza o balaústre como uma linha que corta o baixo, onde se encontram os bancos, e o alto, onde se localizam as casas. Associa a ideia de paisagem à beleza, afirma, ainda, que o progresso engoliu um pouco a paisagem e diz categoricamente que as barraquinhas e lojinhas perto da Estação Rodoviária são construções indevidas, que enfeiam o centro da cidade. Sobre a saída do Conselho de Patrimônio, justificou a dificuldade que tem em conciliar a defesa dos imóveis da cidade e magoar amigos antigos que desejam demolir suas casas.

A.F. também atribuiu valor aos prédios antigos e mostrou alguma preocupação com a descaracterização. Falou de memórias sobre as transformações dos prédios da Avenida Bueno Brandão, ressaltou a ineficiência da Prefeitura para cuidar bem dos imóveis e, com relação às vivências, relatou o mesmo fato narrado por Jorge Ramos (o policial que perdeu a mão ao tentar tirar uma bomba).

Relembra, também, que era músico e tocava no bloco de carnaval do qual participava, o Americana, e da queima do Judas que faziam na Semana Santa. Compara esse período com uma Woodstock mineira, mas ressalta que sempre foi muito trabalhador na área de artes, onde atua até os dias atuais, embora tenha participado de todas as festas.

N.G. relatou várias das suas atividades como locutor, trazendo recordações e lembranças com um tom bastante sentimental. Demonstra conhecimentos musicais sobre a obra de Hervé Cordovil e se atenta a algumas das mudanças ocorridas na paisagem urbana do centro estudado. Ressalta que votou pelo não asfaltamento da Avenida Bueno Brandão para não prejudicar o balaústre, que é um bem tombado. Relembra a época em que viajava de ônibus e ressalta que desde muito novo já trabalhava como carregador de malas das pessoas que desciam do trem e como vendedor de doces.

Interessante a lembrança que ele tem sobre o atual Edifício Alcântara, quando achou bonito uma mulher dançando ao som de uma música. E, após uma longa análise das fotografias trazidas por ele e explicações sobre os eventos cívicos e carnavais dos quais foi locutor, traz à memória o ocorrido com um sargento que perdeu a mão tentando pegar uma bomba.

As questões levantadas por Q.L. são interessantes, pois fala um pouco sobre a experiência do seu grupo de rap tocando na Estação quando eram contratados pela Prefeitura para eventos de cultura urbana com o apoio do vereador Geraldão. Os eventos aconteciam

semanalmente, até que houve uma denúncia de uso de drogas pelo público e o grupo preferiu parar.

Afirma que estes eventos atraíam estudantes que já tinham o instinto de guerrilha dentro deles, como alguns da Geografia. Ao ser indagado sobre o nome da Praça Hervé Cordovil, demonstrou que sabe, aprecia e percebe a importância do artista de Viçosa. Valoriza o patrimônio histórico, mas critica a sua gestão e se atenta para a presença de um movimento sem-teto forte que poderia estar ocupando e dando função social a esses espaços.

L.F., professor de geografia e ex-atuante na gestão cultural de Viçosa, abordou questões significativas e especificamente sobre o local em que ele mora, a Praça Emílio Jardim e o Edifício Nanhá Maciel. Afirma que se sente bem em morar no edifício e que tem uma relação de identidade com o local, mesmo se dando conta de que o tombamento foi feito de forma errada. Atenta-se para a má conservação da fachada tombada com a queda de pastilhas do prédio e os carros e caminhões que passam e deixam o local mais frágil.

Critica também as políticas urbanas da cidade, considerando as pichações um grito urbano que só complementa o estado da cidade que já é caótico. Atenta-se para o fato de o local ser chamado praça, mas ter característica de praça e analisa que não consegue denominar a paisagem como histórica ou contemporânea. Ressalta, também, que se sente parte da paisagem, pois suas memórias estão ali, sendo uma pessoa bastante saudosista.

Por fim, importante ressaltar alguns diálogos mais breves com trabalhadores e passantes da Praça Hervé Cordovil escolhidos aleatoriamente, algumas, inclusive, já citadas em algum momento:

Eles falam em plano diretor aí, mas não sei nunca, Viçosa é difícil, as coisas funcionarem ... paisagem urbana é o centro da cidade, é feia, mas é ... acho tudo feio... a Casa de Arthur Bernardes e a Estação representam a história de Viçosa... tenho memória da cidade mais calma, limpa, segura, a gente podia deixar até a casa aberta...³⁵⁰

Não sei o que é, mas sei que a Estação é dos mais antigos que tem aí... Gosto da Estação, acho feia aquela casinha ali, um depósito entre o ponto de táxi e o balaústre... se reformar essas casas, fica bonito... tenho muitos colegas aqui, o pessoal das barraquinhas ali são tudo meus amigos, gosto desse lugar em que estou aqui...” (entrada para o calçadinho)³⁵¹

Eu gosto dessa região aqui (ponto de ônibus) porque o pessoal chega, senta, conversa. Eu ficava muito naquela outra região lá, na pracinha do Rosário, lá, né, só que lá tava muito fraco, aí eu vim parar aqui...³⁵²

³⁵⁰ Trecho da entrevista de J.M – Taxista na Praça Hervé Cordovil desde 1986, morador do bairro de Fátima no mês de maio de 2018.

³⁵¹ Trecho da entrevista de O., ambulante há 15 anos, morador do centro da cidade, no mês de maio de 2018.

³⁵² Trecho da entrevista de M.F., vendedora de picolé, no mês de maio de 2018.

Tombamento é a conservação do patrimônio... o que representa a história de Viçosa é a estátua de Bernardes na Praça, a Estação não representa não, não tem valor nenhum... fiquei sabendo que a Prefeitura queria reformar a Estação e um arquiteto não deixou porque as telhas eram importadas da França, tem que demolir... a Prefeitura queria colocar asfalto na Avenida Bueno Brandão, a rampa para pedestres ia voltar a ser rampa para carros e não deixaram, tem gente que gosta de confusão... o prédio mais feio é esse aqui, nº 16, o mais bonito é o Edifício Dona Cora... acho indiferente, não tenho interesse, não sou a favor de conservar nada, me sinto parte da cidade, mas não da paisagem daqui, sou cidadão viçosense de coração... não gosto de coisas velhas, única coisa antiga que eu valorizo são as amizades... não acho aqui agradável não, só a UFV, antigamente eu gostava do Lanches Lu, Braseiro, os botecos, a Cabana Roda... acho os bancos importantes, aqui já foi um banco, me identifico com esse lugar porque é da minha família há 54 anos...³⁵³

As pessoas escolhidas para pequenos diálogos foram passantes e comerciantes locais com os quais nos encontramos ao acaso pelas ruas do centro estudado. A escolha se deu pelo fato de terem aceitado responder às perguntas, entre tantos outros passantes que, em virtude da pressa, entre outras questões, preferiram não participar. Assim, a conversa se deu de modo rápido, e as perguntas foram referentes às preferências estéticas, a importância que dão aos prédios antigos e aos novos e como eles se utilizam daquela região.

Dos pequenos diálogos estabelecidos com trabalhadores do centro de Viçosa, obtivemos vários tipos de visões. Nota-se que o taxista atribui a característica de feia à paisagem do centro, acredita que antigamente era melhor, mais tranquilo, ressalta a Casa de Arthur Bernardes e a Estação como patrimônios de Viçosa, o ambulante e a vendedora de picolé se identificam com o local, pois possuem amigos, conversam e admitem ser um ponto bom para vender.

O comerciante J.L., por sua vez, afirma que não acha nada bonito, critica as ações de tombamento, não gosta de coisas velhas, apenas das amizades, acha o Edifício Cora bonito e o prédio no qual trabalha, feio, mas mostra que se identifica com o local por ter pertencido à sua família há 54 anos.

Todos estes pontos de vista devem ser levados em conta quando se estuda uma paisagem urbana, tendo em vista que o olhar de quem a vivencia também a constrói de forma multifacetada. Necessário ressaltar a concepção de Eric Dardel, pela qual destaca a possibilidade de percebermos a paisagem com os mesmos olhos e preconceitos:

Algo mais que uma justaposição de detalhes pitorescos, a paisagem é um conjunto, uma convergência, um momento vivido. Há uma ligação interna, uma 'impressão', unindo todos os elementos. A princípio, essa ligação interna que une os elementos da paisagem é a presença do homem e seu envolvimento nela. Assim, cada paisagem tem seu próprio conjunto e contém significados específicos para nós. Não obstante, qualquer paisagem é diferente e ao mesmo tempo possui similaridades com outras,

³⁵³ Trecho da entrevista de J.L., comerciante, 64 anos, morador do bairro Santana, no mês de maio de 2018.

pois, além dos atributos e formas comuns, nós a vemos através dos mesmos olhos e preconceitos.³⁵⁴

Buscamos, no entanto, tratar o problema central da paisagem urbana da Avenida Bueno Brandão e das Praças Hervé Cordovil e Emílio Jardim dentro de uma cidade em movimento, pois esta cidade se torna dinâmica na medida em que está continuamente sendo composta e recomposta não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde dentro de nossas cabeças, pois, conforme ensina Meining³⁵⁵, não nos preocupamos apenas com os elementos, mas, sobretudo, com as ideias organizadoras que utilizamos para dar sentido àquilo que vemos.

Acreditamos, assim, no exame de diversos olhares, fazendo com que se iluminem reciprocamente o morfológico, que é iluminado pelo político, este pelo antropológico e é exatamente isso que torna a paisagem um campo de visibilidade e de significações, pois, conforme explicita Augustin Berque, se tais laços não existissem, não haveria nem sociedade e nem paisagem³⁵⁶.

³⁵⁴ DARDEL, Eric. *L'Homme et la terre: nature de la réalité géographique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1952 133, p. 41.

³⁵⁵ MEINIG apud HOLZER, 1992, p. 208. HOLZER, Werther. *A Geografia Humanista: sua trajetória de 1950 a 1990*. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 550.

³⁵⁶ BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Editora da VERI, 1998, p. 8491.

PARTE II

CAPÍTULO 4: CIDADE EM MOVIMENTOS: OLHARES SOBRE A PAISAGEM URBANA DE VIÇOSA/MG

A escolha do produto a ser desenvolvido no decorrer da escrita deste trabalho foi, certamente, uma das etapas mais difíceis da dissertação. Isso porque pretendia-se elaborar um projeto que fosse plenamente aplicável, sendo suas consequências passíveis de serem analisadas ao longo da finalização das pesquisas.

Inicialmente, a proposta foi da utilização do historypin³⁵⁷ para reconstrução das paisagens a partir deste aplicativo. Anita Lucchesi, no artigo Quando o passado e o presente se encontram pela rua, explica a relevância da utilização do site do historypin. Segundo ela:

A solução do grupo, que se autodescreve a favor da mudança comportamental das pessoas, foi reaproximar as gerações estimulando-as a contarem juntas as suas histórias para o mundo através do uso das tecnologias de geolocalização do Google (Google Maps e Google StreetView) e o estímulo à publicação de fotos históricas, alfinetando o grande mapa virtual do Historypin com suas experiências de vida.

A aposta do aplicativo é na força das memórias coletivas como amálgama desta reunião entre as diferentes gerações. Uma vez no site, somos convidados a explorar nele a história mundial e adicionar também uma porção da nossa própria história. O projeto se apresenta divulgando a possibilidade de, juntos, criarmos a história digital do mundo (!). Projeto pouco ambicioso, digamos. E nada totalizante. Bem ao gosto do seu parceiro e patrocinador Google³⁵⁸.

Embora o aplicativo seja extremamente atrativo para um estudo aprofundado e lúdico da paisagem, logo, no entanto, foi constatada a inviabilidade do método em virtude da sua pouca popularidade e possível limitação de participantes.

Assim, não deixando de lado o interesse pelo meio virtual e pelas redes sociais como intermediadores de conhecimento, optou-se por um modelo mais simples de interatividade: a criação de um Blog intitulado “Cidade em Movimento: olhares sobre a paisagem urbana de Viçosa”, localizado no sítio <https://cidadeemmovimento.Blogspot.com/> (pertencente ao provedor do Google).

Nesse Blog, foram adicionados fotografias, depoimentos e alguns conceitos sobre patrimônio e paisagem e a publicação de cada post do Blog no grupo “Museu Virtual de

³⁵⁷ Disponível em: <https://www.historypin.org/en/>. Acesso em agosto de 2017.

³⁵⁸ Disponível em: <http://www.infonet.com.br/noticias/educacao/ler.asp?id=138124>. Acesso em: setembro de 2017

Viçosa” no Facebook. Segundo Castells, “o conceito de rede é re-significado na sociedade permeada pela tecnologia”³⁵⁹.

Necessário se faz, portanto, especificar como foi todo o processo de criação do Blog “Cidade em Movimento”, para posteriormente complementar com as análises sobre a interatividade e dinâmica no grupo “Museu Virtual de Viçosa”. Ressalte-se que autores como Luiz Henrique Assis Garcia e Julianne Paranhos Viana preferem a utilização da expressão “web museu”, pois, segundo eles, “na medida em que é mais preciso para designar um museu sem prédio, originado como sítio na internet que disponibiliza coleções, informações e conhecimento em interface digital aberta a um diálogo interativo com visitantes”³⁶⁰.

Utilizamos, no entanto, a expressão original atribuída originalmente ao grupo do Facebook, mesmo reconhecendo a existência de uma maior complexidade no sentido teórico e científico das expressões.

4.1 A paisagem virtual no cenário da modernidade líquida: criação e desenvolvimento do Blog Cidade em Movimento

A paisagem construída e percebida no âmbito virtual é de grande importância, tendo em vista que a tecnologia e a internet já são realidades que fazem parte da vida e do cotidiano da maior parte das pessoas.

O desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação gera mudanças em nossas atividades cotidianas, em nossa relação com o trabalho, a arte, o conhecimento e o entretenimento. Trata-se do que Zigmunt Bauman chama de espaço de fluxos, ou seja, “espaços fluidos que permitem a interconectividade de lugares em uma rede fluida de intercâmbios”³⁶¹,

A primeira postagem foi uma explicação sobre o objetivo do Blog e um pedido para que as pessoas contribuíssem com suas memórias pessoais, fotografias e opiniões. Como pode se perceber, já constam também nessa definição os objetivos principais deste trabalho de mestrado, já que menciona a importância do exercício de cidadania, ainda que em meio informal:

³⁵⁹ CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

³⁶⁰ GARCIA, Luiz H. A e VIANA, Julianne Paranhos. O Museu Clube da Esquina e os lugares da cidade: breve reflexão sobre ações museológicas no espaço urbano. *Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio | MAST* – vol. 9, nº 1, 2016, p. 136.

³⁶¹ BAUMAN, Zigmunt (2001). *Modernidade Líquida*, Rio de Janeiro, Zahar, p. 137.

“Este Blog é um produto da dissertação de mestrado da aluna Aline Soares Martins, discente do Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio, Paisagens e Cidadania, da Universidade Federal de Viçosa.

Seu objetivo principal é ampliar conhecimentos sobre as noções de Patrimônio Histórico e Paisagem Urbana, sendo o centro de Viçosa, que corresponde aos locais Avenida Bueno Brandão e Praças Hervé Cordovil e Emílio Jardim, o seu objeto de estudo. Tendo em vista que o universo virtual faz parte do cotidiano das pessoas, a criação desse Blog visa à interatividade e à participação dos seus leitores por meio de fotografias, vídeos e depoimentos sobre pontos das ruas mencionadas que trazem recordações, lembranças, sejam boas ou ruins ou mesmo apreciação estética sobre os imóveis tombados como patrimônios do município, opiniões sobre os contrastes visuais entre esses imóveis tombados em meio a um crescente número de prédios modernos, a importância funcional e/ou profissional daqueles locais, entre outras relações sentimentais que produzem significados naquela paisagem. A participação do maior número possível de pessoas é fundamental para que se possa conhecer os diversos olhares sobre o centro de Viçosa, pois consiste num modo leve e informal de compartilhar percepções e aspirações que poderão ser levadas em consideração nas políticas urbanas futuras, ampliando, assim, o exercício de cidadania.”³⁶²

Esta publicação inicial contou com 37 visualizações. Após essa explicação, seguiram-se as seguintes postagens: Avenida Bueno Brandão, Praça Hervé Cordovil e Praça Emílio Jardim: Entre o antigo e o novo³⁶³. Nesta postagem, foram anexadas fotografias tiradas por esta autora demonstrando o seu olhar sobre a paisagem estudada, os contrastes visuais percebidos durante as diversas idas aos locais estudados, buscando dar ênfase aos prédios antigos em meio à modernidade dos prédios novos e, sobretudo, das pessoas e vivências atuais. Algumas dessas fotografias foram utilizadas no primeiro capítulo, e o número de visualizações dessa postagem foi de 13.

A terceira postagem no Blog intitulou-se Paisagem e Diversidade: Uma dança improvisada³⁶⁴. Nesta parte, foram anexadas fotografias atuais, também tiradas por esta autora com o objetivo de mostrar um pouco das diversidades que percorrem a Avenida Bueno Brandão e as Praças Hervé Cordovil e Emílio Jardim. Nota-se dessas fotos o interesse em demonstrar não apenas prédios, mas principalmente as vivências pessoais, constando nessas fotos pessoas trabalhando, filas de banco, ambulantes, crianças, cachorros, eventos, exposições, feiras, além de lixo, cartazes afixados, pichações, entre tantos detalhes de vivências presentes em uma região central de um município. Essa publicação teve um total de 16 visualizações.

Na quarta postagem que fizemos, percebemos a necessidade de apresentar algumas fundamentações teóricas³⁶⁵, ainda que com um vocabulário que as pessoas comuns não compreendam, mas que servem para que possíveis interessados nos estudos sobre cidade,

³⁶² Disponível em: <https://cidadeemmovimento.blogspot.com/>. Acesso em: abril/julho de 2018.

³⁶³ Disponível em: <https://cidadeemmovimento.blogspot.com/2018/05/avenida-bueno-brandao-praca-herve.html>

³⁶⁴ Disponível em: <https://cidadeemmovimento.blogspot.com/2018/05/paisagem-e-diversidade-uma-danca.html>

³⁶⁵ Disponível em: <https://cidadeemmovimento.blogspot.com/2018/05/jane-jacobs-2009.html>

patrimônio e paisagem possam se inspirar em trabalhos futuros. Foram postadas citações de alguns dos autores também utilizados ao longo desse trabalho, como: Manuel Castells, Jane Jacobs, Jean Marc Besse, Ítalo Calvino, Ana Luíza Carvalho e Kevin Lynch. Esta publicação teve um total de 14 visualizações.

Já a quinta postagem apresentou opiniões e posicionamentos de alguns críticos da área de planejamento urbano e das políticas de patrimônio realizadas nesses espaços com o título As representações do patrimônio e seus críticos³⁶⁶. A postagem contou com 15 visualizações.

Com a finalidade de apresentar a diversidade de olhares sobre a cidade por parte da população local, fizemos a sexta postagem, intitulada Imaginabilidade e memória falada: paisagens, signos e significados³⁶⁷, demonstrando algumas relações que essas pessoas construíram com o centro urbano de Viçosa, ainda que seja uma relação negativa ou mesmo inexistente. Nota-se que esta postagem é o ponto fundamental de todo o trabalho e obteve 21 visualizações.

Tentando aumentar a participação e interatividade das pessoas, a sétima postagem foi um pedido de contribuição com o banco de memórias com os seguintes dizeres:

Esse espaço é dedicado a quem gostaria de contribuir com o nosso banco de memórias através de relatos, depoimentos, opiniões, envio de fotos, vídeos, áudios ou qualquer outro instrumento que transmita alguma memória pessoal sobre algum local, público ou privado da Avenida Bueno Brandão, Praça Hervé Cordovil e Praça Emílio Jardim. Cada relato, cada frase, cada depoimento ou imagem serão importantíssimos para minha dissertação de mestrado, além de, quem sabe, tornarem-se fontes de análise para as políticas urbanas futuras. Gratidão aos que já contribuíram e aos que ainda irão contribuir! e-mail: alinedireito2009@gmail.com Um forte abraço!³⁶⁸

Essa publicação já obteve um número maior de visualizações, contando com 171 pessoas. Já a oitava postagem, por sua vez, com o título Iconografia: imagens e símbolos³⁶⁹, já teve como objetivo chamar a atenção para algumas fotografias antigas que encontramos no acervo da UFV ou foram retiradas de Blogs de José Mário Rangel e de Ítalo Stephan. Só contou, no entanto, com 22 visualizações.

A nona postagem foi sobre A casa 340³⁷⁰, localizada na Avenida Bueno Brandão. Nesta postagem mais elaborada, buscou-se associar algumas informações do Blog do José

³⁶⁶ Disponível em: <https://cidadeemmovimento.blogspot.com/2018/05/olhares-criticos-sobre-politicas-de.html>

³⁶⁷ Disponível em: <https://cidadeemmovimento.blogspot.com/2018/05/paisagens-signos-e-significados-olhares.html>

³⁶⁸ Disponível em: <https://cidadeemmovimento.blogspot.com/2018/05/contribua-para-o-nosso-banco-de-memorias.html>

³⁶⁹ Disponível em: <https://cidadeemmovimento.blogspot.com/2018/05/iconografia-imagem-simbolo-e-significado.html>

³⁷⁰ Disponível em: <https://cidadeemmovimento.blogspot.com/2018/05/a-casa-340.html>

Mário Rangel a imagens antigas que demonstram as transformações da casa e o seu entorno às memórias do seu atual morador. Esta postagem teve 30 visualizações.

A décima postagem foi, de longe, a mais visualizada e comentada pelos visitantes do grupo Museu Virtual do Facebook, numa interação com o Blog Cidade em Movimento. Intitulada O edifício Alcântara: uma ruína, muitas funções e diversos significados³⁷¹, apresentou fotos antigas variadas retiradas de Blogs e tiradas por esta autora, relacionadas a alguns trechos de entrevistas já realizadas e memórias pessoais narradas. Esta postagem contou com 1.958 visualizações, além de uma grande discussão no Facebook.

Essa postagem abordou especificamente A Praça Emílio Jardim e o Edifício Nanhá Maciel³⁷². Contando com fotografias doadas por C.R. e o interessante depoimento de L.F., professor de Geografia e morador do edifício, a postagem obteve um total de 639 visualizações.

A décima primeira publicação abordou a perspectiva das festas. Com o título Festejos, celebrações, arte, fé e protesto: A paisagem viva na Avenida Bueno Brandão e Praças Hervé Cordovil e Emílio Jardim³⁷³, a postagem buscou mostrar fotografias que tivessem pessoas nas ruas nos seus eventos principais, chegada de políticos, eventos cívicos, dia da cidade, desfile de 7 de setembro, festa de Santa Rita de Cássia, alguns shows, protestos, entre outras festas diversas, como o Nicolopes e encontro de motoqueiros. Essa publicação contou com 260 visualizações.

A última publicação foi resultante da doação da reprodução dos cartões postais por V.M. Estes postais, que também já foram analisados no terceiro capítulo deste trabalho, mostram a vista aérea do centro de Viçosa.

Com o título A paisagem urbana de Viçosa representada em cartões postais³⁷⁴, a postagem obteve 271 visualizações.

Nota-se que cada uma dessas publicações no Blog Cidade em Movimento foi utilizada como uma intervenção no grupo do Facebook Museu Virtual de Viçosa, restando, portanto, analisar todas as reações obtidas neste espaço.

³⁷¹ Disponível em: <https://cidadeemmovimento.blogspot.com/2018/05/o-edificio-alcantara.html>

³⁷² Disponível em: <https://cidadeemmovimento.blogspot.com/2018/05/a-praca-emilio-jardim-e-o-edificio.html>

³⁷³ Disponível em: <https://cidadeemmovimento.blogspot.com/2018/05/festejos-arte-musica-e-fe-paisagem-viva.html>.

³⁷⁴ Disponível em: <https://cidadeemmovimento.blogspot.com/2018/06/a-paisagem-em-cartoes-postais.html>

4.2 O Museu Virtual de Viçosa: intervenções e interatividade no grupo do Facebook

O Museu Virtual de Viçosa possui vários administradores, entre eles, Arthur Lobo, que no dia 17 de dezembro de 2013 apresentou o grupo no Facebook com a seguinte definição:

Este é um grupo destinado a resgatar a história da cidade de Viçosa-MG. Fotos antigas e atuais e histórias relacionadas à cidade serão bem-vindas. Postagens que não sejam relacionadas à cidade de Viçosa, repetidas ou desvinculadas dos objetivos do grupo serão excluídas. Discussões políticas devem ser evitadas, bem como postagens de cunho estritamente pessoal. Propagandas são proibidas e quem as postar será excluído do grupo.³⁷⁵

Ressalte-se, inicialmente, a importância, hoje, do Museu Virtual como espaço de trocas de conhecimentos sobre o passado de Viçosa, lembranças e recordações, ponto de encontros para diálogos, o interesse dos seus membros por grandes nomes, famílias, antepassados e genealogias.

Segundo afirma Costa, “se solidariedade, vizinhança e parentesco eram aspectos predominantes quando se procurava definir uma comunidade, hoje eles são apenas alguns dentre os muitos padrões possíveis das redes sociais”³⁷⁶.

A comunidade do Museu Virtual de Viçosa possui atualmente cerca de 13.803 membros e não é um museu nas definições teóricas museológicas, mas nem por isso perde importância na sua capacidade de guarda e captação de informações, fotografias, diálogos e memórias importantíssimas que servem como fonte para o trabalho de qualquer estudante da área de humanas.

No caso específico desta tese, encontraram-se nesse grupo, além de vários dados, pessoas que vieram a ser entrevistadas pessoalmente, algumas que se tornaram amigas, inclusive, como V.M., C.R. e N.G., permitindo, assim, a delimitação de pessoas que foram instigadas com as publicações desta autora.

A primeira publicação que fizemos no Museu Virtual de Viçosa buscou atrair pessoas interessadas em relatar um pouco das suas memórias pessoais. Assim, a publicação do post do Blog “Contribua com nosso banco de memórias”³⁷⁷ no grupo do “Museu Virtual de Viçosa”

³⁷⁵ Disponível em: <https://www.Facebook.com/groups/museuvirtualvicosa/>

³⁷⁶ COSTA, Rogério da. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. Interface, Botucatu, v. 9, n. 17, ago, 2005, p. 239.

³⁷⁷ Disponível em: <https://cidadeemmovimento.blogspot.com/2018/05/contribua-para-o-nosso-banco-de-memorias.html>

já rendeu uma interação no grupo do Facebook como a de Fernando Augusto de Vasconcelos Barros, imagem e depoimentos abaixo:



Aline Soares compartilhou um link.

7 de maio

...

Olá, boa noite. Como esse grupo é frequentado por pessoas que valorizam e sensibilizam pelo patrimônio histórico cultural e pela história de Viçosa, gostaria que, quem se sentir a vontade, contribua com [memórias](#) sobre a Avenida Bueno Brandão e Praças Hervé Cordovil e Emílio Jardim. Caso alguém seja morador, trabalhe nesses locais, ou tenha qualquer outra relação, alguma lembrança de algum evento, fato marcante ou conheça quem poderia ter me informem por favor. Qualquer relato de poucas linhas já é o suficiente. Caso tenham fotos antigas ou possam me conceder uma entrevista, melhor ainda. Desde já, agradeço a quem puder contribuir. Segue o blog no qual explico melhor minha tese e objetivos para essa captação de [memórias](#) faladas e visuais, abração!

CIDADEEMOVIMENTO.BLOGSPOT.COM.BR

Contribua com o nosso banco de memórias

Esse espaço é dedicado a quem gostaria de contribuir com o nosso banco de [memórias](#) através de relatos, depoimentos, opiniões, envio de foto...



Patricia Araujo e outras 4 pessoas

3 comentários



Ederaldo Etelvina Aline, de uma olhada com o Jose Mario Rangel, ele tem muita coisa sobre a História de Viçosa



1

Curtir · Responder · 12 sem



Fernando Augusto De Vasconcelos Barros Eu e meus irmãos, assim como meu pai Edgard e minha mãe Irene moramos na Av.Bueno Brandão número 266(No balaustre) bem em frente à estação ferroviária, desde os tempos da Maria Fumaça da rede Leopoldina. Minha mãe dizia que todos os seus seis filhos, em determinada época manifestou o desejo de ser maquinista de trem. Na minha infância, a gente jogava futebol nesta rua e só muito de vez em quando, um gritava "pára, que lá bem um carro!" Morei lá até o final de 1965, quando mudei-me para BH para estudar, onde formei-me em medicina e acabei me radicando, já que não tinha mais qualquer parente lá. Mas ficaram as lembranças de uma infância feliz e livre!

...



2

Amei · Responder · 11 sem



Aline Soares Que maravilha **Fernando Augusto De Vasconcelos Barros**, muitíssimo obrigada pelo depoimento, tudo de bom para voc^{ma}e e sua família 😊

Curtir · Responder · 11 sem

Nota-se que esta primeira publicação realizada no dia 16 de maio de 2018 rendeu 5 curtidas e 3 comentários contando com o meu. As publicações seguintes também tiveram boa repercussão no grupo, por meio de reações, compartilhamentos e comentários.



Aline Soares compartilhou um link.

16 de maio

...

A Avenida Bueno Brandão e a Praça Hervé Cordovil já foram palcos de inúmeras festividades, movimentos sociais, desfiles, comemorações, carnavais e procissões. Mas pouco se estuda sobre essa paisagem humana que também se transforma juntamente com seus prédios. Se alguém tiver ou souber quem tenha fotos, vídeos ou relatos de festividades antigas nesses locais me enviem, por favor para que eu possa alimentar o novo post do meu blog:

<https://cidadeemmovimento.blogspot.com.br/.../festejos-arte-m...>

Gostaria de informações sobre as serestas, alvoradas, escolas de samba, carnavais, desfiles de 7 de setembro, jubileu de Santa Rita entre outras festividades que ocorriam e/ou ainda ocorrem naquele local.

Muitíssimo obrigada a todos que estão contribuindo com o nosso banco de [memórias](#).

CIDADEEMMOVIMENTO.BLOGSPOT.COM.BR

Festejos, arte, música e fé: A paisagem viva na Avenida Bueno Brandão e Praça Hervé Cordovil

Informações em breve



8

1 compartilhamento

Esta publicação acima não teve comentários, mas obtive 8 curtidas e 1 compartilhamento.



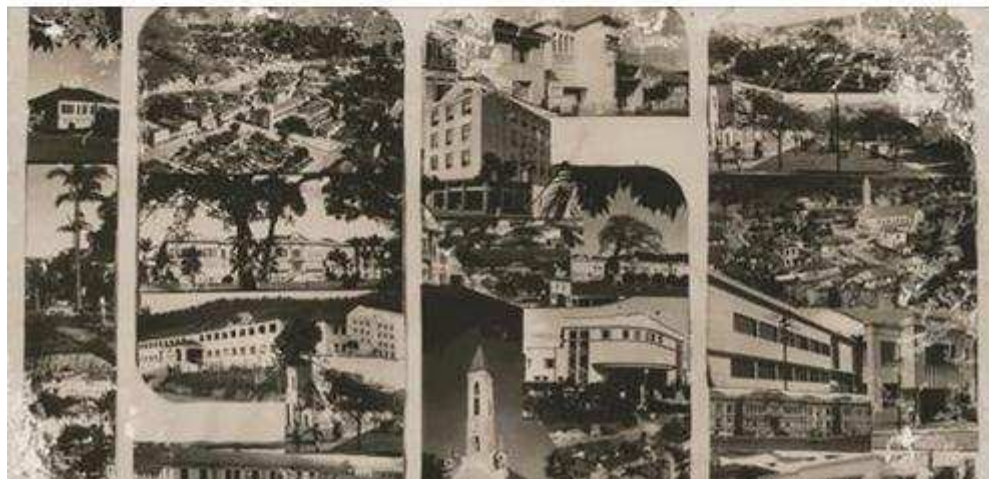
Aline Soares compartilhou um link.
21 de junho

...

<https://cidadeemmovimento.blogspot.com/.../a-paisagem-em-cart...>

O cartão postal é um importante documento histórico que nos fala sobre o passado através da paisagem retratada. Hoje em dia é pouco usado, tendo em vista a velocidade da circulação da informação e da imagem pela internet. No entanto a prática de colecionar e enviar cartões é um costume que também nos remete à memórias pessoais. Alguém já colecionou ou possui essas lindas coleções? Já praticaram o envio e recebimento de cartões postais? Se puderem acrescentar também o que escreviam no verso (lembranças, **felicitações**, notícias, cartas de amor) será bastante interessante. Desde já agradeço imensamente a todos que estão me ajudando neste trabalho. Está sendo bastante prazeroso ler e interagir com cada um de vocês.

Fonte: Coleção pessoal de Valeria Maria Vidigal Felipe





CIDADEEMOVIMENTO.BLOGSPOT.COM

A paisagem urbana representada em cartões postais

"...O fragmento da realidade gravado na fotografia representa o..."

16

2 comentários 3 compartilhamentos

Curtir

Comentar

Compartilhar



Valeria Maria Vidigal Felipe Bom dia, Aline! Você viu apenas um álbum de postais. Tenho vários álbuns. Sempre gostei de colecionar. Abraços

Curtir · Responder · 5 sem

2



Aline Soares Suas coleções são maravilhosas Valeria Maria Vidigal Felipe, é uma pena que essa cultura tenha se perdido

Curtir · Responder · 5 sem

Importante ressaltar que essa publicação acima, que teve apenas o comentário de Valeria Maria Vidigal Felipe, gerou, no entanto, 16 reações e 3 compartilhamentos.



Aline Soares compartilhou um link.

14 de maio

...

Muito pouco se sabe, documentalmente ou em fotografias sobre o Edifício Nhanhá Maciel e a praça Emílio Jardim. Alguém aqui teria algumas memórias pessoais sobre esses locais? Alguém se lembra de quando naquele local localizava-se o Hospital São Sebastião, conforme a primeira foto da página abaixo? Logo após as fotos tem algumas impressões de um morador do prédio entrevistado por mim. Desde já agradeço pelas colaborações.



CIDADEEMOVIMENTO.BLOGSPOT.COM.BR

A praça Emílio Jardim e o edifício Nhanhá Maciel

Depoimentos de Luis Fernando Fraga de Oliveira Gomes, 29 anos —...

42

34 comentários 7 compartilhamentos

Merece destaque a publicação sobre a Praça Emílio Jardim e o Edifício Nhanhá Maciel, pois renderam 42 reações, 34 comentários e 7 compartilhamentos. Entre os comentários, muitas memórias, diálogos, interação e opiniões pessoais:

C.R. [Aline Soares](#), respeito a opinião do Prof. L.F, mas creio não haver dúvida de que neste espaço funcionava o Hospital São Sebastião, antes de se transferir para a Rua Tenente Kümmel. E antes mesmo de ser o hospital, no local funcionava uma escola, o "Colégio Baptista", nas palavras do prezado amigo [J Mário Rangel](#), em seu excelente Blog <http://opassadocompassadodevicosa.Blogspot.com.br/Gerenciar>

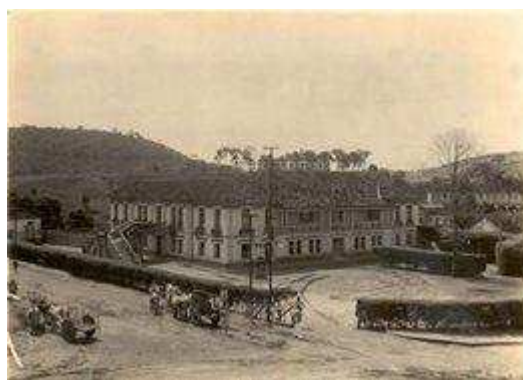


[Aline Soares](#) Obrigada C.R , mostrei as fotos e ele gostou de saber, agora gostaria de mais recordações, lembranças pessoais de pessoas que viram ou viveram as transformações nesta paisagem

C.R A fotografia acima foi publicada no livro "Minas Geraes e seus Municípios - Zona da Mata", do historiador Roberto Capri (1916). Aqui está ela, com melhor qualidade, que fiz questão de copiar com a legenda, confirmando ser o Hospital São Sebastião. Será que existe ainda alguma dúvida?



C.R Pela imagem do livro do Roberto Capri de 1916 (foto anterior), percebe-se que a Bueno Brandão, na altura do final da balaustrada, passaria no jardim que vemos à frente do hospital. Vemos a via férrea fazendo a curva para a direita, para em seguida, passar paralela à Tenente Kümmel, na fotografia do Hospital São Sebastião, em seu endereço definitivo, cuja construção foi concluída em 1930. [Gerenciar](#)



C.R Nesta vista aérea de Viçosa em 1950, é possível ver à direita, parte inferior, ainda de pé, o prédio do antigo hospital, que obviamente, já funcionava na Tenente Kümmler, desde 1930. Por esta imagem, vejam o caminho percorrido pela via férrea, as curvas que ela faz a partir da estação, primeiro para a esquerda, passando em frente ao hoje Ed. Nhanhá Maciel, depois para a direita e o contorno do morro. Vejam a imagem antiga e comparem com o que temos hoje.



· [Solange Moretti](#) Excelentes esclarecimentos C.R !!! Seus conhecimentos, mais uma vez, são preciosos para a História!!! Continuo esperando seu livro, ou seus livros de História!!! Grande abraço

[Silvana Maria Lenti Maciel](#) Foi a casa da minha vovó Nhanha! Infância maravilhosa!

[Aline Soares](#) Olá [Silvana Maria Lenti Maciel](#), você teria alguma memória da época que frequentava a casa da sua avó? Como era a casa, vc brincava na Praça Emílio Jardim? Possui fotos? Se preferir pode me responder inbox ou por e-mail alinedireito2009@gmail.com, obrigada

[Silvana Maria Lenti Maciel](#) Ei Aline! Tenho apenas memórias. Muitos s primos e tios, uma árvore de Natal enorme que os primos buscavam na UFV (Pinheiro), a sala era puro presente espelhados em volta dela. Tinha umas "figuras", o Fuica, o Garrafinha, a Cumadre, a dona "Conceição 3 pulinhos" que sempre passavam por lá e minha avó os ajudava, seja com alimentos ou algum trabalho em casa. A cozinha era enorme com fogão a lenha, e linguças penduradas por cima dele. A mesa Sempre farta de quitutes. Minha avó cozinhava maravilhosamente bem e Sempre tínhamos mais visitas, além dos 10 filhos dela e mais de 20 netos. No quintal tinha árvore de fruta do conde onde colocavamos um lençol por baixo e com um bambú grande, derrubavamos a fruta. Tinha pé de amora, goiaba... Tinha horta e chuchu. Galinheiro em outro quintal que também havia. Houve uma época que minha tia fez um jardim de infância no anexo do casarão. O recreio era nesse quintal do pomar onde brincávamos com os coelhos da Índia. Fui aluna dela. Eu tinha uns 3 anos. Quando minha avó faleceu, eu devia estar com uns 14 anos. Foi uma infância muiiiito feliz. O Garrafinha vivia bêbado, quando aparecia, nós, a meninada, mexíamos com ele e ele corria atrás da gente, subindo rua acima. À noite jogávamos bingo de cartela na sala grande. Muitas memórias lindas. Pena que hoje só restou isso. Pena que hoje a maioria das crianças não sabem o que é isso.

[Silvana Maria Lenti Maciel](#) [Aline Soares](#) [Maria Clara Lenti](#)

[Silvana Maria Lenti Maciel](#) Minhas primas [Cláudia Couto](#), [Eliane Maciel](#), [Heloisa Maciel Santos](#), provavelmente têm fotos da época. Moram em Viçosa ou Brasília.

[Aline Soares](#) [Silvana Maria Lenti Maciel](#) muito obrigada! Lindas recordações

[Maria Auxiliadora Lopes](#) Minha mãe comentava que aquela casa (de d. Nhanha) tinha sido o antigo hospital.

[Silvana Maria Lenti Maciel](#) Sim, foi o primeiro hospital de Viçosa

[Valeria Maria Vidigal Felipe](#) Presenciei o desmanche desta casa tijolo por tijolo!

[Valeria Maria Vidigal Felipe](#) Errei ao escrever tijolo por tijolo porque a casa era de pau a pique!

[Aline Soares](#) Que bacana [Valeria Maria Vidigal Felipe](#), você ainda mora em Viçosa?
[Valeria Maria Vidigal Felipe](#) [Aline Soares](#) Sim!

[Valeria Maria Vidigal Felipe](#) [Aline Soares](#) Moro na Floriano Peixoto e a casa de dona Nhanhá Maciel era vizinha a nossa. A visão que eu tinha era privilegiada. Hoje tem o prédio.

[Aline Soares](#) Muito interessante [Valeria Maria Vidigal Felipe](#), estou conversando pessoalmente com algumas pessoas em Viçosa, seria ótimo se pudéssemos nos encontrar para conversarmos um pouco sobre a sua visão sobre as transformações da paisagem, da casa e das pessoas também, se puder me passa seu contato inbox, que marcamos direitinho. Sou de confiança, já conversei com algumas pessoas dessa página.

[Valeria Maria Vidigal Felipe](#) A vizinha desta casa era eu!

[Fernando Augusto De Vasconcelos Barros](#) Tive a oportunidade de frequentar está casa nos idos dos anos e conhecer pessoalmente a Dona Nhanha, mãe da minha cunhada Maria José. Era uma mulher doce e guerreira, que trabalhou muitos anos no Patronato. Um exemplo de mulher!

[Fernando Augusto De Vasconcelos Barros](#) Anos 60

[Valeria Maria Vidigal Felipe](#) Fernando, estudamos o primario juntos na Escola Normal.

[Fernando Augusto De Vasconcelos Barros](#) É sempre bom rever os amigos!

[Carlos Alberto Resende](#) Eu frequentei la na década de 80 onde era o consultório odontológico do dr. WALTER MACIEL.

[Aline Soares](#) [Carlos Alberto Resende](#), possui mais informações sobre esse período? Como era a casa na época?

[Sonia Lenti](#) Sou neta de vovó Nha nhá... como a casa era enorme, meu tio Walter, a dividiu em duas, uma parte maior onde vivia minha avó, e uma menor onde ele viveu e fez o seu consultório. Essa casa tinha 23 cômodos e um "quintal " enorme!

[Carlos Alberto Resende](#) Eu só entrava até onde era o consultório dele. Isto foi pouco antes dele falecer. Não lembro muito não.

[Andrea Horto](#) Casa da minha vó. Infância linda, grandes e boas lembranças. [Denise Maciel](#), [Heloisa Maciel Santos](#), [Eliane Maciel](#), [Marcia Cristina Maciel](#), [Cláudia Couto](#), [Rosangela Maciel](#)...

[Aline Soares](#) Família Maciel em peso, que maravilha, se puderem contribuir com relatos ficarei muito agradecida

[Silvana Maria Lenti Maciel](#) [Viviana Lenti Maciel Barbosa](#) [Monica Maciel](#) [Carlos Eduardo Maciel Chaman](#) [Rosane Sacchetto](#) [Frederico Maciel Vasconcellos Barros](#) [Helio Corrêa](#) [Tulio José](#) [Marcelo Maciel](#) [Gula Maciel](#) [Paulo Vasconcellos](#) [Flavio Maciel](#) [Renata V. C. Maciel](#)³⁷⁸

Percebemos, nas conversas, alguns atributos pessoais. C.R. traz informações importantes confirmando que a casa foi o primeiro hospital de Viçosa, Silvana Maria Lenti Maciel interage mais, trazendo memórias de sua infância e marcando vários membros da família Maciel. Fernando Augusto lembra de características de dona Nhanhá, Carlos Alberto recorda de quando lá foi um consultório odontológico na década de 1980. Importante perceber que foi nesse momento que conheci V.M.

A postagem que gerou, no entanto, o maior número de visualizações e reações diversas foi a referente ao Edifício Alcântara. A postagem no Blog teve como título O edifício

³⁷⁸ Disponível em:

<https://www.Facebook.com/museuvirtualvicosa/permalink/1869489379739472/>

Alcântara: uma ruína, muitas funções e diversos significados³⁷⁹. Constaram nessa postagem fotografias antigas e algumas retiradas dos Blogs, como o de Ítalo Stephan, que apresenta uma crítica ao descaso com esse prédio.

As citações relativas ao Edifício Alcântara nas entrevistas realizadas escolhidas para acrescentar às fotografias foram as seguintes:

E outra coisa também, aquelas casas abandonadas que tem no Alcântara ali, também é um exemplo de imóvel que tá ruindo. Não tem habitação ali e a pouco tempo ela era zona boêmia, aí acabaram com aquilo e ficou aquele negócio ali, aquela esquina ali até a outra esquina lá na praça. Atrapalha um pouco a cidade, eu acho que a cidade ou preserva, mas manter desse jeito não.³⁸⁰

O Alcântara era lugar de prostituição. Conheci uma menina que morava nas Cruzes, pertencente à antiga cidade de Calambau, hoje Presidente Bernardes, que veio fugida para Viçosa e eu e minha família ajudamos muito essa menina, mas ela resolveu trabalhar como prostituta no Alcântara porque passava muita dificuldade. Ela era muito bonita e eu morria de dó. Até que apareceu um estudante boliviano e se apaixonou por ela, formou e levou ela para a Bolívia. Fiquei com medo dela ir embora assim com um desconhecido, mas hoje ela me manda fotos, conversa comigo, pergunta como estou e está muito bem. Parece história de novela.³⁸¹

Lá já chegou a ser Presídio e Banco de Crédito.³⁸²

O prédio mais feio é esse aqui, nº 16, o mais bonito é o Edifício Dona Cora... acho indiferente, não tenho interesse, não sou a favor de conservar nada, me sinto parte da cidade, mas não da paisagem daqui, sou cidadão viçosense de coração... não gosto de coisas velhas, única coisa antiga que eu valorizo são as amizades... não acho aqui agradável não, só a UFV, antigamente eu gostava do Lanches Lu, Brasileiro, os botecos, a Cabana Roda. Acho os bancos importantes, aqui já foi um banco, me identifico com esse lugar porque é da minha família há 54 anos.³⁸³

Lembro de um conflito, talvez mais interno do que externo, que foi quando desativaram um prostíbulo que tinha ali também, o Alcântara. Por mais que a gente entenda que a estrutura do prédio estava extremamente ruim né? Não tava dando mais para poder morar pessoas lá, pra mim também foi mais um pedaço da minha identidade que entrou em ruína, talvez não tiveram tantos movimentos né, alguns amigos da Geografia, a gente tentou estudar um pouco sobre lá, conversamos com algumas pessoas para saber do que sentiam daquele lugar. Postado há 7th May por [Aline Soares Martins](#).³⁸⁴

No grupo do Facebook, por sua vez, foi feita a seguinte provocação:

[Aline Soares](#) compartilhou um [link](#) 19 de junho às 15:41

O edifício Alcântara teve as mais diversificadas funções no município de Viçosa: banco, moradia, presídio, prostíbulo. Hoje em dia, está se acabando com os efeitos

³⁷⁹ Disponível em: <https://cidadeemmovimento.blogspot.com/2018/05/o-edificio-alcantara.html>. Acesso em junho de 2018.

³⁸⁰ Trechos de entrevista de J.R concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

³⁸¹ Trechos de entrevista de V.M concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

³⁸² Trechos de entrevista de José Mário Rangel concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

³⁸³ Trechos de entrevista de J.L concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

³⁸⁴ Trechos de entrevista de L.F concedida a esta autora no mês de junho de 2018.

do tempo e falta de cuidados. Gostaria que, quem se sentisse à vontade, compartilhasse memórias pessoais relacionadas a esse prédio. Grata.³⁸⁵



Esta publicação foi a que obteve o maior número de interações diversas, contando com 135 reações, 74 comentários e 19 compartilhamentos até o mês de julho, além de 1.959 visualizações no Blog:

³⁸⁵ Disponível em: <https://cidadeemmovimento.blogspot.com/2018/05/o-edificio-alcantara.html>. Acesso em junho de 2018

Blogger | Todas as postagens

Cidade em Movimento ▾ [Nova postagem](#) Todos os marcadores

[Visualizar blog](#)

Postagens
 Todas (13)
 Publicados (13)
 Estatísticas
 Comentários
 Ganhos
 Páginas
 Layout
 Tema
 Configurações
 Lista de leitura

☐	A paisagem urbana de Viçosa representada em cartões postais	Aline Soares Martins	0	272	21/06/2018
☐	Festejos, celebrações, arte, fé e protesto: A paisagem viva na Avenida Bueno Brandão e Praças Hervé Cord...	Aline Soares Martins	0	261	15/05/2018
☐	A praça Emilio Jardim e o edifício Nhanhá Maciel	Aline Soares Martins	0	640	07/05/2018
☐	O edifício Alcântara: uma ruína, muitas funções e diversos significados	Aline Soares Martins	0	1959	07/05/2018
☐	A casa 340	Aline Soares Martins	0	31	04/05/2018
☐	Iconografia: imagens e símbolos	Aline Soares Martins	0	23	04/05/2018
☐	Contribua com o nosso banco de memórias	Aline Soares Martins	0	172	03/05/2018
☐	Imaginabilidade e memória falada: paisagens, signos e significados	Aline Soares	0	22	03/05/2018

Entre os principais comentários, destacam-se:

[Jéssica Moraes](#) tem fotos antigas do edifício? queria ver. só lembro dai funcionando como ponto de prostituição

[Maria Aparecida Cardoso](#) Lá do balaustre fico vendo esse prédio e sinto a maior pena de vê-lo nesse estado. Dizem que é de herdeiros.

[Maria Aparecida Cardoso](#) A gente poderia fazer uma campanha para sua restauração.

[Fernando Augusto De Vasconcelos Barros](#) Ao lado desse prédio havia uma lojinha que vendia picolé- limão, vinho e Coco!

[Fernando Augusto De Vasconcelos Barros](#) O Hotel Rubim que eu avistava lá de casa ainda existe? Pelo menos, o prédio?

[Alvaro César Sant'Anna](#) Já foi consultório também.

[Denyse Mary Hamer](#) [Antonio Arnaldo Andrade](#), esta é o imóvel em que o seu pai tinha a loja de móveis não é? Casa Guanabara.

[Paulo Cezar Paz](#) O Alcântara deixou saudades em quem o frequentava porque era um ponto de encontro das "classes inferiores", mas, o pessoal reclamava muito dos quartos, pois eram separados por madeira compensada e tudo que se falava num cômodo podia ser ouvido no outro, além de, por eles serem muito pequenos, os frequentadores tinham de ficar atravessados sobre a cama, senão encostavam os pés nas paredes.

[Beatriz Ansani](#) Que dó... esse casarão restaurado deve ficar a coisa mais linda!

[Pedro Caetano](#) Na minha opinião é uma das construções mais memoráveis de Viçosa. Se for restaurado para um museu ou até mesmo um bar. Certamente seria um cartão postal de Viçosa. Basta olhar com outros olhos.

[Pedro Caetano](#) E claro, aproveitar que está perto da igreja e chamar um padre pra benzer e tirar a negatividade do lugar kkkkk

[Virginia Ibrahim](#) Cuidar é querer.Si os herdeiros não estão preocupados com o imóvel a prefeitura deveria proceder .

[Lourdes Pontes Castro](#) Esse edifício e toda cidade está abandonada...vejam o total abandono do Cristo redentor....e o desleixo da praça principal.... Todos são pontos dee todos deveriam ser cartão postal....como esta viçosa não é viçosa. Triste.

[Leandro Rodrigues](#) Já soltei muita bombinha aí

[Jershon Ayres de Moraes](#) O nosso grande desejo é transformá-lo na Casa da Cultura de Viçosa...

[Leda Maria Teixeira](#) Hoje moro no Rio de Janeiro mas estou sempre aí será um pena. Poderia arrumar um meio p restaurar e uma boa pintura daquelas cheguei chegando ficaria tudo muito lindo. Isto é mais que historico

[Evandro Arlindo Fonseca](#) Ou transformá-lo em uma biblioteca já que nesta cidade universitária nem isso temos mais!

[Paulo Feitosa](#) Muitas das "memórias" daí não podem ser compartilhadas aqui...

[Jershon Ayres de Moraes](#) Vamos trabalhar para a compra?

[Amanda Machado](#) Acho que minha avó morou aí na infância com familiares. [Maria Das Graça Correa Martins](#), foi aí que a senhora morou um tempo!

[Amanda Machado](#) [Albertina Corrêa Zacour](#), Berta era aí que sua família tinha uma loja?

[Osvaldo Fonseca Santos](#) Comprei aí os primeiros móveis (usados) quando cheguei em Viçosa, 1987 ... Bom demais as lembranças ... Rsrtrs.³⁸⁶

Importante perceber também a interação dos comentaristas entre eles, com curtições e respostas perceptíveis nas seguintes imagens:

³⁸⁶ Disponível em:

<https://www.Facebook.com/groups/museuvirtualvicosa/permalink/1908206039201139/>. Acesso em junho de 2018.



Jéssica Moraes tem fotos antigas do edifício? queria ver. só lembro dai funcionando como ponto de prostituição

Curtir · Responder · 6 sem  1



Aline Soares Tenho apenas as que estão no post do blog Jéssica Moraes. Também gostaria de mais fotografias

Curtir · Responder · 6 sem



Escreva uma resposta...    



Maria Aparecida Cardoso Lá do balaustre fico vendo esse prédio e sinto a maior pena de vê-lo nesse estado. Dizem que é de herdeiros.

Curtir · Responder · 6 sem  2



Maria Aparecida Cardoso A gente poderia fazer uma campanha para sua restauração.

Curtir · Responder · 6 sem · Editado  2



Fernando Augusto De Vasconcelos Barros Ao lado desse prédio havia uma lojinha que vendia picolé- limão, vinho e Coco!

Curtir · Responder · 6 sem  1



Fernando Augusto De Vasconcelos Barros O Hotel Rubim que eu avistava lá de casa ainda existe? Pelo menos, o prédio?

Curtir · Responder · 6 sem  3



Maria Aparecida Cardoso Dizem que foi vendido e quem vai construir vai manter a fachada.

Curtir · Responder · 6 sem · Editado

 **Aline Soares** O Hotel Rubim ainda existe, parece que o Conselho de Patrimônio conseguiu na justiça o tombamento. Você morou no Alcântara **Fernando Augusto De Vasconcelos Barros**? Pode escrever algumas memórias suas daquela época, da casa, da rua, da paisagem? obrigada!

Curtir · Responder · 6 sem

 **Fernando Augusto De Vasconcelos Barros** Não, morei na avenida Bueno Brandão (balaustre), onde jogávamos bola, e brincávamos de pique e polícia e ladrão, além de "bandeirinha estourou"!

Haha · Responder · 6 sem



 **Aline Soares** Massa

Curtir · Responder · 6 sem

 **Aparecida Schettini Moraes** o Hotel Rubim existe mas quem comprou está esperando ele desabar já que não pode derrubar

Curtir · Responder · 6 sem



 **Antonia Orduña** INFelizmente é MT triste ver aquela linda construção de época ficar n abandono q é hj o Hotel Rubin 😞 lastimável 😞

Curtir · Responder · 6 sem · Editado

 Escreva uma resposta...



Alvaro César Sant'Anna Já foi consultório também.





Alvaro César Sant'Anna Já foi consultório também.

Curtir · Responder · 6 sem



Aline Soares Sabe me dizer em qual década Alvaro Sant'Anna

Curtir · Responder · 6 sem



Alvaro César Sant'Anna Aline Soares foi na década de 70.

Curtir · Responder · 6 sem



Aline Soares Consultório de que, exatamente Alvaro Sant'Anna, tive que perguntar em virtude das brincadeiras

Curtir · Responder · 6 sem



Alvaro César Sant'Anna Aline Soares era o consultório do Dr. Altamiro Saraiva.

Curtir · Responder · 6 sem



Escreva uma resposta...



Denyse Mary Hamer Antonio Arnaldo Andrade, esta é o imóvel em que o seu pai tinha a loja de móveis não é? Casa Guanabara.

Curtir · Responder · 6 sem · Editado



↩ 1 resposta

2

 1

4



4

Curtir · Responder · 6 sem



Antonio Arnaldo Andrade Ele merece uma boa restauração.

Curtir · Responder · 6 sem



Escreva uma resposta...



Pedro Caetano



Haha · Responder · 6 sem



Pedro Caetano



[Curtir](#) · [Responder](#) · 6 sem



Pedro Caetano Na minha opinião é uma das construções mais memoráveis de Viçosa. Se for restaurado para um museu ou até mesmo um bar. Certamente seria um cartão postal de Viçosa. Basta olhar com outros olhos.

[Curtir](#) · [Responder](#) · 6 sem 10



Pedro Caetano E claro, aproveitar que está perto da igreja e chamar um padre pra benzer e tirar a negatividade do lugar kkkkk

[Curtir](#) · [Responder](#) · 6 sem 2

↩ 8 Respostas



Plano De Saude Rj Claudio Monteiro 1

[Curtir](#) · [Responder](#) · 6 sem



Marisa Nogueira Uma pena!

[Curtir](#) · [Responder](#) · 6 sem



Virginia Ibrahim Cuidar é querer. Si os herdeiros não estão preocupados com o imóvel a prefeitura deveria proceder .

[Curtir](#) · [Responder](#) · 6 sem 1



Jesús Menjivar Nieto Tem a questão dos recursos também, né? ...

[Curtir](#) · [Responder](#) · 5 sem



Escreva uma resposta...



[https://www.facebook.com/1009706020701120/#](#)



Dilermando Duarte Albertina Corrêa Zacour veja

Curtir · Responder · 6 sem



Luciana Aparecida Silva Guimarães Swamy.

Curtir · Responder · 6 sem



Eliane Triumpho Olha Tatiana Custódio se tivéssemos visto antes podíamos ter acrescentado!!

Curtir · Responder · 6 sem



2



Tatiana Custódio Nossa, verdade. ...

Curtir · Responder · 6 sem



Escreva uma resposta...



Lourdes Pontes Castro Esse edifício e toda cidade está abandonada...vejam o total abandono do Cristo redentor....e o desleixo da praça principal.... Todos são pontos dee todos deveriam ser cartão postal....como esta viçosa não é viçosa. Triste.

Curtir · Responder · 6 sem



9



Leandro Rodrigues Já soltei muita bombinha aí

Curtir · Responder · 6 sem



2



Jershon Ayres de Moraes O nosso grande desejo é transformá-lo na Casa da Cultura de Viçosa...

Curtir · Responder · 6 sem



8

alvica/permalink/1908206039201139/#



Jershon Ayres de Moraes O nosso grande desejo é transformá-lo na Casa da Cultura de Viçosa...

Curtir · Responder · 6 sem



Márcio Jacob Você, sempre com idéias geniais!



Curtir · Responder · 6 sem



Helene Vieira Lopes Seria uma maravilha!!!!



Curtir · Responder · 6 sem



Jershon Ayres de Moraes Vamos trabalhar nisso Márcio?



Curtir · Responder · 6 sem



Lucia Gomide Otoni Sempre tive a mesma sugestão



Curtir · Responder · 6 sem



Jershon Ayres de Moraes Uai Lúcia Lucia Gomide Otoni... vamos formar um grupo para trabalhar nisso...



Curtir · Responder · 6 sem



Márcio Jacob Bora



Curtir · Responder · 5 sem



Leda Maria Teixeira Hoje moro no Rio de Janeiro mas estou sempre aí será um pena. Poderia arrumar um meio p restaurar e uma boa pintura daquelas cheguei chegando ficaria tudo muito lindo. Isto é mais que historico

Curtir · Responder · 6 sem



Evandro Arlindo Fonseca Ou transformá-lo em uma biblioteca já que nesta cidade universitária nem isso temos mais!

Curtir · Responder · 6 sem



↳ 1 resposta



Paulo Feitosa Muitas das "memórias" daí não podem ser compartilhadas aqui...

Curtir · Responder · 6 sem



Patrícia Machado Sei... 😏 1 ***

Curtir · Responder · 6 sem



Jesús Menjivar Nieto Kkk, boa. 👍 1

Curtir · Responder · 5 sem



Clara Gomide Verdade ... 😏 1

Curtir · Responder · 5 sem



Escreva uma resposta...



Jershon Ayres de Moraes Vamos trabalhar para a compra?

Curtir · Responder · 6 sem



alvica/permalink/1908206039201139/#



Maria Aparecida Cardoso E caprichar na recuperação?

Curtir · Responder · 5 sem



Escreva uma resposta...



Amanda Machado Acho que minha avó morou aí na infância com familiares. **Maria Das Graça Correa Martins**, foi aí que a senhora morou um tempo!

Curtir · Responder · 6 sem



Amanda Machado Albertina Corrêa Zacour, Berta era aí que sua família tinha uma loja?

Curtir · Responder · 6 sem



Osvaldo Fonseca Santos Comprei aí os primeiros móveis (usados) quando cheguei em Viçosa, 1987 ... Bom demais as lembranças ... Rsrtrs

Curtir · Responder · 5 sem



Ana Clara Carlos Henrique Alba Alba Azevedo Lourdes Caroline Ribeiro Filipe Filipe Aleixo Moreno

Curtir · Responder · 5 sem



Albertina Corrêa Zacour Muito antes de virar prostíbulo, esta casa era uma casa de morada. Minha família morou aí durante muitos anos. Se eu tivesse dinheiro oa compraria e faria dela e nela uma luxuosa residência. Que me perdoem o egoísmo, mas também não há o menor risco kkk. Sim, Amanda Machado, moramos aí.



Curtir · Responder · 2 sem · Editado



Amanda Machado Concordo Berta! Tbm montaria uma bela residência nela. Lindíssima!

Curtir · Responder · 2 sem



Escreva uma resposta...



Lacyr Andrade Filho Andrade Tive notícias que Dr Jamil vai montar ali uma clínica especializadas em urologia.

Curtir · Responder · 2 sem



Marcia Cristina Maciel Lacyr Andrade Filho Andrade será?Esta caíndoo

Curtir · Responder · 2 sem



Com base no exposto, é possível considerar que o Edifício Alcântara não é apenas um dos prédios mais antigos da região, mas, também, juntamente com o Hotel Rubim, citado em algumas falas e já discutido no segundo capítulo, os mais polêmicos, haja vista a repercussão no Museu Virtual de Viçosa.

Por fim, importa ressaltar que o Blog Cidade em Movimento: Olhares sobre a paisagem urbana do centro de Viçosa foi criado no mês de abril de 2018 e até hoje já consta com um total de 3.893 visualizações com apenas 13 postagens, e este número vem crescendo a cada dia, conforme se pode perceber no gráfico:



Figura 46 – Gráfico até julho de 2018

Quando, portanto, ampliamos o campo de estudo para o âmbito virtual, percebemos uma maior participação das pessoas e uma multiplicidade de significados que um único imóvel produz. Percebemos, sobretudo, opiniões, diálogos, motivações para ações públicas de proteção e projetos para utilização do imóvel.

4.3 Os impactos da cibercultura: etnografia virtual e cidadania

O produto desta dissertação não foi desenvolvido apenas no âmbito do Facebook, mas houve uma complementação por e-mail com documentos enviados via internet por C.R. e Q.L., outro instrumento eficaz que possibilita um acúmulo maior de documentos e compartilhamento de saberes no ciberespaço.

C.R. é um apaixonado por história, colecionador de fotos e informações e bastante atuante na internet. Foi o primeiro a entrar em contato para contribuir com memórias e fotografias, após a intervenção desta autora neste sentido.

C.R., no entanto, demonstrou não compreender bem o objetivo e o conceito de memória, mas, através de um e-mail, teve o cuidado de explicar formal e cronologicamente as imagens enviadas e eventos históricos atribuídos pelo próprio a elas. Segundo esse e-mail:

Aline Soares

Conforme prometido, estou anexando algumas imagens históricas da cidade de Viçosa. Começamos falando da Av. Bueno Brandão, que tem esse nome em homenagem a Júlio Bueno Brandão, que governou Minas Gerais em dois períodos: 27/10/1908 até 03/04/1909 e de 07/09/1910 até 07/09/1914. No final do 2º mandato, a Leopoldina Railway inaugurou a 2ª e definitiva estação ferroviária de Viçosa, com a construção de uma variante de 18 Kms entre Cajuri e Teixeira,

fazendo com que os trilhos da via férrea passassem dentro de Viçosa, graças aos esforços do Dr. Arthur da Silva Bernardes, então Secretário de Finanças do Estado. A primitiva estação, inaugurada pela Estrada de Ferro Leopoldina em 1885, ficava na época, a 6 Kms. a leste da povoação de Viçosa. Em 1918, aconteceu um concorrido banquete em Viçosa, com a maciça presença da nata política de Minas Gerais, durante o qual, Arthur Bernardes, candidato do PRM à Presidência do Estado, apresentou seu programa de governo. Interessante observar o entorno da estação na época e lá já existiam o Grande Hotel e o prédio em frente, que aparecem nas imagens seguintes, e que Viçosa deve preservar a todo e qualquer custo. São marcas registradas da história da cidade. Sobre a Av. Bueno Brandão, veja na fotografia publicada na Revista "Ilustração Brasileira", que em 1922 a avenida estava sendo urbanizada, obviamente não existia a balaustrada. Na parte inferior, os trilhos da via férrea. Residências históricas de Viçosa já existiam, bem como o prédio onde funcionou o Banco de Crédito Real de Minas Geraí, e depois a Alfaiataria "A Infalível". Na sequência, uma imagem do local mostrando uma residência histórica em 1921. Duas imagens muito interessantes mostrando a Av. Bueno Brandão e a Praça Dr. Mario Del Giudice. Na 2ª, a antiga estação rodoviária. Na sequência, no início da Bueno Brandão, um grupo de pessoas e os ônibus estacionados ao longo da via férrea. Hospital São Sebastião, primeira edificação (foto de 1922), a fachada preservada, e o hospital no novo endereço. Vistas parciais históricas de Viçosa. Abraços fraternos.³⁸⁷

Seguem as imagens relatadas por C.R. para posterior análise:

³⁸⁷ E-mail enviado por C.R. a essa autora.

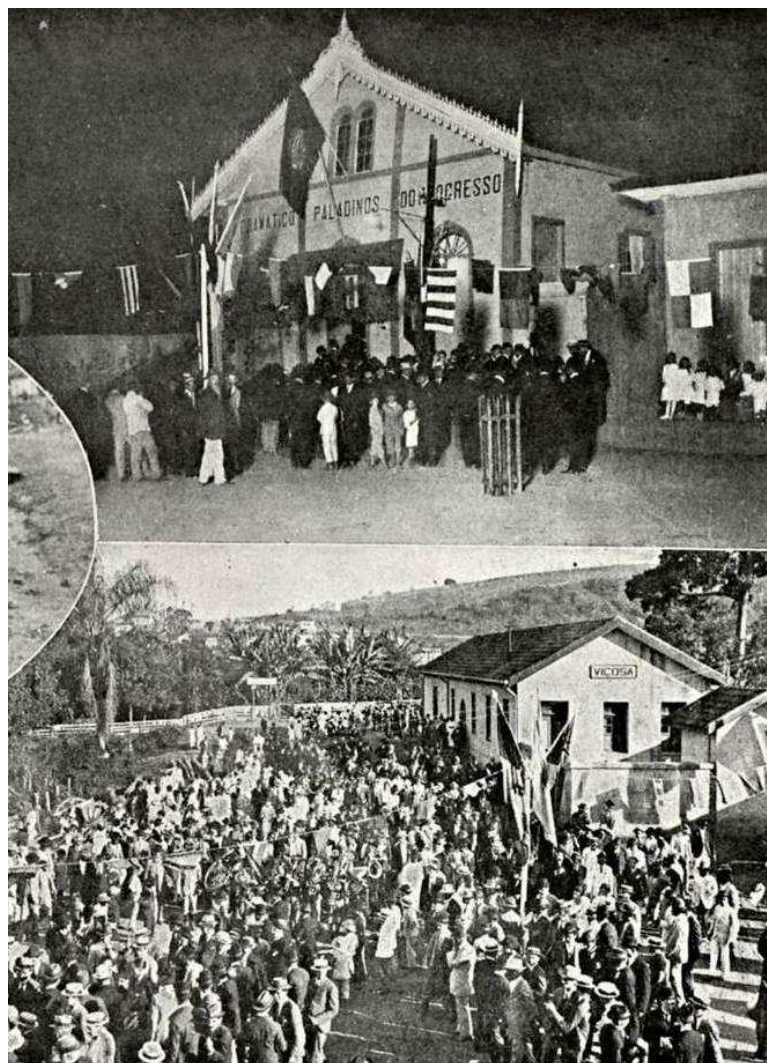


Figura 47 - Estação em meados de 1918: chegada de Arthur Bernardes ³⁸⁸

³⁸⁸ Acervo pessoal de C.R.



Figura 48- Banco de Crédito e Grande Hotel - 1921³⁸⁹



Figura 49 - Residências em 1921

³⁸⁹ Acervo pessoal de C.R.



Figura 50 – Grande Hotel³⁹⁰



Figura 51 - Urbanização da Avenida Bueno Brandão e Banco de Crédito Real de Minas Gerais - 1922³⁹¹

³⁹⁰ Acervo pessoal de C.R.

³⁹¹ Acervo pessoal de C.R.



Figura 52 – Primeiro Hospital de Viçosa -1922³⁹²



Figura 53 - Alfaiataria Tesoura Infalível³⁹³

³⁹² Acervo pessoal de C.R.

³⁹³ Acervo pessoal de C.R.



Figura 54 – Praça Marechal Deodoro e Hotel Virgínia, atual Banco do Brasil³⁹⁴



Figura 55 – Pessoas e ônibus na Praça Marechal Deodoro (s/d)³⁹⁵

As dez fotografias acima foram escolhidas pelo fato de trazerem elementos bastante interessantes. As datações foram colocadas de acordo com as informações concedidas por C.R. sem precisão das datas. A primeira fotografia (**Figura 47**), datada de 1918, mostra,

³⁹⁴ Acervo pessoal de C.R.

³⁹⁵ Acervo pessoal de C.R.

conforme ressalta C.R., o objetivo do fotógrafo de registrar a comemoração da chegada do político Arthur Bernardes em meio à multidão.

Nota-se que a Praça Marechal Deodoro, ou Praça da Estação, estava ainda nos seus anos iniciais de construção, contando ainda com uma significativa região natural repleta de árvores, vegetações e morros.

As **Figuras 48 e 49**, datadas de 1921, evidenciam o início da urbanização das regiões estudadas, sendo importante analisar nesta última a inexistência de qualquer pavimentação, mas uma característica das poucas casas construídas naquele tempo, que é a pintura na parede da varanda. Esta pintura é preservada nos dias atuais na varanda da volumetria tombada do Edifício Cora Bolívar.

Já as **Figuras 50, 51 e 52**, datadas de 1922, mostram num plano mais próximo alguns prédios importantes daqueles períodos, entre eles, o Grande Hotel, o Banco de Crédito Real e o primeiro Hospital de Viçosa. Importante mencionar a preocupação do fotógrafo da **Figura 49** em mostrar o conjunto de imóveis da nascente Avenida Bueno Brandão, embora sejam notórios também a ausência de pavimentação, estradas de terra e muita vegetação.

Na **Figura 53**, é possível perceber que um mesmo imóvel, já naquele tempo, já havia dado à Alfaiataria A Tesoura Infalível nova função, a de Banco Real de Crédito. Interessante observar a característica de fotografia que contém pessoas e menção a essas pessoas. Destacam-se também as características arquitetônicas que foram preservadas, mesmo o imóvel tendo outro uso.

Já na **Figura 54**, datada de 1947, percebe-se a presença de veículos, ônibus e caminhões. Por fim, a **Figura 55** já mostra uma paisagem de uma praça com maior número de elementos caracteristicamente urbanos, pois conta com a presença de casas, pessoas, veículos, ônibus ao fundo, postes de iluminação, a linha férrea, o balaústre, bueiro e árvores linearmente dispostas.

Q.L., do NVrap, por sua vez, após a sua entrevista, compartilhou pelo Google drive as seguintes fotografias:



Figura 56 – Eventos na Estação NVrap³⁹⁶

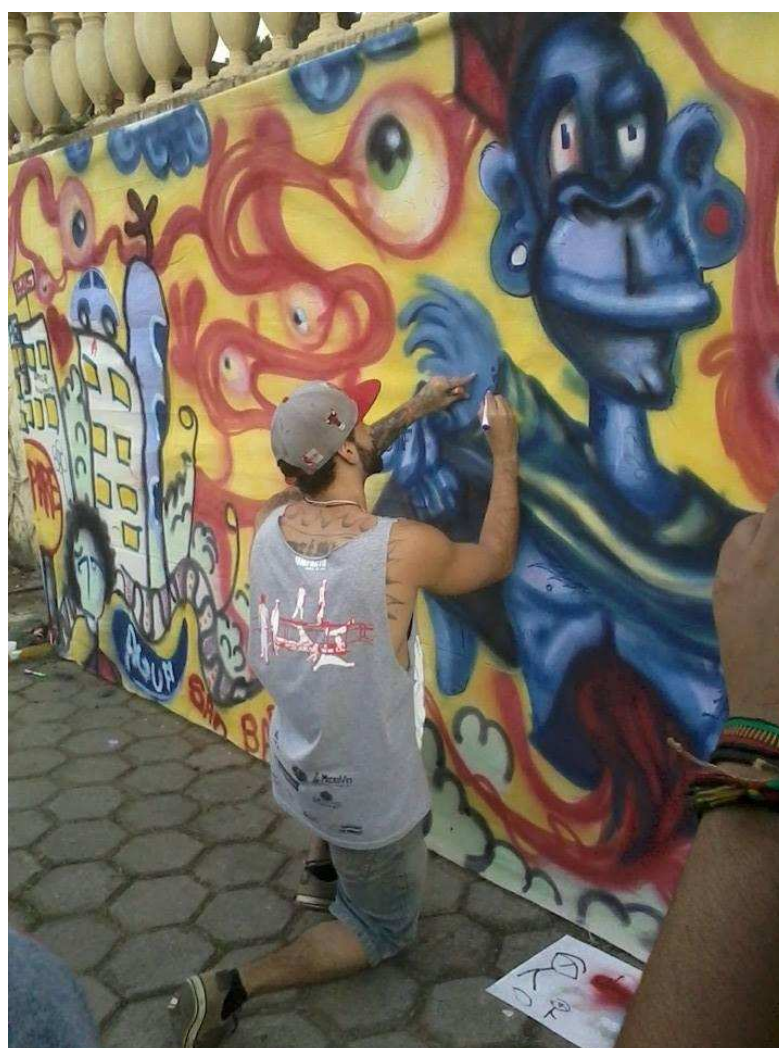


Figura 57 - Eventos na Estação NVrap³⁹⁷

³⁹⁶ Acervo pessoal de Q.L.



Figura 58 - Eventos na Estação NVrap³⁹⁸



Figura 59 - Eventos na Estação NVrap³⁹⁹

³⁹⁷ Acervo pessoal de Q.L.

³⁹⁸ Acervo pessoal de Q.L.

³⁹⁹ Acervo pessoal de Q.L.



Figura 60 - Eventos na Estação NVrap⁴⁰⁰



Figura 61 - Eventos na Estação NVrap⁴⁰¹

⁴⁰⁰ Acervo pessoal de Q.L.

⁴⁰¹ Acervo pessoal de Q.L.



Figura 62 - Eventos na Estação NVrap⁴⁰²

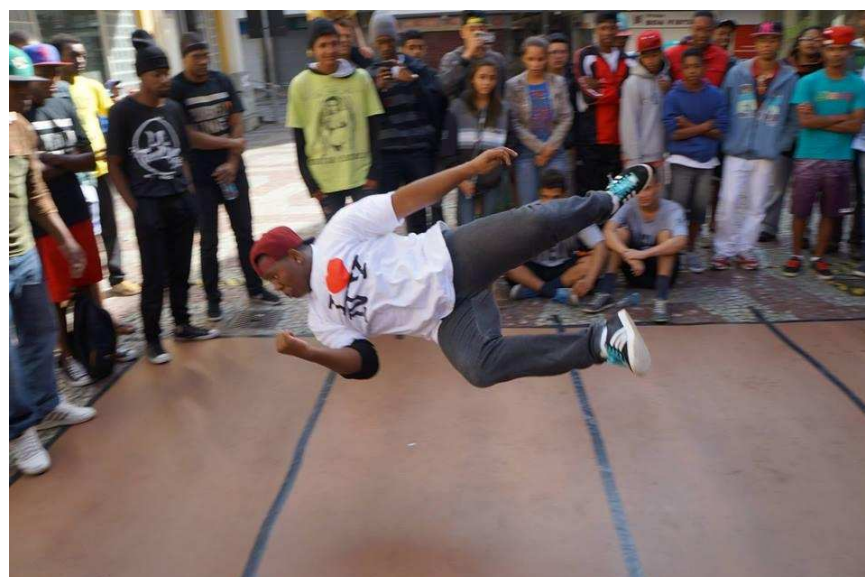


Figura 63 - Eventos na Estação NVrap⁴⁰³

⁴⁰² Acervo pessoal de Q.L.

⁴⁰³ Acervo pessoal de Q.L.



Figura 64 - Eventos na Estação NVrap⁴⁰⁴



Figura 65 - Eventos na Estação NVrap⁴⁰⁵

⁴⁰⁴ Acervo pessoal de Q.L.

⁴⁰⁵ Acervo pessoal de Q.L.



Figura 66 - Eventos na Estação NVrap⁴⁰⁶

Todas essas imagens ilustram um período no qual o pessoal da arte urbana se reunia para apresentar-se na Estação, segundo Q.L.:

Na realidade, todos os shows que a gente fez na Estação, a gente foi contratado pra fazer. Algum evento específico acontecendo ou solidário, que o Geraldão fez uma vez e contratou a gente para fazer o show, a própria Nicolopes que terminava lá, banda que vinha de fora, eles contratavam o NVrap para abrir o show da banda que vinha ou a gente era atração principal, que já aconteceu. Ou o próprio Bulldog, que é da Secretaria de Cultura, que fazia um evento lá e contratava a gente pra tocar lá, teve uma vez que ele fez um evento só de hip-hop, foi o dia inteiro só de hip-hop, tudo que é cultura urbana, skate, capoeira, tava lá no mesmo evento... Tá bem organizado, poderia tá mais, eles ainda têm seus problemas, mas eu acho que o problema deles é mais falta de estrutura, aquela coisa, você não tem uma pista de skate na cidade, se tivesse uma pista boa de skate na cidade você não vai conseguir fazer campeonato de skate bom, mas eles se viram bem, eles são bem mais organizados que o hip-hop...

e depois disso o Geraldão virou vereador e virou secretário de Cultura e ele chamou a gente para conversar, sentou com a gente na mesa e falou: “A gente tem esse espaço da Estação Cultural, onde vocês podem fazer o evento semanal”... Abriu espaço pra gente, liberou som de qualidade. Tinha o mesário, que era o Tônico, que ficava lá o evento inteiro, gostava demais daquilo lá, ele falava que o que ele fazia que ele mais gostava era o nosso. Entendeu?

Batalha de MC, toda semana era artista diferente, cara, a gente tinha um Pocket Show diferente e batalha de MC's de graça, pra noventa pessoas lá dentro e enchia, toda quarta-feira a gente enchia a Estação, o auditório da Estação. Só que começou a causar problema com a vizinhança, eles falam que é vizinhança, mas acho que é questão política mesmo, acho que alguém que não gostava do Geraldão e que de repente... Enfim, aí começou a associar isso a drogas e tal e chegou uma denúncia através do Folha da Mata pra gente da Cabulosa, porque a gente que organizava, que tinham fotos de gente cheirando e fumando maconha na Estação, isso não acontecia,

⁴⁰⁶ Acervo pessoal de Q.L.

a gente tava lá e sabia que não acontecia, só que o cara falou que tinha fotos. Eu falei: “Pô, eu estou aqui dentro, não tenho controle do que tá lá fora, então vamos pará”.

Aí para não aliar isso ao hip-hop a gente foi e parou, tem uma imagem do hip-hop pra você lidar quando se trata de hip-hop de rua, a imagem do hip-hop de rua sempre foi de protesto, de intervenção cultural, a gente nunca foi aquela coisa feita pra ganhar dinheiro, pra público, pra nada. A gente fazia, porque todo mundo tinha vontade de expressar sua arte, então era isso que a gente fazia. Não tinha premiações, os MC's iam todo dia, toda quarta-feira eles estavam lá, tinha dia que a gente tinha problema, porque tinha mais de oito MC's, a gente não tinha como fazer a batalha, porque o máximo era de oito MC's por noite, senão ultrapassava o horário que a Estação dava pra gente. Se fizesse com dezesseis pra fazer o chaveamento ali... Não é de confundir, sabe o que acontece? Existem pessoas que não têm mente aberta, são pessoas que são fechadas em tudo, tipo, são católicos e católicos e odeiam crentes, são católicos e católicos, crentes e crentes e odeiam bandas e ficam com essa mente fechada... Geralmente esses são os que votariam em Bolsonaro, são esses os eleitores, os futuros eleitores do Bolsonaro⁴⁰⁷

Nota-se na fala de Q.L. um pensamento crítico voltado para a expressão das vozes da periferia de Nova Viçosa através da arte, promovendo cidadania. Essa perspectiva de olhar sobre a cidade é evidente nos trechos das seguintes letras:

Salve, salve,Guilherme! Salve,salve Pancinha/Salve,salve Santa Clara, meus irmãos de correria/ Salão da Dona Fia, Salão do Pereira/ diversão tá garantida prá todos a noite inteira/Bairro de Fátima, muita história de vida/ tem a APAE de braço aberto,cara, faça uma visita/E mude seus conceitos, aliás seus preconceitos/ trate bem,cuide bem,viva a vida com respeito/Tem a Igreja de Fátima, Escola Santa Rita/por falar em Santa Rita,vou passar pela Avenida/

Mas antes vou passar, na Rua São José/ ver se encontro o Cheirinho por lá, irmão de fé/Bairro Bela Vista, ou Morro do Pintim/ minha irmã mora aqui, meu parceiro Osmair/**O Centro/ é meio sem graça, mó tédio/ pessoas de passagem, comércio e prédios/é sério/(grifo nosso)**⁴⁰⁸

Pode não dá dinheiro, mais vai te dar respeito. Eu consegui foi desse jeito, não foi puxando o dedo. Nem com um copo sobre a mesa, com breja, que nada!A que desce redondo deixa a mente mais quadrada. Há muito tempo, se envolve com veneno, Anoitecendo e amanhecendo num perigo extremo. Desde pequeno, moleque, sai dessa então, Dispensa o álcool e vem pra guerra, irmão. Desde pequeno, moleque, sai dessa então, Dispensa o álcool e vem pra guerra, irmão. NOVA VIÇOSA, QUEBRADA CABULOSA AM, AM, AM,AM AM! (2X)⁴⁰⁹

Menor bolado, menor desnordeado/A mãe tá chorando ao ver o filho do lado errado/Ele tá fumando, tá cheirando, baforando/Tá roubando, tá errado, tá bolado, tá ferrado/Ele rouba nas quebradas, ele tá sujando o nome/Queria que fosse mágico o meu microfone/MAS ELE NÃO É, EU VOU ANDAR NA FÉ/VOU ANDAR DEVAGARINHO MAS NÃO VOU ANDAR DE RÉ/ASSIM QUE É, SEM OS MANÉ/SABENDO QUALÉ QUE É, QUALÉ QUE É/⁴¹⁰

Importante ressaltar que as fotografias, bem como as letras e falas de Q.L., não foram utilizadas no grupo do Museu Virtual de Viçosa, em virtude do seu conteúdo ser de uma

⁴⁰⁷ Trechos da entrevista concedida por Q.L em maio de 2018. Versão inteira ao final.

⁴⁰⁸ Trecho da música Cabulosas - Q.L.

⁴⁰⁹ Trecho da música QUEBRADA CABULOSA REMIX . Letra: QuartaLetra. Intérpretes: QuartaLetra, Ramon's e Teté

⁴¹⁰ Trecho da música Microfone Mágico - (NVRAP)

paisagem humana bastante atual e controversa, o que poderia ocasionar conflitos diretos com as pessoas mais idosas de notável mentalidade ainda fechada para uma discussão sobre a importância destes elementos específicos da paisagem.

É de suma relevância, contudo, perceber que a representação artística também faz parte da paisagem e esses artistas se sentiram parte daquela paisagem num determinado momento, impedidos, justamente, por denúncias de moradores locais.

Percebe-se, nas falas de Q.L., que até o vereador Geraldão gostava do evento que reunia artistas viçosenses do rap, hip-hop, skate, grafite, entre outras artes urbanas compostas, na maior parte, por pessoas das periferias de Viçosa.

Q.L., no entanto, reforça a ideologia cidadã de suas músicas quando fala que queria que seu microfone fosse mágico, para convencer os meninos de Nova Viçosa a não entrarem para o mundo do crime e quando chama o povo para a guerra através da arte, e não do porte de armas.

Merece destaque a letra da música “Cabulosa”, que visa enaltecer os bairros periféricos de Viçosa e afirma que o centro é um tédio, pois tem apenas passantes, comércio e prédios. Nota-se nessa letra um contradiscurso em relação a todos os realizados até então, pelos quais o centro é visto como o centro gravitacional, o coração, o centro histórico, ou local mais bonito da cidade.

Assim, o presente trabalho buscou analisar todas essas formas de percepção e vivência, ou não, do centro de Viçosa. Tendo em vista que suas formas de representação são variadas e utilizadas inclusive para produzir contradiscursos e enaltecer os bairros periféricos. Nota-se, pois, que é um local ainda assim relevante, pois é um palco dinâmico no qual ambulantes, vendedores de frutas e picolé, donos de barraquinhas e frequentadores de bancos populares tentam dialogar com os prédios luxuosos, moradores antigos e defensores do patrimônio pelo seu valor estético.

Uma série de representações (boatos, jornais), trajetos (profissionais, de lazer, familiares), construções (edifícios públicos, igrejas, lojas, residências) e objetos urbanos (veículos mais ou menos luxuosos, vitrinas sobre passeios, esculturas, lixeiras) [que] compõem uma cartografia imaginária da cidade atual⁴¹¹.

Nota-se que já houve vários projetos com o objetivo de despertar os viçosenses para esta cidadania, seja pelo convite para participação em reuniões públicas, pela educação patrimonial ou mesmo pelo incentivo à arte urbana.

⁴¹¹ ARGIER, 2011, p. 68 apud GARCIA, Luiz H. A e VIANA, Julianne Paranhos. O Museu Clube da Esquina e os lugares da cidade: breve reflexão sobre ações museológicas no espaço urbano. *Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio | MAST* – vol. 9, nº 1, 2016, p. 136.

Todas essas tentativas, contudo, são controversas, pois deixam lacunas ou promovem debates inacabáveis que envolvem gostos, interesses e opiniões pessoais contraditórias.

Assim, foi proposta a utilização do meio virtual como instrumento para construção bastante inicial, mas esperançosa de produção de conhecimentos e trocas de saberes acerca de patrimônio e paisagens, memórias e vivências, consistindo essa prática em produtivo exercício de cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não pretendemos com essa dissertação nos limitarmos a apontar ou julgar os erros da administração pública ou dos agentes do patrimônio em Viçosa, haja vista que os discursos e os interesses nesses setores muitas vezes não coincidem. Tão pouco fixar a ideia de que a maior parte da população de Viçosa não se identifica com o centro, local onde são realizadas as principais ações patrimoniais, por motivos que opõem poucos grupos de pessoas.

Entendemos, portanto, que tais explicações são válidas e importantes, contudo elas não dão conta de explicar toda a multiplicidade de intenções, vivências e significados que percorrem aquelas ruas, sejam elas políticas, econômicas, culturais, intelectuais, históricas, funcionais, estéticas, psicológicas, existenciais ou mesmo inexistentes.

Percebe-se que cada indivíduo pode ter experiências diferentes com os espaços da cidade, de acordo com suas particularidades, contextos e circunstâncias únicas e pessoais. Sobre essa questão, Paul Ricoeur afirma:

O termo do espaço evoca possibilidades de percursos dependendo de múltiplos itinerários, e, sobretudo, de agrupamento e de estratificação em uma estrutura em camadas que faz escapar o passado assim acumulado da simples cronologia⁴¹².

Assim, a interpretação visou dar conta dessa multiplicidade de vivências do passado e do presente sem buscar uma conclusão absoluta. Levamos em consideração, ainda, que em cada ato da pesquisa não houve um sentido pleno preestabelecido, mas um sentido que emergia do fato que lhe dava origem de modo quase instintivo.

Já no primeiro capítulo, foi possível perceber a complexidade em se estudar a cidade e a paisagem a partir de ideia de vivência, enquanto produto cultural. Assim, a ideia de cidade em movimento foi inserida com o objetivo de ressignificar a ideia das cidades contemporâneas como racionais, fixas, inóspitas e degradadas.

Para tanto, fizemos uma reflexão sobre requalificação da cidade, buscando construir a ideia de uma cidade simbólica, edificada na memória dos seus viventes, no contexto dinâmico de uma modernidade líquida e possuidora de singularidades.

Percebe-se que vários dos entrevistados citaram a questão da degradação, da sujeira, das pichações, das barraquinhas e da ineficiência das políticas urbanas em Viçosa, além das ressaltadas pelos arquitetos e demais críticos das políticas de patrimônio de Viçosa.

⁴¹² RICOEUR, Paul. *Temps et récit*, tome 3. Paris: Seuil, 1985. P. 376. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3381/338130378002/>. Acesso em julho de 2018.

As narrativas dos memorialistas foram utilizadas com a finalidade de perceber como a história ou as histórias de Viçosa são contadas, com destaque para o contexto do início da construção da estrada de ferro e concomitantemente dos locais estudados. Assim, é possível aproximar a forma de expressar de Maria do Carmo Paniago das de José Mário Rangel quanto à factualidade na forma de discurso.

As teses analisadas no primeiro capítulo também trouxeram algumas formas de interpretação e posicionamentos críticos com relação ao crescimento e às transformações na cidade de Viçosa. Nota-se que essas teses trataram de políticas urbanas ineficazes, da falta de proteção do patrimônio histórico cultural, da falta de planejamento, dos impactos negativos na construção do Campus da Universidade e das críticas ao Código de Obras.

Essas críticas foram ilustradas por algumas fotografias tiradas por essa autora e complementadas por algumas opiniões das pessoas entrevistadas, no entanto as críticas mais contundentes com relação às políticas patrimoniais foram apresentadas no segundo capítulo.

Ao se atentar, especificamente, à utilização de conceitos como história, memória, identidade e patrimônio, tomamos por base as narrativas de José Mário Rangel, bem como algumas fotografias e postais antigos e análises de dossiês de tombamento que evidenciaram as mudanças e permanências nas paisagens ao longo do tempo, para uma posterior problematização da complexidade na utilização desses conceitos.

Assim, no final do primeiro capítulo, buscamos compreender as transformações e as diferentes concepções atribuídas ao conceito de paisagem relacionados ao de patrimônio, para, assim, compreender a importância em se associar a imagem de uma paisagem antiga à narração das memórias referentes a essas paisagens, que demonstram vivências e significações bastante específicas.

No segundo capítulo, realizamos uma explicação formal sobre políticas e jurisdição acerca de proteção do patrimônio histórico e tombamento nos âmbitos federais, estaduais e municipais. Foram apresentados, também, os principais debates atuais dentro do Conselho Municipal de Patrimônio, em jornais, Blogs e teses relacionadas ao patrimônio de Viçosa, bem como a proposta de uma possível solução pela educação.

O terceiro capítulo, por sua vez, aprofundou as análises de modo mais detalhado de cada representação encontrada sobre a paisagem dos locais estudados, ou seja, fotografias de coleções e acervos pessoais e cartões postais, além das significações e dos atributos simbólicos que foram atribuídos pelas pessoas entrevistadas no decorrer das pesquisas.

Iniciamos os estudos por meio de cartões postais observando essa forma específica de representação da paisagem. Após, analisamos fotografias encontradas em acervos públicos e

peçoais, buscando características comuns, singularidades e elementos que demonstrassem transformação na paisagem estudada.

A Estação foi um marco importante nas fotografias encontradas, tanto as aéreas quanto as de maior proximidade, pois, embora a maior parte das aéreas buscassem focar na Igreja da Praça Silviano Brandão, foi possível localizar os locais propostos a partir da localização da Estação, incluindo os edifícios próximos dela e que lhe foram contemporâneos, que são os atuais Edifício Alcântara e Hotel Rubim.

Por fim, analisamos as significações da paisagem relatadas por meio de memórias narradas. Levando em conta que essas significações e atributos pessoais revelam ideias que se aproximam, se afastam ou mesmo são imprevisíveis, necessário destacar algumas falas interessantes.

José Mário Rangel mostrou-se um gestor, conhecedor e amante de história, atuante nas políticas de patrimônio do município junto a políticos locais, mesmo não tendo graduação em história e, portanto, pouco conhecimento sobre historiografia.

V.P., embora seja filha da historiadora Maria do Carmo Tafuri Paniago, respondeu em uma das perguntas que reconhece a importância sentimental do antigo para seus moradores, mas têm uma preferência pelo moderno.

J.R. mostrou-se saudosista com tendências preservacionistas e ressaltou a importância de se preservar a cidade limpa, mas, ao ser perguntado sobre paisagem urbana, remeteu logo às ideias de embelezamento e higienização, levantando a ideia de que os estudantes que não moram aqui não valorizam a cidade.

L.M. também remete à paisagem relacionada a ideia de embelezamento quando cita o porte dos coqueiros, não demonstra um olhar crítico ao fato de a parte tombada do Edifício Cora não ser aberta ao público, mesmo já tendo sido parte do Conselho de Patrimônio.

Faz uma dura crítica às barracas que percorrem a via férrea chamando-as de construções indevidas, que enfeiam a visão do centro e admite que saiu do Conselho tendo como um dos motivos principais o fato de não querer perder a amizade de pessoas que desejam vender ou demolir seus imóveis antigos em função de uma defesa do patrimônio da cidade.

A.F. ressaltou alguns eventos e movimentos importantes dos quais fez parte, mas merece atenção especial sua memória relativa às transformações na paisagem da Avenida Bueno Brandão, que coincidem com algumas fotografias apresentadas no subtítulo anterior, além de lembranças dos nomes dos donos de algumas casas.

N.G., em uma fala que misturou narrativas de memórias, músicas e poesias, expressou sentimentalmente seu saudosismo e a atribuição de valor aos bens antigos da cidade, tanto que votou contra o asfaltamento da rua, ao contrário de José Mário Rangel. Merece destaque a recordação de quando vendia doces para os viajantes que chegavam de trem ou de ônibus para pagar os seus estudos.

Da entrevista do rapper Q.L., importante observar o seu conhecimento acerca do papel da música como forma de dar voz aos moradores da periferia no centro da cidade. Ressalta o incentivo do ex-vereador Geraldão, no entanto relata que, por razões de denúncias de que o público usava drogas durante o evento, eles optaram por não realizá-lo mais, mesmo após posterior proposta de contrato pela Prefeitura. Destaca-se que o pagamento por esta entrevista foi a doação de três livros à escola de Nova Viçosa.

Outro destaque é o seu conhecimento e valorização da arte do artista viçosense que dá nome à praça estudada neste momento, o Hervé Cordovil, mesmo sendo de uma área musical de um viés diferente, ressaltando que acha pouco apenas uma praça com o nome dele.

Nota-se que alguns dos entrevistados conhecem pouco o Hervé Cordovil. A entrevistada L.M., moradora antiga da cidade de Viçosa, não tem esse mesmo posicionamento, opinando que a mudança de nome foi negativa, pois serviu para trazer maior burocracia aos comerciantes locais.

Por fim, traz à tona a ausência de um movimento forte de sem-tetos, que poderiam habitar e dar função social aos prédios abandonados e em desabamento.

L.F. trouxe a questão do saudosismo e apreciação pelo antigo, mesmo ainda sendo jovem, ao contrário de V.P. Demonstra um apego sentimental pelo prédio em que mora, não consegue denominar o estilo de paisagem do centro urbano de Viçosa, mas se reconhece enquanto parte dela, porque suas memórias estão naquele lugar.

Interessante que, ao contrário de J.R., José Mário Rangel, L.M. e A.F. não apenas criticam as pichações, mas considera-as um grito urbano e relaciona-as ao caos urbano já existente naquela região. Ressalta, também, que a Praça Emílio Jardim não possui nenhuma característica de praça.

Dos diálogos menores com pessoas escolhidas ao acaso pelas ruas, foi possível perceber que reconhecem a importância da Estação para a história de Viçosa, a predominância de opinião do centro como feio ou mais bonito antigamente. Evidencia-se, contudo, uma relação de identidade com esse centro, pelo fato de ser o local onde trabalham, pelas amizades construídas e pelo fato de ser um local de ampla circulação, favorecendo as vendas.

Por todas essas considerações, é possível perceber que em cada ponto de vista há uma peculiaridade, um modo de ver, sentir e se integrar à paisagem. Assim, como considera Maurice Ronai: “Não existe um olhar virgem, espontâneo, inocente. O olhar não é somente o exercício de um sentido (a visão), ele é também a produção de sentido (significação). Portanto, a paisagem percebida é também construída.”⁴¹³

Eric Dardel, contudo, se atenta para o fato de que pode haver nesses olhares algumas convergências e atributos comuns:

Algo mais que uma justaposição de detalhes pitorescos, a paisagem é um conjunto, uma convergência, um momento vivido. Há uma ligação interna, uma 'impressão', unindo todos os elementos. A princípio, essa ligação interna que une os elementos da paisagem e a presença do homem e seu envolvimento nela. Assim, cada paisagem tem seu próprio conjunto e contém significados específicos para nós. Não obstante, qualquer paisagem é diferente e ao mesmo tempo possui similaridades com outras, pois, além dos atributos e formas comuns, nós a vemos através dos mesmos olhos e preconceitos.⁴¹⁴

Por sua vez, segundo Collot:

a paisagem se define como o espaço ao alcance do olhar e a disposição do corpo, se revestindo de significados vinculados aos comportamentos possíveis. O ver amplia-se para um poder: O caminho é visto como a percorrer, o sino como audível, a fruta como comível... o corpo toma-se o eixo de uma verdadeira organização semântica do espaço que tem por base oposições como: alto-baixo, direita-esquerda, frente-atrás, próximo-distante etc. Construídas a partir do corpo, essas duplas antitéticas são portadoras de significações que repercutem em todos os registros da experiência humana e que fazem da paisagem um espelho da afetividade do sujeito.⁴¹⁵

Desse modo, mesmo levando em consideração a perspectiva de Dardel pela qual existem pré-conceitos e possibilidades de um olhar similar ao de outras pessoas, esse trabalho buscou fazer uma reflexão sobre a paisagem do centro urbano de Viçosa seguindo a fundamentação de Collot, ou seja, como um espelho da afetividade do sujeito, já que ela foi ressignificada pelas memórias de vivências narradas pelos interlocutores.

Assim, voltamos para as memórias narradas também no âmbito virtual, no qual foi aplicado o produto dessa dissertação. O objetivo inicial foi o de perceber como a internet pode ser uma facilitadora nos estudos sobre paisagem e patrimônio, proporcionando a participação popular e um exercício de cidadania informal, por meio de narrações e memórias e vivências, emissão de opiniões e trocas de fotografias e de saberes construídos.

Levando em conta os olhares das pessoas que foram entrevistadas pessoalmente, bem como os das pessoas que interagiram no grupo do Museu Virtual de Viçosa, tivemos o intuito

⁴¹³ RONAI, Maurice. Paysages. Herodote, n. 1, p. 125-159, 1976.

⁴¹⁴ DARDEL, Eric. L'Homme et la terre: nature de la réalité géographique. Paris: Presses Universitaires de France, 1952, p. 41.

⁴¹⁵ COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre a percepção das paisagens. Boletim de Geografia Teórica, Rio Claro, v. 20, n. 39, e. 21-32, 1990.

de reafirmar que a paisagem é vivenciada por cada um, em um movimento constante, de acordo com suas percepções e singularidades mutáveis.

Não pretendemos, portanto, com esse trabalho criar uma conclusão definitiva, fundamentada em uma teoria objetiva, estrutural e fechada, pois acreditamos que elas são limitadoras da produção do conhecimento. Assim, buscamos com as concepções e métodos aplicados criar mecanismos para coleta de novos dados e memórias sobre Viçosa, ainda que fluidos e fragmentados, a fim de ampliar o campo interpretativo da paisagem, bem como sua utilização em pesquisas futuras.

O produto do presente trabalho utilizou dados e relatos e realizou intervenções no âmbito virtual, mais especificamente, no grupo Museu Virtual de Viçosa, instigando a interatividade. Necessário, portanto, ressaltar uma nova abordagem da etnografia no campo virtual:

“uma etnografia da Internet pode olhar em detalhes para as maneiras pelas quais a tecnologia é experienciada na prática. Na sua forma básica, a etnografia virtual também consiste em um pesquisador usando um período de tempo estendido imerso num 'campo de ação', percebendo as relações, atividades e compreensões daqueles que estão nesse ambiente e participam do processo”.⁴¹⁶

Pertinente utilizar as metodologias aplicadas ao estudo da paisagem adaptadas às novas formas de percepção da realidade sob a ótica do ciberespaço. Hine, contudo, admite “ainda não estar claro como utilizar, em sua plenitude, essas metodologias herdadas das ciências tradicionais, bem como quais as lacunas existentes”⁴¹⁷.

Assim, inicialmente descrevemos todas as etapas de criação e utilização do Blog Cidade em Movimento: Olhares sobre a paisagem urbana de Viçosa⁴¹⁸. Após, analisou-se o número de visualizações e interatividade com o Blog, seja diretamente, seja através do grupo do Facebook “Museu Virtual de Viçosa”⁴¹⁹.

Analisamos, também, como as informações sobre memória, patrimônio e paisagem repercutiram nos meios virtuais, mais especificamente no grupo “Museu Virtual de Viçosa”, e pelas interações via e-mails. Assim, após uma discussão sobre pós-modernidade e o universo digital aplicado cada vez mais ao patrimônio e paisagem, houve uma reflexão sobre como esses novos meios de comunicação podem democratizar o acesso, a divulgação e a construção democrática de conhecimentos relativos ao patrimônio e à paisagem.

⁴¹⁶ HINE, Christine. Virtual Ethnography. Londres: SAGE Publications, 2000.p.4.

⁴¹⁷ HINE, Christine. Virtual Ethnography. Virtual Methods: issues in social research on the Internet. New York: Berg, 2005(a).

⁴¹⁸ Disponível em: <https://cidadeemmovimento.blogspot.com/>. Acesso em abril de 2018.

⁴¹⁹ Disponível em: <https://www.Facebook.com/groups/museuvirtualvicosa/>, acesso em abril, maio, junho e julho de 2018

A participação popular e as colaborações com o Blog se deram de diversas formas. Por meio do grupo Museu Virtual de Viçosa, vários moradores e ex-moradores contribuíram com seus comentários saudosistas, opiniões e críticas, envio de fotografias, depoimentos e memórias pessoais de lugares específicos, envio de e-mails com fotos e narrativas históricas, respostas às entrevistas semiestruturadas, telefonemas, encontros e visitas para conversas informais e entrevistas agendadas, passeios pelos locais estudados e autorização para digitalização de coleções pessoais.

Entre os elementos que compuseram aquela paisagem, eles destacaram, além dos imóveis, a sua própria população, retratada em fotografias e memórias narradas: participação em eventos cívicos, chegada de políticos, passeios de trem, festas religiosas e populares, ações da Polícia no período da ditadura, lembranças da infância, protestos, idosos, as ações dos jovens e as pichações.

Esta participação foi extremamente relevante, pois, através das provocações, as pessoas se sentiram instigadas a inserir fotografias e deixar suas memórias pessoais relativas a alguns prédios, entre outros elementos, além das suas próprias vivências que compuseram aquela paisagem, como festas, brincadeiras de crianças, rotina dos idosos, protestos e eventos de jovens e outras formas de manifestação, como as pichações.

O objetivo inicial da criação do Blog era que os participantes fizessem comentários e interagissem no próprio Blog, no entanto tal fato não aconteceu, pois as pessoas se sentiram mais à vontade para comentar no Facebook abaixo da publicação dos posts sobre o Blog. Assim, o Museu Virtual de Viçosa foi a “praça”⁴²⁰ na qual ocorreram as intervenções dos posts do Blog, das quais se obteve o maior número de interações, comentários e contribuições.

Buscamos criar um design atrativo no Blog, que permitisse que as pessoas interessadas em estudos sobre história e memória se sentissem atraídas pelo seu conteúdo. Para tanto, a maior parte das postagens possui fotografias antigas dos antigos prédios dos locais estudados complementadas com falas e depoimentos de algumas pessoas sobre os mesmos prédios.

Assim, ao constatar número de integrantes do grupo Museu Virtual de Viçosa e o número de visualizações do Blog Cidade em Movimento, no curto período de tempo de três meses, foi possível observar que existe um público bastante interessado no passado, na história e nas memórias de Viçosa. Muitas dessas pessoas são ex-moradores de Viçosa que passaram sua infância nesta cidade criando com ela uma relação sentimental positiva e saudosista.

⁴²⁰ A expressão praça foi uma construção nossa que percebeu a característica de ponto de encontro conversas e lazer que o grupo do Facebook acaba desempenhando, assim como uma praça ideal.

Ressalte-se, ainda, que este produto foi uma proposta metodológica e um campo de pesquisa ao mesmo tempo, pois o Blog Cidade em Movimento apresentou postagens que visaram instigar a participação de um público específico do Museu Virtual de Viçosa por meio do envio de fotografias e narrativas de memórias, sendo todos esses documentos utilizados no decorrer da escrita.

Conforme a concepção de modernidade líquida de Bauman, bem como o fenômeno do universo digital aplicado cada vez nos estudos de história, importante perceber como que este método pode democratizar o acesso, a divulgação e a construção de dados relativos ao patrimônio e à paisagem.

Pretendemos, portanto, que o Blog permaneça em movimento, juntamente com a cidade em destaque, e seja exposto em redes sociais com tags#, em sites oficiais, como o da Prefeitura, e outros grupos do Facebook, de modo que um número cada vez maior de pessoas contribua com imagens e narrativas, com a finalidade de que se sintam construtoras das múltiplas paisagens da Avenida Bueno Brandão e da Praças Hervé Cordovil e Emílio Jardim e, quem sabe, das regiões periféricas do Município.

Por fim, perceber a possibilidade e eficácia de colocar o mundo virtual como intermediador do conhecimento, visando à informação e à cidadania através da participação informal, não obrigatória, e à verificação contínua de todo o processo de interação das pessoas na criação das suas memórias pessoais ressignificadas e das paisagens vividas.

Nesse percurso, nos atentamos para a concepção de Nestor Garcia Canclini pela qual:

o historiador atua como mediador em um processo de democratização do conhecimento histórico sobre a cidade. Não se trata de assumir uma posição condescendente ou paternalista diante dessa possibilidade de participação, uma vez que ela “[...] não substitui a problemática específica da valoração histórica e estética dos bens culturais [...] mas oferece outrossim uma referência – uma fonte de sentido.”⁴²¹

Assim, não pretendemos confirmar uma tese específica de modo fechado, mas apenas destacar a relevância de um produto que instiga interações e trocas de saberes virtualmente, colocando o ciberespaço como possível intermediador do conhecimento e constituindo, assim, um locus eficaz para pesquisas etnográficas, além de palco para o exercício de cidadania de modo informal, leve e fluido, em conformidade com cenário multifacetado do contexto atual.

⁴²¹ GARCÍA CANCLINI, Nestor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23, 1994, p. 106.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Para além da pedra e do cal, por uma concepção ampla de patrimônio cultural. Rio de Janeiro : DP&A, FAPERJ, UNIRIO, 2003.
- ALBERTI, V. O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral. Rio de Janeiro, CPDOC, 2003. Disponível em www.cpdoc.fgv.br. Acesso em 20/05/2015.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). Usos & abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 16^a Edição, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos B. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARAUJO, Patrícia Vargas Lopes de. Intervenções urbanas e aspirações de modernização - Campanha/MG (1890-1830). XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. 27 a 21 de julho de 2015. Florianópolis/SC.
- ARAÚJO, Viviane da Silva. Cidades fotografadas: Rio de Janeiro e Buenos Aires sob as lentes de Augusto Malta e Harry Olds, 1900-1936. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2009. Posto em linha em 17 de janeiro de 2009. URL: <http://nuevomundo.revues.org/index50103.html>.
- BARTHES, Roland. A Mensagem Fotográfica. In: O Óbvio e o Obtuso: ensaios críticos III. Lisboa: Edições 70, 1984.
- BAUMAN, Zygmunt. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BESSE, Jean-Marc. Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. Tradução Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. Trad. José Martins Barbosa e Hemerson Alves Batista. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERNARDES, Rosilene. Ampulheta Urbana: uma análise da construção da UFV e de sua influência na des(construção) da cidade de Viçosa – MG através das transformações no tempo e no espaço”. Monografia de conclusão do Bacharelado em Geografia, UFV. Orientador: Professor Leonardo Civalle. Viçosa – UFV, 04/04/2013. 183f, p. 20-25.
- BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: um esboço metodológico. Revista GEOG/USP, São Paulo: USP, n.13, 1971. Caderno de ciências da terra.
- BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. Espaço & Debates n. 34, 1991.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Cidades e urbanismo: uma possível análise historiográfica. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/559/556>. Acesso em setembro de 2017.
- BRASIL. Lei nº 6.938/81. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em nov. 2014.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 09/06/2009, T2 - SEGUNDA TURMA. MINAS GERAIS.

_____. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Precedente citado: REsp 493.270-DF, DD, 24-11-2003. REsp 405.982-SP, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 1º-06-2006.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em out 2014.

_____. Constituição do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/institucional/legislacao/portarias/1097-portaria-no-29-de-03-de-julho-de-2012>. Acesso em agosto de 2017.

BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem. São Paulo: EDUSC, 2004.

CABRAL, Luiz Otavio. A paisagem enquanto fenômeno vivido. Geosul, Florianópolis, v.t5, 0.30, p 34-45, jul./dez. 2000.

CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, Sacralidade e Poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 163-175, jan/jun 2005. Disponível em: www.scielo.br. Acesso agosto de 2017.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23.

CANDAU, Joël. Memória e Identidade. Trad. Maria L. Ferreira. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007

CARVALHO, Aline Werneck Barbosa de. A transferência do potencial construtivo como mecanismo de preservação do patrimônio cultural: Uma experiência concreta. Minha Cidade. Viçosa MG Brasil ano 04, fev. 2004. ISSN 1982-9922.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 12ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

CAUQUELIN, A. Essai de philosophie urbaine. Paris: PUF, 1982.

CERTEAU, Michel de. 1970.p. 327 apud DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. Revista: Tempo e Argumento, Florianópolis, 2012.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2001.

CLAVAL, Paul. A geografia cultural. Florianópolis: UFSC, 1999.

COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre a percepção das paisagens. Boletim de Geografia Teofl3tica, Rio Claro, v. 20, n. 39, e. 21-32, 1990.

CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM. Conselho da Europa. Disponível em www.coe.int. Acesso em setembro de 2017.

CORNEJO e GERODETTI. Lembranças do Brasil. Editora Solaris, 2004.

COSGROVE, Denis. Prospect, perspective and the evolution of landscape idea. Transactionsof the Institute of British Geographers, 10(1) NS, 1985.

COSGROVE, Denis. The palladian landscape. Geographical change and its cultural representations in sixteenth century Italy. University Park, Pennsylvania State University Press, 1993.

COSTA, Rogério da. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. *Interface*, Botucatu, v. 9, n. 17,, ago, 2005.p.239.

CUNHA, Alexandre Mendes e GODOY, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/texto3.pdf>.1. Acesso em novembro de 2017.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Autonomia e Democratização da Cultura. Rio de Janeiro. Publicado na Revista Democracia Viva (IBASE-RJ), e na Cartilha “Direitos Culturais” (OAB-CE) e na Apostila “Direitos Culturais” (SEBRAE-CE), Fortaleza, 2005.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Impactos da Constituição Federal de 1988 sobre o tombamento de bens do patrimônio cultural brasileiro. Salvador: IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBA, 2008.

DARDEL, Eric. L'Homme et la terre: nature de la realite géographique. Paris: Presses Universitaires de France, 1952.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012.p.12.

Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3381/338130378002/>. Acesso em junho de 2018,

FATORELLI, A. Fotografia e viagem: entre a natureza e o artifício. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

FEBVRE, Lucien. “Leçon inaugurale au Collège de France”, 1933. *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin, 1953.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. O patrimônio e as paisagens: novos conceitos para velhas concepções? *Paisagem e Ambiente: Ensaios*, no. 32, São Paulo, p. 107/108.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 13ª edição. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ / MinC – IPHAN, 1997.

FORTUNA, Carlos e LEITE, Rogério Proença (Org). Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas. PEIXOTO, Paulo. Requalificação Urbana. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009

GARCIA, Luiz H. A e VIANA, Julianne Paranhos. O Museu Clube da Esquina e os lugares da cidade: breve reflexão sobre ações museológicas no espaço urbano. *Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio | MAST – vol.9, no1*, 2016

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIRÃO, Ivna e HONÓRIO, Erotilde. A fotografia e a imagem em movimento em Fortaleza no final do século XIX e início do século XX.IV Encontro Nacional de História da Mídia: Mídia alternativa e alternativas midiáticas. 19 a 21 de agosto, 2009, Fortaleza, CE.

GOLDENBERG, Mirian. A Arte de Pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.8ª edição.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996.

GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-editor, Luiz SérgioHenrique e Marco Aurélio Nogueira. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume 2. 2001.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Nosso Amplo Presente: O tempo e a cultura contemporânea. Tradução Ana Isabel Soares. 1ª edição. São Paulo: editora Unesp, 2015. Na senda de uma hipótese. Uma antropologia negativa da globalização.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

HALL, Stuart (Ed.). Representation: cultural representations and signifying practices. London: Sage, 1997.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola.

HINE, Christine. Virtual Ethnography. Londres: SAGE Publications, 2000

HINE, Christine. Virtual Ethnography. Virtual Methods: issues in social research on the Internet. New York: Berg, 2005(a).

HOLZER, Werther. A Geografia Humanista: sua trajetória de 1950 a 1990. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação. Universidade Federal do Rio de Janeiro,

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Guia básico de educação patrimonial. IPHAN/MINC. Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do>. Acesso em agosto de 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/institucional/legislacao/portarias/1097-portaria-no-29-de-03-de-julho-de-2012>. Acesso em agosto de 2017.

JACOBS, J. (2009). Morte e vida das grandes cidades. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes.

KNAUSS, Paulo, O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual, ArtCultura, Uberlândia, vol.8, n.12, jan-jun. 2006

KOSSOY, Boris, Fotografia e História. São Paulo: Ática 2001.p.155.

KOSSOY, Boris. Realidades e Ficções na Trama Fotográfica. São Paulo: Ateliê editorial, 2002.p.22.

LAPLATINE, François; TRINDADE, Liana. O que é imaginário – São Paulo: Brasiliense, - Coleção Primeiros Passos. Nº 309 1997

LEITE, Maria Ângela Faggin. Destruição ou desconstrução? São Paulo: Hucitec. 1994.

LEI Nº 1.420/2000. Ocupação, Uso do Solo e Zoneamento do Município de Viçosa. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.078/300>. Acesso em 26/04/2018. Criou a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer, Turismo e Patrimônio, o Departamento de Patrimônio, Arquivo e Proteção, por meio da Lei n.1225/98. Disponível em: <http://www.vicosa.mg.leg.br/processo-legislativo/legislacao/leismunicipais/1998/LEI%20No%201.255.pdf/view>. Acesso em novembro de 2017.

LEI MUNICIPAL nº1574/2003. Instituiu o Código de Posturas do Município de Viçosa. Disponível em: www.leismunicipais.com.br. Acesso em setembro de 2017.

LEI MUNICIPAL. Autoriza o uso da Transferência do Direito de Construir. Lei 1560/2003. Disponível em: www.leismunicipais.com.br. Consulta em 28/12/15. Prefeito Fernando Sant'Anna e Castro. Viçosa, 19 de nov. de 2003.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: História e Memória. Trad. Bernardo Leitão e Irene Ferreira. 3ª. ed. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1994.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. São Paulo, Companhia Editora Nacional , 1962

LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. Projeto História, São Paulo, no. 17, nov. 1998.

LYNCH, Kevin. A imagem da Cidade. São Paul: Martins Fontes, 1997

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny (orgs). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001

MAGNANI, J. G. (2016). Antropologia Urbana: desafios e perspectivas. *Revista De Antropologia*, 59(3), 174-203. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2016.124814>.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. A tutela do Patrimônio Cultural sob o enfoque do Direito Ambiental. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2007.p. 244. Disponível em: <http://www.vicosa.mg.gov.br/a-cidade/bens-tombados>. Acesso em agosto de 2017.

MARTÍNEZ DE PISÓN, Eduardo. Reflexión sobre el concepto de paisaje. In: *Awareness to the landscape: from perception* Council os Europe Publishing, 2001.

MARTINS, Walkiria Maria de Freitas. A pena e o compasso: Políticas Públicas Patrimoniais e a Produção da Paisagem Urbana de Viçosa – MG, entre 1980 e 2010. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 28 ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares, *Revista Brasileira de História*, vol. 23, nº 45, julho de 2003.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Apresentação. In: Lima, Solange F.; Carvalho, Vania Carneiro de. *Fotografia e Cidade: da razão urbana à lógica do consumo, álbuns de São Paulo (1887-1950)*. São Paulo: Mercado das Letras, 1997.

MILARÉ, Édís. *Direito do Ambiente*. 8ª ed., São Paulo: RT, 2013. p. 110- 111

Lei nº 6.938/81, artigo 3º, inciso I. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

MINAYO, M. C. de S. *Pesquisa social – teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MILARÉ, Édís. *Direito do Ambiente*. 8ª ed., São Paulo: RT, 2013. .

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Tutela do patrimônio cultural brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006

MIRANDA, Jorge. *Notas sobre Cultura, Constituição e Direitos Culturais*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2006.

MONTEIRO, Charles. Imagens da cidade de Porto Alegre nos anos 1950: a elaboração de um novo padrão de visualidade urbana nas fotorreportagens da *Revista do Globo*. In: MONTEIRO, (Org.). *Fotografia, História e Cultura Visual: pesquisas recentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 9-49. Cf. em: ebooks.pucrs.br/edipucrs/fotografia.pdf. p. 30.

NORA, Pierre. Entre memória e História. A problemática dos lugares. In: *Projeto História*, nº 10, p.7-28. São Paulo: PUC/SP, dez. 1993.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. (Org.). *Cidade: história e desafios*. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PACHECO, Aguinaldo. Arquitetura não é só fachada. Blog Viçosa Cidade Aberta. Postado em 15 de maio de 2008.

Disponível em: <http://vicosacidadeaberta.Blogspot.com.br/2008/05/arquitetura-no-s-fachada.html>. Acesso em setembro de 2017

PÁDUA, J. A. *O sopro da destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravagista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. *Viçosa – mudanças socioculturais; evolução histórica e tendências*. Viçosa: UFV, Imprensa Universitária, 1990.

PAULA, Karine de Almeida. *Urbanização, atividade imobiliária e adensamento urbano nos bairros Centro e João Braz em Viçosa (MG)*. Monografia de conclusão de curso. Departamento de Geografia/UFV. Orientador:Profº. Ulysses da Cunha Baggio. 2011. p.37.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2ª edição, 1ª reimpressão, Belo Horizonte: Autêntica, 2005.p.20.

PIRES, Maria Coeli Simões. Da proteção do patrimônio cultural – O tombamento como principal instituto. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

PIRES, Maria Coeli Simões. Direito urbanístico, meio ambiente e patrimônio cultural. Disponível em: <http://www.mariacoeli.com.br/direito-urbanistico-meio-ambiente-e-atrimo%CC%82nio-cultural/>. Acesso em abril de 2018.

POLLAK Michael, “Memória, esquecimento, silêncio”, in Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3.

PONTE, Sebastião Rogério. Fortaleza belle époque: reformas urbanas e controle social:1860-1930. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha. 1999, p. 131, apud Ivna GIRÃO e Erotilde HONÓRIO.

Prefeitura Municipal de Viçosa. Disponível em: <http://www.vicosa.mg.gov.br/a-cidade/territorio>. Acesso em setembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Viçosa. Disponível em: <http://www.vicosa.mg.gov.br/a-cidade/bens-tombados>. Acesso em setembro de 2017.

RANGEL, Carlos Henrique; GUIMARÃES, Keila Pinto. A descentralização da proteção do patrimônio cultural no estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://proteuseducacaopatrimonial.Blogspot.com/2009/08/descentralizacao-da-protecaodo.html>>. Acesso em agosto de 2017.

RELPH, Edward. A invenção do planejamento urbano moderno: 1890-1940. In: A paisagem urbana moderna. Lisboa: Edições 70, 1985.

RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. A formação do espaço construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG. 1997. 205p. Dissertação de mestrado (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

RICOEUR, Paul. A memória, a História, o Esquecimento. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007 [2000] (Col. “Espaços da Memória”).

RICOEUR, Paul. Temps et récit , tome 3. Paris: Seuil, 1985. P. 376. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3381/338130378002/>. Aceso em julho de 2018.

ROLNIK, Raquel. O que é cidade? São Paulo: Brasiliense, 1988.

RONAL, Maurice. Paysages. Heródote, n. 1, p. 125-159, 1976.

RONCAGLIO, Cynthia. A ideia da natureza como patrimônio: um percurso histórico. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, no. 19.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Paisagem e Geografia. Finisterra, Lisboa, no. XXXVI, 2001.

SÃO PAULO. Revista de Direito Ambiental. Vara Federal. Julgadora: Marisa Ferreira dos Santos. Processo n. 93.0011941-9. J. em 27 mar. 1998., São Paulo, v. 12, p. 152-154, out./dez. 1998.

_____. Revista o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Tribunal de Justiça. Apelação Cível n. 151.028-1. Relator Des. Alves Braga. J. em 07 nov. 1991., São Paulo, 1992v. 136.

SÃO PAULO. Corte Especial. Primeira Turma. Informativo Nº: 0287. Período: 29 de maio a 9 de junho de 2006. Precedente citado: REsp 493.270-DF, DD, 24-11-2003. REsp 405.982-SP, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em 1º-06-2006.

SAUER, Carl. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato e x

SCHAPOCHNIK, Nelson, Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade, in Historia da vida privada no Brasil vol.3, 1998, ed. Companhia das letras.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. Revista RA’EGA, Curitiba, no. 7.

SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional, 7ª edição. São Paulo: Ed. Malheiros, 2009.

SILVA, José Afonso da. *Direito urbanístico brasileiro*. São Paulo: RT. 1995.

SONTAG, Susan. Diante da dor dos outros. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003

STEPHAN, Ítalo. Viçosa, MG: Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Plano Diretor como Instrumentos aliados na preservação. Disponível em: http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/77. Acesso em agosto de 2017.

STEPHAN, Ítalo. Viçosa, MG: Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Plano Diretor como Instrumentos aliados na preservação. Disponível em: http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/77. Acesso em agosto de 2017.

STJ, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 09/06/2009, T2 - SEGUNDA TURMA.

THOMPSON, Paul (1935-). A voz do passado - História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TJMG - Apelação Cível 1.0672.09.394312-0/001, Relator(a): Des.(a) Wander Marotta , 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 29/03/2011, publicação da súmula em 08/04/2011.

UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. O Patrimônio: legado do passado ao futuro. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>, Acesso em setembro de 2017.

VAZ , Lilian Fessler; SILVEIRA , Carmen Beatriz. Áreas centrais, projetos urbanísticos e vazios urbanos. Revista Território. Rio de Janeiro, ano IV, nº 7. p. 51-66. jul./dez. 1999.

VELLOSO, Verônica Pimenta. Cartões-postais: fragmentos da memória familiar. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas /Unirio. 2001.

VERDUM, Roberto ... [et al.]. Paisagem: leituras, significados e transformações. O estudo das paisagens e suas representações a partir de produtos culturais. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2012.

VIÇOSA. Lei 1574/03. Lei Orgânica do Município de Viçosa. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/lei-organica-vicosa-mg>. Acesso em agosto de 2017.

WAINER, Ann Helen. Legislação Ambiental Brasileira, 2ª ed., Rio de Janeiro: Revista Forense, 1999.

Outros sites, Blogs e documentos disponíveis na internet:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15026&retorno=paginaIphan>. Acesso em agosto de 2017.

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.125/3686>. Acesso em setembro de 2017.

<https://cidadeemmovimento.Blogspot.com/>. Acesso em maio de 2018.

https://www.Facebook.com/groups/museuvirtualvicosa/?ref=br_rs. Acesso em abril de 2018.

https://italostephanarquitecto.Blogspot.com/2018/07/hotel-rubim-em_perigo.html?sref=fb. Acesso em julho de 2018.

<http://vicosacidadeaberta.Blogspot.com.br/2008/05/arquitetura-no-s- fachada.html>. Acesso em setembro de 2017

<http://www.vicosa.mg.gov.br/wp-content/uploads/.../DECRETO-Nº-4726-Plano-Diretor.pdf>. Acesso em agosto de 2017.

ANEXOS:

Anexo 1: Dossiê de tombamento relativo à entrada da Casa Cora Bolivar



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

Praça do Rosário 5 - CEP 36.570-000 - Viçosa-MG
TELEFONE GERAL: (31) 3891-3714 - TELEFAX: (31)3891-5050
CNPJ: 18.132.449/0001-79

Viçosa, 20 de julho de 2006

Ofício nº 93

À

Andrade e Rodrigues Engenharia Ltda e
Enfoque Engenharia Incorp. Const. Ltda

Conforme solicitação de anexar a área esquerda do lote da casa situada a Avenida Bueno Brandão, n. 254, centro, ao tombamento do corpo principal e da área direita (área relativa ao jardim de entrada), enviado por carta ao Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa no dia 07 de julho de 2006 pela Andrade e Rodrigues Engenharia Ltda e Enfoque Engenharia Incorp. Const. Ltda, este conselho vem por meio desta comunicar que em reunião extraordinária ocorrida às dezoito horas do dia dezoito de julho de 2006, resolveu não aprovar o pedido de tombamento desta área esquerda do lote (85,39 m²) por considerar que nesta área haverá intervenção referente à construção do acesso para o edifício que será erguido atrás desta casa.

Este conselho também parabeniza e agradece as construtoras pela brilhante iniciativa na realização deste tombamento e sensibilidade com a salvaguarda da memória e do acervo arquitetônico do município de Viçosa

Atenciosamente,

Patrícia Bhering Fialho
Presidente do Conselho Municipal de Cultura e
do Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

Praça do Rosário 5 - CEP 36.570-000 - Viçosa-MG
TELEFONE GERAL: (31) 3891-3714 - TELEFAX: (31)3891-5050
CNPJ: 18.132.449/0001-79

NOTIFICAÇÃO DE TOMBAMENTO Nº 16

Ao representante da Andrade & Rodrigues Engenharia Ltda e outros
Proprietário/Responsável pelo Bem Imóvel Cultural situado à Avenida Bueno
Brandão, 254, Centro, Viçosa, MG.

Venho comunicar a V.S.^a, para os fins estabelecidos na Lei Municipal nº.
1143/96, que foi aprovado pelo Conselho Municipal de Cultura, e do Patrimônio
Cultural e Ambiental deste município em reunião datada de 12 de junho de
2006, o tombamento da casa e da sua lateral direita localizada à Avenida
Bueno Brandão, 254, Centro, Viçosa, Minas Gerais, por seu valor Arquitetônico
e Histórico.

Solicito, pois, a V. S.^a o obséquio de acusar o recebimento da presente
Notificação, assinando o recibo anexo e devolvendo-o a este Conselho, bem
como anuir ao tombamento ou oferecer, se o quiser, as razões de sua
impugnação no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da data de
recebimento desta correspondência.

Viçosa, 14 de Junho de 2006


Patricia Bhering Fialho

Presidente do Conselho Municipal de Cultura, e
do Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

Praça do Rosário 5 - CEP 36.570-000 - Viçosa-MG
TELEFONE GERAL: (31) 3891-3714 - TELEFAX: (31)3891-5050
CNPJ: 18.132.449/0001-79

Aprovação de Tombamento Provisório

O Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural Ambiental Viçosa, em reunião datada de 12 de junho de 2006, aprovou o Tombamento Provisório do corpo principal da casa situada à Avenida Bueno Brandão, 254, Centro, Viçosa, Minas Gerais, e da sua lateral direita, onde se localiza o jardim, por seu valor Arquitetônico e Histórico para o município.

O proprietário deste Imóvel poderá oferecer, se o quiser, as razões de sua impugnação no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da data de 14 de junho de 2006.



Patrícia Bhenng Fialho

Presidente do Conselho Municipal de Cultura e do
Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

Praça do Rosário 5 - CEP 36.570-000 - Viçosa-MG
TELEFONE GERAL: (31) 3891-3714 - TELEFAX: (31) 3891-5050
CNPJ: 18.132.449/0001-79

Viçosa, 18 de maio de 2006.

À

Andrade e Rodrigues Engenharia Ltda e
Enfoque Engenharia Incorp. Const. Ltda

Com os nossos cumprimentos, a Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Patrimônio do município de Viçosa, vêm comunicar a imensa satisfação pela notícia do pedido de Tombamento Municipal da Casa situada na Avenida Bueno Brandão, 254, centro, feita pela Andrade e Rodrigues Engenharia Ltda e Enfoque Engenharia Incorp. Const. Ltda.

A Secretaria de Cultura parabeniza às construtoras pela importante iniciativa e sensibilidade com a salvaguarda da memória do município de Viçosa. Entendemos que a preservação desta casa, um dos mais belos exemplares do patrimônio arquitetônico do município, será um incentivo para que outros bens de interesse patrimonial sejam preservados em nossa cidade.

Informamos que a proposta de tombamento será encaminhada ao Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa, que na próxima reunião, a ser realizada no dia 08 de junho de 2006, o conselho emitirá o parecer sobre o Tombamento.

Colocamo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Virginia Lúcia B. Moura
Secretária Municipal de Cultura, Esportes,
Lazer e Patrimônio

Patrícia Bhering Fialho
Chefe do Departamento de Patrimônio,
Arquivo e Memória



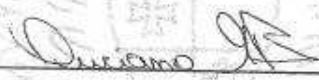
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

Praça do Rosário 5 - CEP 36.570-000 - Viçosa-MG
TELEFONE GERAL: (31) 3691-3714 - TELEFAX: (31)3691-5050
CNPJ: 18.132.449/0001-79

RECIBO

Recebi a Notificação n.º 16 do Conselho Municipal de Cultura, e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa, referente ao tombamento da casa localizada à Avenida Bueno Brandão, 254, Centro, Viçosa, Minas Gerais, ficando ciente do mesmo.

Viçosa, 14 de Junho de 2006



Andrade e Rodrigues Engenharia Ltda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

Praça do Rosário 5 - CEP 36.570-000 - Viçosa-MG
TELEFONE GERAL: (31) 3891-3714 - TELEFAX: (31) 3891-5050
CNPJ: 18.132.449/0001-79

Viçosa, 20 de julho de 2006

Ofício nº.93

À

Andrade e Rodrigues Engenharia Ltda e
Enfoque Engenharia Incorp. Const. Ltda

Conforme solicitação de anexar a área esquerda do lote da casa situada à avenida Bueno Brandão n.º 254, centro, ao tombamento do corpo principal e da área direita (área relativa ao jardim de entrada), enviado por carta ao Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa no dia 07 de julho de 2006 pela Andrade e Rodrigues Engenharia Ltda e Enfoque Engenharia Incorp. Const. Ltda, este conselho vem por meio desta comunicar que em reunião extraordinária ocorrida às dezoito horas do dia dezoito de julho de 2006, resolveu não aprovar o pedido de tombamento desta área esquerda do lote (85,39 m²) por considerar que nesta área haverá intervenção referente à construção do acesso para o edifício que será erguido atrás desta casa.

Este conselho também parabeniza e agradece às construtoras pela brilhante iniciativa na realização deste tombamento e sensibilidade com a salvaguarda da memória do acervo arquitetônico do município de Viçosa.

Atenciosamente,

Patrícia Bhering Fialho
Presidente do Conselho Municipal de Cultura e
do Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa

Anexo 2: Atas das reuniões do CMCPCAV. Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

11/A-09 3

Autoridades presentes à posse do Conselho de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental.

Rauldo Freitas

Ata da Primeira Reunião do Conselho Municipal da Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de São Paulo

Aos quinze (15) dias do mês de abril de 1998 (humis mercurio e cinquenta e oito), às dezesseis horas e quinze minutos (16:15 horas), na sala do Conselho Municipal da Criança e da Adolescência, aconteceu a primeira reunião do Conselho Municipal da Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de São Paulo. A referida reunião foi presidida pelo vice-presidente do Conselho Senador Maria Cristina Salgueiro. Como primeira item da pauta fez-se a escolha de uma comissão para elaborar o Regimento Interno do Conselho. Os membros escolhidos foram: Lúcia Borges de Cunha, Geraldo B. Ribeiro Filho, Lameirinha Gomes Leite, Maria das Graças Salgueiro e Maria Cristina Salgueiro. Em seguida houve sugestões dos membros presentes da necessidade de informar a população da cidade sobre a existência, significado e propostas do Conselho, destacando-se a importância de se preservar o patrimônio cultural, bem como o desenvolvimento do município e a melhoria da qualidade de vida da população. Foi sugerido também a realização de pesquisas em locais: Colégio de São João, Escola Estadual "Muniz Figueiredo Lima" e o prédio "Det. Bernardino", localizado na Universidade Federal de São Paulo, sobre a importância da conscientização da comunidade sobre o significado do trabalho de tombamento.

M/And

através da coluna de Sembrar. Está Stephan no jornal
Tribuna Livre e a participação no programa "Sala
Especial" da TV Viosa. A participação dos estagiários
do Departamento de Arquitetura, foi enfatizada para
que seja feita o levantamento de dados históricos, físicos
e fotográficos dos imóveis a serem tombados. Houve
também a sugestão de uma excursão sobre Patrimônio
Cultural que poderá ser ministrada pelo IEPHA aos
Conselheiros como a finalidade do cinema e
se interessar da legislação pertinente.

Nada mais havendo, lavrou-se a presente ata
que será assinada por mim e pelos demais
presentes. Viosa, 05 de maio de 1998. Em hora 15/04/98
Juana das Ilhas (Alçada), Est. para Lavra de Filiação
de Oliveira, 12/05/98, Fomeca, 12/05/98, 12/05/98

Virginia Brito Cantopura





Ata da Segunda Reunião do Conselho Municipal
da Cultura e do Patrimônio Cultural e Artístico de
Viosa.

— As catorze horas do dia cinco de maio de 1998
(um mil novecentos e noventa e oito) no auditório
do Colégio de Viosa, foi realizada a segunda reunião
do Conselho Municipal da Cultura e do Patrimônio
Cultural e Artístico de Viosa. A reunião foi pres-
dida pela então Vice-Presidente do Conselho, a senho-
ra Maria Cristina Valério, e teve, durante algum tem-
po, a presença do Secretário de Cultura, Turismo, Esporte

M / Ano
12

para apresentação de documentação, mas não concordou com a ideia, por prazo de quinze dias. Foi comunicado que a Companhia de Educação Intermunicipal chegou todo este ano corrente, com a maioria opais do IEPHA trazendo as pessoas que trabalhavam na mesma. Por esse motivo, deu-se a presente ata que não assinada por mim e pelos demais membros presentes.

Halcytophan

João da Silva Filho

João da Silva Filho

Werner Hugo

Werner Hugo

Virginia Moura

Luiz Carlos

Luiz Carlos

Luiz Carlos

Luiz Carlos

Luiz Carlos

Ata da reunião da Comissão Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Ilheus.

A reunião reuniu-se às dez e oito horas da noite de abril de mil novecentos e noventa e nove, em dependências, na Casa Arthur Bernardes. A Presidente deu início à reunião de Tombamento de bens imóveis e móveis, passando a falar ao Prof. Hato que preside a comissão dos pareceres técnicos e apresentando os dados de Tombamento da Casa Arthur Bernardes, Escola Municipal Milton de Almeida Lima, Escola Municipal Maria Nante, Colégio de Ilheus e da lista de atas das reuniões ordinárias e extraordinárias dos vereadores da Câmara Municipal de Ilheus. Imediatamente a Presidente colocou em votação a proposta, sendo todas as documentações aprovadas por unanimidade. Em seguida, a Presidente solicitou se registrasse em ata os aproximadamente expensas aos professores Hato e Genildo pelo magnífico trabalho de dados apresentados dos referidos bens tombados, alojados pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, como os mais bens tombados foi apresentada por uma prefeitura. O Prof. Hato comentou que o Colégio de Ilheus deu início as reformas feitas em alguns cômodos, que deverão alugar, pois o imóvel passou por uma restauração total. Foi solicitada a presença do Secretário de Obras da prefeitura na próxima reunião. Depois disso, deu-se a preocupação com a mudança dos nomes de alguns bairros e ruas de Ilheus e deu-se ao Conselho a interferência junto à Câmara Municipal para o retorno dos antigos nomes. Também deu-se a Companhia de Comunicação de Ilheus, mais a ser iniciada brevemente e Maria Padua que as Comissões de Ilheus para por diante da Companhia. A reunião foi encerrada às dez e trinta e

11/10/2002

na Casa da Cultura, o grupo fez, a pé, o percurso até a Estação Cultural, para que os visitantes pudessem conhecer um pouco mais sobre a política de preservação histórica e cultural da cidade. A reunião foi encerrada na Estação Cultural e, para constar, lavrei a presente que, se considerado conforme, será assinada por mim Doris Magna Pueler de Oliveira, Secretária, pela Presidente e pelos membros presentes, incluindo Lúcia Mollica.

Vicosa, 25 de outubro de 2002.

Doris Magna Pueler de Oliveira

Assinada

Fabio Luiz Barbera

Virginia Bittencourt Moura

Luiz Carlos Pereira

Epis

João Salazar Rodrigues Junior

Ofício Maria das Graças Salgado

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Vicosa.

As dezesseis horas do dia vinte e cinco de outubro do ano de dois mil e dois, reuniu-se, na Casa da Cultura, o Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Vicosa, com a presença de sua Presidente, Virginia Bittencourt Moura e os membros, Doris Magna Pueler de Oliveira, Tonymello, filho Paixão, Almiro Miguel, Célia Alvim, Maria das Graças Salgado, Dilia Gomide, representando Lúcia, e Fábio Luiz Barbera. Também participou da reunião, o Secretário Municipal de Cultura, Marcelo Andrade. A Presidente iniciou a reunião com a leitura das correspondências: 1) Ofício do Promotor de Justiça, Luis Cláudio Fonseca de Ma-

11/Amf

lhães (Of. 475/2002/PJV, de 16 de outubro de 2002), solicitando "informações sobre o eventual tombamento do imóvel que ... pertencem ao Dr. Horta ...", estipulando o prazo de dez dias para que o Conselho pudesse responder. 2) Ofício do Presidente da Câmara Municipal, Vereador Antônio Filomeno (Ofício no. 74, de 23 de outubro de 2002), encaminhando a Representação no. 011/2002 de autoria dos Vereadores da Câmara Municipal e assinado por todos os vereadores, onde eles solicitam que o Conselho Municipal da Cultura, envie esforços no sentido de preservar a Casa da Cultura, antiga residência do Dr. Horta. Após a leitura das correspondências, Marcelo Azeite de salientou a necessidade de políticas públicas de tombamento de bens públicos municipais, tentando também o tombamento de bens federais. Bens particulares, só a pedido do interessado. Disse que os cidadãos vicenses deveriam pedir que a Câmara Municipal crie leis de incentivo para a preservação das casas. O instrumento de transferência do potencial construtivo deveria ser regulamentado, já que está previsto no Plano Diretor. Miguel, Secretário de Obras, lembrou que o projeto de demolição da Casa da Cultura para construção de um edifício foi aprovado em julho de dois mil. Marcelo sugeriu que, além da resposta por escrito, Virgínia, Miguel e Almeida fossem à Câmara para prestar esclarecimentos aos vereadores, se fossem convidados para tal. Virgínia falou que a lei de preservação da linha férrea (dez metros de cada lado), foi aprovada em cinco de outubro de dois mil e dois e publicada na Folha da Manhã. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião, da qual lavrei a presente ata, que, se considerada

[Handwritten signature]

Conforme, será assinada por mim, Doris Magna Avelar Oliveira, Secretária da Presidente, e pelos membros presentes, 06 de dezembro de 2002.

Dimpalivessa

Virginia Bittencourt Moura

Aline

Fabio Licio Barbosa

Miguel

Marcelo

Ennes. *[Signature]*
José Fabiano Rodrigues Junior
[Signature]
May 7.

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Vitoria

As dezesseis horas do dia seis de dezembro do ano de dois mil e dois, reuniu-se no Centro Experimental de Artes à Rua Gomes Barbosa, 658, o Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Vitoria, com a presença de sua Presidente, Virginia Bittencourt Moura, e os membros Doris Magna Avelar de Oliveira, Tonymello, Aline, Miguel, Celia Alvim, Maria das Graças Salgado, Fabio Licio Barbosa. A Presidente iniciou a reunião informando que Vitoria tinha conseguido oito pontos na pontuação do IEPHA. Para aumentar a pontuação, precisam tomba mais quatro imóveis. Após discutir esse to, foram indicados para tombamento: o prédio da Escola Normal, dos Correios, a Igreja Santa Rita

M. P. H. G.

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Vitoria

As seguintes horas do dia doze de abril do ano de dois mil e treze, reuniram-se, no Centro Experimental de Artes e Rua Gomes Barbosa, n. 658, o Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Vitoria, com a presença de sua Presidente, Virginia Bittencourt Moura, e os membros Doris Magna, Inês de Oliveira, Tonnyello, Luiz Maria dos Santos, Miriam Plat Feres, Maria das Graças Salgado, Fabiano Barbosa, e Aline Wernick Barbosa de Carvalho.

A Presidente iniciou a reunião dando boas vindas aos novos membros do Conselho: Carla Denise Martins, representante do Colegiado do Curso de História da Universidade Federal de Vitoria, e Francis Paulina Lopes da Silveira. A seguir, solicitou a todos os membros que fizessem sua auto-apresentação. Iniciando a pauta do dia Virginia explicou a Transmissão do Direito de Construir, e relatou a conversa que teve com alguns dos familiares de Dona Lora. Eles aceitaram a reunião mas esta deverá ser realizada num final de semana para que o Sr. Roberto, esposo de Maria Livia e representante oficial da família, pudesse, depois, passar para casa. Aline completou a explicação de Virginia e disse que há possibilidade de se barrar projetos construção de edifícios comerciais, como por exemplo supermercado, na região do balneário, exigindo estudo de impacto de vizinhança. Carla perguntou se a TV-Vitoria e rádio podem ser usadas para comunicação da população para preservação do patrimônio. Virginia informou que dia quinze de abril.

14/4

por sua ausência, decorrente de viagem de trabalho. O principal da reunião foi discutir a estratégia que deverá ser usada para convencer a família de Dona Rosa, acerca e vantagens da Lei de Transparência do Potencial Construtivo. Alina fez as contas e mostrou que, com a preservação o potencial de 4,66 (quatro pontos sessenta e seis) passará para 5,6 (cinco pontos seis) parâmetros, sendo elevada a taxa de ocupação de sessenta por cento do terreno. Karla propôs a criação de uma comissão para "conscientização para preservação do patrimônio histórico da cidade". Nada mais havendo a tratar, Alina encerrou a reunião, da qual farrei a presente ata que, se considerada conforme, será assinada por Doris Magna Puelar de Oliveira, Secretária, pela presidenta em exercício, Alina, e pelos membros presentes.

Vicosa, 08 de maio de 2003.

Doris Magna Puelar de Oliveira

Virginia Bica Bittencourt Moura

Luiz Carlos de Aguiar

x Karla Denise Martins

João Estanislau

Guilherme Pereira

Carlos

Alina B. Bittencourt Moura

Ata da Reunião do Conselho Municipal da Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Vicosa

Às dez e meia horas do dia quatro de junho do ano de dois mil e três, reuniu-se, no Centro Experimental de Cultura e do Conselho Municipal da Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Vicosa, com a presença sua Presidenta, Virginia Bica Bittencourt Moura dos seguintes membros: Doris Magna Puelar de Oliveira

11/10/03

Nome: Almeida Hospitalidade

Vim, x Francis Ladeira X X X X

da Reunião do Conselho Municipal da Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Vicos

em, As dez e meia horas do dia cinco de novembro de 2003, do
 lo do ano dois mil e três, reuniu-se, no Teatro Experimental
 na de Artes, localizado à Rua Gomes Barboza, n. 658, o Con
 l lho Municipal da Cultura e do Patrimônio Cultural
Ambiental de Vicos, com a presença de sua Presidente
 com Virginia Lucia, digo, com a presença dos seguintes membros
 m Aline Werneck Barboza de Carvalho, que presidiu a
 a reunião, Denis Magno Melas de Oliveira, Eugenio Nazareth
 no Chagas, Antônio Mello (Tonymello), Patricia Bhering, e Jo
 em Zakarias Rodrigues Junior (Juninho). Aline iniciou a
 r reunião justificando a ausência da Presidente Virginia
 is que se encontra em viagem de serviço. A seguir, passou
do primeiro item da pauta, que consistiu da análise
 elho da proposta de tombamento do Doca de Leite Vicos
 a fabricado pela Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE
 Deis Patricia leu o documento sobre a história do doca
 mais de Leite Vicos, que foi fabricado inicialmente pela
Universidade Federal de Vicos. Colocada em votação
a proposta foi rejeitada pelos membros presentes,
seguiu, Aline falou sobre a necessidade de visitar
o casarão que foi o antigo Hospital de Vicos, sal
tando que deveriam ser colocadas escoras para
proteção da parede frontal, que será a fachada e
prédio que está sendo construído no local. Jun
Comunicou que o Dr. Jorge Ramos mostrou interesse

M/And

em tombas e casarão da família, que fica ao lado do Restaurante Pedras, na rua do Balaistie, ou seja na Avenida Buena Brandão. Aline sugeriu que o Conselho apresentasse uma proposta de incentivo fiscal para restaurar o conjunto de casas da Travessa Belo Oshoa. Tonymello apresentou e deu a proposta de tombamento de todos os bustos das praças da cidade. Colocada em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. A seguir, foi apreciada a proposta de tombamento do conjunto de Busto Filastas, entrada oficial da Universidade Federal de Viçosa. Colocada em votação, foi aprovado que a proposta deveria ser enviada à Universidade Federal de Viçosa, para ser apreciada pelos órgãos competentes daquela instituição. Aline ficou encarregada de cobrar da Virgínia: (a) providências do tombamento dos prédios da Escola Normal, Escola Estadual Coronel Antônio da Silva Bernardes - CASB, Correio, Torre Matriz de Santa Rita de Passição, e ainda a Torreinha dos Passos; (b) a retirada do trailer que está sobre a linha férrea, na altura do Gradeco; (c) impressão de cartilha sobre a transferência do potencial construtivo, elaborada pelo Tonymello. Nada mais havendo a tratar, Aline agradeceu a presença e a participação dos membros do Conselho, e encerrou a reunião, da qual lavrou a presente ata que, se considerada conforme, será assinada por mim, Doris Magna Puello de Oliveira, Secretária, pela Presidenta, e pelos demais membros presentes. Viçosa, três de dezembro de 2003.

Em testemunha
X Aline W. P. Carvalho

X Idriago

Aline
Luz

11/52

Reunião do Conselho Municipal da Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Viosa

Reunião do Conselho Municipal da Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Viosa.

As dezesseis horas do dia três de dezembro do ano dois mil e três, reuniu-se, no Centro Experimental de Artes, localizado à Rua Gomes Barboza, n. 658, o Conselho Municipal da Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Viosa, com a presença de sua Presidenta Virgínia Bittencourt Moura, e os seguintes membros: Alina Verneck Barboza de Carvalho, Doris Magna Melo de Oliveira, Bryan Nazareth Phocas, Antônio Mello (Tonynho), Patrícia Bhering e Francis Paulina Lopes da Silva. A Presidenta iniciou a reunião saudando os convidados José Geraldo de Miranda e Adriano Soares de Sousa, ambos da Cemig - Centrais Elétricas de Minas Gerais. A seguir passou a palavra a José Geraldo, que falou sobre a iluminação do Balaistie. José Geraldo lembrou a Portaria 456/2000, que trata do fornecimento de energia para fins de iluminação pública. Explicou os procedimentos de fornecimento e reclamação de serviços de iluminação pública. Explicou também que as luminárias do Balaistie (Chapéu chinês) não são mais fabricadas há mais de trinta e três anos. A Cemig só tem condições de colocar luminárias em forma de lâmpada, usada para as cidades históricas, e deixou fotos de várias delas para que o Conselho decidisse qual seria mais adequada para o Balaistie. A Presidenta comunicou aos visitantes que o Conselho de Cultura iria procurar

M/Avo

um fornecedor para as luminárias originais. Depois
sugeriu que a Eletropaulo, Empresa de Energia Elétrica
de São Paulo, fosse consultada, pois eles possuem
um museu da eletricidade. Plínio vai escrever um
artigo sobre a experiência de Viçosa na preservação
dos casarões, e outro sobre o papel do Conselho de
Cultura. Ficou decidido que a Presidenta encami-
nhará uma carta ao Conselho Universitário (CNU)
da Universidade Federal de Viçosa, colocando a posição
e o protesto do Conselho de Cultura sobre a descaracte-
rização do Salão Nobre do Edifício Arthur Bernardes,
prédio já tombado. O Projeto de Lei de Incentivos
à preservação dos casarões de Viçosa foi novamente
colocado em discussão: ficou decidido que deverá
constar desse projeto, que qualquer obra relativa
aos imóveis inventariados deverá ser submetida
à apreciação do Conselho de Cultura, para aprovação
ou não, da demolição e ou reforma da fachada, acré-
scimos etc. Foi decidido também que o papel do
Conselho passe de consultivo a deliberativo, e que a
transparência do potencial construtivo também
seja aplicada aos imóveis inventariados, como incen-
tivo à sua preservação. Nada mais havendo a tratar,
a Presidenta agradeceu a presença e a participa-
ção dos membros do Conselho, e encerrou a reunião,
da qual lavrei a presente ata, que, se considerada
conforme, será assinada por mim, Doris Magina Furlan
de Oliveira, Secretária, pela Presidenta, e demais
membros presentes.

Viçosa, 11 de fevereiro de 2004.

Doris Magina Furlan de Oliveira

Virgínia Oliveira para

Plínio de Carvalho

12/02/04

M/An

X Idragas
X ~~Patricia Bhering Gallo~~
X Patricia Bhering Gallo
X Francis Paulina

Ata da reunião do Conselho Municipal da Cultura
do Patrimônio Cultural e Ambiental de Vitoria.

As dezessete horas do dia onze de fevereiro do ano dois mil
quatro, reuniu-se, no Centro Experimental de Artes,
localizado à Rua Gomes Barbosa, no. 658, o Conselho
Municipal da Cultura e do Patrimônio Cultural
Ambiental de Vitoria, com a presença de sua Presi-
dente, Virginia Guicini Bittencourt Moura, e os seguintes me-
bros: Dóris Magna Melles de Oliveira, Aline Werneck Barbo-
sa de Carvalho, Luiza Magalhães Chagas, Patricia Bhering
e Guicini Helena Mollica. Participaram ainda da reu-
nião, Marcelo Soares Andrade, secretário municipal de
Cultura, e Antônio Carlos Meireles Tristão, estagiário
do Departamento de Patrimônio. A Presidenta iniciou
a reunião dando boas-vindas ao novo membro do con-
selho, Michel Belis, que entra em substituição a Eri-
sabela Belis. A seguir, a Presidenta, solicitou que
Aline apresentasse a proposta do Projeto de Lei, que
havia ficado ao seu encargo na reunião de setembro do
dois mil e três. Aline, diop, Aline leu os principais pontos
do documento que ela havia redigido, que leva o no-
me: "diop, que leva o título provisório de: "Projeto de Lei
Estabelece a Transfência do Direito de Construir,
o Acrescimento ao Direito de Construir para Imóveis de
Valor Histórico, Cultural e Ambiental do Município,
adequando a legislação local ao disposto na lei.

M/And

10.257 (dez mil, duzentos e cinquenta e sete) de 10 de jul de 2001". Os pontos apresentados foram discutidos pelos conselheiros e algumas modificações foram sugeridas. A Presidenta solicitou que Aline fizesse modificações e enviasse uma cópia em disquete para que ela pudesse fazer cópias do documento para serem distribuídas aos membros do Conselho. Ficou decidido que uma cópia seria enviada à Assessoria Jurídica da Prefeitura, outra ao IPLAN para que eles apreciassem sobre os assuntos de sua competência. Na próxima reunião do Conselho, marcada para o mês de março, o documento seria finalizado. Nada mais havendo a tratar, a Presidenta encerrou a reunião da qual lavrei a presente ata que, se considerada correta, será assinada por mim, Denis Magno Melo de Oliveira, Secretária, pela Presidenta, e pelos demais membros presentes.

Vicosa, 02 de março de 2004.

DMA Oliveira

Virgínia de Jesus Pereira

X Humberto Parvalho

X Edson

X Luciano Pereira

X Patrícia Ghiringhialto

Michelle

X José

X Luciano

X Patrícia

X Patrícia

Michelle

M 1/56

de eficiente de aproveitamento do lote. Naoa m
a tratar a presidente encerra a reunião agradec
do a presença de todos na qual houve a present
aba que se considerada conforme será assinado
por minha Patricia Bhering filho, a presidente e de
vrais membros do conselho presentes a reunião.

Nicosa, 11 de agosto de 2004

Eu-

Virginia Bynaura

Patricia Bhering filho

mit

Abner Bhering

is

Ematiana

o

Idragan

ca

am

arg

lu

ca

ca

ca

ca

ca

ca

ca

ca

ca

ca

ca

ca

ca

ca

ca

ca

ca

ca

ca

ca

ca

ca

ca

ca

ca

Ata da reunião do Conselho Municipal da cultura
e do Patrimônio cultural e Ambiental de Nicosa.

As dezesseis horas do dia onze de Agosto de dois
mil e quatro reuniu-se no Centro Experimental de
Artes o Conselho Municipal da cultura e do Patrimônio
cultural e Ambiental de Nicosa com a presença e
sua presidente Virginia Bynaura e dos seguintes m
bros do conselho: Patricia Bhering, Maria das Gra
ças Sologado, Luyan Nazareth Chagas, Alene weira
Maria Auxiliadora Baião Vieira e Doris Magna.
A presidente iniciou a reunião relatando que
uma parte da fachada da casa Amarela (casa
na praça Imídio Jacóim) deteriorou e que a li
tutora responsável pela fachada pediu que se
elaborado um laudo técnico sobre o estado da

11/07/2011

novo desafio para a Prefeitura Municipal de Vicosã
 a restauração do Colégio de Vicosã (Bem tom. o
 nome pelo município). No momento estão sendo feitas
 pesquisas por técnicos do IELAM os projetos de pre-
 vimento, fôrça, esquadrias entre outras tam-
 bém está em andamento o projeto Elétrico que
 foi discutido pela Prefeitura. Estas obras quando
 concluídas serão um marco para o município
 de Vicosã. Diapina também relatou que o Conselho
 possui uma mais uma atribuição, fazendo parte
 do Sistema Nacional de Cultura. Logo após as explica-
 ções da ex-presidente do Conselho, a nova presidente, Patrícia Bu-
 ringhalho expôs a primeira tarefa a ser realizada, pois me-
 mberos do Conselho As luminárias do Balanço, todas lu-
 minárias atualmente não estão funcionando e muitas
 de delas estão quebradas. O técnico da iluminação,
 explicou que a CEMIS não tem como repor
 as luminárias que são do tipo "Chapim Chinês", propôs
 que estas sejam do tipo "eterno". A luminária et-
 erna chinês não é mais produzida pela CEMIS. Dizia mais
 que a informação de onde poderia encontrar em Belo Horizonte
 gente um substituto para as luminárias. Patrícia está
 com uma lista com a vários fornecedores de lumina-
 rias do Brasil e também de outros estados quem
 fabricam este tipo de luminária. Ficou então decidido
 que na próxima reunião serão convidados os represen-
 tes da CEMIS para se discutir a melhor solução para
 o caso. Nada mais havendo a declarar, a presidente ag-
 radeceu a presença de todos a reunião, da qual não foi
 nada por mim, presidente do Conselho e pelos membros e
 membros. Vicosã, mais de 1000 de 2006

Patrícia Buringhalho,
 Presidente

11/11/2011

veio a ordem, clarificando muito a integridade do Bem. O
 presidente informou que os proprietários do Imóvel já
 haviam sido avisados e notificados, perante sendo ter
 os pios pelo engenheiro Rogério Lelis, no início do ano
 de 2005 que a fachada estava em péssimo estado
 de conservação e que necessitava um trabalho urgente
 de proteção. A presidente salientou, ainda, que logo após a
 chuva, do dia 22 de fevereiro, os proprietários foram notifi-
 cados por duas vezes pelo Departamento de Patrimônio a tom-
 ar providências de proteção do bem, porém, através de
 fotos que também foram apresentadas, verificou-se pouco fa-
 toso logo após, foi mostrado aos conselheiros que a proje-
 da obra do edifício que está sendo construído atrás da fach-
 ada, já era sido aprovado pelo IPHAN em 2004 mediante a pre-
 servação do bem tombado pelos proprietários. Em seguida
 foi apresentada aos conselheiros a planta baixa do
 prédio incluindo a área tombada. A professora Blin-
 Werneck relatou aos proprietários da obra, juntamente
 com a secretária de cultura, Virginia Moura, a procura-
 dor no ano passado (2005) pedindo uma opinião sobre
 um problema ocorrido na obra, onde uma sapata foi construí-
 da dentro da área tombada e inutilizou a passagem
 de lateral entrada do prédio através da porta principal da fa-
 chada e a incorporadora sugeria, então, a transformação
 de uma janela da fachada em porta. Todos os membros
 do conselho não aceitaram a proposta desta intervenção
 no bem. O professor Italo e a advogada Karina resal-
 taram que se caso a sapata realmente acabou sobre a
 área tombada a incorporadora terá que se responsabilizar
 da por isso. A presidente relatou que a construtora adquiriu
 a licença ao direito de construir da área tombada
 assim, relatou para o prédio construído atrás da mesma
 O professor Rogério opinou dizendo que é que importava

eram as pedras lá colocadas na fachada. Na opinião dele não compensava manter a fachada. O Conselho Municipal ressaltou a importância da memória da casa para ele mesmo, onde ele se lembra de fatos da sua história, da sua infância. Os advogados Karina e Igor discutiram sobre as questões legais que implicariam a demolição ou não do bem e quais as punições poderiam ser aplicadas aos proprietários pela não conservação do imóvel. A professora Jilene Werneck relatou que inicialmente a ideia de tombamento da fachada partiu do conselho de Patrimônio em 2007, na tentativa de preservar um pouco da memória da cidade de Vigosa. José Luis de Freitas falou que o conselho deveria achar a melhor solução para o problema legalmente. Foi ressaltado ao se analisar o projeto, aparentemente, a possível má-fé dos construtores desde o início da obra, tendo em vista que no projeto há duas portas de acesso internas que ficariam atrás da fachada. Logo após a advogada Karina leu os artigos 14 e 18 da lei de Patrimônio Municipal e ressaltou que a incorporadora descumriu as multas e exigências cíveis e penais. Que a incorporadora ganhou potencial e não cumpriu o acordo e que a multa poderia ser paga através do restauro de um outro bem tombado. O professor Rômulo Lelis propôs que poderia ser restaurado o Colégio de Vigosa. Os advogados Igor e Karina ressaltaram a importância de uma solução que leve a devolução do potencial construtivo para o município que aplicação de multa com base no valor real da obra é menor que o valor de mercado. O professor Lelis discutiu sobre a melhor penalidade a ser aplicada e que em tombamentos futuros a restauração imediata do bem deveria ser exigida. José Luis do IPAM falou sobre a possibilidade de se realizar uma pericia e como ela poderia ser feita no local. A advogada Karina

11/11/16

os debates juntamente com os demais conselheiros sobre a puni-
ção administrativa, criminal e sobre o ressarcimento a
município para o município. Então, a presidente do Conselho
da colocou em votação os seguintes termos: Que a incorporadora
deverá elaborar indicação proporcional técnica, com capacidade
comprovada em restauração de edifícios, cujo nome será
submetido à aprovação do Conselho Municipal de Cultura e
do Patrimônio Cultural e Ambiental de Vitória e do IPLAM
e do Instituto de Planejamento Municipal. A incorporadora, por
meio de proposta aprovada, deverá indicar os procedimentos
técnicos de recuperação e estabilização da fachada, bem
como os meios, técnicas e materiais a serem utilizados
na restauração da fachada, que também será submeti-
da à aprovação do Conselho e do IPLAM. Também, a
incorporadora, deverá indicar procedimentos e materiais
apropriados para a tarefa de restauração, utilizando-se
técnicas construtivas da época da fachada, cuja apro-
vação e fiscalização serão submetidas ao Conselho Munici-
pal de Patrimônio e do IPLAM. A mesma incorporadora
deverá executar e arcar com as despesas totais de todos
os obras e procedimentos acima mencionados, o que será fi-
calizado pelo Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio
Cultural e Ambiental de Vitória e do IPLAM. Por fim, a in-
corporadora, não poderá continuar as obras da edificação,
além das alçadas da referida fachada, ou seja, deverá dei-
xá-la paralisada, até que tenha terminado toda a obra
de recuperação, preservação, estabilização e restauração da
fachada, o que se dará, por meio de vistoria técnica a ser realiza-
da pelo Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e
Ambiental de Vitória e do IPLAM. A incorporadora, estará sujeita a
taxas, multas e demais penalidades cabíveis em decorrência da
situação da obra da edificação além do bem preservado em
conformidade com o projeto aprovado no IPLAM, ou em razão

M/And

da possível redução da área determinada no tombamento. No caso de descumprimento dos termos propostos, poderá ser aplicada multa de 100% (cem por cento) no valor pecuniário do imóvel tombado, bem como a restituição do potencial construtivo sob o valor pecuniário da obra, o que será apurado em perícia técnica realizada pelo IPAM. Esta proposta foi aprovada com unanimidade pelos conselheiros presentes, com a ressalva do Professor Rogério Lelis que votou em respeito ao Conselho anterior que tombou a fachada. Nada mais havendo a declarar e a tratar, o presidente agradeceu a participação de todos os presentes e encerrou a reunião, da qual lavrei a presente ata, que se considerada correta, será assinada por mim, presidente do Conselho e pelos membros presentes. Vitoria, 21 de março de 2006. Patricio Beringhalho.

Patricio Beringhalho

Patricio Beringhalho

Patricio Beringhalho

Ata da reunião do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Vitoria. MG. Às dez horas e trinta minutos do dia dez de junho de 2006 reuniram-se, no local situado à Rua Gomes Barbosa, nº 658, os membros do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Vitoria, Minas Gerais. Estavam presentes à reunião o presidente do Conselho, Patricio Beringhalho, os membros do Conselho, Iralo I.C. Stephan, Alina W.B. de Carvalho, Odemir V. Bastos, Denis M.A. Oliveira, Clenice Maria da Silva e Vera Lúcia A. de Oliveira e como convidada, a Secretária Municipal

mento cível de Cultura, Esportes, Lazer e Patrimônio, Virgínia Lucia B. de Moura, As. Condições, Mari Francisca Franco, Luciana Veloso, Maria Helena, Francisca A. da Silva, Silva de Lázaro Araújo, e o conselheiro Geraldo Brabo R. Filho participaram de sua pauta. O presidente iniciou a reunião explicando aos presentes a importância de se discutir a questão da iluminação pública. O primeiro, Maria A. da Silva, apresentou a proposta de instalação de luminárias de Balaustra que o objetivo é a melhoria da iluminação da cidade, de uma forma mais adequada, localizada, localizada na Praça Emílio Gaudin, nº 3, centro e o local onde se encontra o tombamento da casa, situada na Avenida Bento Gonçalves, nº 259. Ao iniciar a primeira pauta, a presidente do Conselho Municipal, D. Fialho e a secretária de Cultura, Virgínia Moura, relataram que, como já está sendo discutido desde reunião passada a questão da troca das luminárias do Balaustra, que são do tipo "chapéu chinês" pelo tipo "luminária colonial", a CEMIG e a Secretaria Municipal de Trânsito estavam passando ao Conselho uma proposta sobre a troca destas luminárias e que caso o Conselho não aprovasse a sugestão da luminária oferecida, a empresa de energia não se responsabilizaria mais pela iluminação no local, que já se encontra desativada. O conselheiro João Stephan expressou sua opinião sobre o assunto, onde relatou que concordava com a troca, desde que luminária fosse melhor encaixada no poste. Ele afirmou que a luminária que foi colocada em um dos postes do Balaustra pela CEMIG na semana passada (luminária colocada para apreciação do Conselho) estava mal encaixada no poste. A presidente do Conselho também fez uma observação, que ao passar a noite pelo Balaustra, constatou que a luminária utilizada nesta luminária era muito forte e como o vidro que a compõe é transparente, a forte luz poderia prejudicar a visão dos pedestres e motoristas.

M/A

tra que passavam no local, e propôs que fosse solicitada
 ao representante da CEMIG a possibilidade da troca da
 do vidro transparente por um tipo "leitoso". Os conselhe-
 ros Dênis Magalhães e Cláudio Maria, relataram que conser-
 davam com a troca tendo em vista que, como havia
 sido discutido em reuniões passadas que a prefeitura
 não tinha em seu quadro de funcionários pessoal es-
 pecializado para manutenção da iluminação daquele
 local e que a CEMIG não iria se responsabilizar mais por
 aquela área, caso a comissão não aprovasse a troca, acha-
 ram melhor acatar a proposta da CEMIG. Diante do depe-
 to, a presidente do conselho colocou em votação a aprovação
 da troca das luminárias do Balanço, do tipo "Orapen Chi-
 nês" pelo tipo "Lampião Colonial" com a ressalva de que o
 vidro que compõe as luminárias seja do tipo leitoso e que
 as luminárias estejam melhor encastadas no poste.
 Todos os Conselheiros presentes aprovaram de forma unâni-
 me a proposta da presidente. Após a aprovação da troca das
 luminárias, a presidente iniciou a segunda parte da reunião
 que era a análise das propostas feitas pelos proprietários do
 bem imóvel tombado ao nível municipal localizadas na
 praça Emílio Tardim, 3, centro, onde estes solicitaram a abe-
 lura de uma porta no lugar da janela de canto da fa-
 chada, conforme desenho da fachada apresentado ao conselhe-
 ro pela presidente do conselho - logo após a análise dos consel-
 heiros sobre a abertura da porta no lugar da janela, os con-
 selheiros entenderam que esta abertura deveria ser feita de
 do um jeito que seja a única forma de entrada por o
 prédio que está sendo construído atrás da fachada.
 A presidente colocou em votação a referida modificação e
 os conselheiros aprovaram unanimemente a abertura da por-
 ta no lugar da janela de canto esquerdo da fachada, co-
 forme a planta arquitetônica apresentada. Em re-

M/14

Tacer, então, a presidente do Conselho dando andamento a sua
 e em: missão, colocou em discussão a proposta de tombamento do
 alhei. casa localizada na Avenida Buenos Aires, nº 254, centro
 maca. - Nicópolis, mais conhecida como "Casa da Dona Lena", prédio
 era. pilotado pelas Andrade e Rodrigues Empreendimentos Ltda. e Empreendi-
 mentos, Empreendimentos Imob. Com. Ltda, que são os proprietários da
 e a. imóvel, através da carta que foi enviada ao Conselho
 que. lho e apresentada aos conselheiros presentes. A Secretária
 e por de Cultura, e ex-presidente deste Conselho, Virginia Moura
 acha relatou que o tombamento desta casa faz parte
 report. de um projeto do Conselho desde a sua formação. Que
 ações o tombamento desta casa, teria sido proposto aos
 Chi. conselheiros, porém estes não entraram em consenso se
 em. há a preservação ou venda do imóvel. O proponente
 que. Italo salientou a importância histórica e arquitetô-
 nica desta casa para o município e relatou
 emi. fatos que aconteciam quando ele era menino, a
 das Dona Lena Virginia salientou, ainda, que estava
 muito feliz com a decisão dos novos proprietários em
 do preservar esta casa e que este tombamento seria
 e m. modelo e um incentivo para que outros bens de
 obra. interesse patrimonial sejam preservados em nossa ci-
 da. - A Conselheira Denis Madona elogiou a iniciativa e
 melhor sensibilização dos novos proprietários com a salvaguar-
 da da memória da comunidade vicentina. A S
 e a com. - A Secretária de Cultura relatou que caso o imóvel seja
 a. - tombado, os proprietários têm o direito de pedir a
 e. "transferência do direito de construir" para uma área que
 e os. eles também interesse. A presidente do Conselho explicou que
 e os. caso os proprietários queiram a "transferência do direito
 para. construir", esta será acompanhada pelo IPHAM, que é
 e. com. o órgão que aprova as construções no município. A
 de. presidente explicou, ainda, que os proprietários de uma

4/Ano)

preservar a casa e também a lateral direita do lote, onde se localiza o jardim que será restaurado pelos pro-
prietários, conforme a planta arquitetônica enviada pe-
los proprietários e apresentada aos conselheiros. A área
da casa e do tombado é referente a parte antiga
da mesma. Os anexos que foram anexados nos anos por-
tugueses a sua construção não serão tombados. Isso opi-
nou dizendo que o tombamento deste imóvel deveria ter
pelo seu valor arquitetônico e histórico para o Município
de Vitória. Diante do exposto, a Presidente do Conselho
propôs o tombamento provisório do corpo principal da
casa e da área referente ao jardim que se localiza
na lateral direita da casa situada à Avenida Bessa
Brandão, nº 254, Centro de Vitória, MG, por seu valor
arquitetônico e histórico para o município. Este tom-
bamento foi aprovado unanimemente pelos membros do
conselho presentes. Logo após a aprovação do tombamen-
to provisório, a presidente do Conselho declarou aos conselhei-
ros que após ser notificado, os proprietários deste imóvel,
pediram que se o governo, por meio da BENV impugnasse
após no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da
data da notificação. Nada mais havendo a tratar a
presidente agradeceu a participação de todos os presen-
tes e encerrou a reunião, da qual lavra a presente ata,
que se continuada, conforme, será assinada por mim,
presidente do conselho e pelos membros do conselho pre-
sentes. Vitória, dez. de junho de dois mil e onze.

Patricia Rheing. Balho

Almeida Moura da Silva

D. Oliveira

Helena Araújo

X X X X X X X

Ata da reunião do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Vitoria, MA, de agosto de 2018, de julho de dois mil e seis, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Vitoria, Minas Gerais. Estavam presentes a reunião, a presidente do Conselho, Poliana Bhering Balbo, os membros do Conselho, Sylvia M.M. Veredemini, Luciana H. Medica, Rita de Lúcia Alvarinho, Ivo Maria D. de Paula, Dário M.A. Oliveira, Igor M. de Gouveia e Cleonice M. da Silva. Os conselheiros Italo C. Slepian, Rômulo W. Neck, Marli A. Escameo e Geraldo B. Z. Filho justificaram as suas ausências. A presidente iniciou a reunião explicando o presente o principal motivo da reunião extraordinária que seria a proposta de anexar a área esquerda (0,8 valente à 25,39 m²) da casa situada na Avenida Bruno Brandão, nº 254 do tombamento municipal do corpo principal da casa e da lateral direita, p' apresentando pelo Sr. Filho na reunião de dois dias de junho de dois mil e seis. Toda solicitação feita pela Proclama e Pesquisa Engenharia Ltda e Engenheira Engenharia Incorpor, Ltda, que são os proprietários do imóvel, foi encaminhada ao Conselho e apresentada aos conselheiros presentes. A presidente explicou aos conselheiros que um dos motivos para anexar essa área seria que os proprietários da casa gostariam de ampliar o potencial construtivo da área tombada e que eles poderiam pleitear o desmembramento deste potencial no futuro e utilizá-lo em outros terrenos que possam a via construída. Luciana Medica relatou que os antigos proprietários daquela casa eram seus parentes e que desde a sua infância frequentava a casa, lembrando de falar que aconteciam e como era a disposição dos cômodos. Relatou também que gostava de saber dos novos proprietários se eles se

M/ano)

verbas as pinturas localizadas na muralda. Ela consi-
derou que o tombamento desta casa é muito importante
para o ~~histórico~~ município e quem a constata, foi
imediata providência. Ela dirigiu a brilhante iniciativa
do Vereador Arnaldo Andrade, que é um dos pro-
prietários da casa, em preservar a memória da
cidade e que sem o grande apoio dele a casa não
seria preservada. A presidente relatou que os conselhe-
iros que Arnaldo Andrade sempre esteve disposto a
ajudar na elaboração do Plano de Tombamento,
onde o mesmo lhe quisera e algumas plantas no
Auto CAD desta casa. Dora também também elogiou a
importante atitude de preservar a casa feita pelo
Vereador Arnaldo Andrade, comentou a importância
arquitetônica e histórica da casa para a comissão
de Vereadores, porém considerou que o tombamento
desta área esquerda não é de interesse poten-
cial, visto que nesta área haverá intervenções, como
a construção de uma rampa de acesso aos fundos do
sítio, que as intervenções serão feitas através de
prometidas com a aprovação do Conselho e que as
futuras possíveis obras discordâncias entre os con-
stituintes e o Conselho, tendo em vista que esta será
a única forma de acesso ao prédio a ser construído
do lado da casa o Conselho terá concordado com
as colocações de Dora e complementou que o Conselho
dará seu apoio parcial da construção pela importância
da casa para a cidade. Sylvia falou que não adianta
eles pleitearem o tombamento desta casa área esquerda
em consideração o potencial construtivo, uma vez
que pelo plano diretor do município era transferir
as obras ser feita uma vez. A presidente do
Conselho relatou que quem determinasse a transfe-
rência

iguadas e pessoal especializado para preservar
 tais documentos. Patrícia relatou que tal passo
 está proposto às autoridades municipais e que
 está importante a salvaguarda destes documen-
 tos. Rêis concordou com a preservação deste acervo
 e falou que esta proposta, preservação e, muito
 importante. Após estas explicações a presidente
 apresentou uma proposta de bombardeio do
 Parque municipal do Cristo, feita por ela, pela
 Secretária Municipal de Agricultura, Luciano Pires. A
 Patrícia esclareceu que aquela ideia hoje está a
 mercê de bandos de assalto e necessita ser devota-
 lizada para ser um atrativo para a comunidade
 vicentina. Jéssica relatou que Vicente necessita de
 um parque municipal para integração e lazer
 da comunidade. A presidente relatou ainda, que foi
 elaborado recentemente o projeto de revitalização
 desta área feito pelo professor Humberto do Depar-
 tamento de Engenharia Civil da UFV e também
 por estagiários do departamento de arquitetura
 e Urbanismo da UFV com acompanhamento da
 Secretaria de Agricultura da prefeitura de Vicosa. A
 presidente relatou que se caso esta área for ter-
 minada, o município poderá aumentar sua presen-
 ça em um ponto turístico junto ao IEPHA (In-
 stituto do Patrimônio Histórico e Artístico de MG). O
 Conselheiro Itamar, que é o representante da
 Secretaria municipal de Agricultura se dispôs a
 fazer ~~o~~ o contato com os idealizadores do
 projeto de revitalização da área do Cristo para
 apresentação deste projeto na próxima reunião
 do Conselho Municipal do Patrimônio. Nada
 mais havendo a Ialiam a presidente agradeceu

M/Amo

equipes e pessoal especializado para preservar
tais documentos. Patrícia relatou que vai passar
esta proposta as autoridades municipais e que
esta importante a salvaguarda destes documen-
tos. Roris concordou com a preservação deste acervo
e falou que esta proposta, preservação é muito
importante. Após estas explicações o presidente
apresentou uma proposta de bombardeio do
Parque municipal do Cristo, feita por esta, pela
Secretaria Municipal de Agricultura, Luciano Pinheiro.
Patrícia esclareceu que aquela área hoje está a
mercê de bandeiras locais e necessita ser devol-
vida para ser um atrativo para a comunidade
vicentina. Jairo relatou que Vice necessita de
um parque municipal para integração e lazer
da comunidade. A presidente relatou ainda, que foi
elaborado recentemente o projeto de revitalização
da área feito pelo professor Wilmelfer do Depar-
tamento de Engenharia Civil da UFV e também
por escavadores do departamento de arqueologia
e laboratório da UFV com acompanhamento da
Secretaria de Agricultura da prefeitura de Vicosa. A
presidente relatou que se caso esta área for ter-
mada, o município poderá aumentar sua perni-
cia com um ponto turístico junto ao IEPHA (In-
stituto do Patrimônio Histórico e Artístico de MG). O
conselheiro Itamar, que é o representante da
Secretaria municipal de Agricultura se dispôs a
fazer ~~o~~ o contato com os idealizadores do
projeto de revitalização da área do Cristo para
apresentação deste projeto na próxima reunião
do conselho municipal do Patrimônio. Nada
mais havendo a Irelam a presidente agradeceu

M/Ata

a participação de todos os presentes e encerrada em
boa ordem, da qual lavrei a presente ata, que será
revisada conforme, será assinada por mim, pre-
sidente do Conselho e dos membros presentes. Voto
depois de quinze de julho de dois mil e oito

Patricia Pereira Aguiar

Alfonso Maria da Silva

Alfonso Maria da Silva

Alfonso Maria da Silva

Alfonso Maria da Silva

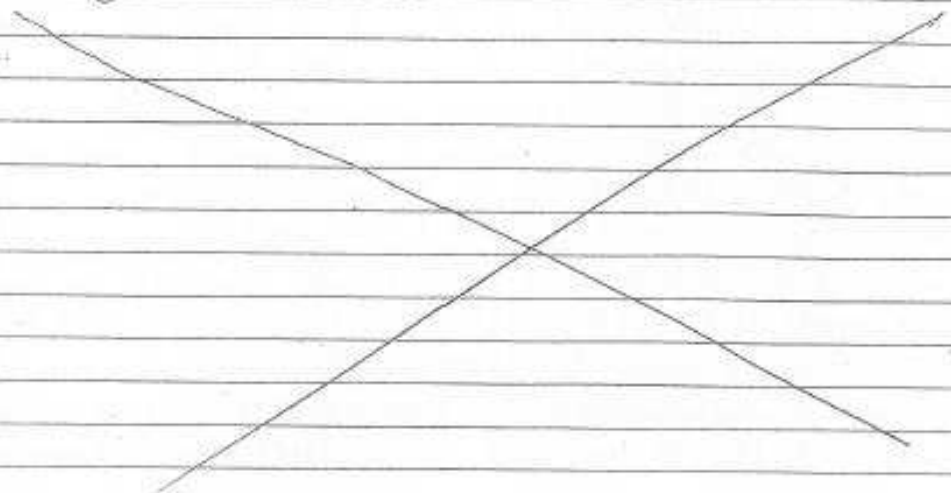
Alfonso Maria da Silva

Alfonso Maria da Silva

Alfonso Maria da Silva

Declara para os devidos fins que este Livro de Atas foi
encerrado na presente data. Na mesma ocasião, será
aberto novo livro, após atas serão digitadas e terão
nova formatação. Vigor, 10 de abril de 2008.

Ricardo do Zator Teixeira - Presidente do Conselho
Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental
de Vigor.



Declara para os devidos fins que este livro de Atas
está reunido na presente data - Viosa, 16 de dezembro de
Liliane Nassar, Lucas Sayed - Presidente do Conselho Muni-
cipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Vi-

Ata da primeira reunião do ano de 2014 do
do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio
Cultural e Ambiental de Viosa. No decorrer horas e
minutos do dia vinte e três de abril do ano de dois
mil, reuniu-se mais Secretária de Cultura, Esportes,
e Patrimônio, sediada no Edifício Viosa, na Rua
Genes Barbosa - nº 803, Centro, os membros do
do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambien-
tal de Viosa, com a presença da Secretária de Cultu-
ra, Esportes, e Patrimônio, Virgínia de Almeida Brito
Moura, membro do conselho, presidindo a reuni-
ão dos membros Patrícia Maria Fialho Alvaris, Elaine
Caravanta Genes, Francisco José Kladt, João Ab-
baireiro Stephan, Gualdo Beaune Ribeiro Filho,
Sônia Saraiva, Daniel Lopes e Marcelo Andrade. Pa-
ra a reunião foram convidados a usaq-
Flávia de Azurdo Monteiro e o Arquiteto Agui-
lar de Fátima, este responsável pela apresentação
das ideias e conceitos para um projeto no Bra-
ço de Viosa. A reunião iniciou com a apresentação
da mensagem do Departamento de Patrimônio e
Presidente do Conselho, Patrícia Maria Fialho Al-
varis. Após as devidas boas vindas e congratulações, a
Secretária Virgínia apresentou o arquiteto Agui-
lar de Fátima e o agradeceu pelo seu comparecimen-
to. Então o arquiteto começou a apresentar, através
recurso visual Data show, seu portfólio de ideias

qual nomeou "O Centro é de todos". Este foi um conjunto de ideias discutidas por ele e outros arquitetos e estudantes para a revitalização do centro em conjunto com a revitalização da linha férrea. A área de abrangência seria o Centro do Prédio Tombado da Estação Ferroviária do Centro, incluindo a Travessa Bulo Pireva e a Rua Buena Branda, do seu cruzamento com a Travessa Sagrados Braços, até a Residência dos Marques, esta vizinha da Casa Arthur Bernardus, tombada pelo IEPHA em 1995. Esta área comporia um novo Centro, voltado para a Cultura e Promoção Turística da Cidade. O lugar onde hoje funciona o Hotel Rubim seria o museu da cidade e a casa da boquinha, onde atualmente funciona um prostíbulo seria a casa de cultura. Ambos os imóveis seriam adquiridos pela Companhia Vale do Rio Doce, assim como todo o adereço do projeto seria baseado no investimento desta empresa. Além de revitalização e adaptação dos dois imóveis, seria implantado também um valecultural com trilhas que seria a ligação da Universidade Federal de Viçosa até seu Parque Tecnológico (CENTEV); uma Maria Fumaca, que seria responsável pelo transporte turístico de Viçosa até São Geraldo, um turismo ecológico com infraestrutura nos belos paisagens da Serra São Geraldo; e um parque linear ao longo da grande parte do trecho da linha férrea que atravessaria a um Memorial da linha férrea em Viçosa. Após toda a exposição, o arquiteto foi questionado pelos membros do conselho quanto à viabilidade e praticidade do projeto. O Sr. Aginaldo Pacheco respondeu que a

11/10/94

grande visibilidade de Vigosa, varia com que a Companhia Vale do Rio Doce se interessar pelo investimento. Diante disso, a questão de como o Conselho de Patrimônio pode elaborar para o cumprimento dessas propostas, o arquiteto respondeu que a melhor forma é a institucionalização da idéia, que atrai a união da Prefeitura Municipal de Vigosa e da UFV juntamente com a Vale do Rio Doce, transformariam o Projeto pessoal. Com o fim da apresentação, o arquiteto Aquilino Pacheco foi apoiado pelos conselheiros. Estes ficaram a discutir a viabilidade do Projeto e a Pres.ª Gláucia Baracanti Gomes falou que a Companhia Vale do Rio Doce busca visibilidade mundial, coisa que um investimento em Ouro Preto, Mariana ou outras cidades históricas proporcionaria, mas que Vigosa ocorreu de forma diferente e por isso que o transte nacional de pessoas seja significativo e a visibilidade da UFV perante os grandes centros seja grande, ainda assim a Vale não se interessaria de investir tanto dinheiro aqui. Então o Diretor João Stephan falou de um projeto desenvolvido em 1994 por ele juntamente com a Professora Maria Marta Camarata, também membro do conselho. Este projeto tinha a ligação por um trem a Cidade de Ouro Preto à Cataguás com o conceito "Do Barroco à Modernidade". Este trem passaria pela cidade de Vigosa e a integração seria um polo histórico e cultural de Minas Gerais, pudendo os bens de importância histórica do Centro. Todos os conselheiros de forma unânime foram a favor da idéia principalmente

M/And

para sua viabilidade nacional e mundial.
 Também foram elaborados um questionário e base de
 dados, que devido às suas condições pre-
 cárias de uso e falta de manutenção, passa pela
 possibilidade de sofrer intervenção nos próximos
 meses. A revisão das condições de adequação
 é devido à falta de recursos para a reforma
 e melhoria, devido à discussão das possibi-
 lidades de projetos e de outros assuntos, não
 houve tempo para a análise do pedido de
 demissão de uma exa. ma, Rua Gomes Barbosa
 nº 100, onde foi então marcada uma reunião
 Extraordinária para o dia vinte e oito de abril
 às duas mil e nove às dez horas e trinta minu-
 tos no mesmo local desta reunião. Fica de-
 finida então que para a Reunião Extraordi-
 nária, será discutido o pedido de demissão,
 que já está nos mãos da Chefia do Departamen-
 to de Patrimônio. Para realizar a reunião,
 a Secretária Regina Moura explicou que com-
 çou a primeira reunião de ano de dois mil
 e nove com a apresentação do arquiteto Aqui-
 valdo Pacheco para motivar o Conselho de
 Patrimônio, para eles fazerem uma coisa mais
 direta, os membros devem fixar um das dez reuniões
 de ano discutindo condições de casos. Sendo
 assim, a Secretária determinou a reunião na qua-
 dando a lista dos consultores e confirmando os
 seus presenças na reunião extraordinária.

Abaixo segue a assinatura dos presentes:

Thalofferson, Sheila Maria Paul, Patricia F. Alves

Anexo 3: Decisão em primeira instância da Juíza de Direito Giovanna Travenzoli Abreu Lourenço, 1º vara cível da comarca de Viçosa, julgamento em 29 de agosto de 2016.

17/05/2018

www4.tjmg.jus.br/juridico/sb/proc_pecas/movimentacao.jsp?id=7118079&hash=96a0ba9022d1990e64b6830c7b627d12

Processo n.º 16.233-1

0218 16 000 233-1

Vistos.

Cuida-se de **AÇÃO POPULAR DE TOMBAMENTO DE PATRIMÔNIO COM PEDIDO DE LIMINAR DE OBRIGAÇÃO DE FAZER** na qual a parte autora, o cidadão **MARCELO SILVA SANT ANNA** pretende, inclusive em sede de tutela de urgência antecipada, determinar-se ao **MUNICÍPIO DE VIÇOSA** a proibição de promover qualquer intervenção negativa no imóvel onde funcionava o antigo "Hotel Rubim", na área central desta cidade, bem como a obrigação de fazer consistente na restauração, pintura e manutenção dos atributos originais do bem, repondo-o ao seu estado anterior, sob pena de multa.

Pretende, também, ao final a declaração de importância ambiental, história, arquitetônica e cultural daquele imóvel, com o fito de constituir o tombamento do bem.

Para tanto, sustenta, em resumo: o relevante valor histórico, estético e arquitetônico do imóvel, que é devidamente inventariado e situado no entorno da antiga estação ferroviária tombada, mas hoje se encontra abandonado, sem cuidados estruturais; Ineficiência do Poder Público local e do Conselho Municipal de Patrimônio para tramitar o tombamento do bem; descumprimento pelo Município das competências que lhe são impostas pelos artigos 23, II, IV e 216, §1º da CR/88, 166 e 209 da Constituição do Estado de Minas Gerais; a configuração do instituto do tombamento constitui ato administrativo vinculado, cabendo ao Poder Judiciário intervir para sua efetivação.

Ressalta, por fim, que o imóvel se encontra em precário estado de conservação, sendo urgente a realização das intervenções necessárias para sua conservação, até que se ultime o processo de tombamento, sendo a medida insita ao poder geral de cautela do Juiz.

A inicial veio com os documentos de f. 25/73.

Foi postergada a análise do pleito de tutela de urgência (f. 74).

Intimado para se manifestar sobre a liminar requerida, o Município de Viçosa manifestou-se às f. 83/88, alegando inadequação da via eleita, por não se prestar a ação popular à imposição de obrigações de fazer ou não fazer, mas a ação civil pública, citando jurisprudência. Prosseguiu argumentando que o Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa (CMPCAV) já deliberou sobre o tombamento do Hotel Rubim e a determinação do tombamento ora pretendida é ato *interna corporis* do Poder Executivo, já tendo sido adotados procedimentos para sua efetivação.

A manifestação veio acompanhada de documentos (f. 89/107).

Ouvido, o Ministério Público opinou pelo deferimento da tutela de urgência perseguida, salientando que nada tem sido feito para proteção do bem a ser tombado, que se encontra bem avariado.

http://www4.tjmg.jus.br/juridico/sb/proc_pecas/movimentacao.jsp?id=7118079&hash=96a0ba9022d1990e64b6830c7b627d12

1/6

Salientou que o próprio Município reconheceu o valor histórico e cultura do bem, impondo-se seu tombamento, por ser ato vinculado. Bateu-se, por fim, pela possibilidade de o Poder Judiciário determinar medidas cautelares para a proteção de bem de valor histórico e cultural, ainda que não protegido pelo tombamento, citando jurisprudência. Requereu, ainda, a realização de perícia pelo IEPHA (f. 110/116).

Após, os autos vieram conclusos para análise da tutela de urgência requerida.

É o relatório, no necessário. Decido.

Nos termos do art. 5º, Inciso LXXIII da CR/88, *“qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural [...]”*.

Inicialmente, como cediço, após a alteração introduzida pela Lei nº 6.513/77, a Ação Popular passou a admitir expressamente a medida liminar, nos termos do §4º, art. 5º, da Lei nº 4.717/65, aplicando-se, subsidiariamente, as normas do Código de Processo Civil Assim:

Art. 5º Conforme a origem do ato impugnado, é competente para conhecer da ação, processá-la e julgá-la o juiz que, de acordo com a organização judiciária de cada Estado, o for para as causas que interessem à União, ao Distrito Federal, ao Estado ou ao Município.

(...)

§ 4º Na defesa do patrimônio público caberá a suspensão liminar do ato lesivo impugnado.

Art. 22. Aplicam-se à ação popular as regras do Código de Processo Civil, naquilo em que não contrariem os dispositivos desta lei, nem a natureza específica da ação.

De certo, a ação popular possui duplo caráter e pode ser manejada em caráter preventivo ou repressivo, como já ressaltava Hely Lopes Meirelles:

como meio preventivo de lesão ao patrimônio público, a ação popular poderá ser ajuizada antes da consumação dos efeitos lesivos do ato; como meio repressivo, poderá ser proposta depois da lesão, para reparação do dano. Esse entendimento deflui do próprio texto constitucional, que a torna cabível contra atos lesivos do patrimônio público, sem indicar o momento de sua propositura. [...] Ato lesivo, portanto, é toda manifestação de vontade da Administração danosa aos bens e interesses da comunidade. Esse dano pode ser potencial ou efetivo. Assim sendo, não é necessário que se aguarde a conversão do ato em fato administrativo lesivo para se intentar a ação. Não bastassem esses argumentos de natureza jurídica, estaria o bom senso a aconselhar a invalidação dos atos lesivos, antes mesmo que

produzam seus efeitos. [...] (in: Mandado de segurança, 28 ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 138)

Destarte, em que pesem as alegações preliminares do Município de Viçosa quanto à inadequação da via eleita, tem-se de que ação popular pode ser manejada em razão de condutas comissivas ou omissas, que causem ou que sejam aptas a causar prejuízo ao patrimônio histórico e cultural.

Nesse sentido, convém citar a seguinte ementa de julgado do TJMG:

AÇÃO ORDINÁRIA - AJUIZAMENTO POR PARTICULAR - PEDIDO DE CONDENAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARIANA EM OBRIGAÇÃO DE FAZER, CONSISTENTE NA MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE LAGOA DE CONTENÇÃO DE TÚNEL DE TRANSPOSIÇÃO DE CÔRREGO QUE CRUZA ÁREA URBANA - INDEFERIMENTO DA INICIAL -EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, POR ILEGITIMIDADE ATIVA - AÇÃO QUE VISA ANULAÇÃO DE ATO OMISSIVO, SUPOSTAMENTE ILEGAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, AO FUNDAMENTO DE QUE A AUSÊNCIA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DA LAGOA DE CONTENÇÃO PROVOCA DANOS AO MEIO AMBIENTE E AO PATRIMÔNIO PÚBLICO, EM RAZÃO DOS GASTOS PÚBLICOS COM A OBRA DE CONTENÇÃO - TÍPICO PEDIDO DE AÇÃO POPULAR - POSSIBILIDADE DE ADEQUAÇÃO DO PROCEDIMENTO - ANULAÇÃO DA SENTENÇA, PARA OPORTUNIZAR O AUTOR A REGULARIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO. 1- Não é o nome dado a ação, mas a pretensão nela deduzida, que indica a sua natureza. 2- A adequação do procedimento é juízo relativo à sua validade enquanto instrumento formal do processo, não dizendo respeito aos requisitos para o exercício do direito de ação, sendo sempre cabível, quando presentes as referidas condições da ação, seja dada a oportunidade para o autor corrigir o procedimento inadequadamente escolhido. 3- A ação popular é o meio processual posto à disposição do cidadão, e tem como objetivo a anulação de atos ilegais comissivos ou omissivos, que lesem patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe; à moralidade administrativa; ao meio ambiente; ao patrimônio histórico e cultural, na forma do art. 5º, inc. LXXIII da Constituição Federal de 1988. 4- Se a pretensão formulada pelo autor na petição inicial, ainda que a ação tenha sido nomeada como "ordinária", está abarcada pelo dispositivo constitucional que permite o manejo da ação popular, verifica-se, a princípio, a legitimidade ativa; e, sendo o interesse de agir, também a princípio, evidenciado pelos fatos narrados, é descabida a extinção prematura do processo, em razão de simples inadequação do procedimento escolhido pelo autor, sem que seja oportunizada a adequação, momento considerando-se o relevante interesse público da demanda. 5- Sentença anulada, determinando-se o retorno dos autos à origem, para que seja dada vista ao autor para emendar a inicial, no prazo legal. (TJMG -Apelação Cível 1.0400.13.001553-2/001, Relator(a): Des.(a) Sandra Fonseca, 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 03/12/2013, publicação da súmula em 17/12/2013, Negritel)

No caso em voga, o autor pretende a concessão de tutela de urgência para compelir o Município de Viçosa à tomada de medidas materiais para conservação do imóvel onde funcionava ao Hotel Rubim.

A alegação autoral quanto à tutela de urgência se refere, objetivamente, à falta de preservação de bem de valor histórico e cultural, ou seja, conduta omissiva do Município a causar prejuízo ao patrimônio histórico e cultura de Viçosa.

De fato merece análise mais aprofundada a questão da possibilidade jurídica de imposição de tombamento pela via judicial, ademais em sede de ação popular.

Não obstante, é de se admitir, neste momento, a juridicidade do pleito de imposição de obrigações ao Município de Viçosa (que também integra o pedido final), já que a lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio histórico e cultural também pode ocorrer de forma omissiva, encontrando, assim, amparo na finalidade da ação popular.

Indo adiante, há prova suficiente nos autos de que o aludido imóvel integra o patrimônio histórico e cultural do Município, mesmo que ainda não tenha sido objeto de tombamento.

Nesse sentido, extrai-se do documento de f. 90, juntado pelo próprio Município, que o imóvel "do Hotel Rubim" é devidamente inventariado e está situado no perímetro de tombamento tanto da balaustrada, da Estação Cultural de Viçosa quanto o da Casa Arthur Bernardes:

Foi pautada a indicação de um bem material e de um bem imaterial para início de pedido de tombamento, sendo o bem material escolhido, por unanimidade dos conselheiros presentes ao final da reunião (alguns se retiraram antes da votação, sem prejuízo para efeitos de quorum), a edificação onde funcionou, até 2011, o Hotel Rubim, localizado na esquina da travessa Dr. João Carlos Bello Lisboa com a praça Marechal Deodoro, na região central da cidade, inventariado em 2013, sob o número 113, **integrando o mesmo os perímetros de tombamento, tanto da balaustrada da Av. Bueno Brandão como o da Estação Cultural de Viçosa e do da Casa Arthur Bernardes** (documentos anexos). (f. 90. Negritei)

Sobre o conceito de patrimônio cultural, destaca-se o contido no art. 216 da CR/88:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º – O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (negritei).

Portanto, o inventário também constitui espécie de proteção do patrimônio cultural brasileiro.

Se o imóvel está devidamente inventariado, situa-se no perímetro de tombamento de outros três imóveis de grande relevância patrimonial e cultural para a cidade de Viçosa, compete ao Município a adoção de medidas concretas para protegê-lo, a fim de que não se deteriore.

Nesse sentido, colaciona-se precedente do TJMG:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA - LIMINAR - IMÓVEL DE VALOR HISTÓRICO E CULTURAL, LOCALIZADO NO ENTORNO DE BEM TOMBADO E/OU INVENTARIADO - MEDIDA DE PROTEÇÃO CONSTITUCIONALMENTE AUTORIZADA (ART. 216, PAR. 1º, CF). - **Independentemente do tombamento, e apenas em virtude de estar inventariado, o patrimônio cultural e histórico merece proteção, e, neste caso, ainda que precária – até definitiva solução da questão em exame – essa proteção, se não for deferida, inviabilizará qualquer ação futura, pois a demolição de bens já ocorreu. Todas as formas de acautelamento e preservação podem ser tomadas pelo Judiciário, na sua função geral de cautela (arts. 23, III e IV; 30, I e IX, e 216, § 1º, da Constituição Federal).** - O tombamento é uma das formas de proteção do patrimônio cultural, mas não é a única, como o enfatiza o próprio texto constitucional. No complexo de um leque de ações da Administração e ""da comunidade"", como quer a Carta Magna, o inventário constitui hoje um relevante cadastro de bens de valor sócio-cultural que a sociedade não pode desprezar, devendo o Judiciário não ignorar as potencialidades de um instrumento assim valioso.- A medida liminar tem finalidade provisória e instrumental. Presentes, na ação civil pública, os requisitos legais do periculum in mora e o fumus boni iuris, há de ser deferida. (TJMG - Apelação Cível 1.0672.09.394312-0/001, Relator(a): Des.(a) Wander Marotta , 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 29/03/2011, publicação da súmula em 08/04/2011. Negritei)

Ademais, é incontroverso nos autos que o imóvel objeto da ação não se encontra bem conservado, sendo público e notório necessitar, especificamente, de restauração de sua pintura.

Isso é confirmado também pelas fotografias de f. 25/29.

Constatada, portanto, a probabilidade do direito invocado pelo autor quanto à lesividade da inação municipal ao imóvel objeto da ação, que integra o patrimônio histórico e cultural local.

Noutro ponto, conclui-se também a existência de perigo de dano à integridade do imóvel que deve ser objeto de proteção pela municipalidade, sob pena de se tornar inútil o tombamento, caso o bem pereça.

Ante o exposto:

1) DEFIRO a tutela de urgência requerida para: **a)** determinar ao Município de Viçosa que promova as medidas necessárias para conservação da estrutura e pintura do imóvel onde funcionava o Hotel Rubim, mantendo-se seus atributos originais. Prazo de 90 (noventa) dias, sob pena de multa diária de R\$ 300,00 (trezentos reais); **b)** compelir o Município de Viçosa a não permitir intervenções negativas no imóvel, aptas a prejudicar seu eventual tombamento;

2) Para cumprimento da liminar, **INTIME-SE** o autor para apresentar em 10 (dez) dias a qualificação dos proprietários do bem, a fim de que sejam intimados para permitirem as intervenções necessárias, devendo o autor, ainda, promover a citação dos referidos para integrarem o polo passivo da ação.

3) Tudo cumprido, **CITEM-SE** para contestação em 20 (vinte) dias (art. 7º, IV da Lei n. 4.717/95).

Viçosa, 29 de agosto de 2016.

Giovanna Travençolli Abreu Lourenço

Juíza de Direito

Anexo 4: Termo de doação de acervos de fotografias e objetos:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Arquivo Central Histórico da UFV

TERMO DE DOAÇÃO DE ACERVO DE FOTOGRAFIAS E OBJETOS

Eu, Valéria Maria Vidigal Felipe, nacionalidade, brasileira, estado civil viúva, aluna egressa da UFV formada em Agronomia em 1974. RG sob n.º MG-546.202 TRANSFIRO por meio de DOAÇÃO de reprodução digitais incondicionalmente ao Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa (ACH-UFV), por livre e espontânea vontade e sem quaisquer restrições quanto a efeitos patrimoniais e financeiros, cópias das fotos por mim produzidas e os cartões postais referentes a cidade de Viçosa.

Após a avaliação técnica e cultural do material, o ACH-UFV ficará autorizado a incorporá-lo ao seu acervo digital, bem como, a utilizá-lo e divulgá-lo para fins culturais e científicos.

Após ter lido este Termo de Doação e tendo compreendido seus itens:

Viçosa, 29 de Maio de 2018.

Valéria Maria Vidigal Felipe

Assinatura: Valéria Maria Vidigal Felipe
(Doador)

Assinatura e Carimbo
(Arquivo Central e Histórico – UFV)

Anexo 5: Modelo de entrevista:

ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA REALIZADA COM PESSOAS DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA ESCOLHIDAS ALEATORIAMENTE.

1) você concorda em participar da pesquisa de dissertação de mestrado identificada como “Cidade em Movimento: Representações do Patrimônio e as Ressignificações da Paisagem no Centro de Viçosa/MG”? ()Sim ()Não

2) Qualificação do entrevistado (a):

Nome:

Escolaridade:

Profissão:

Idade:

Local onde reside:

3) Qual é a sua relação com esse local específico de Viçosa (Avenida Bueno Brandão, Praça Hervé Cordovil e Praça Emílio Jardim?

() Morador

() Passante diário

() Trabalho

() Funcional (Estacionamento, serviços)

() Lazer, Eventos

4) Você sabe o que é um tombamento de um patrimônio histórico-cultural?

() Sim. Explique:

() Não

5) Você sabe de algum monumento ou objeto que represente a história ou a identidade do município de Viçosa?

() Sim. Explique:

() Não

6) (Caso tenha respondido sim para as questões 4 e/ou 5). Você já participou de alguma reunião que discutisse Plano Diretor, defesa do patrimônio histórico ou alguma questão urbana do centro Viçosa?

() Sim. O que achou? () Não. Por quê?

7) Você sabe de algum conflito entre os protetores do patrimônio e as imobiliárias que desejam derrubar os casarões para construir prédios novos nessa região? Qual sua opinião sobre isso?

8) O que você entende por paisagem urbana?

9) Quais imóveis dessa região você acha mais bonitos e mais feios, esteticamente?

10) O que você acha do contraste visual existente entre os imóveis antigos tombados e os prédios modernos. Acha natural, estranho ou não faz diferença? Por quê?

11) Você possui alguma recordação, lembrança, memória, imagem ou vídeo de algum fato ou momento marcante na sua vida nesse espaço? Pode me contar/mostrar/emprestar?

12) Você se sente parte da paisagem urbana do centro de Viçosa?

() Sim. Explique:

() Não. Explique:

13) Com qual parte desse centro você:

Identifica-se mais, se sente confortável, possui bons sentimentos e boas lembranças?

Acha mais agradável, aprecia esteticamente?

Não aprecia esteticamente, mas acha importante porque ...

Não me identifico com nada só passo/estou/vim aqui porque ...

14) Por fim, posso publicar alguns dos seus depoimentos (fotos e vídeo se tiver) e o áudio no meu Blog? Prefere que eu faça referência a sua pessoa ou deixe anônimo?

Assinatura do entrevistado (opcional):

Se quiser contribuir virtualmente com mais comentários, depoimentos, fotos, vídeos sobre a Avenida Bueno Brandão e Praças Hervé Cordovil e Emílio Jardim acesse meu Blog:

<https://cidadeemmovimento.Blogspot.com.br/>.

Ou envie no e-mail: alinedireito2009@gmail.com.

Meu Facebook: <https://www.Facebook.com/aline.soares.9275>

Abraço afetuoso,

Aline Soares Martins

Mestranda no programa: Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.

Universidade Federal de Viçosa - MG